

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

CELIA SAKURAI

IMIGRAÇÃO TUTELADA. OS JAPONESES NO BRASIL.

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Prof. Dra. Mariza Corrêa

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 22 / 09 / 2000

BANCA

- Prof. Dra. Mariza Corrêa (orientadora)** *Mariza*
- Prof. Dra. Guita Grin Debert** *Guita Grin Debert*
- Prof. Dr. Juarez Rubens Brandão Lopes** *Juarez Rubens Brandão Lopes*
- Prof. Dra. Giralda Seyferth** *Giralda Seyferth*
- Prof. Dr. Boris Fausto** *Boris Fausto*

W 2410000

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Sakurai, Celia
Sa 29 i Imigração tutelada: os japoneses no Brasil / Celia Sakurai. - -
Campinas, SP : [s. n.], 2000.

Orientador: Mariza Corrêa.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Imigrantes - Brasil. 2. Imigrantes - Japoneses. 3.
Discriminação racial. 4. Japoneses - Cotia (SP) - . I. Corrêa,
Mariza . II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

UNIDADE	Be
N.º CHAMADA :	TV Unicamp
	Sa 29 i
V.	Es.
TOMBO BC/	43037
PROC.	16-278100
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREC.º	R\$ 11,00
DATA	09/22/00
N.º CPD	

CM-00149341-6

RESUMO

As condições sócio-históricas do país de origem podem estar intimamente ligadas a estratégias de fixação dos imigrantes no seu país de destino.

No Brasil, os japoneses e seus descendentes têm a sua imagem pública ligada à agricultura. A noção de imigração tutelada ajuda a refletir sobre como o grupo imigrante japonês se fixa no país, e atende aos interesses do Japão no Brasil. Até a discriminação contra os japoneses é utilizada para construir uma marca positiva para o grupo.

ABSTRACT

Social-historic conditions of the country of origin may be closely related to immigrant's strategies into a new country.

In Brazil, Japanese immigrants and their descendents developed a public image associated to agriculture. The idea of tuttelled migration helps us to better understand how the Japanese immigrants as a group simultaneously set up in Brazil, and meet the interests of Japan. Even the discrimination against the Japanese has been used to get a positive score to the group.

“Transcorreram trinta anos desde que chegamos a este país. Nesse lapso de tempo pereceram, vitimados por várias causas, um total de quase vinte mil almas entre velhos, jovens, homens e mulheres. Voltar ao Japão, abandonando seus túmulos, não constitui absolutamente o caminho certo com respeito aos nossos antepassados.

Eu trabalharei com todo empenho até o dia de ser sepultado neste país. Com a imagem saudosa da pátria, o Japão, no coração, orarei até o meu último suspiro pela sua prosperidade. E farei o máximo de esforço para fazer de meus filhos bons brasileiros, capazes de servir bem à sua pátria” (Shungoro Wako, 1938)¹

¹ in CEHJB, 1992: 241.

ÍNDICE DOS QUADROS E TABELAS

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

ÍNDICE DOS CAPÍTULOS

PREFÁCIO	x
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. “OS INTERESSES DA RAÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA E SOCIAL DA REPÚBLICA”. OS IMIGRANTES NO CENTRO DE UMA DISCUSSÃO.	5
CAPÍTULO 2 “REVERENCIEMOS O IMPERADOR, EXPULSEMOS OS BÁRBAROS “ UM POUCO DE HISTÓRIA. JAPÃO.....	27
CAPÍTULO 3 O “PRECONCEITO DA NACIONALIDADE”. POLÊMICAS EM TORNO DOS IMIGRANTES JAPONESES NAS DÉCADAS DE 1920-30.	48
CAPÍTULO 4 “A PÁTRIA NA SOLA DOS PÉS”. AMBIGÜIDADES NO “SER IMIGRANTE”	76
CAPÍTULO 5 “OLHA OS BUGRES! “ A FIXAÇÃO NO BRASIL. DADOS PARA REFLETIR.	115
CAPÍTULO 6 “PROFUSÃO DE VARIEDADES, CORES, QUALIDADE...”. A CAC CRIANDO IDENTIDADES.	146
CONCLUSÃO.	163
BIBLIOGRAFIA CITADA.....	170
APÊNDICE.	181

ÍNDICE-DOS QUADROS

QUADRO 1 Entrada de imigrantes no Brasil por período-1884-1945.....	15
QUADRO 2 Densidade demográfica do Japão comparada com a dos países que recebem trabalhadores japoneses-1921.	41
QUADRO 3 Japoneses fora de seu território por destino, condição e por período % 1885-1945.....	46
QUADRO 4 Imigração japonesa no Brasil por período % 1908-1963.	52
QUADRO 5 Imigrantes japoneses no Brasil no período entre 1908 e 1941.	60
QUADRO 6 Entrada de imigrantes japoneses entre 1924-1934.....	60
QUADRO 7 Produção de algodão em caroço por lavradores japoneses nas zonas pioneiras do Estado de São Paulo - 1932-1938.....	89
QUADRO 8 Remessa de dinheiro per capita de imigrantes japoneses -1920-1931.....	92
QUADRO 9 População residente no núcleo urbano de Cotia no século XIX.	119
QUADRO 10 População do município de Cotia e arredores em 1886.....	119
QUADRO 11 Morfologia da população da região de Cotia.....	120
QUADRO 12 Tamanho das propriedades rurais em Cotia. 1905 e 1940..	121
QUADRO 13 Distribuição por sexo dos imigrantes japoneses no Brasil -1908-1962.....	129
QUADRO 14 Distribuição por sexo dos imigrantes japoneses nos Estados Unidos-1900-1926.....	129
QUADRO 15 Distribuição por sexo dos imigrantes japoneses na Argentina - 1914.....	129
QUADRO 16 Distribuição por sexo dos imigrantes japoneses no México - 1895-1970.	131
QUADRO 17 Distribuição por sexo dos imigrantes japoneses no Peru -1899-1923.....	131

QUADRO 18 Origem dos dez grupos mais numerosos de imigrantes japoneses no Brasil segundo a região do Japão até a Segunda Guerra Mundial %.	133
QUADRO 19 Idade dos japoneses morando no exterior como imigrantes ou colonos -1932.	134
QUADRO 20 Tamanho da família no Japão.	137
QUADRO 21 População de origem japonesa municípios de Marília, Tupã, Lins e Presidente Prudente. 1940.	139
QUADRO 22 População masculina de origem japonesa: agricultores e autônomos. municípios de Marília, Tupã Lins e Presidente Prudente, 1940.	140
QUADRO 23 Consumo diário de tomates na cidade de São Paulo. (1926-1940).	149
QUADRO 24 Índice de crescimento da população do Brasil, do Estado de São Paulo e da cidade de São Paulo - 1900-1920-1940-1950.	155
QUADRO 25 CAC -Ano de criação e localização dos Depósitos Regionais até o final da década de 1940.	155

ÍNDICE DAS TABELAS

TABELA 1 Idade média dos registros tardios da população japonesa nascida em Cotia por coortes- 1916-1970.	123
TABELA 2 Quadro das retificações contidas nos registros de nascimento dos descendentes de japoneses nascidos em Cotia 1916-1970.....	125
TABELA 3 Quadro das retificações contidas nos registros de nascimento dos descendentes de japoneses nascidos em Cotia por faixa de idade - 1916-1970.....	126
TABELA 4 País de nascimento dos noivos por coorte- Cotia 1916-1960 %.	132
TABELA 5 País de nascimento das noivas por coorte Cotia 1916-1960 %. ...	132
TABELA 6 Origem dos noivos, noivas, pais, mães das pessoas registradas em Cotia segundo região de origem no Japão- Cotia -1916-1970 %.	135
TABELA 7 Número de filhos por família e por período da população registrada no cartório de Cotia - Cotia 1916-1970.....	138
TABELA 8 Número de nascidos no Japão - Cotia por coorte- 1916-1970.	140
TABELA 9 Locais onde os registrados se casaram - Cotia - '1916-1970.	144
TABELA 10 Levantamento dos casamentos ocorridos em Cotia entre imigrantes e descendentes de japoneses residentes no mesmo bairro - 1916-1960 por coortes.	153

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

GRÁFICO 1 Estrutura social japonesa na época Tokugawa.	29
GRÁFICO 2 Pirâmide etária dos imigrantes japoneses no Brasil.	136
GRÁFICO 3 Porcentagem de imigrantes residentes na Borda do Planalto- 1915-1957	142
GRÁFICO 4 Porcentagem de imigrantes residentes no Litoral- 1915-1957	142
GRÁFICO 5 Porcentagem de imigrantes residentes na região Noroeste- 1915- 1957	142
GRÁFICO 6 Porcentagem de imigrantes residentes na região Sorocabana- 1915-1957	143
GRÁFICO 7 Porcentagem de imigrantes residentes na região da Alta Paulista- 1915-1957	143
GRÁFICO 8 Porcentagem de imigrantes residentes na capital e cercanias de São Paulo- 1915-1957	143

ÍNDICE DOS MAPAS

MAPA 1 O Japão na época Tokugawa.	33
MAPA 2 Possessões japonesas - 1868-1941.	42
MAPA 3 Divisão do Estado de São Paulo por zonas.....	90
MAPA 4 O 'perigo amarelo' na América Latina.	93
MAPA 5 O Japão moderno- regiões.....	130
MAPA 6 Localização dos Depósitos Regionais da CAC	156

PREFÁCIO

Os imigrantes no Brasil têm uma presença marcante no cenário social do país. Esse cenário tem sido recortado por historiadores, sociólogos, antropólogos, de forma a introduzir o imigrante como um integrante novo à estrutura social brasileira, desde pelo menos o último quartel do século XIX, se considerarmos apenas a imigração em massa. A chegada de grande número de estrangeiros provenientes basicamente da Europa para o sudeste do país, desencadeia uma atmosfera de novidade no país que estava se encaminhando para a renovação, especialmente no âmbito das forças sociais em convívio.

O 'outro', o 'estrangeiro', o 'diferente', passa a compartilhar com os nativos brasileiros a sua vida e os seus sonhos nesse país que, para eles também, é 'estranho', 'diferente', 'novo'. Uma intensa trama de relações de alteridade marca a presença desses imigrantes em qualquer espaço em que se instala, não importa o seu local de origem.

Inúmeros têm sido os estudos, enfoques, teorias, nos quais os imigrantes são os personagens centrais. Nos países onde a sua presença é mais numerosa, a preocupação é mais destacada. A compreensão de como os grupos de não-originários do país se introduz e se instala no novo ambiente, tem estimulado analistas de diferentes disciplinas acadêmicas, estudiosos, e mesmo curiosos a se embrenhar nesse tema. O produto desse conjunto de inquietações tem se concretizado em livros, artigos, teses acadêmicas, artigos jornalísticos, romances de ficção, livros de memórias, ensaios iconográficos, entre as mais recorrentes. Em suma, o imigrante é um personagem que chama a atenção, que desafia a percepção daqueles com quem convivem, na medida em que expõe de maneira visível a noção de 'outro'.

Este trabalho é mais um que trata da imigração. E, é da mesma forma, fruto dessa inquietação sobre quem é, como é esse(s) outro(s). Tenho razões particulares para essa inquietação, desde que ela sempre fez parte da minha história pessoal. Descendente de terceira geração de imigrantes japoneses, a minha história pessoal e familiar se confundem com a trajetória dos japoneses no Brasil. E não raro, até hoje, a marca da diferença está ainda muito presente no meu cotidiano. E não apenas na aparência física, mas em outras dimensões, como na maneira de me ver diante de situações, locais, interlocutores. Esta breve confissão de ordem estritamente pessoal é a maneira que encontro para introduzir as linhas gerais deste trabalho.

Este não é o primeiro trabalho que apresento sobre a imigração japonesa no Brasil. Posso dizer que na realidade, é fruto de um processo que iniciei há anos atrás. Fui aos poucos rodeando assuntos dentro do tema que me induzissem a refletir sobre aspectos específicos da história dos japoneses no Brasil. Comecei relendo as memórias das imigrantes; depois, quis estudar sobre a participação política dos descendentes de japoneses; voltei-me depois para a questão da mobilidade geográfica dos imigrantes dentro do Estado de São Paulo. Um outro breve estudo sobre os japoneses durante a Segunda Guerra Mundial, e finalmente, um ensaio que me convenceu que era necessário me aprofundar nos contextos temporais e espaciais em que o processo da imigração japonesa se desenvolveu.

Esta tese é o desenvolvimento de questões que necessitavam de maiores detalhamentos, e certamente, o ponto de partida para outras tantas que ela sugere. E nesta trajetória, sei que poderei contar com o estímulo de inúmeros colegas e amigos, como ocorreu até agora.

Eu posso afirmar com toda a tranqüilidade, que me considero uma pessoa de muita sorte. Nesses anos todos, tive o privilégio de trabalhar e conviver com pessoas que me ajudaram a perceber que é sempre possível ir adiante, melhorar. São mais que lições da academia, são lições de vida que procurei aprender.

Desde os tempos de Graduação e Mestrado em Ciências Sociais na USP, nos trabalhos de pesquisa desenvolvidos em diferentes instituições, no Doutorado da UNICAMP, estive sempre aprendendo. Com Ruth Cardoso, Eunice Durham, dos tempos da USP que me abriram os caminhos para a vida acadêmica; com amigos como Ana Cristina Braga Martes, amiga desde os velhos tempos, estivemos passando juntas por experiências mais ou menos parecidas, e contando sempre com a sua amizade.

O IDESP é um caso muito especial. Foi lá que iniciei os meus trabalhos sobre imigração japonesa e comecei a perceber a imensa riqueza deste tema. São inesquecíveis as discussões em torno da mesa comprida (que às vezes parecia maior do que era), na Dr. Arnaldo, quando nos reuníamos para discutir a nossa produção. Implacáveis eram os comentários dos colegas. Nada passava em branco. Foi alí que aprendi a prestar atenção aos detalhes e às coisas grandes.

Os profs. Sérgio Micelli, Boris Fausto, os coordenadores do grupo, me ensinaram, e muito. Sou 'niponicamente' (com todas as interpretações que o termo sugere), agradecida a eles. Agradeço por todas as oportunidades, pelo incentivo, por todas as broncas e elogios. Confesso que nem sempre foi fácil digerir as críticas, mas hoje reconheço que foram extremamente sugestivas para eu poder melhorar. Mais recentemente, a prof. Maria do Carmo Campello de Souza, que diz não entender nada de imigração, me coloca à prova, exatamente porque não entende nada de

imigração. Ela chama a atenção para aspectos que passam despercebidos para aqueles que estão viciados dentro do tema. Carmute, obrigada por me ajudar a 'abrir os olhos'.

Para não ser injusta, coloco em ordem alfabética os colegas do grupo: José Renato de Campos Araujo, Maria do Rosário Rolfsen Salles, Oswaldo Truzzi, Roberto Grun, amigos e companheiros de sofrimento e de glórias. Estamos juntos ao longo de dez anos, sem que o grupo se desfizesse. Isto é um bom sinal. O clima de companheirismo, de ajuda mútua, tem sido a nossa marca. Há uma troca muito rica entre nós, que vai desde bibliografia (Roberto sempre com a última publicação internacional), de aportes metodológicos, fontes, recortes de pesquisa que só me fizeram crescer. Amigos, esta é mais um produto do nosso grupo.

Na UNICAMP, fiz muitos conhecimentos. Saí do circuito da USP e convivi com mestres que me trataram mais como colega que como aluna. A começar pela minha orientadora, Mariza Corrêa. Mariza, eu te agradeço pelo imenso respeito que você sempre me tratou. A sua atenção, a prontidão com que você sempre me atendeu me marcaram profundamente. Eu vejo em sua pessoa como é possível conciliar uma intensa vida intelectual com cordialidade, carinho e atenção. Para um orientando inseguro, esses são ingredientes mais importantes que grandes discussões teóricas.

Ainda na UNICAMP, Suely Koffes, Ana Maria Goldani, professoras dos meus cursos de formação na área de Família e Gênero; os mestres profs. Vilmar Faria e Juarez Brandão que me reciclaram na área de metodologia. Inesquecível também a colocação do prof. Juarez numa das aulas em que ele nos disse para deixarmos de ser tímidos e que tivéssemos a coragem de ousar, de questionar. Eu tentei, professor. No CEMI (Centro de Estudos de Migrações Internacionais), a prof. Bela Bianco, Teresa Sales me colocaram muitas vezes 'na fogueira', me colocando diante de desafios, abrindo oportunidades de diálogos teóricos e metodológicos que só vieram me enriquecer. Obrigada.

Agradeço também à CAPES pelas bolsas de estudos.

Mais recentemente, a minha estada no Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil tem me colocado em contato com situações que me estimulam a pensar sobre a vida da 'colônia'. Nessa vivência quase cotidiana tenho aprendido muito. Aos meus colegas e amigos, Célia Abe Oi, Massato Ninomiya, Hiro Kai, Erica Uehara, Irene e Jorge Watanabe, grata de coração por tudo. A dona Emi Kato, sr. Nakayama, Mieko, o meu agradecimento especial pela prontidão com que sempre me atenderam.

E agora, a família. Minha irmã, Emília, me ajudou como profissional a entender os caminhos da análise quantitativa. Rigorosa como são os estatísticos, ela me impôs uma férrea disciplina para não me dispersar com os dados de Cotia. Foram inúmeros os telefonemas e fax entre São Paulo e Belo Horizonte para concretizar

esta parte do trabalho. Aliando pulso com sentimentos de uma ligação muito forte, conseguimos trabalhar juntas. As falhas que aparecerem, são responsabilidade da aluna que não deve ter assimilado bem as lições.

Quanto ao marido, é tão difícil nesta hora, colocar aquilo que significam os sentimentos misturados ao trabalho intelectual. Nesses anos todos, o seu apoio em todos os sentidos foi fundamental. A palavra cheia de significados que deixo para você, Braz, é '*arigataí*' (no cap. 4 eu explico o que é).

Minha mãe foi e é, a grande doutora em imigração japonesa. A sua intensa vivência, sua rara memória e a sua disposição para dar informações foram o meu maior estímulo. Atenta e atenciosa, minha mãe Fumico é a minha maior incentivadora. Eu sei que devo a ela e a todos os meus ascendentes, pai, avós, alguma coisa que estivesse ao meu alcance realizar. Escrevi. Sei que é pouco, mas é o acho que sei fazer. Desta forma, estou procurando retribuir a vocês, tudo aquilo que, como imigrantes, vocês fizeram para que eu tivesse condições hoje, de apresentar este trabalho para a sociedade. Sei que estou contemplando um sonho que meu pai Tadashi e meus avós sempre tiveram.

Guilherme, meu filho, você é a continuação de uma linhagem que tem uma história ainda muito curta no Brasil pelo seu lado japonês. Você é da quarta geração de uma família que veio para o Brasil exatamente na época que eu trato neste trabalho. Gostaria que você aprendesse o que seus bisavós e avós passaram quando chegaram neste país que é nosso, e que eles lutaram muito para que fosse nosso. Não foi fácil. Se você sempre me questionou porque eu vivia escrevendo a tese, eu te digo que eu estou procurando deixar para você, um lado de uma história sobre a qual nós devemos sempre pensar. Ela é parte de você também.

INTRODUÇÃO

Tudo começou a indagação de minha orientadora, há anos atrás: por que os japoneses se dedicam à agricultura? Esta pergunta simples, me deixou inquieta por muito tempo. Por que a agricultura é um nicho associado aos japoneses, se tantas outras pessoas e grupos a ela também se dedicam? A busca de uma resposta à indagação me fez enfrentar o desafio. Esta tese é, Mariza, a minha maneira de te responder ¹.

E foi realmente um desafio. Isto porque eu sempre tive uma irritação (confesso) quando fazia leituras sobre os japoneses no Brasil. Via nelas, uma tendência a sobrevalorizar o papel do imigrante japonês. As idéias de 'povo unido', de agricultores exemplares, vistos pelo senso comum, e por outro lado, os próprios japoneses se vendo como vencedores num ambiente totalmente estranho, carregando consigo um tom até épico na reconstituição de sua história. O que me inquietava era a recorrência dessa imagem positiva, quando é sabido que historicamente ela nem sempre foi assim.

Era preciso buscar razões para isso. É justamente quando vem a pergunta do porquê a dedicação à agricultura. Responder apenas que os japoneses sempre foram agricultores seria no mínimo, ingenuidade. Aceitar também a explicação de que o comércio é menos nobre que a agricultura na tradição histórica japonesa (cap. 2) é também pouco aceitável. O processo imigratório é muito mais complexo que o transplante de uma tradição do país de origem. Também porque, o Japão não poderia ser caracterizado como país agrícola. O que haveria, então?

Escolhi um caminho que me fornecesse condições para refletir sobre as condições nas quais os japoneses se fixaram na agricultura. Por isto, busquei entender os contextos, os momentos com os quais estava trabalhando, numa perspectiva de procurar entender aquilo que estava ocorrendo no Brasil, no Japão, no Estado de São Paulo especificamente, e também dentro do próprio grupo.

¹ Na realidade, os caminhos do pensar nem sempre nos conduzem àquele proposto. O projeto inicial da tese era o de estudar as famílias de origem japonesa, dentro da linha da minha área Família e Relações de Gênero no Doutorado da UNICAMP. No entanto, eu me deparei com uma reflexão que me pareceu anteceder a esta discussão específica. Fiz uma escolha pela compreensão dos mecanismos mais largos para depois, futuramente me dedicar a entender mais de perto o que ocorreu no interior das famílias em função dessa história mais larga.

O produto é uma leitura da imigração japonesa que procura delinear os contornos dentro dos quais os imigrantes japoneses se inserem no Brasil. A dedicação à agricultura é uma decorrência de diferentes fatores. Ela não é gratuita, mas o resultado de uma intensa gama de relações que vão criando a imagem que se tem dos japoneses. No decorrer deste processo, criam-se também as identidades com as suas marcas étnicas. As etnicidades do grupo vão sendo construídas de acordo com o interlocutor, com o contexto, com as metas do próprio grupo.

Por isto, está claro para mim, que a inserção dos japoneses no contexto urbano é uma outra pesquisa ². Da mesma forma, optei por fazer um recorte temporal. O período estudado vai até o início da Segunda Guerra Mundial. Justifico: a meu ver é até o início dos anos 1940 que ocorre a construção deste conjunto de relações. É o período crucial para se compreender como se desenvolve o diálogo dos japoneses com a sociedade abrangente. A guerra é um capítulo à parte que demanda uma pesquisa específica. O ponto de partida no passado vai mais para trás que 1908, o ano de início da imigração japonesa. Para mim, era necessário voltar para meados do século XIX para ter um quadro mais amplo dos contextos que estava buscando.

Desta forma, o trabalho se divide em seis capítulos. No primeiro, quero entender o lugar dos imigrantes na história do Brasil. Nesse capítulo, contemplo o contexto sócio-político no qual os imigrantes entram na história de nosso país. É um período de quase um século, desde meados do século XIX até o período após a Segunda Guerra Mundial. Isto porque era necessário acompanhar as mudanças que iam ocorrendo para se perceber como o imigrante vai se integrando à vida brasileira. Esta síntese dá o pano de fundo para a compreensão de uma discussão de âmbito político-ideológico e também acadêmico que coloca, a meu ver, o imigrante como um interlocutor central. Nele, o imigrante não aparece apenas como o substituto do escravo como mão de obra, mas exerce um papel ativo, que muda com o tempo e as circunstâncias.

No segundo capítulo, faço um quadro do Japão antes e durante o período da imigração. Houve a necessidade de pontuar alguns eventos da história japonesa que pudessem explicar o contexto da saída de japoneses pelo mundo. A meu ver, a hipótese da explosão demográfica é aceitável até um certo ponto, desde que 'os números não mentem jamais'. Mas é de posse desses números que procuro desenvolver um argumento que vai mais além do demográfico. É no problema da inserção do Japão no mundo moderno que incorporo a vinda de japoneses para o Brasil e para outras partes do mundo.

O terceiro, é a discussão específica sobre os japoneses. É um capítulo que sintetiza, sob o ponto de vista de parte das elites brasileiras, a discussão esboçada nos dois

² Esta pesquisa sobre os japoneses na cidade de São Paulo já foi iniciada. Ela recai sobre aspectos que conduzem a uma reflexão sobre personagens que ajudaram a construir um caminho paralelo ao esquema voltado para a agricultura (Sakurai, 2000).

capítulos anteriores percorrendo sobretudo as décadas de 1920 e 1930. Com os elementos já desenvolvidos sobre o lugar do imigrante no Brasil, abordo como os imigrantes japoneses são tratados neste período.

A questão racial tem um lugar de destaque neste contexto, e certamente a alimentou com novos elementos. O problema da ‘raça’, apesar de extremamente importante para a compreensão da história da imigração japonesa no Brasil, tem sido ignorada, ou mascarada, tanto pelos acadêmicos como pelos autores de ascendência japonesa. Ela é sumamente importante, tanto que a meu ver, requer um aprofundamento minucioso que foge aos objetivos deste trabalho. Aqui são colocadas as vertentes principais desta discussão que até rendeu a formulação da legislação restritiva de 1934. Ela não é portanto, nem gratuita e sem conseqüências. No seu pivô estão os japoneses. Por que? Porque o Japão, enquanto Estado em ascensão, ganhando visibilidade internacional, está por trás. Na realidade, mais do que racial, o problema é de alçada das relações internacionais, do diálogo entre o Brasil e o Japão.

O quarto capítulo volta-se para a minha leitura sobre como, a partir dos contextos expostos, os imigrantes japoneses enfrentam a sua vida no Brasil. Neste capítulo coloco um aspecto, também este pouco mencionado, do que chamo de ‘tutela’ do governo japonês. Este aspecto já havia sido esboçado em artigo publicado numa coletânea (Fausto, 1999). Este capítulo desenvolve a questão com o objetivo de demonstrar o porquê da ‘vocação’ agrícola dos japoneses. Que também não é absolutamente gratuita, mas está intimamente ligada a contextos sociais e políticos. Neste conjunto de elementos, uma das identidades dos japoneses vai se forjando e fornecendo as marcas de sua etnicidade no Brasil.

Depois, no quinto capítulo, com os elementos que tenho em mãos, analiso um aspecto que os dados dos capítulos anteriores colocam interrogações. Na bibliografia e no senso comum, a migração temporária é, até a guerra, o fator explicativo para o trabalho e a poupança. A questão do retorno sempre foi motivo de inquietação de minha parte. É um fato transmitido e repetido à exaustão, sem quaisquer questionamento. A pobreza, pelo excesso de população, teria expulsado os japoneses para o Brasil. O intuito dos imigrantes era o de enriquecer no Brasil e retornar rico para o Japão. As evidências dos capítulos anteriores coloca em dúvida este problema, dando espaço para desenvolver o raciocínio sob novos ângulos.

Finalmente, no último capítulo, escolhi analisar o caso da Cooperativa Agrícola de Cotia para entender melhor como o desenvolvimento de novas práticas agrícolas foram centrais para a consolidação da imagem de agricultor dos imigrantes japoneses no contexto brasileiro. É um olhar voltado para um caso particular que no entanto, tem repercussões para todo o grupo.

Em suma, há neste trabalho, pontos que problematizam aspectos que a ‘história oficial’ coloca como definitivas, do mesmo modo que abro atalhos para interpretações

que me conduzem à premissa de que é sempre possível compreender os fatos sociais sob novas luzes.

Trabalhei com fontes escritas e com a bibliografia. Além disso, fiz um levantamento de dados para preencher os objetivos dos capítulos 5 e 6. As especificações de como trabalhei com esses dados estão no Apêndice.

Terminado o trabalho, creio que a minha irritação inicial se dissipou, pelo menos por enquanto. Sei que ainda há muita pesquisa a ser feita, conforme sugeri acima. O período após a guerra é outro grande bloco. Espero que surjam mais perguntas inocentes como a de minha orientadora para que, diante do desafio, eu me anime a respondê-las.

CAPÍTULO 1

“Os interesses da raça e da segurança pública e social da República”.¹

Os imigrantes no centro de uma discussão.

1. Os Imigrantes nos Projetos de Modernização do Brasil

“Se a errância é a liberação em relação a todo ponto dado no espaço e se opõe conceitualmente ao fato de ser fixado neste ponto, a forma sociológica do estrangeiro apresenta-se como a unidade destas duas características. Entretanto, este fenômeno mostra também que as relações espaciais são, de um lado, condição e, de outro, símbolo das relações humanas. Assim, o estrangeiro que abordamos aqui não é este personagem muitas vezes descrito no passado, o viajante que chega em um dia e parte no seguinte, mas antes a pessoa que chega hoje e que permanecerá amanhã, o viajante potencial de certa maneira: mesmo que não tenha seguido seu caminho, não abandonou totalmente a liberdade de ir e de vir. Está ligado a um grupo espacialmente determinado ou a um grupo cujos limites evocam limites espaciais, mas sua posição no grupo é essencialmente determinada pelo fato de que ele não pertence a este grupo desde o início, que ele introduziu características que não lhe são próprias e não podem sê-lo” (Georg Simmel, 1908).

Tratar de imigração é em última instância, tratar de estrangeiros². As palavras de Simmel são instigantes para uma reflexão sobre o imigrante como estrangeiro e a relação quase permanente de tensão entre aquele que vem de fora e o nativo. Neste artigo escrito em 1908, Simmel já está sinalizando para temas contemporâneos dentro dos estudos sobre imigração, como a etnicidade e a construção de identidades. O cerne da questão da etnicidade nada mais é do que aquilo que Simmel chama de tensão, originária do estranhamento e das relações que daí são construídas. Em consequência, as identidades dos grupos seriam forjadas a partir também dessas tensões. Em suma, trata-se de uma cadeia de relações e dos desdobramentos dessas relações, que dão a direção para se investigar como elas se constroem ao longo do tempo.

O Brasil recebeu mais de 4 milhões de imigrantes ao longo de mais de um século, e portanto 4 milhões de estrangeiros e mais os seus descendentes. A presença de um ‘outro’ não passa despercebida, sobretudo nos estados do sul-sudeste. A visibilidade desse outro que vem de fora ajuda também a entender as etnicidades no Brasil. Para

¹ Roquette-Pinto, 1938: 72

² O termo estrangeiro está sendo usado aqui no seu sentido mais amplo, de pessoa nascida em outro país. A discussão política e social do termo, em contraposição à do imigrante, tal como o faz Sayad (1998), abrange uma outra ordem de questões. Estrangeiro é usado aqui na sua concepção corriqueira.

melhor compreender como os imigrantes, não importa a origem neste primeiro momento, se fixaram e se integraram à vida do país, é preciso localizá-los em um tempo e nos espaços sociais desse tempo. Esta forma de abordar o tema conduz à discussão de como ocorreram os movimentos de integração dos imigrantes ao país. Este panorama inicial é importante na medida em que determina as posturas dos grupos imigrantes diante da sociedade receptora.

Desde que o objetivo deste trabalho é o de repassar os caminhos pelos quais os imigrantes japoneses foram se integrando à vida nacional, com especial atenção às tensões entre eles e a sociedade abrangente. Para isto, é necessário resgatar, mesmo sem exaustão, o contexto que reinava no país nos momentos em que os imigrantes vêm para o Brasil. Sem isso, fica-se a dever ao conhecimento mais profundo de fenômeno tão importante para a compreensão do próprio país.

Ao definir que a inserção do imigrante ao país de recepção é um processo que implica num contínuo movimento relacional - imigrantes ou grupo de imigrantes/país de recepção -, a análise que destaca apenas um dos lados da relação pode apresentar lacunas e explicações parciais. Ganha-se maior compreensão sobre os rumos que os diferentes grupos tomaram na definição de suas etnicidades ao longo do tempo quando, por outro lado, se focaliza o outro interlocutor, mesmo que este esteja distante do cotidiano do imigrante. Para o caso dos japoneses em particular, o diálogo com a sociedade brasileira é central.

O diálogo entre os imigrantes e a sociedade abrangente implica em ficar permanentemente atento para os fatos, para as opiniões, para o pensamento que domina cada etapa dos acontecimentos que acompanham os imigrantes na sua trajetória no país que os recebe. Assim, a atenção não se restringe aos contornos econômicos, mas se volta também para os outros campos da vida social.

Nos trabalhos acadêmicos sobre a imigração no Brasil tem sido dada grande ênfase aos aspectos econômicos e sociais do fenômeno, sobretudo àqueles que se referem ao imigrante como substituto da mão-de-obra escrava e os seus desdobramentos sociais. Um balanço da bibliografia recente já foi apresentada por Boris Fausto em sua *Historiografia da Imigração para São Paulo* (Fausto, 1991), onde o autor tematiza o assunto em torno de dois problemas: a mobilidade social dos imigrantes, a sua integração e o pluralismo cultural.

Em seu balanço, Boris Fausto chama a atenção para o interesse tardio ao tema no Brasil, apesar de sua importância para se compreender mudanças marcantes de nossa história. A imigração, até recentemente, nunca foi um tema de estudo em si, como nos Estados Unidos, onde a imigração e a presença dos imigrantes naquele país sempre foi um problema a ser discutido e melhor entendido. No Brasil, como na Argentina, como ressalta Fausto, a imigração sempre foi encarada como uma "*história de final feliz*" (Fausto, 1991:13). No decorrer de sua revisão, o autor mostra pela bibliografia a partir

dos anos 1970, como se desenrola a história de final feliz, particularmente nos estudos sobre a mobilidade ascensional dos imigrantes. Na maior parte *brazilianistas*, os autores desses estudos mostram como a conformação da sociedade paulista, desde o início do século, permitiu a ascensão social dos imigrantes, e uma visibilidade que coincide com a imagem de cidadãos bem sucedidos.

Boris Fausto assinala também para o fato de que a imigração sempre veio mesclada ao problema não resolvido dos negros em nosso país. Fausto tem pois razão: o problema dos negros na sociedade brasileira engendrou um grande número de reflexões e de polêmicas que percorrem o pensamento político e social brasileiro há pelo menos um século e meio. A questão premente para o país são os negros e a mestiçagem.

No entanto, se partirmos da premissa de que a questão do negro está relacionada a algum outro interlocutor, a pergunta que daí decorre é quem é esse interlocutor e em que este difere do negro? Uma das respostas a estas perguntas nos faz retornar a Simmel para auxiliar nesta reflexão. O imigrante como 'o outro', contribuiu para dar maior vigor à discussão que estava presente no Brasil, pelo menos desde o Iº Reinado. Pelo contraste, não importa a origem ou a época, aquele que vem 'de fora' é recebido com um tratamento diferenciado. Se uma categoria analítica genérica de etnicidade puder ser utilizada para os imigrantes no Brasil, o seu sinal certamente será a da diferença (Carneiro da Cunha, 1986). Diferença que se elabora e muda de tom, conforme a época e as circunstâncias, mas que permanece como o sinal diacrítico dessa categoria social, que é tão complexa e diferenciada.

Essa diferença não se restringe apenas ao fato de que na relação de alteridade entre o que vem de fora - o estrangeiro - e o nativo, está presente um elemento de exterioridade e oposição (Simmel, 1908:54). As óbvias diferenças culturais entre todos os brasileiros nativos e os imigrantes suscitam, pelo contraste e pela posição de exterioridade destes, uma ampla reflexão sobre o nosso próprio país. Deste modo, a questão do negro abre tanto um caminho para o seu problema em si, como ao distinguir o imigrante como diferente, contribui para ir moldando um estatuto próprio a estes.

A periodização dos diferentes momentos da trajetória do imigrante como elemento portador do 'novo', tendo sempre o nacional como o elemento de contraste, levanta as formas através das quais a identidade dos personagens da história de final feliz vai se construindo ao longo do tempo. Vale ressaltar que a idéia de 'nacional', termo largamente utilizado até meados deste século, é também uma categoria móvel, deixando entender, no entanto, que brancos, negros, índios e mestiços fazem parte desse contingente. Qual a idéia que se faz do imigrante e a do nacional quando se pensa em introduzir estrangeiros como trabalhadores no Brasil?

Num primeiro momento, de meados do século XIX até a abolição da escravatura em 1888, a questão da imigração está adstrita à substituição do trabalho escravo pelo livre. Há uma extensa pauta de idéias em jogo, que vai desde a abolição por etapas (tal

como de fato ocorreu), como a sua simples extinção. Entra no jogo a discussão política da liberdade, não necessariamente a idéia liberal de mercado. Utiliza-se a parcela das idéias liberais de ressaltar apenas a questão da liberdade individual, “*que não diferia, de maneira significativa, no mundo dos seus avós*” (Skidmore, 1976:43), já que as correntes interessadas na modernização do país são contra o parcelamento da grande propriedade. Portanto, a propriedade (e o acesso à propriedade) fica fora de cogitação. Para isso, procura-se criar no ex-escravo a mentalidade de que o trabalho é a sua forma de libertação. (Marinho de Azevedo, 1987: 51) Nesse ponto, entra em cogitação, a entrada de imigrantes europeus, que se supunha, já eram portadores dessa mentalidade, os prováveis substitutos dos escravos na criação do novo Brasil.

No Primeiro Reinado, a questão da escravidão é a que prevalece nos debates. Percebe-se neste período a predominância das idéias do evolucionismo social postulado pelo positivismo comtiano e trazidas para o Brasil, encaixando-se perfeitamente aos interesses daqueles que viam na escravidão o entrave para a modernização do país. Há dois pontos a serem considerados a partir deste período em vista desta questão: o primeiro é o do papel dos intelectuais, e o segundo, o dos interesses econômicos pressionando a política imperial em direção à abolição da escravatura.

A intelectualidade brasileira, formada por profissionais liberais, muitos formados na Europa, professores, jornalistas, militares de alta patente, influenciam o debate com a publicação de suas opiniões a respeito do atraso do Brasil perante os grandes centros mundiais. A escravidão é uma mácula que envergonha, que coloca o Brasil numa condição insustentável diante dos seus interlocutores, sobretudo os europeus.

O segundo ponto, relativo aos interesses econômicos, é complexo, na medida em que envolve uma nova conformação econômica com o advento do café e de outras culturas, como o algodão, fumo, cacau³. A pauta de exportações do Brasil se diversifica, novas formas de processamento da produção agrícola são introduzidas, com o uso de maquinário para o beneficiamento do café e algodão, ferrovias são abertas em decorrência da necessidade de escoamento da produção, especialmente em São Paulo. Os fazendeiros de café, logo constituem um estrato da oligarquia fundiária que se diferencia da nordestina tradicional, pelo “*zelo, a atividade, o entusiasmo pelas idéias de progresso de que se acham imbuídos os paulistas*” (Canabrava, 1971: 97-98). São em parte esses paulistas que percebem a inoperância econômica da escravatura por seus altos custos de manutenção, apoiados também por seus descendentes que retornam diplomados da Europa, fortemente influenciados pelas diferentes discussões em torno das idéias de civilização, de progresso e de liberdade.

Abolicionistas e imigrantistas formam dois grupos distintos que têm como meta a modernização do país, porém com propostas diversas de conduta. Os imigrantistas, por

³ Sobre o assunto ver a síntese de Alice Canabrava, na *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, vol. 4.

volta de 1870, discutem com maior vigor as vantagens de introduzir imigrantes no país. São pensadores e políticos que por não acreditarem na possibilidade de contornar o problema da incorporação do negro à sociedade brasileira, abandonam a idéia de ‘evangelizar’ os negros e mestiços em direção à ‘civilização’ e propõem a imigração como o caminho para a formação de uma nova sociedade brasileira.

O imigrante é elevado a uma condição especial. É o europeu civilizado, o sangue branco que vem ‘limpar’, renovar, trazer novos ares ao Brasil, sempre dotado de qualidades positivas. Essa imagem perpassa toda a discussão das teorias raciais que começam a afluir no início da República, ganhando cada vez mais corpo nas avaliações dos políticos e ideólogos da Primeira República. Nesse momento, há uma mudança na forma como é tratada a questão do negro e a da imigração, desde que não se trata mais da instituição escravidão ou imigração, mas são os negros e os imigrantes os personagens da discussão.

No período em questão, especialmente nos anos que precedem à proclamação da República até os anos 1910, a questão formação da nacionalidade brasileira ganha contornos mais fortes, seja pela mudança de regime político no país, seja pelo contexto internacional, que cobrava uma definição nesse sentido: “*Repare-se ainda que essas discussões transcorriam em tempos de unificação dos Estados nacionais europeus, numa época em que a homogeneidade cultural, lingüística, comunitária apresentava-se como um trunfo indispensável para viabilizar as nações modernas*” (Alencastro & Renaux, 1997: 295).

O vigor da argumentação modernizante é fundamental no Brasil na virada para o século XX, o ‘progresso’ da bandeira da República é entendido como uma necessidade para libertar o país de suas anomalias sociais, anomalias em cujo cerne estão os “*critérios de inclusão/exclusão ao estatuto de cidadão nacional*” (Corrêa, 1998: 33). Contudo, era preciso mascarar o problema, buscando argumentos que legitimassem, do ponto de vista da época, a questão da cidadania.

No Brasil, a questão nacional e a busca das homogeneidades são elaboradas sobretudo a partir daquele ponto que, na época, é considerado o mais frágil para as elites dominantes no país: a questão do povo brasileiro. Buscar homogeneidade numa população formada por brancos, negros e muitos mestiços foi uma tarefa que suscitou intensos debates, baseados nas teses do racismo científico (Corrêa, 1998) para encobrir as desigualdades sociais. A chegada dos imigrantes está embutida dentro desta discussão. Italianos, portugueses, espanhóis, alemães vêm reforçar a corrente dos que são favoráveis à limpeza do sangue nacional, à purificação étnica (Marinho de Azevedo, 1987: 72 e 75) pela introdução de mais brancos no território nacional.

A vinda de imigrantes para o Brasil se justifica portanto, por razões de ordem econômica, mas também ideológica. Se analisada por este ponto de vista - o do imigrante recuperando o atraso, corrigindo falhas, introduzindo novidades - justifica-se a idéia de porquê a bibliografia sobre o tema ressalta tanto a questão da mobilidade social ascen-

dente dos imigrantes no Brasil. Por um lado, pelo contraste com a população já residente, sobretudo os ex-escravos e os mestiços. E por outro lado, o contexto político e econômico que apresenta caminhos alternativos para a ascensão social de novas camadas sociais, fora dos limites da grande propriedade fundiária. O contexto em que se encontram os imigrantes no Brasil desde a sua chegada é o do chamado ‘novo Brasil’ propalado pelos pensadores desde o final do século passado.

A história da imigração no Brasil, e o seu enredo feliz, passa por etapas, que vão desde a acolhida calorosa dos primeiros tempos, até a etapa em que a presença dos imigrantes não é tão simpática. Com a convivência há a quebra da imagem do imigrante genérico e ocorre uma mudança significativa no seu tratamento, com a nomeação da origem dos interlocutores. Se até o final da década de 1920 o discurso em torno do imigrante se referia a temas genéricos, como os relativos ao problema do branqueamento da população brasileira, da onda civilizada que se entendia ser o europeu portador natural, o imigrante é também tratado como uma categoria genérica. No entanto, quando afloram os conflitos do dia-a-dia, o imigrante passa a ter uma denominação particular. Os italianos são “carcamanos”, os japoneses “velhacos”, os alemães “nazistas”.

Com a convivência, percebe-se que o enredo não atende necessariamente às expectativas, e o imigrante passa a ser visto com outros olhos. Passa de redentor para a nacionalidade brasileira, para o arruaceiro; de elemento civilizador, para o indesejável (Medeiros de Menezes, 1996). As greves e rebeliões nas fazendas de café, os rompimentos de contrato, a afluência às cidades, a formação de grupos de trabalhadores pobres de origem estrangeira são registros de uma história que percorre décadas e que pode ser sintetizada como um movimento de ajuste da sociedade (particularmente a paulista), à presença de homens livres e portanto de trabalhadores livres.⁴ A mobilidade espacial, os empreendimentos, mas também as manifestações das frustrações são partes desse movimento de ajuste àquilo de novo que estava ocorrendo.

Num interessante artigo publicado na revista *Sociologia*, Renato José Costa Pacheco (Pacheco, 1959), arrola romances e contos onde italianos, japoneses, são personagens vivos, em contato com a população nacional, buscando acumular poupança com o seu trabalho, casando-se, criando filhos... Nesse contexto, surgem conflitos originados pela concorrência por espaços de trabalho, discordâncias com a escolha dos cônjuges dos filhos e sobretudo, começam a aflorar estereótipos sobre cada grupo em particular.

A ficção não foge àquilo que a realidade da convivência dos imigrantes na vida do país vinha apontando. Muitos fazendeiros acusam os imigrantes pela superprodução do

⁴ Sobre esse assunto, veja-se o artigo de Cardoso (1960), onde o autor, ao explorar as condições para a industrialização em São Paulo, expõe com clareza, o significado do trabalhador livre na nova sociedade paulista.

café no início do século, primeiro porque *“Hoje, o colono só quer que o fazendeiro faça novas plantações de café. Nisso consiste a garantia da rápida formação de seu pecúlio”* (O Estado de São Paulo, 13 de janeiro de 1899). A conseqüência seria a de que os imigrantes teriam responsabilidade sobre a *“situação do fazendeiro sempre acosado pela necessidade de mais uma nova plantação cafeeira imposta como condição de permanência do trabalhador na fazenda. Foi certamente esse um dos maiores fatores de grande plantação que nos levou à superprodução”* (Carlos Botelho, Correio Paulistano, 21 de junho de 1902) (in Beiguelman, 1977: 92-93).

Um ponto que chama a atenção é a da abundância de mão-de-obra imigrante de que dispunham os grandes proprietários de terras, em especial em São Paulo. Os contingentes de italianos, espanhóis, portugueses, e mais tarde de japoneses entrados no Brasil para trabalhar nas fazendas de café são maiores que as necessidades. Segundo Hall (1989: 8), a proporção de braços necessários ao café e a dos imigrantes entrados no país até 1914 é o dobro da necessária. É evidente que esses cálculos são precários, desde que se deve levar em consideração os ciclos de ascensão e queda do preço do café no mercado mundial. As flutuações no preço do café, no entanto, nem sempre estavam sincronizados com os contratos estabelecidos para a vinda de imigrantes, ou seja, houve momentos de busca de novos fluxos porque havia necessidade de mão-de-obra, como houve anos que, em plena crise, chegavam imigrantes que não eram necessários para aquele momento. Isto punha em xeque o sistema de subsídios de passagens, que só foi mantido porque o governo do estado de São Paulo o assegurou até 1924.

Diante da situação real vivida pelos primeiros imigrantes chegados ao Brasil, observa-se uma intervenção direta de seus países de origem, no sentido de regulamentar junto ao governo brasileiro, um melhor tratamento para eles. Talvez, a atitude mais visível e radical tenha sido a do governo italiano, em 1902, ao proibir a vinda de italianos para o Brasil.

O período de que ora se trata é fértil no contraste entre o ideal e o real. Se por um lado, os imigrantes estariam contribuindo para o branqueamento da população, por outro lado, estão longe do modelo idealizado, não apenas porque a idéia de imigrante até então era idealizada, como também, porque o ‘novo’, qualidade antes só positiva e também idealizada, nem sempre mantém a sua positividade. Não são apenas as manifestações públicas como as greves ou fugas que incomodam. O paradoxo que a realidade aponta é a do imigrante como pobre e também como próspero, do analfabeto e do letrado, daquele que introduz novas idéias, comportamentos e formas de organização institucional e da produção. Alteram-se a forma como são vistos e a própria auto-percepção do imigrante.

A diferença, o novo, no entanto, não são mais categorias genéricas para se referir a um imigrante também genérico, mas a partir desse momento, passam a ter atributos específicos, passam a ser qualificados, diferenciados, classificados. A grande questão passa a ser a de pensar como acomodar um contingente de milhões de estrangeiros e mais os seus descendentes dentro da perspectiva da unidade nacional.

Se no final do século XIX, um folheto de propaganda para a vinda de imigrantes dizia o seguinte: “*Cumpra não confundir o problema da imigração com o da substituição dos braços necessários à grande lavoura. Esta quer salarizados e chega a preferir até os de raça inferior. O escopo da imigração, porém, é de ordem muitíssimo mais elevada, busca organizar os elementos que devem formar a grande nacionalidade brasileira, senhora da maior e melhor parte do continente Sul-Americano. Exige, por isso mesmo, a maior seleção nestes elementos. Ora, para que o imigrante ativo, laborioso, inteligente, progressivo venha para o Brasil, é preciso que este país ofereça condições de bem-estar para si e para sua família, impossíveis de encontrar na Europa*” (Artigos de Propaganda da Sociedade Central de Imigração, fundada em 1883, ano I, bol. n. 1-4, dezembro de 1883-agosto de 1884, in Marinho de Azevedo, 1987: 85-86).

Por outro lado, frases que circulavam no início do século, como “*Cada cafeeiro, assinala a sepultura de um italiano*” (in Petrone, 1997: 111), já denotam mudança, tanto porque o imigrante é nomeado, - italiano -, como também assinala que as condições de bem-estar propostas acima, não eram tão reais como se esperava.

A mudança de foco na forma como o imigrante é tratado culmina com a Constituição de 1934, quando são estabelecidas cotas para a sua entrada. Nada mais revelador que esse estabelecimento de cotas para se perceber uma mudança. Depois de mais de cinquenta anos de convivência com os estrangeiros, alguns pensadores brasileiros se mostram críticos e não raro, extremamente avessos à presença de imigrantes e de seus descendentes dentro do território nacional.

Para melhor se compreender essa mudança de posição, é preciso recorrer, uma vez mais, ao contexto intelectual e político do período que cobre a Primeira República (1889-1930) e o período imediatamente posterior.

A Primeira República é o período das modificações estruturais do Brasil na direção de sua modernização. É o período de expansão do café no oeste paulista e todo o quadro que essa expansão abrange: a extensão das ferrovias, a urbanização, a configuração de um sistema industrial que se irradia a partir de São Paulo. Nos trabalhos citados por Boris Fausto, coloca-se uma correlação entre a presença dos imigrantes, e sua mobilidade social ascendente dentro deste novo quadro. O que é importante frisar é a constatação de que o imigrante é parte fundamental na constituição da economia e as conseqüentes mudanças na estrutura da sociedade e nas direções da política. É um quadro bastante amplo, mas elucidativo para recompor uma reflexão a respeito da questão básica de como se moldam as identidades dos imigrantes no Brasil.

Três situações são centrais para a questão do imigrante, que passa a ser um problema concreto sobretudo a partir da década de 1920. É uma realidade diversa daquela das primeiras levas de imigrantes do final do século, quando a expectativa das elites era de apenas buscar uma alternativa para a abolição da escravatura. Esperava-se a fixação

do imigrante na agricultura, subordinados aos grandes proprietários de terras. Percebe-se que na realidade, as elites dirigentes do país não tinham até aquela época, uma perspectiva de futuro muito além do imediato.

Pelo lado do imigrante, é importante se notar nessa trajetória o vislumbre de um futuro melhor para si e seus descendentes, aquilo que está no imaginário de qualquer pessoa que imigra. São Paulo, naquele momento, estava oferecendo condições para tanto, mesmo no meio urbano. Os imigrantes, especialmente os italianos e espanhóis, que nas primeiras duas décadas do século, saídos das fazendas de café, vêm para a capital, começam a experimentar um novo patamar em sua experiência como grupo. Imigrantes se inserem basicamente nas primeiras indústrias paulistas, tal como fica evidente nas estatísticas sobre mão-de-obra operária em São Paulo⁵. O quesito 'estrangeiro' está sempre presente quando se reconstituem as manifestações ligadas ao movimento de modernização das primeiras décadas do século.

No campo, observa-se a tendência ao partilhamento das grandes propriedades e o aparecimento de pequenas propriedades nas mãos de famílias de origem estrangeira; nas cidades de médio e pequeno porte nota-se a presença desses estrangeiros no pequeno comércio e nas atividades que os inserem nas camadas médias. Na capital do estado, a participação é visível na indústria, no pequeno comércio autônomo.

Há portanto, uma nítida mudança de posição dos imigrantes na sociedade, uma visibilidade que ganha corpo na direção daquilo que era esperado que a imigração trouxesse para o Brasil. Imigrantes trazem 'progresso' ao país. No entanto, esse progresso é paradoxal, como continuará sendo nas décadas seguintes, quando se manifestará com maior vigor. Se por um lado, o Brasil oferece espaços para o progresso, por outro lado, na visão daqueles que dirigem os destinos do país, a presença dos 'estrangeiros' começa a incomodar. As greves e fugas das fazendas são o exemplo usado para manifestar a preocupação.

O que ocorre é que o espaço do progresso passa a fazer emergir pelo menos três problemas: o problema da mão-de-obra nacional em contraste com a imigrante; em segundo lugar, faz vir à tona a pergunta se a grande propriedade rural monocultora é uma estrutura adequada ao desenvolvimento moderno do país. Finalmente, põe novamente em destaque, o pluralismo étnico da sociedade brasileira. São, portanto, pontos que tocam em bases que até então sustentavam o sistema econômico e político do país. Progresso e tradição são postos à prova e pela posição que ocupam os imigrantes na estrutura social brasileira dos anos 1920, há uma sobrevalorização desses papéis em direção ao que denota o progresso. Uma vez mais, os imigrantes são o estrangeiro de Simmel.

⁵ *Veja-se por exemplo, em Pinheiro (1997).*

O primeiro ponto diz assim respeito à questão da mão-de-obra nacional. Aquele que vem de fora ocupa espaços no sistema econômico que poderiam ter sido preenchidos pelos trabalhadores nacionais. E por que isso não ocorreu? A pergunta é feita só quando esses espaços já estão sendo preenchidos pelos imigrantes. Da pequena oficina caseira até a implantação de estabelecimentos que seriam a gênese das indústrias, existe um caminho que pelo menos aponta para a consolidação de um mercado interno e por conseguinte, de camadas da população em condições de absorver a produção dessas indústrias, que evidentemente, não se restringe à população imigrante.

Se existe uma supervalorização da relação entre a imigração e o desenvolvimento da indústria paulista é porque esse aspecto foi supervalorizado pelos próprios imigrantes. *“A tradição industrial, a sofisticação política e a experiência organizacional, de que se pretendeu fazer portadores os imigrantes que ingressaram nas indústrias de São Paulo, é uma visão próxima do mito”* (Pinheiro, 1997: 140).

O slogan das Indústrias Matarazzo- *“Fides (esperança), Honor (honra), Labor (trabalho)”* - (Martins, 1973: 100) estampa de forma explícita, a imagem que o imigrante visa passar para a sociedade. Em contraposição ao trabalhador nacional *“Diz-se que os brasileiros, desde que estão com a espingarda ao ombro ou com o anzol no rio, desde que têm o lambari para comer e a viola para tocar, de nada mais cuidam”*, disse o deputado Paula Sousa em 1858 na Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, sintetizando a imagem do trabalhador nacional como ocioso, pouco ambicioso (in Beiguelman, 1977: 100). Se de um lado o brasileiro é indolente, como durante décadas se apregou, o imigrante traria novos alentos para São Paulo, sobretudo para as novas áreas do café. Paula Beiguelman (1977, op. cit.), chama a atenção para a diferenciação das áreas cafeeiras no que se refere à questão da mão-de-obra. Junto com a marcha do café para o oeste vai também a mentalidade nova do trabalho assalariado dos imigrantes. Seria ingênuo afirmar que é a nova mentalidade que introduz o imigrante nessas novas áreas. Obviamente, a escassez de trabalhadores, e feitos os cálculos das despesas com o escravo, o imigrante é a melhor opção para aqueles fazendeiros que aos poucos vão se tornando imigrantistas.

No contraste de imagens entre o trabalhador nacional esperando pescar o lambari, o imigrante se faz aparecer como aquele que acredita no país em que se estabeleceu, portanto tem esperança, e com honra e trabalho, realiza. E ao realizar, faz o Brasil progredir. Indústrias fundadas por famílias de origem imigrante começam a forjar, com as suas fortunas e casamentos, uma camada que vai se fundindo com a elite da sociedade paulista (Truzzi, 1991). Essa camada emergente introduz o cosmopolitismo que se verifica até na união de famílias: a até então sociedade paulista de quatrocentos anos se abre para acolher os ricos de origem estrangeira. Essas uniões, tal como atestam obras de ficção da época, não são contestadas, mas até aplaudidas (Pacheco, 1959) sem conotação negativa.

QUADRO 1 - Entrada de imigrantes no Brasil por período - 1884-1945

período	nº de imigrantes
1884-1888	277.950
1889-1900	1.301.281
1901-1910	671.351
1911-1920	797.744
1921-1930	840.215
1931-1940	288.607
1941-1945	18.430
total	4.195.578

Fonte: IBGE- Anuário Estatístico do Brasil . 1951.

O segundo ponto refere-se ao segmento dos trabalhadores das indústrias. Também nesse aspecto, há um sobrepeso do papel dos imigrantes na formação da camada dos trabalhadores assalariados nas indústrias de São Paulo. Os seus movimentos de organização, como as diversas correntes do anarquismo, a constituição do Partido Comunista Brasileiro, foram de alguma forma associadas diretamente aos imigrantes. Nas greves e nos movimentos reivindicativos, italianos, espanhóis eram responsabilizados pelos protestos e atritos contra os patrões, muitos deles também, de origem estrangeira.

Pesquisas pontuais sobre o empresariado (Martins, 1973; Bresser Pereira, 1964) e sobre os movimentos operários (Maran, 1979; Magnani, 1982), têm relativizado a relação direta entre imigrantes e a nova conformação social de São Paulo. Não é necessariamente a origem estrangeira dos atores que explica as mudanças. No entanto, estas estão presentes: as nascentes indústrias paulistas são colocadas em alerta, tanto que são estabelecidas quotas de trabalhadores estrangeiros em seus quadros para a defesa do trabalhador nacional (1931). O artigo 1º do decreto 20.291 de 12 de agosto de 1931 coloca a obrigação de pelo menos 2/3 de brasileiros natos em empresas com mais de 5 empregados.

O final dos anos 1920 marcam uma queda acentuada na entrada de imigrantes, segundo dados do IBGE, que apontam para o fim da chamada 'grande imigração' no Brasil.

Esse final de década, com a queda da bolsa de Nova Iorque em 1929, é também um marco na história mundial e por conseguinte, na história de nosso país. Dentre todas as mudanças que se evidenciam no cenário político e econômico, vale ressaltar que também no plano das idéias que darão rumo ao Brasil, há um segmento que coloca em destaque o lugar do imigrante dentro deste conjunto de mudanças. Na redefinição do Brasil enquanto nação com projetos modernizantes, o imigrante volta novamente a ser tema de polêmicas, justamente por sua condição de exterioridade. Apesar de fixados

no país e inseridos em atividades diversas e em diferentes camadas da sociedade, os imigrantes continuam neste caso, a servir como interlocutores ‘de fora’.

2. “*Fides (esperança), Honor (honra), Labor (trabalho)*”.

O Imigrante no centro das discussões sobre a nação brasileira nos anos 1930.

O Conceito de Assimilação no Brasil.

A questão teórica da assimilação de imigrantes no Brasil, difere da norte-americana que dá destaque ao plano cultural nesse movimento, enquanto que entre nós, a discussão gira novamente em torno da questão do negro, da mestiçagem, e da imigração quando em suma, está se discutindo a formação da ‘raça brasileira’.⁶

Na década de 1930, há um resgate dos estudos das raças enquanto problema bio-social. Em seu artigo, Seyferth chama a atenção para o fato de que, no período em questão, os grupos imigrantes já são identificados pelas suas etnicidades ou seja, por limites étnicos onde a crença na afinidade de origem, de conotação racial reforçadas pela existência de instituições comunitárias, hábitos e estilos de vida próprios de cada grupo diferenciam o imigrante (Seyferth, 1998: 225).

Se por um lado, a filosofia do trabalho, da honra são as marcas do sucesso imigrante, por outro lado também os imigrantes são parte das ‘classes perigosas’: *aqui eram inicialmente compostas por eles* (descendentes de africanos) *e só muito mais tarde as classes trabalhadoras, maciçamente integradas por imigrantes, serão objeto da mesma atenção da ciência*” (Corrêa. 1982: 19- grifos meus).

Na realidade, a questão central, como afirmou Corrêa, é a questão das desigualdades no Brasil. Há duas vertentes na opção de tratar as ‘classes perigosas’ pelo caminho das diferenças raciais: aquela que se utiliza do argumento da inferioridade do negro e a outra que prevê a necessidade de assimilação biológica do imigrante, com o objetivo último de integrar racialmente a nação brasileira.

Como já foi exposto, no início, o imigrante exerce um papel de contrapeso em oposição ao negro, quando aparece como solução para o branqueamento da população. Esta posição de contrapeso, no entanto, passa a não ser tão eficaz, segundo o discurso das elites, desde o momento em que o imigrante passa a ascender socialmente. Ele passa a ser um incômodo para a elite agrária que se percebe vulnerável diante das transformações que estavam ocorrendo no país desde o início do século. Nos processos de industrialização, urbanização, parcelamento das grandes propriedades, na formação de um mercado interno mais diversificado, estão presentes os imigrantes e seus descendentes. É

⁶ Em um artigo bilingue espanhol-português, Giralda Seyferth (1998) faz uma excelente síntese sobre a relação entre identidades étnicas e racismo no Brasil desde o Império até o final da II Guerra Mundial.

evidente que a participação destes é parte de um processo mais abrangente que envolve a participação do Brasil no sistema capitalista mundial. Mas, para fins retóricos era preciso voltar a atenção para esse novo segmento da população brasileira, que pelo menos no centro-sul do país, ganha uma visibilidade pública e é parte da nação.

Para evitar a discussão direta do modelo onde os imigrantes estão inseridos, as elites resgatam o discurso racial para procurar atacar e procurar diminuir o peso desta visibilidade.

Em 1920, Oliveira Vianna, publica *Populações Meridionais do Brasil*, e em 1932, *Raça e Assimilação* detectando que havia algo de novo nas populações meridionais do país: “*levaram-me a uma convicção contrária ao preconceito da uniformidade atual do nosso povo*” (Vianna, 1987: 15), apontando para essa não uniformidade do brasileiro, as diferenças históricas e sociais das diferentes regiões do país. Dentre essas diferenças está certamente a presença dos imigrantes. Para sustentar a sua tese, nos três primeiros capítulos de *Raça e Assimilação*, discorre sobre a psicologia das raças nacionais, a fim de demonstrar que a formação racial e nacionalidade são frutos “*dos atributos diferenciais da mentalidade coletiva de cada um desses grupos nacionais: o povo francês, o povo inglês, o povo alemão, o povo italiano*” (Vianna, 1959: 19- sublinhado no original).

Nos capítulos da segunda parte, introduz a problemática em torno da assimilação, calcado na noção de *melting pot*. O *melting pot* é entendido como fusão de raças, miscigenação, diferente da perspectiva norte-americana que prevê fusão cultural. Ao fazer um balanço dessa questão no Brasil de sua época, o autor se atém nos brancos. E em especial, aos imigrantes fixados nas colônias do sul do país e em São Paulo. A preocupação do autor é com o que chama de ‘ilhas étnicas’, o mesmo que enquistamento étnico, termo introduzido por Sílvio Romero em 1910, e largamente utilizado mais tarde.

Toda essa segunda parte do livro de Oliveira Vianna é dedicada à análise da ocorrência de não mistura racial da população de origem estrangeira nos locais citados. Por meio da metodologia de Bloom Wessel, sociólogo e demógrafo norte-americano, Vianna demonstra que nas colônias do sul, e em São Paulo, onde se acrescentam os japoneses, de origem não caucasiana, está ocorrendo um processo de baixo índice de casamentos fora do grupo nacional de origem, concorrendo para um grau de homogeneidade racial e biológica interna, não promovendo assim, o branqueamento esperado. Na sua conclusão constata que nessas colônias estão se desenvolvendo “*recursos sutis e invisíveis de defesa de que as etnias transmigradas se utilizam para reagir contra a ação assimiladora nos novos meios*” (Vianna, 1959: 126- grifo meu). Não se percebe uma tomada de posição explícita contra essas atitudes de defesa, mas fica claro o cuidado de deixar o problema em aberto.

Bem no final, Oliveira Vianna levanta um problema diverso daquele que tratou no decorrer do livro, a questão da cultura, cuja importância daí por diante é crucial para a

maneira de se pensar o imigrante no Brasil. Ao dizer: “*nestes campos cisatlânticos de colonização como o nosso, os climas sociais têm sobre as condições culturais trazidas pelas várias etnias imigrantes uma ação dissociativa, transformadora e seletiva comparável à que os climas físicos, principalmente os tropicais, devem estar exercendo sobre as condições biológicas dos novos tipos imigrantes. Há portanto, processos de seleção e adaptação cultural, como há processos de seleção e adaptação biológica, agindo sobre as etnias aqui afluentes, e que cumpre investigar...*” (Vianna, 1959: 127)

Oliveira Vianna levanta também no final de *Raça e Assimilação*, a questão que iria tomar conta das reflexões sobre os imigrantes no Brasil, que é o problema da aculturação. Ele apenas cita, mas não faz nenhum comentário a respeito. O problema da aculturação do imigrante abre uma vertente que perdurará por várias décadas nos estudos sobre imigração no Brasil. Ela se inaugura pela década de 1940 e vem até o início da década de 1970.

Assimilação e aculturação são dois conceitos que caminham juntos e têm um peso respeitável na percepção sobre o imigrante. Pensa-se em tirar do imigrante as suas características de estrangeiro, e torná-lo um ‘igual’. A diferença é percebida como um atributo negativo, sendo considerado positivo aquele que tem o padrão cultural brasileiro como referência. Mais uma vez, a questão de fundo não é propriamente o imigrante, mas a nação brasileira. O imigrante continua sendo um contrapeso nessas reflexões.

O período em que os temas da assimilação e aculturação são desenvolvidos é bastante longo para ser tratado em bloco. No entanto, é possível se perceber uma linha condutora nos trabalhos que tratam do assunto, apenas destacando dois aspectos: 1. o desenvolvimento dessa reflexão dentro do meio acadêmico paulista e 2. o início de trabalhos sobre grupos imigrantes específicos como tema de teses, artigos, até então inexistentes.

A grande inovação que se inaugura a partir da época que escreve Oliveira Vianna, a década de 1930, é a incorporação da cultura como o centro e ponto de partida das preocupações dos analistas sobre a imigração. É o problema da diferença, das bagagens culturais, daquele novo, que no final do século passado era considerado positivo, que passam a preocupar. A diferença cultural, que é a marca da imigração, é tomada como o mote central para a argumentação em torno da assimilação e aculturação. Assimilar e aculturar significa esmaecer as diferenças, transformar o outro .

Um trabalho que faz um estudo cuidadoso da assimilação do ponto de vista da cultura é o de Emilio Willems de 1940, *Assimilação e Populações Marginais no Brasil. Estudo Sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes*. É provavelmente o primeiro estudo sistemático sobre o problema. Nele, Willems dissocia a assimilação de toda a conotação biológica ou racial. Assimilação é um conceito estritamente social. É importante notar uma diferença de terminologia entre Oliveira Vianna e Willems. Enquanto que para Vianna etnia corresponde a nacionalidade e raça é um conceito biológico,

para Willems, etnia e raça se correspondem, isto é, têm um sentido biológico. Mais importante, no entanto, é a concepção de assimilação nos dois autores.

Como foi exposto acima, Oliveira Vianna concebe assimilação como a inclusão das etnias (nacionalidades) no *melting pot*, isto é, no entrecruzamento das etnias entre si e com os nacionais; já para Willems “*assimilação é, portanto, fusão cultural e, como tal, afiliação espiritual e afetiva. Para os processos biológicos paralelos ou subsequentes usamos os termos aclimatação ou adaptação (do organismo ao clima ou ao meio físico no sentido mais lato da palavra) e amalgamação ou fusão (para a miscigenação de etnias e raças diversas)...*” (Willems, 1940: 15- grifo meu). Isso significa também o reconhecimento das contribuições culturais do imigrante (op. cit: 5). Sobre a concepção de assimilação utilizada por Vianna, Willems a considera ultrapassada desde a Iª Guerra Mundial, quando se evidencia que as diferenças culturais persistem mesmo com medidas compulsórias para a assimilação.

A concepção de assimilação de Emilio Willems acrescenta o elemento psicológico a formulações antes expostas por autores como Julio de Revorêdo (Revorêdo, 1934) que, como outros autores da década de 1930, entendem a assimilação como análogo ao processo de metabolismo dos organismos vivos. Essa analogia foi criada por Fairchild, autor norte-americano mais citado entre os brasileiros que trabalham com a questão naquela época. A citação que se segue desse autor, coloca novamente em relevo o problema da diferença que caracteriza o imigrante: “*No caso de um sêr organico, a assimilação é parte do processo nutritivo. O processo, em seu todo, consiste em receber o organismo, certas substâncias extrinsecas, que, sujeitas a forças transformadoras, são reduzidas à uniformidade e ao mesmo posteriormente incorporadas. É a transformação, a mudança, do heterogêneo para o homogêneo, do desigual para o igual*” (apud Revorêdo, 1934: 227). Em seguida à definição, Revorêdo acrescenta: “*O imigrante tem de passar por um processo de transformação em que desapareçam os ultimos traços de sua nacionalidade, concomitantemente com aquisição dos elementos ou qualidades da nacionalidade que o recebe. Esse é o processo pello qual ele é assimilado*” (Revorêdo, 1934: 227).

Essa assimilação tem um caráter temporal, já que o autor a entende como um processo que não se restringe à primeira geração, mas sobretudo às seguintes. Importante é salientar a ênfase que coloca na maneira como os nativos devem se relacionar com os estrangeiros para que o processo seja bem sucedido: por um lado, a proposição de uma política dos governos para evitar os ‘enkystamentos’ (segundo grafia da época), e “*não evitarem os brasileiros o contacto com o exotico; antes, e por todas as maneiras, empenharem-se em attrahil-o para o seu convivio*” (Revorêdo, 1934: 236) ressaltando adiante, qualidades do brasileiro que facilitam a assimilação: afável, simples, generoso, prestadio, hospitaleiro (Revorêdo, 1934:238). Nessa formulação, entram em jogo a questão da nacionalidade, de traços de como é o brasileiro, mas se lança a idéia da reciprocidade, ou seja, da relação nativo/estrangeiro como sendo fundamental para que a assimilação seja bem sucedida. Revorêdo é o primeiro a colocar explicitamente uma res-

ponsabilidade para o brasileiro. Não é apenas do imigrante a tarefa de se tornar brasileiro.

Outra questão que autores da década de 1930 levantam é a inassimilabilidade de alguns grupos imigrantes. Os casos mais patentes e que mais aparecem são os dos alemães e dos japoneses. Sobre essa questão, há uma intensa polêmica de cunho intelectual e político. Autores, como Oliveira Vianna, apostam na impossibilidade dos japoneses se assimilarem, usando a imagem do enxofre para ilustrar a sua idéia: “*O japonês é como enxofre: insolúvel*” (Vianna, 1959: 155). Outros autores, no entanto, têm posição oposta. Julio Revorêdo e Alfredo Ellis Junior, por exemplo, não concordam com a posição acima: “*O vulgo habitualmente afirma a existencia de raças e de povos que não se deixam assimilar, no paiz de immigração. Entre nós, sem o menor discernimento, dizem que o japonéz é inassimilavel, pelos seus caracteristicos de nacionalidade. Nada mais errado. Não são raças determinadas, ou antes, não são povos que pelo arraigamento de seus costumes, de seu idioma, de sua civilização e de sua religião, de tudo emfim que caracteriza a sua nacionalidade, que são inassimiláveis. O principal factor, para que não se diga radicalmente o único factor, da inassimilisação é o ambiente, ou o meio social. Este é que predetermina as consequencias decorrentes de um movimento immigratorio*” (Ellis Jr, 1937: 76, nota 1).

Os contornos políticos da polêmica em torno da assimilação são bastante visíveis e têm uma clara relação com a decadência das oligarquias rurais, especialmente as do nordeste brasileiro. Intelectuais, como Julio de Revorêdo, que acompanham os debates da Constituinte de 1934, se manifestam contra, utilizando-se inclusive de ataques de ordem pessoal para se opor à idéia de Xavier de Oliveira, de que “*Não precisamos de immigrants para sermos uma grande nação*” (apud Revorêdo, 1934: 172).

Revorêdo publica seu livro *Immigração* no mesmo ano da Constituição. Esse livro é, em realidade, uma exposição da perplexidade do autor diante dos rumos que tomava a Constituinte. Lembra, iniciando o seu prefácio, do pequeno interesse que até então o tema havia tido para o grande público, mas naquele momento percebe a relevância do tema. Isto porque a imigração é um problema relativo à ordem da própria política nacional. Ao analisar toda a legislação norte-americana restritiva à imigração (1924), e depois examinar a legislação brasileira, o autor é muito crítico ao que se propunha na Carta em elaboração. Sua posição é otimista em relação ao futuro da imigração, ressaltando que “*os destinos da nossa incipiente nacionalidade estão intimamente ligados à prática de uma intelligente, de uma sabia politica de immigração*” (Revorêdo, 1934: 295).

Da mesma forma, Alfredo Ellis Junior é altamente positivo em relação à imigração. Autor da obra *Populações Paulistas* (1934), querendo diferenciar São Paulo do resto do país, usa o trabalho, a mobilidade ascensional sem restrições de origem e a não existência de uma aristocracia, para de um lado, defender a imigração, e por outro, demonstrar que em São Paulo a população “*vae se alvejando*” (Ellis Jr. 1937: 90) porque o

negro tem baixa taxa de natalidade, além da falta de empenho na "*lucta pela vida*" (Ellis Jr. op. cit : 89), e predisposição a doenças. Com esses argumentos, o autor diferencia São Paulo do restante do país, referindo-se a ele como "lá no Brasil" (op. cit. : 91), a mestiçagem está fazendo desaparecer o elemento negro, o que não ocorre em São Paulo.

A defesa de Ellis não é de defesa da imigração em si, mas do posicionamento político de São Paulo, recém saído da Revolução Constitucionalista em 1932 e a favor da miscigenação para acabar com o problema do negro. No reforço ao seu corpo de reflexões para marcar a diferença de São Paulo, elabora a idéia de que todos os imigrantes podem se tornar nacionais (portanto são assimiláveis), sobretudo quando o meio social que os recebe é aberto às contribuições dos que vêm de fora. E é o que, para ele, ocorre em São Paulo.

Às vésperas da II Guerra Mundial, o nazismo na Alemanha, o fascismo na Itália e o militarismo expansionista japonês, que estão se expandindo para fora de seus territórios, sugerem também razões para as reflexões sobre a assimilação dos imigrantes. A iminência de uma guerra, na qual o Brasil ainda não tem uma posição definida, dá uma outra conotação política à presença dos imigrantes no país. A política de cotas restringindo a entrada de novos imigrantes no Brasil a partir de 1934, a política de restrições, especialmente a de ensino de línguas estrangeiras no país a partir de 1937, são medidas do governo brasileiro que evidenciam apreensão oficial com o imigrante. É uma apreensão diferente do período anterior, desde que o problema não é apenas interno, mas vem de fora. O nacionalismo do Estado Novo, o medo difundido entre as camadas mais educadas do centro-sul de uma possível incursão armada de nazistas e militaristas japoneses, ou pelo menos de difusão dessas idéias no país, são pontos que conduzem a medidas de proteção da nacionalidade brasileira e perseguição a possíveis inimigos residentes no país.

É no meio dessa discussão que se pensa em como integrar culturalmente o imigrante, preferencialmente os seus descendentes. No processo de assimilação, tal como propõe Revorêdo, atenção especial deveria ser dada às gerações de descendentes, os agentes da assimilação. Para tornar-se nacional, educação é o fator imprescindível. A educação apagaria os traços das diferenças culturais, daí se entender as medidas de proibição do ensino de línguas estrangeiras, de circulação de periódicos e jornais que não fossem em língua portuguesa, nesse período em que a nacionalidade pode ser colocada em xeque.

Nesse contexto é que Emilio Willems procura mostrar a necessidade de assimilação, recorrendo a fatores de ordem psicológica para fortalecer o seu ponto. Quando fala em "populações marginais", está se referindo àqueles imigrantes e descendentes que estão na confluência de duas culturas, numa situação de conflito, de crise de personalidade, de sentimentos de inferioridade. A questão que Willems considera mais preocupante, não é aquela que atinge os indivíduos, já que essas crises têm caráter passageiro (Willems, 1940: 106). O problema é que a marginalidade cultural conduz a

uma autoconsciência e consciência racial excessiva. A sua definição de consciência racial é tomada de Everett Stonequist, autor de *The marginal man* (1935) que diz: “*Consciência racial é uma forma de auto-consciência, uma consciência que aparece quando o indivíduo percebe que outros o observam de certa maneira porque pertence a um grupo racial distinto... Não significa simplesmente consciência de raça como tal, mas também a consciência associada de uma posição social incerta e, geralmente inferior; o indivíduo está como que estigmatizado aos olhos do grupo dominante*” (apud Willems, 1940: 108-109, nota 97).

Essa consciência racial se exacerba no contato com os nativos, os ‘lusos’, segundo o autor, promovendo conflitos velados contra estes, mas também dentro do próprio grupo. Os diversos trechos de artigos do jornal *Der Kompass* de 1938, citados por Willems, manifestam o inconformismo dos alemães radicados no Brasil de não serem considerados pelos nacionais-socialistas como parte integrante do povo alemão. É dentro do raciocínio da marginalidade, portanto, que Willems manifesta o seu temor diante do contexto de nacionalismos e de uma guerra. Como contornar o problema do imigrante, senão por sua assimilação social e integração cultural?

Os temores dos brasileiros em relação aos imigrantes originários dos países do Eixo (Alemanha, Itália, Japão) estão presentes em inúmeras publicações, panfletos que mostram esta preocupação, referindo-se particularmente ao problema dos enquistamentos. Desde a Constituinte de 1934, quando se discute a inassimilabilidade de grupos imigrantes, os alvos são, como se disse acima, os originários pelo menos da Alemanha e Japão.

A Alemanha nazista recoloca o problema da discussão racial na década de 1930, diferente daquela do final do século XIX. No início preocupava-se basicamente em pensar a superioridade dos brancos diante dos negros e amarelos, tendo como ponto central, os males da miscigenação. Agora, o problema toma novas formas, sobretudo a da eugenia. Num momento em que os imigrantes começam a aparecer publicamente, o problema é o da concorrência entre os nacionais e os estrangeiros. Diante disso, a questão da seleção étnica vem à tona, com os contornos científicos disponíveis na época.

Já Oliveira Vianna, em *Raça e Assimilação*, em suas primeiras páginas, justifica a retomada da discussão racial mostrando como, por reação às teorias da superioridade racial germânica, a tendência nesse campo foi a de caminhar para provar a igualdade entre as três raças e, de certo modo, abandonar a discussão que se desenvolvera até então. Suas palavras: “*Constituiu-se como que um estado de cepticismo generalizado, sob a ação do qual os fatos de diferenciação racial mais patentes são postos em dúvida, formando-se em torno deles um ambiente de displicência e desinterêsse*” (Vianna, op. cit.: 12).

O problema agora é o de pensar como a nação brasileira enfrentaria a presença de pessoas de origens diversas dentro de seu território. A mudança de perspectiva se deve às evidências da realidade da época: a de que a miscigenação é um fato. Seja ela entre as

três raças, seja entre pessoas de diferentes origens nacionais. Não apenas Oliveira Vianna, como autores posteriores a ele, discutem a diversidade de origens dos grupos imigrantes. Se pensados sob o critério da cor da pele, a quase totalidade dos imigrantes é formada pelos brancos. No entanto, esses brancos se diferenciam em tipos (*Europeu, Slavonicus, Alpinus, Dinaricus, Meridionalis*), e por conseguinte, o tratamento em bloco não é viável, do ponto-de-vista da bio-sociologia, da psicologia étnica, da antropossociologia, segundo Vianna (Vianna, op. cit: 45-47). Certamente, o nazismo é a porta de entrada para os cientistas da época se aprofundarem em pesquisas em torno das raças. Para reagir à ideologia da superioridade germânica, as pesquisas se voltam para a interdisciplinaridade, onde a Biologia, a Antropologia Física, a Medicina, e também a Psicologia, entram em diálogo, procurando desmontar as idéias de homogeneidade e superioridade.

Essas pesquisas, que se desenvolvem na Europa e América do Norte, têm eco no Brasil, onde, segundo Vianna, “*se caldeiam os tipos antropológicos mais diferentes, onde as raças mais primitivas se misturam com as raças arianas; só aí é que elas podem ser estudadas em condições ótimas de eficiência investigadora*” (Vianna, op. cit: 15). E é o que ocorre. Essas investigações no Brasil se desenvolveram basicamente em duas etapas que se completam: a primeira, é a que se volta para uma discussão de ordem mais geral, que é a da seleção étnica; a segunda, numa primeira etapa, aprofunda esses estudos com trabalhos com a perspectiva dos cálculos antropométricos, que mais tarde terão diversos desdobramentos.

A seleção étnica ou a eugenia (do grego, *eu*= bom; *gens*= produzir) se refere à manipulação dos processos de seleção evolutiva, a fim de desenvolver um estoque genético ou populacional próprio (Marshall, 1994: 161), cujo alcance não é apenas biológico, mas principalmente, “*a Eugenia está, exactamente, na ponte que liga a biologia, às questões sociaes, à politica, à religião, à philosophia e... aos preconceitos*” (Roquette-Pinto, 1938: 69). O horizonte é portanto, extremamente largo e propício a reflexões. Roquette-Pinto, em um dos ensaios publicados em 1938, transcreve as conclusões do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929, onde nos 12 parágrafos do documento, o foco são os imigrantes. É um documento dirigido aos poderes públicos alertando sobre “*os interesses da raça e da segurança pública e social da República*” (in Roquette-Pinto, 1938: 72 grifo meu). O imigrante no final da década de 1920 não é mais aquela figura mítica, mas é agora um problema de segurança pública e social, que pode interferir até mesmo na consolidação do regime político. É por isso, que o Congresso propõe a seleção de quem vai poder entrar no país para se fixar e deixar descendentes.

Quem são os elementos desejáveis para o país? São aqueles que provém de populações cujos ‘*atributos coletivos*’ sejam aprovados; aqueles que possuem ‘*condições individuais*’, sendo que apenas a saúde física não basta “*como característicos do valor eugenico do individuo, o qual só póde ser afferido pela apreciação das qualidades mentaes e moraes em que se traduzem os attributos profundos de sua*

herança e, portanto, do seu valor como elemento racial"; a pobreza entendida como manifestação de inferioridade mental e moral deve ser rejeitada, preferindo-se portanto, os imigrantes com habilitação técnica e profissional, ou pelo menos, os possuidores de um pecúlio que transfeririam para o Brasil. Rejeitam, assim, a imigração subvencionada. E numa clara referência às agitações operárias da época, interferem sobre a entrada de imigrantes com antecedentes criminais e "*que entre as manifestações mais freqüentes das taras hereditárias que incapacitam o imigrante, como elemento ethnico indesejável, figuram fórmulas de desequilíbrio mental traduzido em tendências anti-sociais...*", concluindo que em face do desenvolvimento das forças mecânicas na produção, o número de pessoas presentes no país é secundário. O importante é selecionar *quem* será recebido como imigrante. O documento sugere uma política sistemática de reserva à entrada de imigrantes (apud Roquette-Pinto, 1938).

Se não pelo lado psicológico, esses trabalhos têm também a preocupação de demonstrar quantitativamente, o problema discutido. Em *Raça e Assimilação*, Oliveira Vianna faz duras críticas ao sistema de levantamento de dados estatísticos no país, especialmente sobre os descendentes de imigrantes. Todos os autores da década de 1930 aqui citados, não são contundentes como Vianna, mas engrossam as suas críticas. Por ocasião do Censo Demográfico de 1940, foi contratado um demógrafo italiano, Giorgio Mortara, que introduz no Censo brasileiro, quesitos para um mapeamento mais completo da situação da imigração no Brasil. Mortara introduz uma vertente aos estudos de imigração que perduram por décadas no Brasil, que são os estudos quantitativos. As 'medições' entram na agenda de investigações dos estudiosos da imigração. Não apenas Mortara publica artigos sobre aspectos essenciais na discussão sobre a assimilação, mas faz discípulos, inclusive Willems.

A corrente quantitativa reintroduz um problema que marcou os pensadores raciais do final do século XIX, como Nina Rodrigues, que são os estudos antropométricos. São agora reforçados por pesquisas como a de norte-americanos que estudam não a raça no sentido biológico, tal como fazia Nina Rodrigues, mas realizam estudos para medir a influência no meio físico entre os descendentes de imigrantes. Já em 1911, Franz Boas publica um livro sobre a questão - *Abstract on the Report in Bodily Form of Descendants of Immigrants* - mostrando como o meio físico em que se estabelece o imigrante, tem influência, por exemplo, no peso e altura dos descendentes.

Arthur Ramos, na sua face como antropólogo, procura, no segundo volume de sua obra *Introdução à Antropologia Brasileira* publicado em 1947, mapear e incluir, ao longo de 641 páginas, os grupos imigrantes no Brasil dentro do contexto das relações raciais e culturais do país. Este trabalho tem a característica primordial de ser minuciosamente descritivo e informativo, com a intenção de reforçar a sua tese do nacionalismo cultural (Stolcke, 1998:216) que tem como ponto central o argumento que a miscigenação cultural e física é um processo natural do contato entre os povos, considerando não existir nem raça pura, nem cultura pura. Ataca em toda a sua obra o etnocentrismo europeu, ou o 'culturo-centrismo' (Ramos, 1947:25) da chamada civili-

zação ocidental que distorceram as noções de raça e miscigenação ao classificarem as raças como puras ou impuras, superiores ou inferiores a partir da ótica do colonizador.

A sua proposta neste livro é de conhecer a realidade brasileira da miscigenação física e cultural pensada como um processo contínuo. O seu argumento na *Antropologia Brasileira* pode ser sintetizado na seguinte citação: “*As grandezas e misérias do homem brasileiro, de qualquer matiz epidérmico, são injunções e resultados de múltiplas influências que nada têm a ver com a raça (no sentido biológico) . E por isso, como já foi antevisto na obra de alguns precursores ilustres, o estudo da mestiçagem física tem que ser corrigido e completado com o da ‘mestiçagem cultural’, neste vasto capítulo da antropologia que hoje chamamos de aculturação*” (Ramos, 1947:462-grifo meu). Este trabalho de Arthur Ramos é um produto que justifica a cátedra em Antropologia e Etnografia na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil que obtém em 1946.

A preocupação de dedicar todo um volume às “culturas européias e ‘europeizadas’”(que define no Prefácio “*como imigrantes ‘ocidentalizados’, dentro do espírito colonizador europeu, ou adaptando processos culturais da Europa*”- grifo do autor), ajudam-no a sustentar a argumentação de que a aculturação é um movimento inexorável, e a miscigenação, uma decorrência do processo de aculturação. Neste volume, Ramos não tem a preocupação de expor as suas posições pessoais diante da questão racial, das teorias racistas de cunho biológico e de mestiçagem.⁷

É curioso como Ramos desenvolve a sua exposição neste trabalho. Ela é inteiramente compartimentada em capítulos que tratam de cada um dos elementos que compõem o mosaico cultural e étnico e suas diversas associações. Dividido em duas partes, analisa minuciosamente cada grupo imigrante na primeira parte, com um volume de informações dificilmente encontrado em outros trabalhos. Os imigrantes europeus e europeizados são descritos pelos seus tipos físicos, aspectos da história, da cultura material e espiritual, são apresentados por dados sobre o movimento migratório para o Brasil, (onde recebeu auxílio de Giorgio Mortara) e a sua situação naquele momento.

Inclui não apenas os grupos majoritários numericamente como os italianos, portugueses, alemães, japoneses e espanhóis, mas inclui franceses, anglo-saxões, holandeses, judeus, todos os grupos eslavos, ciganos, chineses. Na segunda, que intitula “Os Contactos Raciais e Culturais”, apresenta as ‘opiniões e estereotípias’ sobre a mestiçagem no Brasil criticando autores como Euclides da Cunha, Alberto Torres, Paulo Prado, Roquette-Pinto, para depois tratar da aculturação indígena, negra, dos grupos imigrantes, para no fim propor a necessidade de se fazer uma antropologia histórica e regional do Brasil, trabalho não efetivado por sua morte anos depois. Apresenta

⁷ Sobre a trajetória de Arthur Ramos e o seu posicionamento no contexto intelectual e político de sua época, vide Corrêa, 1998, Stolcke, 1998 e Martínez-Echazábal, 1996.

52 páginas de referências bibliográficas demonstrando o seu cuidado de dar caráter científico ao seu trabalho, e sobretudo, o de identificar a Antropologia como um campo específico do conhecimento científico. Não é uma obra conclusiva, mas informativa. Ao compartimentar os capítulos em assuntos, não mostra as relações daí decorrentes, isto é, de uns com os outros. Ao sugerir a antropologia regional, deixa em aberto exatamente essas relações entre os diferentes grupos que analisa nesta obra.

A grande contribuição de Arthur Ramos no tratamento dos imigrantes é certamente aquela sugestão que ficou em aberto, de encarar o imigrante como parte da diversidade étnica e cultural do Brasil. Nesse sentido, abre caminho para estudos posteriores que seguem a sua sugestão de não mais pensar o imigrante como 'de fora', mas estudá-lo como parte integrante e influenciando os que o rodeiam, tal como ressalta Simmel.

Os estudos de aculturação dos imigrantes que seguem o rastro de Arthur Ramos se conduzem dentro das universidades, como trabalhos acadêmicos na área de Antropologia. Os estudos sobre assimilação ficam a cargo dos sociólogos, enquanto que as reflexões sobre os componentes étnicos da população brasileira introduzem um terceiro agrupamento de trabalhos. São aqueles voltados às tentativas de sintetização sobre a identidade nacional brasileira, onde a questão da formação da população ganha espaços. As décadas de 1950 e 1960 são extremamente férteis no volume de trabalhos e reflexões sobre assimilação e aculturação de imigrantes, não apenas porque já havia uma tradição nesse campo, mas também porque havia um clima no pós-guerra que se voltava à restituição da "*fé na natureza humana*". (Stolcke, op. cit: 209)

O imigrante é um objeto de estudo que tem um apelo especial no sentido de demonstrar a possibilidade de homens de origens diferentes poderem conviver, trocar e diminuir fronteiras. O mundo da redemocratização, os objetivos de progresso que marcam o pós-guerra, são um campo profícuo para que os estudos sobre assimilação e aculturação dos imigrantes tenham espaço em livros e revistas especializadas. Se por um lado, há uma literatura que desenvolve especificamente idéias em torno da democracia racial brasileira, os estudos sobre imigração vão na mesma direção, mostrando que mesmo os grupos antes considerados problemáticos, como os alemães e japoneses, também estavam se assimilando.⁸

É a partir deste contexto que a revisão bibliográfica de Boris Fausto se inicia. A sua afirmação do "final feliz" deve ser compreendida a partir deste momento. Antes, como se viu, houve muitas controvérsias sobre o lugar do imigrante no país. Mas é sobretudo a partir dessas controvérsias que os próprios grupos de imigrantes vão construindo as suas identidades e as suas etnicidades. Sem este pano de fundo, mesmo que panorâmico dos vários contextos que esses imigrantes vivenciaram, não se pode compreender trajetórias de grupos, como os japoneses, no seu convívio com a sociedade abrangente.

⁸ Refiro-me aos trabalhos sobre alemães e japoneses de Emilio Willems, Egos Schaden e Hiroshi Saito.

CAPÍTULO 2

“Reverenciemos o Imperador, expulsemos os bárbaros.”

Um pouco de história - Japão.

1. O Japão nos meados do século XIX. A Restauração Meiji.

A. Antecedentes.

“Habitados a imitar a China e recolher os conhecimentos vindos do exterior, eles (a nova elite no poder) não tardam a se convencer que o melhor meio de resistir ao ocidente seria o de ocidentalizar o seu país e a sua economia. Eles mobilizam todas as suas energias para se consagrar a essa tarefa” (Reischauer, 1973: 143).

1868 é um ano simbólico na história japonesa, pois é o marco da Restauração Meiji, momento inicial de um intenso processo de mudanças que penetra por toda a sociedade, de tal forma que afeta não apenas a geração que a viveu, mas influencia toda a história posterior do Japão.

O fato que introduz o Japão nessa nova era é a restituição do poder político ao imperador, após mais de duzentos e cinquenta anos do shogunato Tokugawa e de fechamento do país a qualquer contato com o exterior. Mas a Restauração Meiji é mais do que isso.

Esta época é considerada por autores como Barrington Moore (Moore, 1967) a expressão da forma japonesa de revolução burguesa, quando ocorre uma profunda realocação e redimensionamento das forças sociais no cenário político e econômico do país. Trata-se, portanto, de introduzir o Japão no circuito mundial capitalista, o que impõe um conjunto de mudanças institucionais na ordem política, econômica e social para colocar o Japão, em ritmo acelerado, em condições de inserção e competitividade no novo mercado mundial em formação.

No Japão Meiji, cria-se um Estado e uma nação de acepções modernas, com base territorial num arquipélago com menos de 400.000km². *“O Japão, em verdade, é uma montanha”* (Derruau, 1970:10) contando com apenas 15% de terras disponíveis para a agricultura, marcado pelo regionalismo, sobrevivendo basicamente de atividades primárias – agricultura e pesca-. Nesse território, o governo do imperador Meiji inicia o processo de implantação de um novo modelo de sociedade para o Japão.

Nessa mesma época, -meados do século XIX-, o mundo todo está passando por mudanças geopolíticas, sociais e econômicas em função da necessidade de expansão do

capitalismo. A Restauração Meiji no Japão está intimamente ligada a essas mudanças que estão ocorrendo no mundo ocidental, em que as grandes potências mundiais capitalistas da época, a saber, a Grã-Bretanha, a França, e os Estados Unidos, dão início ao 'loteamento' de territórios, sob diferentes formas, entre si. É o período denominado do imperialismo das grandes potências. Alemanha e Itália reunificadas e o Japão Meiji buscam lugar entre elas.

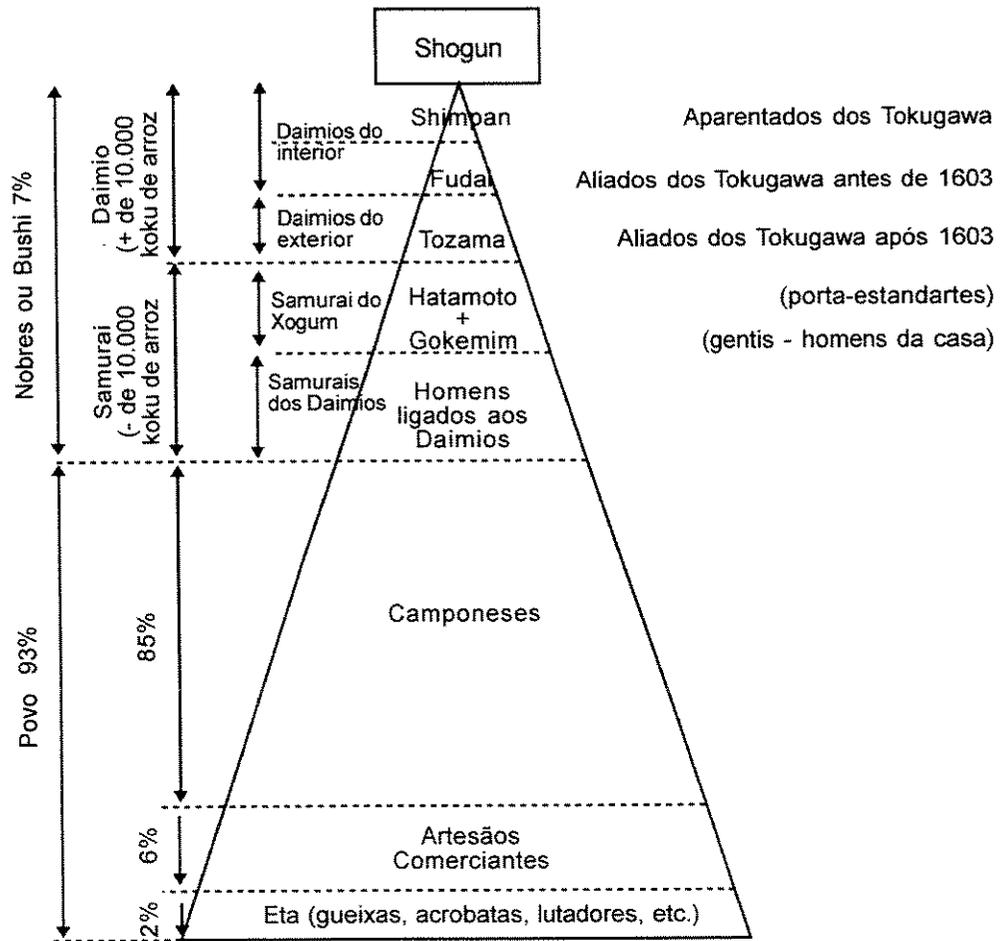
As regiões até então fora do circuito da chamada 'civilização ocidental', passam a fazer parte dos mapas de domínio político (direto ou não), das grandes potências. A França anexa a Argélia em 1830, o Taiti em 1880; a Bélgica domina o Congo em 1885. Nesse momento, a Grã Bretanha se apropria de parte da África do Sul, domina a Nova Zelândia, Austrália, Malvinas, Nova Guiné. Enfrenta problemas de resistência na Ásia, especialmente na China e Índia que resultam em guerras regionais, como a Guerra do Ópio na China entre 1839 a 1842, além de guerras no Afeganistão, Burma. O Canadá torna-se domínio inglês em 1867. Nesse meio tempo, a federação norte-americana vai anexando novos estados, aumentando consideravelmente a sua extensão territorial. O Texas e a Califórnia (1836 e 1850), passam a fazer parte dos Estados Unidos após um longo período de atritos com o México. Partes da América Latina continuam o seu processo de independência da Espanha, a escravidão africana entra em xeque nos países da América, enquanto a África está sendo retalhada em domínios de países europeus.

Do ponto de vista social, é relevante a supressão da servidão dos camponeses na Rússia em 1861, a promulgação de uma constituição liberal na Prússia em 1850. A Europa Oriental passa também por uma movimentação em torno da remodelação de seus limites territoriais, enquanto que a Itália e a Alemanha desenvolvem o seu processo de unificação.

É dentro deste quadro que o navio Comodoro Perry de bandeira norte-americana, aporta no Japão em 1854. Dez anos antes, os Estados Unidos tinham assinado com a China, (na época em guerra com a Grã Bretanha), um tratado de paz, amizade e comércio (1844). A chegada do navio estrangeiro ao Japão provoca interesses também por parte da Rússia e Grã Bretanha sobre esse território ainda não explorado pelos ocidentais. A Grã Bretanha e os Estados Unidos conseguem, apesar das resistências dos japoneses, o direito de aportarem e comerciarem em dois portos- Shimoda e Hakodate, ambos bastante distantes da capital Edo, antigo nome de Tóquio. Os norte-americanos tomam a frente no processo de quebra do isolamento do Japão, obtendo direitos de extra-territorialidade para seus cidadãos, e tornando-se o primeiro governo estrangeiro com representação diplomática no Japão (1857).

A perplexidade em torno da chegada de um navio estrangeiro ao Japão em meados do século XIX deve-se ao fato do país ter estado oficialmente fechado aos contatos externos desde o início do século XVII. A centralização do poder através do modelo do shogunato Tokugawa coincide com a ausência de relações com os países vizinhos, quer na esfera econômica, diplomática ou territorial. O Japão, durante três séculos é conside-

GRÁFICO 1 Estrutura social japonesa na época Tokugawa



Fonte: Reischauer, 1973 : 110

rado um país feudal, onde o poder está pulverizado nas mãos de diversos senhores de terras, apesar da linhagem imperial continuar a existir, porém sem qualquer poder de decisão política. O gráfico 1 sintetiza o quadro das relações sociais no Japão da época.

Não cabe aqui uma discussão mais prolongada sobre as características do feudalismo japonês, mas apenas salientar que a estrutura de poder com base na lealdade de diversos senhores de terras, os *daimios*, tende a avivar o regionalismo, a reprodução das tradições locais, numa sociedade moldada sobre uma base de castas. Controlada a partir de 1608 por Ieyasu Tokugawa, a sociedade feudal japonesa se reproduz a partir dos princípios da lealdade, do dever, dos cerimoniais, tal como a define Barrington Moore (Moore, 1967: 277). Politicamente, o poder passa do imperador para o *shogun*, o detentor da maior extensão de terras cultiváveis (25%). É justamente pela falta de flexibili-

dade do sistema social que o feudalismo japonês se fragiliza e vai se desmontando com o decorrer do tempo.

A diferenciação no topo da hierarquia social (conforme o gráfico), é decorrente da relação de lealdade dos senhores de terras na ocasião da implantação do novo sistema. O *shogun* é auxiliado diretamente por 23 senhores, ligados por laços de parentesco aos Tokugawa. Suas terras somam mais de 30% do território, formando com os Tokugawa, um bloco no Japão central, em torno da capital Edo, e de Quioto, a residência do imperador. Esse grupo de feudos têm nas mãos as decisões e o controle da burocracia, apesar de nenhum dos 23 feudos ser representado na alta burocracia para se evitar qualquer eventual ameaça de usurpação do poder.

Há ainda 150 senhores que são aliados de Tokugawa (*fudai*). Estes têm mais prestígio e poder de decidir, diferente dos 100 feudos que tinham sido os inimigos dos Tokugawa em 1608 (*tozama*). Estão localizados ao sul, oeste e nordeste, nas regiões mais distantes do centro do poder. São excluídos das decisões, da burocracia. São tão controlados que só podem estabelecer alianças matrimoniais, criar fortificações, com o consentimento do *shogun*.

Há um rigoroso controle sobre a arrecadação de impostos e de eventuais ameaças ao poder, exercido por uma fiscalização externa pelos chamados 'olhos e ouvidos do *shogun*'.

Uma outra forma de controle do *shogun* e de seus aliados é a exigência de permanência de todos os senhores por seis meses junto à corte em Edo, a capital. Na outra metade do ano, o senhor retorna às suas terras, onde é livre para exercer o poder sobre os residentes em seu território. Deve, no entanto, deixar a sua família residindo na capital para garantir que, se houvesse alguma rebelião do senhor, a sua família estaria numa condição de reféns do *shogun*.

Os senhores aliam a lealdade ao *shogun*, e a liberdade no feudo. Devem também a obrigação de pagar impostos, proporcionais à população residente em seu território, como também sobre a produção. Esse controle é tal, que atualmente, os registros dessa época são, por exemplo, uma importante fonte de estudos para a demografia histórica japonesa, tal o detalhamento e a continuidade serial, que denotam o cuidado com que o *shogun* acompanhava os seus subalternos.

No topo da hierarquia social, dentre os 7% dos nobres, incluem-se os samurais, a antiga casta dos guerreiros, que no período anterior ao shogunato são a base de sustentação dos senhores, estes em permanentes guerras entre si para a conquista de espaço político e territorial. O *shogunato* acaba com as guerras, delimitando esses espaços e concedendo autonomia a cada senhor para a administração de sua porção de terra, sob o controle do poder central. Os samurais mantêm o prestígio, mas não têm mais a função de guerreiros, e são sustentados pelos 93% restantes da população. Sem função, os samurais

se dedicam alguns, a atividades intelectuais, artísticas, muitos a vagabundagem, outros a atividade comercial, apesar do comércio ser considerado ilegal para os de sua casta.

No período anterior, os samurais possuíam pequenas parcelas de terra, que são obrigados a entregar ao seu senhor, mantendo, no entanto, a autorização para empunhar espadas, o sinal de seu *status*. Os feudos mantêm os samurais para aparentemente defender a ordem, mantidos com uma quota anual de arroz proporcional àquilo que possuíam em terras no período anterior, o que dá origem a uma hierarquia dentro do próprio grupo. Há os samurai de alta estirpe, descendentes dos primeiros guerreiros japoneses. Os de mais baixo escalão são originários da casta que se formou posteriormente. São dependentes dos seus senhores que, ou para se manter em Edo, ou em função de alguma crise, podem diminuir a quota de arroz dos samurais, provocando descontentamentos com muita frequência.

Na base da pirâmide estão as famílias camponesas, patriarcais e extensas, que cultivam a terra e pagam os impostos, que sustentam a estrutura criada pelo shogunato. O sistema estabelece o seu controle sobre os camponeses, incentivando o associativismo e a organização local em torno das aldeias (*mura*). O associativismo é uma forma de organizar os camponeses para a arrecadação dos impostos, cujos responsáveis são os chefes de cinco famílias da aldeia, e dentre estes, um chefe de aldeia que presta contas aos senhores dos feudos.

É, portanto, um sistema que mantém a fidelidade sob penalizações bastante explícitas para manter o conjunto em funcionamento.

Com o decorrer do tempo, no entanto, um esquema alternativo à agricultura, se apresenta a camponeses de alguns feudos. Uma industrialização regional se desenvolve dentro dos feudos, paralelamente à agricultura, tornando-se fator de desequilíbrio dentro do sistema, planejado basicamente sobre o monopólio agrícola. É uma indústria de preparação de matérias-primas para a indústria de tecelagem de algodão e de seda, que são manufaturadas em centros como Osaka. Essa produção regional alimenta o comércio e desenvolve uma circulação monetária, não previstos. A atividade agrícola e a preparação de matérias-primas para a indústria convivem na mesma propriedade, desde o final do século XVII. “*Na segunda metade do século XVII se observa a transição de uma sociedade agrária para uma na qual a indústria e o comércio se estabelecem gradualmente na economia*” (Saito, 1983: 32).

Ao lado da industrialização rural, ocorre também um incremento da produtividade agrícola com a utilização da irrigação, de fertilizantes, do arado. A maior produtividade das terras, dá aos camponeses, a possibilidade de produzir mais do que o exigido pelos senhores, proporcionando a esta camada, uma melhoria no seu padrão de vida. Essas mudanças estão ligadas a um crescimento demográfico da população, que cresce a uma taxa de 1% ao ano, provocando uma desproporção entre a taxa de habitantes e de terras disponíveis para a agricultura. A população japonesa cresce, acentua a taxa de densida-

de demográfica, cria diferenciações regionais, em função das características geográficas, que com o decorrer do tempo, vão também comprometer o sistema do *shogunato*.

No decorrer de três séculos, portanto, a sociedade japonesa passa por transformações importantes. O sistema feudal japonês dá espaço para o desenvolvimento interno dos feudos, para o aumento da produção agrícola, e portanto de excedentes, e o conseqüente desenvolvimento do comércio. A manutenção de duas residências obriga os senhores a vender a sua produção aos comerciantes para transformar o excedente em dinheiro, os quais por sua vez, se enriquecem cada vez mais. compra os produtos para se manterem acrescentando o luxo que o seu *status* exige.

Os comerciantes passam cada vez mais a exercer um papel preponderante nessa estrutura. Emprestam dinheiro aos senhores dando origem a um circuito no qual os senhores e os samurais passam cada vez mais a depender desses comerciantes. Nos períodos em que a produção diminui, o que não é incomum, ou quando é necessário recolher recursos extraordinários, como ocorreu após o incêndio de Tóquio em 1657, os comerciantes são acionados para garantir a manutenção do sistema. Na escala social, entretanto, os comerciantes se encontram na fímbria da sociedade, longe da camada detentora do poder, sem direito à posse de terras.

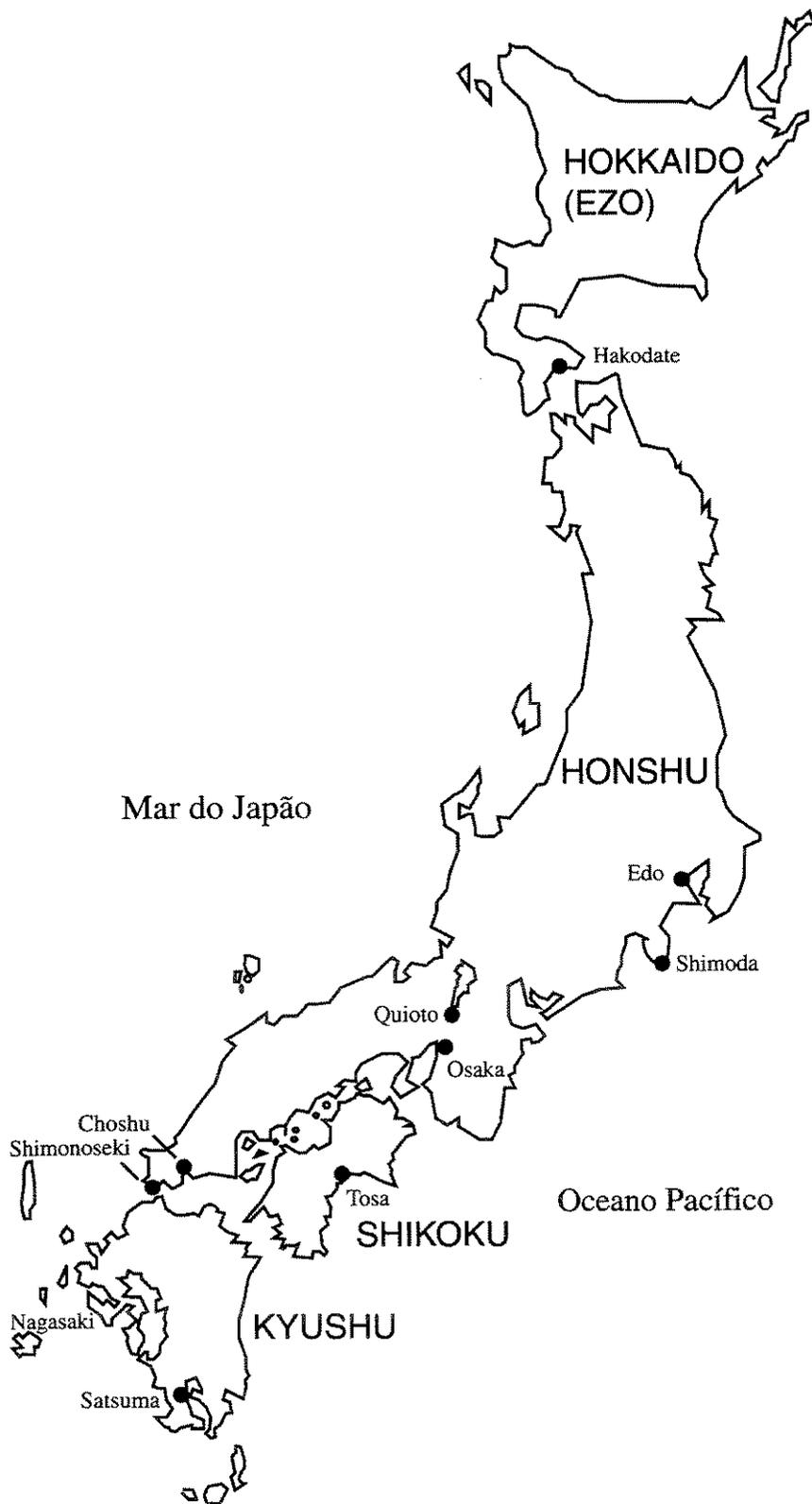
Em meados do século XIX a estrutura feudal é superada pelas circunstâncias onde pesam novas forças como as do comércio e da urbanização. O sistema que obriga os senhores de terras a passar metade do ano em Edo, provoca um enorme adensamento das cidades, já que nelas se abrigam não só todo o corpo da aristocracia e da burocracia, mas comerciantes, artesãos, serviçais e todo tipo de prestadores de serviços. No início do século XIX, Edo conta com uma população de mais de um milhão de habitantes, além de Osaka contar com 380.000 habitantes, e Quioto, 526.000. O conjunto das três cidades forma uma considerável concentração urbana, se comparada, por exemplo, a Londres e Paris de meados do século XVIII (com cerca de 600.000 habitantes) (apud Moulder, 1979:82).

B. A restauração do poder do Imperador em 1868.

Na metade do século XIX, quando o navio norte-americano aporta no Japão, o modelo adequado para três séculos atrás, já está superado. Os analistas sobre a história do Japão, com especial destaque para os marxistas, mas não apenas estes, são quase unânimes em apontar que é no interior do próprio modelo que se dá o fim do *shogunato*. A história oficial japonesa do período Meiji, no entanto, aponta a chegada dos ocidentais como o fator de desagregação do feudalismo. Na realidade, o comodoro Perry é o emblema da aceleração de um processo de mudanças, que há muito já estava ocorrendo na sociedade japonesa. A chegada dos ocidentais ao Japão agudiza uma discussão política cujo cerne são os caminhos que se tomariam daí para a frente.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

MAPA 1 O Japão na época Tokugawa



A restauração do poder ao imperador é o corolário do processo, o símbolo das mudanças.

A legitimidade de todo tipo de poder político no Japão depende da figura do imperador. Quando é assumida a restauração do poder do imperador começa o fim do poder da família Tokugawa. A queda do shogunato ocorre através de uma série de rebeliões locais, lideradas por aquelas províncias que desde o século XVIII não eram fiéis aos Tokugawa (*tozama*). Os senhores dessas províncias se aliam e conspiram contra o *shogun*. Destaca-se Choshu (hoje Yamaguchi), situada no sul da ilha de Honshu, cercada de mares por três lados, e tradicionalmente uma ligação do Japão com o restante da Ásia. Nessa província se localiza o estreito de Shimonoseki, uma das portas de entrada para o interior do país para navios vindos da Coréia.

Satsuma, a outra província que se rebela contra os Tokugawa, é hoje a província de Kagoshima, situada no extremo sul da ilha de Kyushu, aberta em direção ao sul do Pacífico. Ali, em 1542 começa a fabricar as primeiras armas de fogo do Japão, copiadas dos viajantes portugueses. Satsuma tem também uma grande produção de arroz, e abriga cerca de 800.000 habitantes no século XIX.

A outra província que lidera a restauração, é Tosa, hoje Kochi, situada na ilha de Shikoku, terra natal de um dos líderes do movimento, e aberta ao Pacífico oriental.

É preciso salientar que os dois primeiros feudos são pontos estratégicos por sua localização geográfica. São pontos de contato para fora do Japão, sobretudo Choshu e Satsuma, voltadas para o exterior. Satsuma, por exemplo, empreende uma jornada em direção a Okinawa no início do *shogunato* e mantém o arquipélago sob sua tutela até meados do século XIX. Okinawa era também, por sua posição geográfica, uma porta de entrada para o comércio com a China. Apesar de fechado, o Japão tinha interesses em manter relações com aquele país. Da mesma forma que, estrategicamente, Okinawa, sob controle japonês era uma barreira para a entrada de estrangeiros (portugueses, holandeses) (Yamashiro, 1993, cap7).

Os três feudos que se rebelam tinham outras peculiaridades: abrigarem os dois extremos das forças sociais em embate: o rígido sistema de solidariedade feudal, e uma classe de jovens samurais (com idade entre 27 e 40 anos) educados sob a influência do ocidente, e comerciantes detentores de grandes fortunas como a família Mitsui.

O processo de restauração do poder imperial se deu então “ *com jovens samurais, abertos à influência ocidental, os tozaima-daimio, agricultores ricos, comerciantes endinheirados e intelectuais da classe média. A grande massa de camponeses assalariados, o incipiente proletariado urbano servia como massa de manobra ao serviço dos interesses e objetivos da nova classe...*” (Cintra, 1971: 32). A reação se estabelece na forma de uma união contra a velha ordem que não oferece condições legais

para a expansão dos negócios e para a ascensão social do indivíduo para fora do círculo em que nasceu.

A chegada dos ocidentais ao Japão engendra opiniões divergentes a respeito da atitude do país diante da situação. ‘Ameaça’ (do ocidente) é o termo utilizado pelos confucionistas, da ala mais conservadora dos senhores de terra, leais ao *shogun*. Apreçoam a lealdade aos princípios da obediência ao código samurai que data de 1232, querem a expulsão dos ‘bárbaros’, não se deixando seduzir pelos artefatos trazidos do ocidente.

Enquanto isso, os shintoístas, relembram a origem divina do imperador e a superioridade do povo japonês, que diante do maior avanço tecnológica do ocidente, deve assimilar, e não rejeitar os seus ensinamentos (Beasley, 1995: 24-25). É o grupo que encabeça a restauração do poder do imperador. Os poucos contatos que os japoneses tinham tido até então com o ocidente, lhes mostram que as idéias de igualdade social e liberdade de mercado são promissoras para a expansão desse grupo oponente dentro da sociedade que lhes nega espaço social e político.

Em sintonia em torno do slogan “*reverenciemos o Imperador, expulsemos os bárbaros*”, as forças sociais emergentes se unem para a tomada do poder, abandonando a idéia de expulsão dos estrangeiros, decidindo-se por uma atitude de não-confronto com os ocidentais, superiores na arte da guerra. Pelo contrário, se abrem aos ocidentais numa estratégia de lhes retirar lições de economia e política, de incorporar novas tecnologias, desenvolver o intercâmbio comercial e cultural, abandonando a atitude do “*sapo olhando o mundo do fundo de um poço*”, mas “*adotando seus melhores pontos e tirando proveito de nossas próprias deficiências*” (documento assinado pelo imperador Meiji em 1868. in Beasley, 1995: 53).

Pelo lado dos países ocidentais, o Extremo Oriente, é marcado pelo exotismo descrito por Marco Polo no século XVI, pelas notícias das invasões mongóis e tártaras que atingem os limites do mundo considerado ocidental, pela violência da expulsão dos cristãos das terras japonesas no século XVI, e já no século XIX, pela resistência à chegada dos ocidentais àquela parte do mundo. As tentativas inglesas de ocupação da China e da Índia são problemáticas à época da restauração imperial no Japão. No entanto, é um mercado potencialmente fértil, pela sua extensão, recursos e pelo número de pessoas que nele habita. O Japão em 1871 abriga uma população de 33 milhões de habitantes, maior que a da Grã-Bretanha (26 milhões), e comparável à dos Estados Unidos (39 milhões) e à da França (36 milhões) (Grun, 1982). Não há informações sobre a China, mas certamente, a cifra é alta. Tal como no século XVI, quando da expansão ibérica, o Oriente pode se tornar fornecedor de produtos não existentes na Europa e Estados Unidos, como a seda, o chá.

O caminho encontrado pelas potências ocidentais é também a de não-confronto com os japoneses, mas de entrada pacífica à custa de habilidade diplomática e demons-

tração de superioridade técnica. Em especial para os Estados Unidos, o Japão é um caminho para a China, se confrontando, sem dúvida com a Grã-Bretanha, que procura se fixar na China vindo através da Índia. Tal como a expansão para oeste dentro do seu território com a corrida do ouro na Califórnia que ocorre nessa época, a expansão para oeste na Ásia, tem o Japão como o seu ponto de referência. Os Estados Unidos têm interesse no desenvolvimento da indústria baleeira japonesa para concorrer com a inglesa, esta bem sucedida na pesca da baleia nos mares do Pacífico sul, abrindo também a possibilidade de incrementar a sua indústria náutica a vapor.

2. Rumo à modernização. O Japão na era Meiji e Taishô.

A. As reformas econômicas.

Os novos detentores do poder no Japão, não têm nenhum plano traçado sobre quais seriam os caminhos para a renovação que se pretende. Em linhas gerais, sabe-se que haveria um esforço para o Japão entrar no circuito econômico e geopolítico mundial e a dar lugar às novas forças sociais, reunindo toda a população como uma ação coletiva nacional.

Os anos que se seguem a 1868 são marcados por atritos entre diferentes facções de dentro do grupo no poder. Como ressaltam os autores que analisam o período, não há um líder para o comando, mas lideranças locais, que divergem entre si. A partir dessas divergências nascem as primeiras medidas do novo período. Na realidade, são adotados dois grandes blocos de medidas que caracterizam o período: as de cunho social e as de cunho econômico, que conjugados, dão o tom para a reformulação do antigo sistema em busca da modernização japonesa.

Pode-se afirmar que o processo de modernização do Japão é uma criação, o fruto de um esforço coletivo em busca do objetivo de tirar o país do atraso em relação às potências ocidentais.

Dois autores ajudam a entender melhor esse processo. Um deles, um dos autores japoneses mais conhecidos internacionalmente, Harumi Befu, faz uma ponderação sobre o significado da modernização no Japão, ressaltando que no ocidente, esse processo é fruto de um *continuum* histórico, mas no Japão, “*implica no desenvolvimento de um governo que encoraja esses processos, constrói a integração política, adotando por exemplo, o nacionalismo e disseminando benefícios econômicos, educacionais, políticos e outros benefícios para a maior parte da população, e até certo ponto, limitando os benefícios para a pequena elite dominante.*” (Befu, 1971: 180-181)

Lévi-Strauss, por seu lado, entende a restauração Meiji da seguinte forma: “*O Japão, ele, procedeu a uma restauração que, tinha também por objetivo integrar o povo à comunidade nacional. Mas ele capitalizou sobre o passado em lugar de des-*

truí-lo. O Japão pôs assim, ao serviço da nova ordem recursos humanos plenamente disponíveis... remontando aos tempos de produção pré-rizícola e já integrado pela produção rizícola, estava ainda bastante sólida para dar um lugar ideológico ao poder imperial, depois à sociedade industrial...” (Lévi-Strauss, 1988: 100-101)

Ambas as citações ressaltam o reconhecimento de aspectos da cidadania à população, entendida como integração à comunidade nacional, ou como extensão de benefícios econômicos, educacionais e políticos, levando em consideração os interesses de todos os japoneses, “*altos e baixos*” (apud. Carta de Juramento do Imperador, 1868. in Beasley, 1995: 56)

Abaixo segue uma descrição sucinta das medidas tomadas a partir da restauração do poder imperial no Japão, embasada no fortalecimento do Estado e no desenvolvimento econômico.

As medidas de caráter econômico são basicamente aquelas ligadas a uma centralização da economia nas mãos de um novo tipo de Estado, através de acordos com os comerciantes, (em 1873 os conglomerados Mitsui e Mitsubishi e o governo se aproximam para a realização de negócios), com a criação de uma infra-estrutura que permite o desenvolvimento dos transportes, (é vital a construção de estradas de ferro que de início, ligam as principais cidades, o desenvolvimento do transporte a vapor), das comunicações (a implantação do sistema de telégrafos- 1869- , do sistema postal - 1871-, do primeiro jornal em 1870 e a regulamentação da imprensa e opinião pública em 1875).

O governo cria também uma burocracia que sustenta e controla a economia do país. São criados os ministérios, o primeiro deles, o Ministério do Trabalho em 1870, seguidos do Ministério do Interior em 1874, do Ministério da Agricultura e Comércio em 1881, demonstrando uma nítida preocupação em estabelecer regras para o funcionamento interno do país. É preciso ressaltar que os postos-chave do novo governo são preenchidos por representantes dos feudos que lideram a Restauração, Satsuma e Choshu e Tosa.

Desses locais também surgem os líderes das Forças Armadas, cujo estatuto na nova ordem, é de prestígio e poder. “*A guerra é o Pai da Criação e a Mãe da Cultura*”, segundo um Ministro da Guerra (apud. Huntington, 1996:148). As Forças Armadas japonesas, são desde o início, independentes do governo civil, isto é, não há interferência civil nos assuntos militares. É o que os japoneses denominam de “governo duplo”. O comandante supremo das Forças Armadas é o Imperador, de modo que o relacionamento entre os chefes militares e o Imperador é direto, sem outras interferências. O seu orçamento é também independente.

O sistema bancário é criado em 1873 com a fundação do primeiro Banco Nacional, seguido pela criação do Banco do Japão em 1882. Esse sistema bancário tem como objetivo a sustentação dos investimentos para o incentivo à indústria, criado pela pressão

do governo e estabelecido com capital mercantil. Também os samurais são compelidos a participar do sistema. Em 1883, além dos bancos nacionais, funcionam 204 bancos privados. O sistema monetário baseado no ouro e prata é estabelecido em 1871, e a Bolsa de Valores de Tóquio é inaugurada em 1878.

Para o setor fundiário, as regras até então em vigor são colocadas à parte com a abolição dos feudos e a criação de prefeituras (1872), unindo e centralizando as decisões do governo, e quebrando a antiga estrutura fundiária. A medida seguinte é a de revogação à proibição da venda de terras, seguido pela Regulamentação para a Reforma dos Impostos Territoriais (1873) que regulamenta a homogeneização dos impostos, agora em forma monetária. São estes impostos do setor agrário que vão alimentar os subsídios estatais à indústria que emerge. O que ocorre no campo, é uma tendência à concentração de terras em função da alta taxa de impostos sobre a propriedade fundiária. O número de arrendatários e de trabalhadores assalariados cresce significativamente nos anos finais do século XIX.

As indústrias se beneficiam da tecnologia ocidental para desenvolverem as suas atividades. A indústria de manufatura do algodão, por exemplo, logo incorpora a tecnologia dos teares franceses nas suas fábricas. A introdução da indústria pesada e de infra-estrutura se faz basicamente com tecnologia vinda de fora.

A economia voltada para o comércio exterior, vital para o desenvolvimento do país, é o setor que mais requer habilidade dos dirigentes. É preciso disputar mercados, concorrer, entrar numa esfera sem nenhuma experiência anterior. As primeiras medidas para a exploração dos mercados externos voltam-se para a valorização daqueles produtos que mais atraem os compradores: os tecidos de algodão e a seda, tanto manufaturada, como em forma de casulos. É importante ressaltar que nesse mesmo tempo, o Japão sofre a concorrência da China pelos mesmos produtos. E a preferência dos países ocidentais recai sobre a última, ou seja, dentre os países recém incorporados ao mercado capitalista, o Japão tem uma posição inferior à da China e Índia, mercados mais promissores. Em função desse contexto, o Japão Meiji empenha-se fortemente em aumentar os seus recursos financeiros, procurando dar incentivos através de subsídios às indústrias que começam a se desenvolver.

No empenho em dar novo direcionamento à economia, o governo oferece subsídios à iniciativa privada, cria uma rede de infra-estrutura de transportes e comunicações, institui o monopólio em setores básicos da economia como a mineração, e consolida um sistema bancário, em ritmo bastante acelerado.

B. As reformas sociais e a construção da idéia de nação.

Para a realização desse caminho, as reformas de cunho social são imprescindíveis. As primeiras medidas neste sentido são voltadas à quebra da antiga estrutura de castas. Na

nova estrutura, todos passam a ser cidadãos com direitos e deveres iguais. A medida neste simbólica nesse sentido é o direito de todos usarem sobrenomes (1870), já que até então, o nome da família do senhor é que identificava as pessoas. Nos anos seguintes, são abolidos os feudos, o arrendamento de terras é permitido legalmente, e em 1872, é decretada a educação compulsória. A diferenciação social dos samurais cai em 1876, com a simbólica proibição de empunhar espadas.

Paralelamente às reformas econômicas, o governo vai, a partir de decretos, regulamentando também a sociedade. Em 1889 é promulgada a Constituição do Império do Grande Japão, e no ano seguinte, o Edito da Educação. Esses documentos legalizam o processo que está em formação desde a volta do Imperador ao centro da questão do poder. É neles também que se sintetiza a peculiaridade do processo de modernização do Japão.

Os líderes Meiji, mesclam passado e futuro na estratégia no Japão da era Meiji para a construção de sua modernidade. Em torno da concepção do Império do Grande Japão se sedimentam todos os interesses e objetivos da nação e do Estado em formação. Há uma capitalização do passado, como diz Lévi-Strauss em sua avaliação, na direção de glorificar o passado do povo japonês. O alicerce da argumentação está baseado na idéia da *uniqueness* da cultura japonesa

Para uma melhor compreensão deste processo, é preciso salientar alguns pontos sobre os quais o resgate do passado se realiza. Em primeiro lugar, está a característica do Japão como país insular. O fator geográfico tem influência direta na conformação histórica do povo japonês pelo relativo isolamento que vive no decorrer dos séculos. Esse fator é resgatado como central na construção do processo. Os construtores do modelo de desenvolvimento Meiji insistem em acentuar a originalidade dos japoneses, tanto cultural, como também racial. O Japão é o produto de seus homens, capazes de construir a sua história: a noção de laços que unem a todos é vivamente difundida. A idéia de nação é acionada no sentido de demonstrar a homogeneidade linguística, o passado comum, o que na realidade, pode ser questionado.

Sabe-se no entanto, que o homem japonês é produto da mistura de povos que aportam nas ilhas no período pré-histórico, e que a cultura japonesa reinterpreta modelos vindos de fora das ilhas, com os que por lá existem. É verdade que o Japão, ao longo de sua história, não sofre ataques estrangeiros visando a sua conquista territorial. A exceção sobre a introdução de estrangeiros no país ocorre com a chegada dos missionários católicos no final do século XVI, expulsos pelo *shogun* Tokugawa no início do século seguinte.

Os contatos com o exterior, ao longo de sua história, se fazem por iniciativa dos japoneses, ou por interesses comerciais, mas sobretudo para a importação de tecnologia e conhecimento. As influências mais marcantes vêm da China e da Coreia. Vale ressaltar que a introdução do budismo, do confucionismo, o desenvolvimento da escrita, de técni-

cas agrícolas, de utilização de metais, como também de técnicas artísticas, são nitidamente produtos do intercâmbio cultural com chineses e coreanos, ensinados a japoneses que para lá se dirigem em diferentes momentos.

A xenofobia japonesa se acentua no período Meiji, quando se resgata a idéia da nação como uma única família. Essa família é única, abrange todo o território, e se distingue dos outros, pelos laços que os unem à linhagem imperial. Os ideólogos do período vão buscar na figura do imperador Meiji, descendente de uma única linhagem, as raízes para montar a sua estratégia de colocar todo o povo empenhado na construção do novo Japão.

Resgata-se a figura da deusa Amaterasu como a ascendente do primeiro imperador. Na realidade, como na mitologia japonesa os fenômenos naturais ou culturais são compreendidos como manifestações divinas (Oshima, 1993: 26), recria-se uma liderança simbólica para o povo na figura de um descendente de uma deusa. Tal como nos primórdios da história japonesa o imperador está eminentemente ligado à rizicultura, sendo uma mescla de shamã e líder político (Ohnuki-Tierney, 1991: 200) No período Meiji, é considerado descendente de uma deusa e líder do processo de modernização do país.

Descendentes de deuses, os japoneses são uma grande família, onde a lealdade ao chefe, a obediência à hierarquia são os principais deveres de seus membros. Da mesma forma que fazem com a figura do imperador, o confucionismo é resgatado no Japão da segunda metade do século XIX para dar maior legitimidade ao poder imperial.

O confucionismo é concebido inicialmente na China, por volta dos anos 500 a.C., com o fim de unir tribos com culturas diversas. É um sistema que busca regular as relações entre os homens, baseado na crença da relação fundamental entre as forças da natureza e a sociedade. Passa ao longo dos séculos, por diversas modificações e interpretações sobre como essa relação fundamental pode ser colocada em prática. Desde o início, no entanto, à idéia original, é adicionada a relação com o governo. Os primeiros compiladores dessa corrente de pensamento definem o confucionismo como um sistema no qual a terra e tudo nela são concebidos como parte das leis dos Céus. A conduta de harmonia com as leis dos Céus asseguram a justiça, a bondade, a felicidade, e o governo benevolente. Para reforçar os seus argumentos, esses compiladores do século 3 a.C., remontam aos “Sábios Reis da China”, personagens mitológicos, provavelmente divindades locais, que teriam governado a China por volta dos anos 2300 a.C, para demonstrar a relação profunda entre a harmonia e a existência dos governos como forma de regulação dos homens (Smith, 1973:2-3).

A *Doutrina do Significado*, o neto de Confúcio, Tzu Ssu, nascido em 500 a.C., enumera os cinco princípios fundamentais da relação entre os homens e a sociedade, as bases do confucionismo. Diz ele: “*Os deveres do compromisso universal são cinco, e as virtudes onde eles são praticados são três. Os deveres são entre o soberano e o ministro, entre pai e filho, entre marido e mulher, entre o irmão mais velho e o mais*

novo, e entre aqueles unidos por uma relação de amizade. Essas cinco são obrigações universais. Sabedoria, compaixão e coragem, essas são as três qualidades morais dos homens reconhecidas universalmente” (apud Smith, 1973: 4).

O confucionismo é introduzido no Japão através da Coréia em 404 d.C. Deve-se ressaltar no entanto, que desde os primórdios da história japonesa, é sempre entendido como uma doutrina de princípios éticos e políticos. No período Meiji, já é fruto de inúmeras reinterpretações do pensamento original. Para consolidar a figura do imperador, apelam para os cinco princípios básicos onde a questão da lealdade aparece como central. Na Constituição de 1889, o imperador é considerado um deus vivo, e deus, como na concepção judaico-cristã, diferente das divindades japonesas de até então. *“A transformação do significado do imperador foi a maneira como os líderes Meiji construíram o seu próprio sistema imperial sob o modelo das monarquias ocidentais”*(Ohnuki-Tierney, idem 204). Para justificar a adoção de um modelo com inspiração ocidental, interpretam o conhecimento vindo do exterior apenas como um instrumento que proporciona condições para dar melhores condições ao país. *“Eu digo que desde que o aprendizado com o Ocidente está florescendo, a alimentação dos ensinamentos de Confúcio ganham com esses recursos. O aprendizado do Ocidente é ciência, (enquanto) os ensinamentos de Confúcio são moralidade. A moralidade pode ser comparada à comida, e a ciência pode ser comparada aos vegetais e à carne que podem ajudar a dar sabor à comida. Quem pode dizer que com vegetais e carne você pode destruir a essência da comida? “ (citação de Sakuma Shozan, nascido em 1811, apud Smith, 1973:27)*

O Editto da Educação sistematiza os procedimentos voltados a uma questão central para os ideólogos do período. Assim como as Forças Armadas, a educação recebe prioridade na construção do modelo, tornado-se compulsória a partir de 1872, mesmo ano da constituição formal do Exército japonês. O Editto Imperial da Educação de 1890

QUADRO 2 Densidade demográfica do Japão comparada com a dos países que recebem trabalhadores japoneses-1921.

País	Densidade demográfica*
Japão	383.67
Argentina	7.40
Austrália	1.80
Bolívia	4.08
Brasil	9.29
Canadá	2.24
Estados Unidos	30.18
México	20.20
Nova Zelândia	11.85

*proporção de habitante por milha quadrada.

Fonte: Statistical Abstract of the United States, 1921, tabela 488, in BUELL, 1924: 282.

MAPA 2 Possessões japonesas - 1868-1941



Fonte: Elza Yasuko Passini, 1998

é um documento de poucas linhas, onde pelos princípios do confucionismo, se espera a manutenção e reprodução do “Nosso Império”. Retornam às origens: “*Os nossos Ancestrais Imperiais fundaram o Nosso Império...*” para se registrar o papel da educação como elemento para a continuidade desse processo: “*Esta é a glória do Nosso Império, e nisto também se encontra a fonte da Nossa educação.*” Além da harmonia entre pais e filhos, maridos e esposas, o Edito ressalta outros deveres: “*...conduzam-se com modéstia e moderação; estenda a sua benevolência para todos; continue aprendendo e cultivando as artes e deste modo, desenvolva as faculdades intelectuais e aperfeiçoe os poderes morais; além disso, faça os bens públicos progredirem, promova os interesses comuns; respeite sempre a Constituição e observe as leis; quando vier a emergência, ofereça-se corajosamente ao Estado e, por conseqüência, guarde e mantenha a prosperidade do Nosso Trono Imperial, contemporâneo ao céu e à terra...*” (apud Teruhisa, : 399)

O Edito da Educação é lido diariamente em todas as escolas japonesas desde o período Meiji até os anos 1940. A educação é uma missão nacional, tanto que, cinquenta anos após o Edito, mais de 99% de toda a população está alfabetizada, enquanto que em 1873 as cifras são de 39,9% para os homens e de apenas 15,2% para as mulheres (Bamba, 1987: 46).

No contexto de intensas mudanças internas, a organização social do país também se vê modificada. Não é apenas a educação que dá outros contornos à sociedade, mas ela se estende até os domínios da família. As reformas do período Meiji abrangem mudanças na estrutura das famílias, até então definidas como a célula básica da organização social do país onde não são necessariamente os laços de sangue que a fundamentam. Os ideólogos do período elaboram reformas para quebrar com a estrutura até então vigente para adequar a família ao modelo que se implanta. Em 1896 um novo código civil é promulgado e nele estão importantes elementos para considerações sobre a família.

A família japonesa até o período Meiji é estruturada de forma a dar continuidade a uma sociedade de molde rural, construída sobre o grupo familiar. A base de toda a sua estrutura é a co-residência dos seus membros, isto é, as linhagens familiares se perpetuam a partir do local de residência, mais do que por laços de sangue ou de afinidade afetiva. As unidades familiares são unidades de produção, de modo que as aldeias são formadas pelos conjuntos de unidades familiares extensas, que por sua vez formam os feudos do período Tokugawa.

Nesse sistema, cada unidade familiar possui um chefe sobre quem recai a responsabilidade por todo o conjunto das funções de sobrevivência e de perpetuação da linhagem. Ele tem o poder de arbitrar para garantir a manutenção material e espiritual de seus membros, exercendo as funções rituais-religiosas e de controle. Até a elaboração do Código Civil, pode-se dizer que mais do que famílias, há no Japão linhagens familiares, cujos membros são ligados entre si por laços que os ligam à terra e aos seus ancestrais. A exploração da terra familiar e o culto aos antepassados comuns

formam os pilares da estrutura básica da sociedade japonesa até o final do feudalismo. A exigüidade de terras cultiváveis exige um esforço comum para se tirar dela o máximo de produtividade. O trabalho coletivo dos membros das famílias é o que garante a sobrevivência, não raro, penosas. Para a exploração das terras participam os irmãos do sexo masculino do chefe, seus filhos e esposas. A continuidade da linhagem, no entanto, se dá exclusivamente pelo ramo masculino e pela primogenitura.

As intensas modificações no sistema econômico japonês ao longo do período feudal, sobretudo com a urbanização, dão espaço para se refletir sobre o sentido das reformas empreendidas a partir do período Meiji. Na realidade, tratava-se de um processo irreversível. Os governantes Meiji nada mais fizeram do que normatizar a seu modo, aquilo que já estava presente na sociedade.

C. A emigração japonesa no contexto da modernização japonesa.

No quadro da Restauração Meiji, há importantes elementos que têm repercussão direta com a emigração dos japoneses para o exterior. São basicamente a sua xenofobia que vem impregnada sob a idéia da *uniqueness* cultural e racial japonesa; a concepção de unidade familiar sob a tutela do Imperador e as suas decorrências, a lealdade, a obediência; a idéia do Grande Japão como a propulsora de um movimento que legitima todas as reformas em curso.

É em função de um quadro amplo que se pode interpretar o movimento emigratório japonês. A bibliografia recorre ao argumento do adensamento demográfico do Japão para explicar a emigração. O número de pessoas vivendo no país não dava condições para a sobrevivência de um grande contingente, sobretudo os camponeses. O problema do acesso à terra desloca parte da população para migrações mesmo dentro de seu próprio território, empreendendo uma política de colonização da ilha de Hokkaido, no norte do país. Embora o adensamento populacional seja um fato inegável, a concentração da população explicação pode ultrapassar esta esfera. Os quadro 2 atesta a situação do Japão com relação à questão demográfica:

Na lógica do período Meiji, a expansão rumo ao exterior tem o sentido de manter contatos com outros povos, possibilidades de negócios, abertura de canais e de áreas de influência. O período é caracterizado por inúmeros intercâmbios de intelectuais, sobretudo com os europeus, de missões comerciais, demonstrando o enorme interesse do Japão se voltar para fora e assim, aprender com os 'bárbaros'. No retorno, transmitem o aprendizado que se torna a mola propulsora de uma rede de conhecimentos que vai se disseminando. Os fatos da história japonesa desde a Restauração Meiji até a Segunda Guerra Mundial evidenciam a importância estratégica destas saídas para o exterior.

No entanto, se forem examinados os números referentes à emigração, entendida aqui por ser caráter de longa permanência, verifica-se que no total, até 1941, a saída de

japoneses para o exterior é de 3,4 milhões (Taeber, 1958: 198-201) incluindo-se aí as áreas de conquista territorial na Ásia Oriental (Taiwan, Coreia, Nanyo-Gunto, Karafuto, Kwantung, Mandchuko e a China ao sul da Grande Muralha). Ao longo de quase um século, este número é irrisório para um país com problemas de excesso de população.

A mesma autora assinala o caráter paliativo da migração japonesa para a questão demográfica (Taeber, 1958: 201) enfatizando no entanto, o seu caráter simbólico: *“Se a emigração é vista unicamente como uma técnica de drenar população de um país superpopuloso, então estas migrações dos japoneses fora da esfera do controle japonês foram insignificantes. Se analisada nos termos de suas interações demográficas, econômicas, sociais e políticas, então nós não podemos descartar a migração dos japoneses tão casualmente. A migração era vista como um fator significativo para o ajuste populacional; talvez a crença em si fosse um fator de ajuste, independente da verdade ou falsidade à luz da análise estatística”* (Taeber, 1958: 199- grifos meus).

Embora pouco significativa numericamente, há um espaço político e simbólico para a questão da emigração. Em 1896, a Câmara dos Deputados do Japão aprova a Lei de Proteção aos Emigrantes. A lei incentiva a emigração oficial, passando os emigrantes a ter uma legislação que os ampara e os defende, tal como registra um enviado japonês ao Havai: *“O governo do Japão, diferente do governo da China, se esmera em proteger os seus súditos”* (apud. Yanaguida & Alisal, 1992: 60).

Desde o início da sua jornada para a modernização, o Japão procura se diferenciar da China e dos demais países asiáticos, perante os países ocidentais, tratando de dar ao país uma imagem de *“nação moderna e civilizada”*, (Yanaguida & Alisal, 1992: 61). A emigração deveria também passar por um critério de tratamento de igualdade. Desse modo, a saída de japoneses só ocorreria na condição de trabalhadores, com contratos previamente discutidos.

No entanto, para os países ocidentais, o Japão, é tal como a China, mais um país fornecedor de mão-de-obra. Ao longo das primeiras décadas da emigração que se inicia em 1875 para o Havai, os trabalhadores japoneses começam a ser mal vistos nos países contratantes pela concorrência com a mão-de-obra nativa, e por seu volume. Isto porque os trabalhadores temporários são jovens solteiros, do sexo masculino, que buscam no exterior uma chance de elevar as suas condições de vida. Nos países onde são mais numerosos, começam a emergir reações contra a presença de imigrantes asiáticos, considerados desordeiros e pouco civilizados.

O fato do Japão ter vencido a guerra contra o Império Russo, em 1905, começa também a levantar o temor pelo expansionismo militar japonês. Na realidade, os japoneses são indesejáveis porque competem e começam a ocupar pequenos nichos econômicos espacialmente limitados, mas incômodos às populações locais.

QUADRO 3 Japoneses fora de seu território por destino, condição e por período % 1885-1945

Local	Total	1885-1923	1924-1934	1935-1945
EUA-(i)**	10,1	20,9	2,6	-
Havai-(i)	21,6	46,6	2,0	-
Canadá-(i)	3,3	6,0	2,9	-
Peru-(i)	3,1	4,4	4,4	0,7
BRASIL-(i)	21,9	6,4	63,0	7,2
Paraguai-(i)	0,6	-	-	0,2
Outros A. L*-(i).	2,4	2,7	3,0	0,8
Oce/SE Asia*-(tt/c)	8,2	7,4	15,5	6,0
Manchúria-(c)	25,2	-	2,0	85,0
outros	3,6	5,6	4,6	0,1
total	100,0	100,0	100,0	100,0

*Outros- América Latina
Oceania/ Sudeste da Ásia

** i= imigrante

tt=trabalhador temporário

c=colonizador

Fonte: baseado em Suzuki, 1969: 14

Embora nem sempre requisitados, o governo continua incentivando a emigração, o trabalho temporário no exterior, ou a anexação e conseqüente colonização de terras. Em 1929, é criado o Ministério da Colonização que passa a centralizar todas as atividades ligadas ao setor. Dois anos depois, o Japão instala um governo na Manchúria, enviando para lá, cerca de 225.000 colonizadores. Vê-se pelo quadro 3 os principais países de destino de japoneses, segundo a sua condição, e o período de saída:

Na realidade, o perfil dos emigrantes japoneses, no entanto, traz a possibilidade de se refletir sobre o sentido deste movimento. São basicamente camponeses de regiões pobres, conforme Taueber chama a atenção, que se deslocam para áreas subdesenvolvidas, a um custo alto para o governo japonês. As reflexões da autora nos levam a perguntar por que então, o Japão empreende essa política de emigração?

São razões que se resumem na própria existência do Japão como Estado nacional e uma nação no cenário internacional. Não é possível uma explicação única de como ocorreu este processo. Mas é preciso antes de tudo, ter em mente os diferentes contextos temporais, espaciais e históricos com quem os japoneses entraram em contato. Por isto, não há como generalizar. No entanto, a presença dos japoneses fora de seu território mostra a necessidade do Japão se mostrar diante das outras nações. Partindo para outros continentes, desbravando territórios, os japoneses vão deixando as suas marcas em todo o mundo, de acordo com as condições possíveis em cada local, seja pela conquista militar, para a exploração econômica, como só a pesca na Oceania, ou a emigração.

A imigração japonesa se insere dentro deste quadro. Os capítulos seguintes examinam o caso específico do Brasil tendo como horizonte, o Japão a partir da era Meiji até o início da Segunda Guerra Mundial.

CAPÍTULO 3

O “Preconceito da Nacionalidade”.¹

Polêmicas em torno dos imigrantes japoneses nas décadas de 1920-30.

1. Introdução.

Não são os grupos ethnicos que não se assimilam; são ambientes sociaes mais ou menos impermeaveis que os isolam (Alfredo Ellis Jr., 1937:189).



Capa do livro de Carlos Souza Moraes, 1942

Numa discussão em que o ponto central é o da relação entre a imigração dos japoneses e algumas das muitas formas como esses japoneses vão se integrando à vida no Brasil, é essencial se verificar como foram as suas relações com os brasileiros. Para tanto, o conceito de etnicidade é de grande valia para ser utilizado como baliza para a apresentação proposta. Este conceito engloba um conjunto de outros conceitos, como os de etnia, raça, identidade étnica, nação, nacionalismo, desde que a etnicidade é em última instância, uma manifestação desse conjunto de noções, ou de parte deles. É um conceito elástico no sentido de poder ser trabalhado dentro de uma variedade de associações entre os conceitos acima citados, dando espaço para análises que realçam as ações dos grupos em seu conteúdo simbólico.

Os estudos sobre etnicidade têm as suas raízes mais longínquas na Antropologia e na questão básica da disciplina que é a da cultura. Da constatação inicial sobre a diversidade cultural e do contato entre diferentes culturas, nasce a discussão sobre afinal, o que é a cultura de um determi-

¹ Deputado Xavier de Oliveira, 1934.

nado grupo desde que esse grupo está em contato permanente com outros grupos. A etnicidade só vem se manifestar quando os contatos ocorrem. Ela não existe por si.

Etnicidade é um conceito que por ser extremamente elástico, sugere interpretações das mais diversas. A bibliografia recente sobre o tema ² divide a discussão em duas abordagens principais a fim de dar conta da enorme gama de interpretações e definições do conceito. Poutignat e Streiff-Fenart (1998) apresentam uma divisão que preenche de forma eficiente as inúmeras discussões em torno do tema. Por isto, a divisão que propõem, será daqui para a frente utilizada.

Os autores que tratam de etnicidade se dividem entre os primordialistas e os instrumentalistas, divisão que em última instância, decorre da concepção do lugar da cultura dentro desta discussão. Esta divisão será adotada porque se encaixa a duas leituras que podem ser efetivadas a partir da experiência dos japoneses no Brasil. Ambas as abordagens dão oportunidade para se refletir sobre como identidades são moldadas e criadas pelo contato entre grupos.

É essencial se ressaltar que os japoneses estarão sendo tratados aqui como grupo, por isso a denominação de ‘japoneses’ ou, o conjunto dos imigrantes japoneses que veio para o Brasil. Com ela, tenho claro que é evidente que não estarei dando conta de todo o universo deste grupo. No entanto, ao eleger uma abordagem que tem como referencial a imigração japonesa na sua relação com a sociedade brasileira que a recebeu, tenho de partida, dois interlocutores em diálogos. As diferentes maneiras como os diálogos são desenvolvidos entre estes dois interlocutores é que justificam a escolha para este tipo de tratamento. Há uma enorme gama de formas como se desenrolam os diálogos, assim como diferentes representantes que falam em nome do grupo. Desta teia de diálogos vão se definindo os contornos para-as relações entre os dois grupos de interlocutores. Portanto, ‘japoneses’ entram como uma denominação que se refere aos imigrantes aqui chegados, como um grupo em diálogos com a sociedade receptora. Por isso, dentro desta perspectiva, os grupos internos, os grupos locais estarão englobados dentro da denominação geral de ‘japoneses’. Caso contrário, estaríamos nos voltando para estudos de caso, o que não é o nosso objetivo.

Na divisão sugerida pelos autores Poutignat e Streiff-Fenart (1998), para os primordialistas, os membros de um grupo étnico são portadores de laços de religião, sangue, raça, língua e costumes comuns que são considerados intrínsecos aos membros de uma dada etnia. Ela se define pela “*crença subjetiva que têm seus membros de formar uma comunidade e pelo sentimento de honra social compartilhado por todos os que alimentam tal crença*” (Poutignat & Streiff-Fenart, 1998: 38). Segundo

² A bibliografia sobre etnicidade é imensa. Uma síntese cuidadosa pode ser encontrada em Poutignat e Streiff-Fenart, 1998 e completada com os textos de Hutchinson e D. Smith, 1996.

Max Weber, um dos expoentes desta abordagem, estes traços de pertencimento e de honra surgem quando são contrastados, quando as diferenças diante do outro vêm à tona e o desprezo pelo que é estrangeiro se manifesta (idem, : 40). Compreendem que os membros de uma etnia têm um parentesco fictício ou real, ditado pelos laços de sangue, língua, religião que os une na sua relação com o que é estrangeiro. Neste contexto, estes laços em comum são também um fator de coerção para os membros do grupo.

A postura dos primordialistas, como o próprio nome da corrente sugere, tende a tomar a cultura e os membros que a partilham, como algo que é dado ao indivíduo, que é passado de geração a geração, que em suma, é exterior ao indivíduo. A expressão na língua inglesa, '*primordial ties*', ou laços de origem, identificam o ponto de partida para a reflexão que daí decorre. São laços que unem os indivíduos que têm uma origem comum. Isto legitima uma leitura que privilegia a cultura e os povos que a representam tomados em bloco- os japoneses, os brasileiros, os italianos, etc.-, sem distinguir as diferenças internas a cada um. Esta é uma vertente que enfatiza a idéia da existência de um povo com a sua cultura própria. É uma visão essencialista e homogeneizadora da cultura.

A imigração numa abordagem como a dos primordialistas, é um tema privilegiado. Nela existe o componente da artificialidade do contato entre culturas, até mesmo a sua imposição. A movimentação dos seres humanos desde os primórdios da história é sem dúvida, um dos grandes marcos da presença do homem no planeta. O motivo para os deslocamentos humanos é o da busca por melhores condições de sobrevivência, razão que se encaixa para o nomadismo do Neolítico, para guerras de conquista de territórios e para as migrações contemporâneas. A mobilidade geográfica está presente em todos os momentos da história do homem, colocando sempre em pauta a idéia de conquista do novo, o contato com o diferente. Transportar-se de um lugar para o outro, entender que "*a migração envolve o movimento (mais ou menos) permanente de indivíduos ou grupos por fronteiras simbólicas ou políticas para novas áreas residenciais e comunidades*" (Marshall, 1994:329).

A imigração é um processo artificial no qual a questão que mais problemas engendra é basicamente a do contato de dois grupos cujas culturas são diferentes. O contato entre elas é a base de toda a discussão que em suma se desenvolve em torno deste tema. Os estudos sobre imigração e imigrantes na realidade estão discutindo como ocorre o contato entre o imigrante e a sociedade de recepção, e as decorrências deste contato, sobretudo para aquele que vem de fora. A imensa bibliografia em torno do tema procura na realidade, desvendar este aspecto, ora apontando para a assimilação ora para a permanência da diversidade cultural num dado território.

A artificialidade da imigração no entanto, pode suscitar também uma reflexão sobre a própria sociedade receptora, tal como foi sendo mostrado no primeiro capí-

tulo. Quando tomamos especificamente o grupo imigrante japonês dentro do contexto descrito naquela parte do trabalho, a constatação é ainda mais visível. Viu-se no capítulo primeiro, que o imigrante no Brasil foi sempre alvo de atenção pelo menos por parte da elite que tinha acesso às fontes de poder no país. Dentro deste quadro, a participação dos imigrantes japoneses foi muito acentuada até mesmo porque os japoneses se tornaram também um contraponto para outros grupos imigrantes manifestarem a sua etnicidade. Se fosse ensaiada uma escala de valoração dos desejáveis e indesejáveis dentre os imigrantes no Brasil, certamente os japoneses encabeçariam a lista dos indesejáveis pelo menos no período entre o final do século XIX até pelo menos a Segunda Guerra Mundial³. Por que e como são vistos como indesejáveis? É sobre isto que trata esta parte do trabalho.

Para desenvolver este capítulo, será privilegiada a visão primordialista para verificar como a etnicidade dos imigrantes japoneses se modelou a partir da idéia de que compartilhavam dos '*primordial ties*' japoneses.⁴ Isto significa que nesta parte do trabalho os japoneses e os brasileiros serão entendidos como povos que são portadores de culturas em contato, que mantêm o relacionamento, dialogando, e fazendo vir à tona os traços que serão entendidos como sendo 'característicos' de sua origem. Em suma, como pela leitura dos traços de origem, os japoneses se fazem conhecidos no Brasil.

A abordagem primordialista é instigante para o caso dos japoneses. Os japoneses, viveram os trezentos anos do *shogunato* Tokugawa em isolamento. Quando retomam os seus contatos com o exterior a partir da era Meiji, o fazem acreditando serem um povo homogêneo do ponto-de-vista racial e cultural. Os dirigentes do período insistem em inculcar a idéia da *uniqueness* do povo e da cultura japonesa a fim de, como se viu, unificar a nação e dirigí-la para os objetivos que tinham em mente: marcar a presença do Japão no contexto internacional. Esta *uniqueness* se refere em última instância, à identidade que os japoneses traçam para si mesmos. Ela se resume, de acordo com Peter Dale, em três suposições: 1. a de que os japoneses constituem uma entidade racial, cultural e social homogênea, cuja essência não mudou deste os tempos pré-históricos; 2. supõem que os japoneses diferem radicalmente de todos os outros povos conhecidos, 3. que são conscientemente nacionalistas, ostentando uma hostilidade conceitual e comportamental por qualquer modo de análise que possa derivar de fontes externas, não japonesas (Dale, 1986: introdução). Assim, na mente dos japoneses, a noção do 'outro' está muito presente.

Ao emigrarem, os japoneses têm esta idéia de homogeneidade profundamente enraizada em suas mentes. No Brasil, deparam-se com a multiplicidade de origens

³ Sobre esta questão pelo menos dois trabalhos tratam especificamente do assunto: Menezes, 1996, e especialmente Souza Ramos, 1996 que analisa os imigrantes japoneses dentro desta perspectiva.

⁴ A visão instrumentalista da etnicidade será tratada em capítulo posterior.

QUADRO 4 Imigração japonesa no Brasil por período % 1908-1963

período	números	%
1908- 1923	31.414	13.4%
1924-1941	137.572	67.1%
1952-1963	45.650	19.5%
total	234.636	100.0%

Fonte: Suzuki, 1969: 16

nacionais e culturais desde o primeiro contato. É o primeiro estranhamento diante do 'outro'. Colocam-se como diferentes, assim como são também vistos como diferentes. Nestes momentos, os laços que os unem como iguais pela origem, pela língua, pelo fenótipo, reforçam a consciência de que são todos portadores de uma cultura compartilhada por todos eles. A experiência da migração ao reforçar esta percepção, cria desde o início, a primeira fronteira étnica dos japoneses, segundo a concepção de Barth (Barth, 1998:195-197).

A própria denominação que os japoneses adotam para se referir aos não japoneses - *gaijin*-, é significativa. Usualmente, traduz-se *gaijin* como estrangeiro. No entanto, pela tradução literal dos ideogramas o termo significa 'pessoas de um país de fora'. Com este sentido, há uma diferença bastante significativa. 'Ser de fora' significa não pertencer ao grupo. 'Ser de um país de fora' não depende muito de quem fala e a quem se fala. Ela ultrapassa a idéia de territorialidade, mas se volta para o caráter simbólico das relações que engendra. Uma reflexão mais demorada sobre o significado da adoção do termo *gaijin*, leva a pensar exatamente sobre a maneira como os japoneses interagem diante de todos os seus interlocutores. Na relação com o outro, os japoneses têm bem definidas as suas fronteiras. Existe de antemão, uma demarcação precisa de 'quem é quem' no diálogo. O que significaria para um grupo que acredita que seu povo é isento de misturas com outros povos, que sua cultura é totalmente autóctone, sem influências externas, ser questionado sobre a inferioridade de sua raça, sobre a sua cultura estranha, e ser reprimido por isto?

2. Raça e cultura: o problema de 'ser diferente'.

Parafraseando um autor dos anos 40 (Egidio de Araujo, 1940), basta uma simples "verificação 'olhométrica'" para se perceber a presença de japoneses em qualquer passeio pela cidade de São Paulo.

O imigrante japonês no Brasil é como diz o autor, facilmente reconhecível. No contexto das imigrações para o Brasil, os japoneses ocupam um lugar especial:

se o imigrante em si já é visto como diferente, mais diferente ainda é o imigrante japonês aos olhos da sociedade receptora.

Dentre os quase 5 milhões de imigrantes que o Brasil recebe ao longo de sua história, os japoneses estão entre os mais numerosos, sendo apenas superados pelos italianos, portugueses, espanhóis. Ela se inicia em 1908, tem uma interrupção em 1941 em decorrência da Segunda Guerra Mundial, e retoma em 1952 com os chamados imigrantes do pós-guerra. São 234.636 (quadro 4)⁵: A periodização sugerida no quadro é determinada pela própria periodização da história dos japoneses no Brasil. No decorrer deste trabalho estas divisões estarão sendo esclarecidas.

O quadro introduz dois pontos que assinalam diferenças dos japoneses com os outros grupos imigrantes no contexto brasileiro das imigrações. Ela se destaca em relação aos outros grupos majoritários por ser tardia, ocorrida no século XX, e concentrada num período de dezesseis anos, entre 1925 e 1941, diferentemente dos outros grupos que chegam ao Brasil ao longo de várias décadas. É um outro diferencial que chama a atenção sobre os japoneses.

De repente, num curto período de tempo, os brasileiros, sobretudo os paulistas, passam a conviver com pessoas vindas de fora, com um fenótipo praticamente desconhecido no país, com língua, religião e costumes distantes do referencial ocidental e cristão que os outros grupos imigrantes, de uma forma ou outra, trouxeram consigo. Quando chegam os primeiros imigrantes japoneses em 1908, estava o Brasil passando pelo intenso debate racial que perdura pelas décadas seguintes. A coincidência entre a chegada de amarelos e o debate racial não passa incólume.

A questão da raça é um ponto crucial para se compreender como os japoneses são vistos no Brasil. O seu fenótipo é um fator de diferenciação inconteste no cenário brasileiro, não importa a época ou a geração. 'Ser diferente' fisicamente é uma marca que acompanha os imigrantes e seus descendentes. Nas décadas de 1920 e 1930, esta marca ganha um significado muito específico. Ela é o ponto de partida para a exteriorização de inúmeros pontos de um debate que extrapola a questão meramente física para se dirigir a outras instâncias. O resgate deste período é da maior relevância primeiro, para qualquer aproximação sobre a maneira como se forjou a identidade dos imigrantes japoneses no Brasil. Mas é também bastante revelador de como são elaboradas as idéias sobre o Brasil, quando as teses raciais de cunho biológico já não têm mais tanto eco. Neste período mais tardio das discussões raciais, 'o japonês' é um eixo que detona polêmicas sobre o nosso país.

⁵ Os dados de Suzuki não são idênticos aos do IBGE. A tabela acima foi adotada porque contempla dados que o Censo de 1950 não contém.

Apenas muito recentemente a questão racial e a imigração têm sido trabalhadas em conjunto pelos especialistas brasileiros ⁶. Os estudos sobre relações raciais no Brasil estão praticamente limitadas às relações entre negros e brancos. A questão do lugar que o negro ocupa na sociedade brasileira toma conta de várias gerações de especialistas que se dedicam ao assunto, deixando de lado a imigração e a questão racial.

Imigrantes não europeus nunca foram tema para trabalhos específicos dentro do assunto das relações raciais no Brasil. Isto porque os imigrantes aparecem como o contraponto 'branco' e bem sucedido, tal como todos os outros 'brancos' dentro da sociedade maior. É uma das razões que explicariam o desinteresse pela relação entre imigração e raça. Uma segunda razão está implícita no desenvolvimento da questão da imigração no Brasil que é o de justificar a sua presença aqui. Não problematizando, não se toca num lado de um problema que tem no negro e no trabalhador nacional os seus maiores motivos para reflexão. Imigrante é sucesso, o negro e o trabalhador pobre, o seu oposto.

No entanto, é necessário introduzir e compreender como se desenvolve o debate racial dentro do campo da imigração. Sem o seu mapeamento, as análises ficam a desejar, especialmente quando se tem como objetivo resgatar as maneiras como se criam as identidades dos estrangeiros.

É importante notar que todos os estudos até agora desenvolvidos sobre os japoneses no Brasil, nunca tocaram no assunto raça. Houve um ocultamento da questão racial para estes que foram os mais visados pelo problema. Se tomarmos como premissa o argumento desenvolvido no capítulo primeiro, de que a imigração no Brasil é parte imprescindível para a auto-percepção das elites brasileiras, é fundamental o lugar dos imigrantes japoneses nesse contexto.

Numa rápida sistematização dos trabalhos escritos sobre imigrantes japoneses, percebe-se que o problema decorrente da diferença física engendrando dificuldades não vêm à tona. Apesar da história da imigração japonesa ter sido amplamente trabalhada pela bibliografia brasileira, se comparada às outras etnias imigrantes. No âmbito acadêmico, os trabalhos giram em torno de: 1. estudos de caso locais (Marília, Bastos, o norte do Paraná, a colônia de Tomé-Açu no Pará); 2. o bloco de trabalhos desenvolvidos a partir da década de 1950, basicamente por Hiroshi Saito, mas com nomes de destaque na Antropologia da época como Emilio Willems e Egon Schaden, que inauguram uma linha de trabalho que se preocupa com a localização dos japoneses na sociedade brasileira ressaltando comportamentos, atitudes, e ainda a preocupação com a comparação com outras

⁶ Poucos estudos têm esta questão como foco. A publicação *Raça, Ciência e Sociedade* (1998) é um exemplo de como a questão está sendo estudada.

etnias, especialmente com os alemães. É o grupo que trabalha na linha das teorias da assimilação e da aculturação dos imigrantes; 3. uma terceira linha, mais recente, tem detalhado pontos específicos da história da imigração, trabalhos estes, mais desenvolvidos pelos historiadores; 4. a outra linha de trabalhos aborda a imigração japonesa com a preocupação de inserir a história, a política com abordagens que criticam as teorias da assimilação, optando por outras correntes teóricas dentro da Sociologia e da Antropologia. São trabalhos que dão ênfase aos contextos sociais e históricos, podendo ser reunidos dentro do grupo que trata de aspectos da inserção social dos japoneses.

Há também duas publicações que merecem destaque por se proporem a percorrer toda a história dos imigrantes: o livro de Tomoo Handa (que não tem caráter acadêmico) (Handa, 1987), e a coletânea de artigos publicada em comemoração aos oitenta anos da imigração japonesa em 1988 (CEHIJB, 1992).

Todo este conjunto de trabalhos apresenta uma enorme quantidade de informações, de dados quantitativos para uma reconstituição histórica que permite interpretar, a partir desses dados, um novo sentido para a imigração japonesa no Brasil.

Estes trabalhos não deixam de atestar o quanto os japoneses conseguiram, em última instância, e apesar de tudo, chamar a atenção sobre si. Percebe-se na grande maioria deles, uma perplexidade, uma postura quase permanente de estarem tratando com um 'outro' que atinge um 'final feliz'.

Neste conjunto, existe uma história 'oficial' escrita por japoneses (que vivem no Brasil) ou por seus descendentes, que é pródiga em informações e dados que ilustram o movimento ascensional dos japoneses. A maior parte deles ainda está em língua japonesa, sem tradução para o português. A ênfase dessas análises recai sobre o aspecto econômico ou sobre o cultural, sem levar em consideração o aspecto da raça, da discriminação na década de 1930, ou as perseguições durante a Segunda Guerra Mundial. É uma história sem conflitos, que pelo menos na aparência, nega o fato de terem sido os japoneses considerados indesejáveis para os interesses do Brasil.

É dentro desta linha de pensamento que se pode introduzir a reflexão sobre a assimilação dos japoneses (com o sentido amplo que este conceito toma no Brasil). A noção de assimilação no Brasil, como se viu, não se refere apenas ao aspecto cultural, mas vem associado ao de assimilação biológica, ampliando assim, o espectro do conceito, tradicionalmente circunscrito ao aspecto cultural. E mais uma vez, a bibliografia que trata dos japoneses não toca no assunto, a não ser para demonstrar que a assimilação cultural ocorreu sem grandes traumas.

Os estudos de Hiroshi Saito, por exemplo, o autor com maior volume de publicações sobre imigração japonesa no Brasil, ignoram a polêmica racial. Saito que

escreve no período imediatamente posterior à Segunda Guerra, procura com o instrumental teórico da Sociologia e da Antropologia, mostrar o quanto os japoneses estavam se integrando no Brasil. Os seus trabalhos nas décadas seguintes seguem uma linha semelhante, sempre no caminho da assimilação e integração. Ele que é considerado um ‘intelectual da colônia’, teve fortes razões para apresentar apenas aspectos positivos da imigração⁷. Sua trajetória intelectual foi fortemente marcada pela guerra, o que o coloca na posição de alguém interessado em limpar a imagem do grupo, em nome de toda a ‘colônia’.

A reflexão pode no entanto, ir mais adiante sobre esse movimento de ‘esquecimento’ para o problema da discriminação racial. Ao contrapor a história de sucesso à discriminação, não estariam os autores das histórias oficiais dando uma resposta indireta aos seus críticos? Poderia haver algo como uma seleção da memória coletiva, tal como ocorreu com as vítimas do nazismo?

A questão racial em relação aos japoneses está presente no âmbito dos pensadores e dos porta-vozes das elites, sobretudo os políticos. É um espaço muito restrito, mas o seu peso é indiscutível. É este grupo que tem poder de decisão e dita regras para o país. Neste sentido, o *approach* primordialista de relações entre dois grupos (aqui no caso, os japoneses e os ‘brasileiros’) é um instrumento para se verificar como as categorias de cunho étnico são acionadas. O rótulo étnico é utilizado pelos debatedores do passado para classificar os imigrantes. Veja-se por exemplo, toda a discussão em torno dos judeus que vieram para o Brasil, em sua grande maioria brancos, que suscitam polêmicas em razão de serem representantes de uma ‘raça’⁸. Judeus, não importa o seu local de origem são tratados como um povo, uma cultura, uma raça pelos políticos e pensadores da década de 1930. Como os japoneses, também os judeus não são desejáveis no período, porque carregam um conjunto de características que são entendidas como raciais, que naquele momento ferem os interesses de segmentos das elites brasileiras. Esses segmentos das elites falam em nome ‘dos brasileiros’ em relação ‘aos japoneses’ ou em relação ‘aos judeus’.

3. O aspecto político da discussão sobre raça e cultura dos imigrantes japoneses nas décadas de 1920 e 1930.

A. Antecedentes.

Que ninguém receba, em sua casa, gente ou bicho que não conheça por fora e por dentro (Miguel Couto, 1934 apud. Leão, 1990: 313).

⁷ Sobre Saito, sua vida e trajetória intelectual, vide Castro, 1994.

⁸ Não há unanimidade sobre esta questão. Para esclarecê-la, vide Carneiro, 1995, Lesser, 1994, Grun, 1999.

No passado, a questão racial esteve sempre presente nas discussões sobre a nacionalidade brasileira, quando se recorda que com a meta de branquear a população, a vinda de amarelos para o Brasil suscita discordâncias. Já no contexto da assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação de 1895 entre o Brasil e o Japão, que marca o início das relações diplomáticas entre os dois países, as ressalvas estão presentes. Segundo Leão (Leão, op. cit.: 21), um dos objetivos para a assinatura do Tratado era se pensar na vinda de imigrantes japoneses. No entanto, o documento final não trata da questão. De acordo com o mesmo autor, que examinou a documentação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil neste período, houve empenho para trazer imigrantes japoneses, mas havia barreiras impedindo a sua introdução.

Um dos grandes problemas para explicar o retardamento para a vinda de japoneses para o Brasil foi de ordem racial. Por ocasião da assinatura do tratado com o Japão, as discussões sobre raça do ponto de vista biológico e psicológico estavam em plena efervescência. Nina Rodrigues, na Bahia, estava criando a sua escola, da mesma forma que o racismo científico alargava a sua influência. O qualificativo 'asiático' era um sinal negativo e uma categoria abrangente que englobava japoneses, chineses e indianos. Estavam longe daqueles imigrantes selecionados como desejáveis pela elite brasileira. Italianos, suecos, alemães, noruegueses, suíços, holandeses, dinamarqueses, ingleses, portugueses, espanhóis das Canárias, Galícia, Navarra e Vascongadas entre os europeus, canadenses do Quebec, porto-riquenhos dentre os provenientes das Américas e africanos somente das Canárias tinham permissão para entrar, segundo a Lei 356 de 1895 do Estado de São Paulo (Nogueira, 1984: 88). Havia portanto, uma nítida preferência pelos brancos.

Na história do Brasil, houve experiências com a vinda de chineses em 1810 e durante o II Império, mas em caráter experimental e irrisórias numericamente. Em 1890 o Decreto 528 da República proibia a entrada de asiáticos e africanos no Brasil. Dois anos depois, o Decreto foi revogado pela Câmara dos Deputados⁹. Assim, quando o Brasil assina o Tratado de Amizade com o Japão, havia um clima de incertezas e polêmicas em torno dos japoneses e dos asiáticos como bons imigrantes.

Os debates sobre os altos custos para trazer os japoneses, sobre a necessidade de mais mão-de-obra para a lavoura cafeeira, são superados com conversações e entendimentos entre os países interessados. Estes aspectos já foram bastante bem tratados pela bibliografia, sobretudo por Arlinda Rocha Nogueira que fez estudos minuciosos sobre a questão (Nogueira, 1973, 1984). No entanto, a relutância e o adiamento para a vinda dos japoneses esbarra na questão racial que se estende ao longo de muitos anos, justamente porque contribui para acirrar o debate nacional brasileiro.

⁹ Para maiores detalhes, vide Nogueira, 1984 :79 a 89 e Conrad, 1975.

As discussões em torno da raça e dos possíveis prejuízos que os japoneses poderiam trazer ao Brasil estão restritas às altas esferas de poder. Elas se referem muito mais ao Brasil do que aos japoneses em si. Estes aparecem como contrapeso, como base de argumentação negativa, ajudando a construir as idéias que o Brasil fazia de si mesmo. No sentido estritamente racial, considerando-se as três raças-tronco, os japoneses sendo amarelos, criariam um motivo a mais para problematizar o quadro da população brasileira. Vê-se portanto, como os japoneses estão no bojo de um problema que tem caráter eminentemente político.

“Esta imigração parece-me pouco desejável tanto pelo perigo que oferece de uma maior mistura de raças inferiores na nossa população(...) e sobretudo natureza psicológica e objetivo social que separa a raça ariana da mongólica” (Ministro Plenipotenciário do Brasil no Japão, Oliveira Lima em 1901. apud. Leão, op. cit.: 22 -grifo meu), ou *“O incremento da imigração amarela pode trazer sérias conseqüências para nós. É o problema da nacionalidade brasileira, cujo tipo étnico somente o elemento branco indo-europeu, pelo seu eugenismo, pode melhorar..”* (diplomata brasileiro, 1927, apud Leão, op. cit. : 45 - grifo meu). Ou seja, como resolver o problema racial brasileiro com a introdução de um elemento racial que era colocado entre as raças inferiores?

Em 1920, quando o fluxo de imigrantes japoneses alcançava a cifra de 29.000 concentrados no estado de São Paulo, Fidélis Reis, deputado estadual de Minas Gerais, autor do livro de 1924 *O Problema Imigratório Brasileiro e seus Aspectos Étnicos; na Câmara e fora da Câmara*, aponta para o paradoxo que a presença dos japoneses traz para o país: *“Se o japonês se cruza com o nacional, vamos ter um mal irremediável - o mestiço; se não se cruza, teremos outro inconveniente - o de ficar constituindo uma ameaça perigosa para o futuro (...) Baste-nos o erro que consistiu na introdução do preto. Não reincidamos em igual erro com o amarelo. Que importa o interesse econômico de natureza transitória?”* (apud. Leão, op. cit.: 35-36 - grifos meus). Para este autor que foi diretor da Sociedade Nacional de Agricultura, o fator de ordem racial é mais importante que os de ordem econômica.

Membros da elite têm também restrições de ordem estética aos japoneses: em 1906, Luiz Guimarães, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio usa três pontos na citação que vem abaixo, para argumentar contra a introdução de japoneses no Brasil: 1. faz menção à população brasileira; 2. faz uma classificação racial do ponto de vista sócio-biológico, e 3. pondera sobre o futuro, opinando que não vê vantagens em *“introduzir (ponto 1) na vitalidade do nosso organismo nacional (ponto 2) um elemento completamente desparatado, como seja o sangue mongólico, sem falar na fealdade desta raça -(ponto 3) o que também é um elemento a considerar-...”*, e mais tarde, Fidélis Reis fala no mesmo tom, referindo-se a entrada de negros e japoneses: *“...outra porventura existe, a ser considerada, que é do ponto de vista estético e a nossa concepção helênica de*

beleza jamais se harmonizaria com os tipos provindos de uma semelhante fusão racial" (apud. Leão, op. cit. :25 e 36 - grifos meus).

No plano internacional, a presença dos amarelos é também bastante questionada. A Ásia para os europeus, ou aparece como exótica, ou como atrasada. A superpopulação da Índia, da China, dá a impressão aos europeus, a imagem destes como 'pestilentos', 'atrofiados'. Nas guerras de conquistas destes dois países os ingleses impõem os seus padrões de obediência à base da força, dando assim, a impressão de subserviência. Os *coolies* chineses eram arregimentados à base também da força, o que contribui para reforçar a imagem de conquistado, de massas de pessoas, de um possível perigo, caso estes asiáticos se voltassem para o Ocidente. A emigração de asiáticos era um problema.

O Japão vinha empreendendo a sua política de enviar trabalhadores para o Ocidente, particularmente para os Estados Unidos desde o último quartel do século XIX. As restrições se avolumavam, acionando o problema da raça para evitar maiores entradas no país. Mão-de-obra barata e segundo avaliações da época, boa para a agricultura.

No Havai, os japoneses vão como trabalhadores temporários, com a tendência de aumentarem em número. As plantações de cana de açúcar e café na ilha, têm a sua história muito ligada aos japoneses naquela época. Depois, voltam-se para o continente, fixando-se na costa do Pacífico. Alguns se tornam arrendatários ou pequenos proprietários, muitos se fixam nas cidades como prestadores de serviços ou pequenos comerciantes. Nesta região, já havia muitos trabalhadores chineses na mineração e na abertura de estradas de ferro. Como os japoneses, os chineses estão em ocupações de pouco destaque na escala social.

Em 1924, o governo dos Estados Unidos proíbe a entrada de novos imigrantes asiáticos em seu território. É o fim de um longo processo de restrições contra a presença de japoneses no território norte-americano. Data de 1906 a primeira lei restritiva, que prevê a proibição de filhos de imigrantes japoneses frequentarem escolas públicas; em 1911, o governo japonês se compromete a enviar somente imigrantes trabalhadores para evitar, naquele momento, a proibição definitiva que ocorreria treze anos depois. É o acordo conhecido como *Gentlemen's Agreement*. Em 1913, o estado da Califórnia proíbe que japoneses comprem terras, e em 1924 ocorre a proibição de novas entradas e a naturalização daqueles já fixados. Daquele momento em diante, as entradas seriam permitidas apenas por requisição de alguém que já estivesse em território norte-americano. É o caso das inúmeras noivas de fotografia .

A política imigratória norte-americana tem conseqüências importantes na imigração japonesa para o Brasil. Uma delas é, certamente, a repercussão que as medi-

QUADRO 5 Imigrantes japoneses no Brasil no período entre 1908 e 1941.

período	números	%
1908-1923	32.266	17,1
1924-1930	68.387	36,3
1931-1934	63.734	33,8
1935-1941	24.228	12,8
total	188.615	100,0

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 1951 apud. Leão, 1990: 187.

das legais daquele país tiveram sobre as nossas elites dirigentes. Dois fatos atestam este aspecto: o primeiro, é o corte dos subsídios que o governo paulista mantinha até então para a vinda dos japoneses; o segundo, é o projeto de lei n. 391 de 1923 encaminhado pelo deputado Fidelis Reis de Minas Gerais, no qual institui uma cota de entrada de amarelos em 5%, e a proibição total de colonos de 'raça preta'. O projeto tem alvos bem definidos: a proibição da imigração de negros norte-americanos para o Brasil, e os japoneses.¹⁰

Se por um lado, o Brasil era visto pelos norte-americanos como um país onde inexistia o preconceito de cor, por outro, no Brasil, estes acontecimen-

QUADRO 6 Entrada de imigrantes japoneses entre 1924-1934

Ano	Imigrantes japoneses
1924	2.073
1925	6.330
1926	8.407
1927	9.084
1928	11.169
1929	10.048
1930	11.076
1931	5.632
1932	11.678
1933	24.494
1934	21.930
total	121.921

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 1951

¹⁰ Sobre a possível vinda de negros norte-americanos e a polêmica em torno da questão, vide Souza Ramos, 1998.

tos fazem emergir discussões sobre o que era bom ou não para o nosso país. Existe uma unanimidade entre todos aqueles que entraram na polêmica em torno de raça e cultura, não importa a época, de que não existe preconceito de raça no Brasil. A partir desta premissa, encadeiam-se inúmeros raciocínios para justificar uma ou outra tomada de posição diante do assunto.

Na década de 1920, os argumentos contra os japoneses estão presentes no projeto de lei de 1923, cujo argumento é de que é um imigrante caro, sua língua é incompreensível, seus costumes são muito diferentes dos nossos, seu aspecto físico é pouco atraente, tem uma moral estranhável, não cumpre com os seus contratos de trabalho, fugindo das fazendas. Além disso, levantam o problema do Japão como potência militar emergente. A discussão em torno do projeto se prolongam por dois anos, até que em 1925 ele é arquivado. Durante os dois anos que o projeto de lei fica em discussão são inúmeras as ponderações em torno do problema. O mais contundente posicionamento contra o projeto é o de Oliveira Botelho, que apresenta um extenso relatório à Comissão de Finanças. O deputado percorre o estado de São Paulo e pontos do estado de Minas Gerais para avaliar o desempenho e a assimilação dos japoneses. Chega à conclusão que são “*delicados e bons trabalhadores*”, que estão “*perfeitamente irmanados*” com os brasileiros (Oliveira Botelho, 1934:11). Anexa ainda um relatório com as respostas de uma enquete sobre a permanência dos japoneses nas fazendas de São Paulo e o parecer dos seus administradores sobre o assunto. E conclui: “*Nada temos que ver com o modo de sentir e de pensar dos norte-americanos, de que não somos tutelados, nesse, como em quaisquer outros assumptos, somos livres de agir como bem entendermos. Elles, os norte-americanos, com seus preconceitos de côr e de raça, ainda não resolveram o problema do preto... Nós, resolvemos essa questão com mais acerto e humanidade, pela diluição que se vae operando do preto nas camadas da nossa população, sendo licito esperar que venham a desaparecer, no futuro, os vestígios mais accentuados dessa raça*” (Botelho, 1934, op. cit.: 49- grifos meus).

O diálogo portanto, não é restrito aos japoneses, mas à constituição racial brasileira, e também à posição do Brasil diante dos Estados Unidos.

Até o final da década de 1920, o debate racial em relação aos japoneses está ainda restrita aos seus aspectos físicos e morfológicos. Na década seguinte, experimenta-se uma nova abordagem para o tema.

No contexto geral da imigração japonesa, é preciso lembrar (quadro 1) que o final da década de 1920 coincide com um incremento no número de entradas de japoneses no Brasil. Os dados abaixo agrupam informações sobre os japoneses do quadro 4. Por ela, verifica-se a seguinte condição:

Os dados acima confirmam a enorme concentração de entradas no período entre 1924 e 1934. São 132.121 pessoas entradas no país em 11 anos. Significa que houve uma média de 12,011¹¹ imigrantes/ano.

Comparado ao período imediatamente posterior, a média cai para 3.462 imigrantes/ano. No primeiro período (1908-1923), a média é de 2.152. A média geral entre 1908 e 1941 é de 5.716 imigrantes/ano. Ou seja, os 11 anos entre 1924 e 1934 são maciçamente os de maior concentração de entradas.

As datas para efetuar os cortes estão relacionadas com os fatos da história da imigração japonesa. Até 1924, os cafeicultores paulistas subsidiaram a cara viagem dos japoneses para o Brasil. Se em 1908 era questionada a validade para este tipo de investimento, a sua continuidade também veio acompanhada por fortes discussões. Além de indesejável por sua raça, cultura, o japonês era um imigrante caro. Perguntava-se durante todo este período por que trazer imigrantes com as negatividades dos japoneses, se havia opções mais viáveis. As oscilações no número de entradas que se verificam no quadro 4, até 1924 estão por conta destas discussões internas.

Por fim, os cafeicultores paulistas desistem de subsidiar as viagens em 1924. Naquele mesmo ano, o governo norte-americano proíbe novas entradas em seu território. Para não interromper a sua política de emigração, o governo japonês passa a assumir a imigração para o Brasil. É por esta razão que cresce o número de entradas a partir daquele ano. As condições do governo japonês para emigrar para o Brasil eram menores que as do período anterior, ao mesmo tempo em que a propaganda emigrantista foi mais sistemática.

Com a desistência dos cafeicultores de subsidiar as viagens para o Brasil, coincide também a primeira emenda para a restrição para a entrada de novos japoneses (Fidélis Reis, 1923). Quando o governo japonês começa a subsidiar as passagens, estava o problema da presença dos japoneses em plena discussão. Apesar de arquivada, a idéia de copiar o modelo norte-americano fica latente. Depois de 1924, a visão 'olhométrica' sobre os japoneses se acentuou bastante.

O início dos anos 30 é marcado pela ascensão de Vargas ao poder, o que muda também a direção da política imigratória brasileira de maneira contundente. Ela tem a sua maior demonstração nos trabalhos da Constituinte de 1934. Em 11 de novembro de 1930 é instituído o governo provisório de Vargas. Um mês depois, em 12 de dezembro do mesmo ano, um decreto-lei especifica sobre a imigração: "*Limita a entrada, no território nacional, de passageiros de terceira classe (imigrantes), dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providên-*

¹¹ Estes números foram arredondados para cima para evitar os casos decimais. Para esta análise os casos decimais parecem ser desnecessários.

cias” (Demoro, 1960:183). Até 1934, seguem-se outros decretos-lei organizando a burocracia e estabelecendo que a criação de núcleos coloniais seriam feitas por decreto (14 de dezembro de 1932, decreto 22.226, artigo 271). Vê-se portanto, que aquilo que os deputados constituintes colocam para debate não são novidades, mas existe uma continuidade sobre estes problemas.

B. A Constituinte de 1934.

As polêmicas em torno dos japoneses atingem o seu auge na Constituinte de 1934. É quando se tem a oportunidade de se verificar o que pontualmente identifica os japoneses diante da elite política do país. Naquela oportunidade, os argumentos raciais e culturais são acionados para dar corpo a propostas de ordem política concretas, não apenas para o grupo, mas para o Brasil.

Para efeitos de exposição, serão tomados os discursos de quatro deputados em torno da questão japonesa durante a Constituinte de 1934, a partir da proposta do deputado Miguel Couto de limitar a entrada de novos imigrantes em 5% sobre o número dos já estabelecidos no país. Esses discursos e o debate final são referências, porque sintetizam um debate que vinha se prolongando desde o início da década¹². O problema japonês é introduzido na Constituinte porque na discussão geral o tema se relaciona com os imigrantes de origem asiática e negra.¹³

Morais de Andrade (São Paulo), Xavier de Oliveira (Ceará), Artur Neiva (Bahia) e Miguel Couto (Rio de Janeiro) são os deputados que se manifestam em torno da presença dos japoneses e debatem a questão das cotas. Moraes de Andrade é a voz dissonante dentro deste grupo. É paulista e advogado de empreendimentos japoneses em São Paulo, como a Sociedade Colonizadora do Brasil Limitada- Bratac-. Por isso, coloca-se numa posição diferente dos outros três deputados, apesar de não ser inteiramente contra a política de cotas. Os outros são inteiramente favoráveis a ela.

O discurso mais extremado é o de Xavier de Oliveira, autor mais tarde de dois trabalhos: *O Problema Imigratório na Constituição Brasileira; razões americanas de uma campanha parlamentar de brasilidade*, publicado em 1942 e de um artigo publicado na então importante Revista Brasileira de Imigração e Colonização em 1945, onde ressalta o papel de Miguel Couto e Arthur Neiva¹⁴. O subtítulo do livro

¹² Os discursos estão transcritos nos anexos do já citado trabalho de Valdemar Carneiro Leão (Leão, *op. cit.*).

¹³ Na década de 1920, houve uma intensa discussão em torno da entrada de negros norte-americanos no Brasil que acabou sendo barrada. Vide Jair Souza Ramos, 1998, *op. cit.*

¹⁴ A Revista Brasileira de Imigração e Colonização é uma fonte preciosa para os estudos sobre imigração no Brasil porque apresenta diferentes pontos de vista sobre o tema.

de 1937 é ilustrativo do pensamento do deputado. Como os outros, o horizonte de Xavier de Oliveira não são os japoneses especificamente, mas o Brasil. Da mesma forma que Fidélis Reis, ressalta o aspecto não-econômico do problema, inserindo o aspecto político da imigração. Este aspecto político se desdobra em duas faces que afetariam a nossa política interna. Ela tem as suas origens fora do país, mas as suas repercussões têm eco no Brasil. A ocupação da Mandchúria pelo Japão¹⁵ é contemporânea aos debates da Constituinte, sendo inúmeras as referências dos deputados acerca do ‘perigo japonês’, de uma possível invasão japonesa no Brasil e na América Latina. A política imperialista japonesa é um fantasma que persegue os constituintes que expressam o seu temor como um assunto de segurança nacional.¹⁶

A posição que o Japão no cenário internacional, sobretudo após a ocupação da Mandchúria, levanta uma série de polêmicas no mundo da época. Desde a década anterior aos anos 30, o ‘perigo japonês’, o ‘perigo amarelo’ eram motivo de discussões pela Europa e Estados Unidos. Os temores se voltavam para uma possível expansão japonesa pelo mundo à luz da trajetória do Japão na Ásia. A ocupação da Mandchúria é o ponto culminante dos temores do Ocidente diante do militarismo japonês. A partir daí, os países ocidentais colocam explicitamente a inevitabilidade de uma guerra para barrar o expansionismo japonês. Para isto, montam o argumento do ‘perigo’ a partir da cor (os amarelos), para depois apontarem outros perigos, sobretudo os de ordem econômica. A questão da segurança nacional apontada no contexto da constituinte tem portanto, raízes dentro de um debate que não estava restrito ao Brasil. A presença dos japoneses em território brasileiro é um alerta para os deputados. As forças armadas japonesas poderiam entrar com maior facilidade com a ajuda dos japoneses aqui residentes.

Xavier de Oliveira, médico cearense, que define o ‘Brasil brasileiro’ como o ‘*Brasil sertão*’ (apud Leão, op. cit.: 241), defende a seleção de imigrantes na Constituinte baseado num discurso nacionalista que pode ser assim sintetizado:” *Senhores, sou brasileiro, autêntico, nacionalista e integral nativista convicto. Amo, acima de tudo, a minha Pátria. E se não tenho, repito, preconceitos de raça, tenho, entretanto o preconceito da minha nacionalidade! Quero, assim, ver a nação brasileira eugenicamente sadia, educada e feliz, vivendo em paz e em harmonia com todos os países do globo!...*”(Xavier de Oliveira, 1934. apud Leão, op. cit.: 271-72 - grifo meu). É com base no ‘preconceito da nacionalidade’ que o deputado enumera, ao lado do aspecto político, o antropológico e o eugênico da imigração como etapas posteriores à econômica. Argumenta que até a Primeira Guerra Mundial a motivação tanto para os países emigrantistas como para os imigrantistas, era a econômica. A

¹⁵ *O Japão ocupa militarmente a Mandchúria em 1932 estabelecendo ali um governo.*

¹⁶ *Os dois trabalhos que melhor expressam este temor são de Souza Moraes, 1942 e artigos publicados no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, compilados num livro em 1942, chamado O Perigo Japonês (Jornal do Commercio, 1942).*

sua grande preocupação é com o atraso do Brasil diante destas questões, se comparado com as políticas restritivas dos Estados Unidos, Canadá, Argentina, Austrália, Nova Zelândia. Estes países já estariam na fase eugenética, enquanto que o Brasil estaria ainda na econômica.

O povoamento do território brasileiro é outro ponto nevrálgico. Quem iria acabar de ocupar os espaços vazios do país? A presença de mestiços neste quadro não levanta polêmicas. Os imigrantes (quais?) entram na discussão em vista da situação presente naquele momento, ou seja, de sua não fixação no campo e na concentração no sudeste e sul. Levanta-se o problema da eugenia tanto pelo aspecto biológico das mestiçagens, como vai além, “*a eugenia envolve, além do problema econômico, essencialmente, o da saúde pública, mais o da educação e, ainda, o da imigração*” (Xavier de Oliveira, apud Leão, op. cit.: 258). Quando fala em saúde pública, Xavier de Oliveira está se referindo à saúde psíquica dos imigrantes, sobretudo aos doentes mentais com os quais trabalhou no Rio de Janeiro. Menciona inclusive que a Alemanha estaria enviando doentes mentais para o sul do Brasil (Leão, op. cit.: 253). A solução para os problemas a partir de sua visão de eugenia é a educação e a seleção de imigrantes.

Fala-se na seleção dos imigrantes na Constituinte, visando os asiáticos, dentre os quais ‘os assírios’¹⁷, mas sobretudo os japoneses. Naquele momento, a discussão se torna mais acirrada justamente porque no ano anterior -1933-, Roquette-Pinto, o autor que naquela época mais se destacava entre os eugenistas, escreve um artigo no jornal Diário de São Paulo, numa edição comemorativa aos 25 anos da imigração japonesa no Brasil, diz não encontrar razões eugênicas para impedir a recepção dos japoneses no país¹⁸ dizendo que proibir os casamentos de japoneses com brasileiros, seria o mesmo que “*condenar o casamento de nortistas e meridionais do próprio Brasil*” (Roquette-Pinto, 1938: 179-180).

Para aqueles que usavam a eugenia como um instrumento para defender a idéia da fixação das cotas, o parecer de Roquette-Pinto foi motivo para polêmicas no plenário da Constituinte. Assim conclui: “*Quero repetir, para terminar, o que disse a respeito há muito tempo: Pode haver motivos que desaconselhem a livre recepção de japonezes sadios e educados neste país. Serão motivos de ordem social, política, religiosa, estetica...ou esoterica. Razões eugenicis e anthropologicas - científicas - não*” (Roquette-Pinto, op. cit.: 180 - sublinhado no original). Xavier de Oliveira discorda do autor com relutância, por reconhecer o peso do nome de Roquette-Pinto no panorama científico da época. Rebate, usando o argumento de estudiosos estrangeiros sobre a mistura de raças e suas conseqüências. Arthur Neiva e Miguel Couto

¹⁷ O problema dos ‘assírios’, refere-se a um pedido feito pela Liga das Nações em 1932 para o Brasil receber cerca de 20.000 famílias de refugiados armênios.

¹⁸ A íntegra do artigo está em Roquette-Pinto, 1938.

procuram desmanchar o discurso não se defrontando, mas se utilizando de argumentos dos perigos do imperialismo japonês.

Os debates na Constituinte se desviam para os problemas nacionais do povoamento, da educação, da saúde pública utilizando exemplos dos japoneses para procurar demonstrar as razões pelas quais são considerados indesejáveis. No entanto, mesmo dentro deste clima, os deputados a favor desta tese, não se mostram inteiramente convincentes e unânimes. Neiva e Couto tecem elogios aos japoneses nos aspectos que fogem à política imperialista do Japão, guiando os seus argumentos muito mais para a necessidade de se pensar na segurança e defesa do Brasil do que condenar especificamente os imigrantes.

No final, a Constituição de 1934 estabelece uma cota inferior à proposta de Miguel Couto (de 5%), para 2% numa votação em que 146 deputados votam a favor desta última cota, e 41 votam contra. Destes últimos, Adolfo Konder, representante de Santa Catarina é um deles. Konder, na sessão para a votação final, defende a liberdade para a entrada de novos imigrantes, argumentando a favor dos alemães do sul que, como Moraes de Andrade havia defendido no início para os japoneses, “*se propõem auxiliar-nos no desenvolvimento do sertão e no aproveitamento da terra*” (Konder, 1934 apud Leão, op. cit.: 355), demonstrando que a lei atingiria não só aos japoneses como parecia durante a Constituinte, mas a outros grupos também. Enfim, estes 2% seriam calculados sobre o total de imigrantes de cada origem já radicados no país, com exceção de parentes e vindos por chamado. Na realidade, sabe-se que a lei não foi cumprida com rigor. Mais do que o cumprimento da lei, no entanto, vale ressaltar o seu teor simbólico e a repercussão que teve diante das representações diplomáticas.

No caso dos japoneses, o processo de discussões na Constituinte criou um clima de mal estar nos círculos diplomáticos, como atesta Leão (Leão, op. cit. :115-152). Este autor descreve com minúcias as negociações que o governo japonês procurou empreender no sentido de reverter a proposta Miguel Couto. Dentro deste processo de discussões, o Poder Legislativo fez valer a sua autonomia rechaçando as interferências do Executivo no sentido de defender os japoneses. O Executivo por seu lado, foi acusado de traição pelo governo japonês, desde que, segundo relatórios do Embaixador japonês no Brasil, o então ministro da Agricultura, Juarez Távora haveria prometido interferir contra o estabelecimento de cotas para a imigração.

O processo de discussões e a decisão final da Constituinte tiveram grande repercussão na imprensa, sobretudo na japonesa. Leão transcreve diversos trechos de jornais japoneses que ressaltam dois pontos: o primeiro, o de um abalo nas relações de amizade entre os dois países; o segundo, a acusação de que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha pressionaram os deputados brasileiros no sentido de impor as cotas. Ocorre, portanto, um incidente cujo espectro vai além da questão interna, mas envolve uma discussão de repercussão internacional. É o momento em que o gover-

no brasileiro é rotulado de nacionalista, que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha tiveram um papel decisivo para prejudicar o Japão, e que os japoneses eram vistos como nacionalistas demais para se assimilarem em qualquer parte do mundo, isto de acordo com a análise dos jornais japoneses. Alguns jornais brasileiros por sua vez, acusam o governo japonês de transmitir para a imprensa, assuntos de cunho estritamente interno ao nosso país que não poderiam ficar tão públicos como estavam sendo. Hayashi, o Embaixador japonês no Brasil, e o Ministro das Relações Exteriores do Japão, no final, pedem demissão de seus cargos, tamanho foi o impacto da decisão brasileira.

Uma reflexão teórica sobre imigração que redonda deste quadro é a de que a imigração é um tema que não se limita apenas à análise local e imediata no espaço e no tempo. Ela ultrapassa fronteiras, mexe com interesses diversos, modela até o *ethos* dos interlocutores, fazendo emergir identidades das culturas em contato. É às vezes, a abertura para a discussão de uma lei que não foi cumprida, que deflagra uma ‘pausa para avaliação’ daquilo que vinha acontecendo. Surge assim, a oportunidade de se colocarem frente à frente posições, interesses, metas, acusações, elogios que ao serem expostas, criam aquilo que Barth chama de limites étnicos (*ethnic boundaries*) (Barth, op. cit), ou seja, a auto-imagem do grupo criada em função do contato com o outro.

Na parte que se segue, serão expostas as posições em torno da mesma polêmica fora das reuniões da Assembléia Constituinte, para se entender como a emenda de Miguel Couto é em parte, um retrato de como a sociedade vinha encarando os japoneses.

4. O debate fora da Constituinte sobre raça e cultura dos imigrantes japoneses até a Segunda Guerra Mundial.

São Paulo é como o estomago do avestruz. Engole e assimila tudo. (Alfredo Ellis Jr., 1937: 182)

As idéias expostas pelos deputados constituintes refletem uma parte de um debate mais amplo que tomava conta dos jornais, dos relatórios de técnicos e políticos e também de opiniões de intelectuais da época. Esta parte do trabalho visa sintetizar uma polêmica que fora do plenário legislativo, tem contornos muito pouco definidos contra os japoneses. Mas é utilizado pelos quatro constituintes para legitimar suas idéias com argumentos de cientistas respeitados. São eles, Oliveira Vianna, Roquette Pinto e Alfredo Ellis Jr., os autores citados nos debates, e com quem os deputados dialogavam. É pela ciência que procuram convencer os outros sobre a emenda Miguel Couto. Vale lembrar que com exceção de Moraes de Andrade, os outros três deputados são médicos e não são paulistas. Da mesma forma, apenas

Alfredo Ellis Jr. É paulista, e trata os japoneses com maior familiaridade que os outros.

É de Oliveira Vianna, a frase mais repetida e tomada como referência à questão da dificuldade de assimilação dos japoneses. Diz ele: “*O japonês é como enxofre: insolúvel. É este justamente o ponto mais delicado do seu problema imigratório, aqui como em qualquer outro ponto do globo*” (Oliveira Vianna, op. cit.: 155- grifo meu). É esta frase, publicada em 1932, que abre as brechas para o amplo debate sobre a assimilação dos japoneses que se seguiria. Colocada no contexto do livro *Raça e Assimilação*, a frase entretanto, é mais uma opinião do autor do que um argumento conclusivo de uma tese. Depois de apresentar um estudo feito no Havaí, onde os imigrantes japoneses têm uma avaliação muito boa na questão do temperamento, se comparados a outros grupos, conclui que, da mesma forma que os norte-americanos acharam por bem excluir esta imigração porque acharam evidências da superioridade dos japoneses (sic), o autor diz que se são inassimiláveis fora do Brasil, o mesmo ocorreria aqui.

No mesmo livro *Raça e Assimilação*, Oliveira Vianna tem uma postura pouco clara diante do problema dos japoneses, isto porque nos cálculos que apresenta sobre o já citado *melting pot*, os japoneses se apresentam com o maior índice de fusibilidade em São Paulo (casamentos exogâmicos)- 75,5%- comparado aos italianos (65,9%), espanhóis (43,7%), sírios, com a mais baixa, de 34,9%. Os brasileiros apresentam nos seus cálculos, 8,4%. É verdade que reconhece que a amostra dos japoneses é muito pequena, apenas 49 casos, diante de mais de 3.000 dos italianos, espanhóis e de 63.924 dos brasileiros (Oliveira Vianna op. cit.: 117).

Não é só Oliveira Vianna que se alicerça em dados colhidos cientificamente para expressar as suas idéias políticas. Os autores da época usam classificações, métodos de pesquisa, argumentos de autores estrangeiros ¹⁹, para dar um estatuto científico de neutralidade e de seriedade que estariam acima das suas posições ideológicas. É clara a constatação de que a discussão científica tem uma ampla repercussão na formulação de políticas, sobre a legislação do país naquela época. Roquette-Pinto também é outro cientista nestas mesmas condições. Os seus trabalhos sobre eugenia, a sua participação no I Congresso de Eugenia em 1929, lhe conferiam respeito. Daí a perplexidade dos constituintes ao verificarem a opinião positiva do cientista diante do problema da imigração japonesa.

A argumentação a favor dos japoneses encontrada em Roquette-Pinto é baseada em estudos de antropólogos japoneses que classificam os japoneses em tipos antropológicos, baseados em cálculos antropométricos que constataam serem os ja-

¹⁹ Nota-se em Oliveira Vianna uma nítida tendência a introduzir autores norte-americanos no meio intelectual brasileiro, levantando uma pequena disputa com aqueles que se espelham nos europeus.

poneses os dois tipos principais- *Chosu* e *Satsuma*-, produtos também de miscigenação, tal como os brasileiros. Conclui imediatamente a seguir, com a frase citada pelos constituintes de que não haveria razões eugênicas para o cruzamento de brasileiros com japoneses.

A questão da eugenia dos japoneses é tratada com mais pormenores por Alfredo Ellis Jr.. Critica aqueles que procuram demonstrar que a eugenia se limita aos traços físicos definindo o conceito como “*o conjunto de factores reduzidos a algarismos applicados com uma dada formula algebrica, na qual cada um dos factores referidos tenha uma influencia determinada. Disso resultará um indice qualquer. Será o indice da eugenia*” (Ellis Jr.: op. cit.: 185). Apesar de partir de uma definição muito pouco clara, Ellis procura demonstrar porquê a imigração japonesa não é inconveniente para o Brasil, do ponto de vista científico. Coloca-se na posição de ‘nipponophobo’ ao comentar que a concepção de beleza física é subjetiva, usando imagens como por exemplo, a do biólogo achando um micróbio belo, ou a beleza física representada pela figura de Rodolfo Valentino, artista do cinema mudo (Ellis, op. cit: 184, 185). Ainda sob o ponto-de-vista físico, ilustra a boa saúde dos japoneses com uma tabela das causas de mortalidade no estado de São Paulo, baseado no Anuário Demográfico de 1928. No seu ‘Quadro Nosologico’ apresenta índices abaixo de 10% para doenças e endemias como a malária, o tifo, concluindo “*não ter o japonês nenhum ponto fraco*” (Ellis Jr. op. cit: 186-187). O aspecto psicológico dos japoneses é considerado superior espelhando-se no exemplo do Japão.

A crítica ao enquistamento dos japoneses é tratada como em Oliveira Vianna, mostrando que os japoneses se casam fora do grupo. Em 1927, segundo o Anuário Demográfico Sanitário são 32,7% os casamentos exogâmicos, contra 63,3% dentro do grupo (Ellis Jr. op. cit.: 191-192). Os dois autores são no entanto, cuidadosos em assinalar a precocidade de suas conclusões, desde que naquele momento, o número de japoneses é reduzido em comparação a outros grupos imigrantes.

Além destes três autores, é preciso citar Bruno Lobo, também médico, autor de dois trabalhos a favor da imigração japonesa- *De Japonez a Brasileiro*, de 1932, e *Esquecendo os Antepassados e Combatendo os Estrangeiros*, de 1935-. Lobo, também em nome da ciência, busca demonstrar que sendo as raças produtos do meio em que se fixam, o casamento entre brasileiros e japoneses não redundaria em quaisquer anomalia biológica: “*não tem nenhuma justificativa, ante a compreensão actual, as diferenças de raça e cultura, o aspecto transitorio de nossa especie, modificavel conforme as circunstancias*” (Lobo, 1932: 105- grifos meus), como também pesa que “*O tempo e o meio encarregam-se de tudo assimilar*” (Lobo, op. cit: 63). Para reforçar a sua tese, transcreve uma carta do chefe da Igreja Positivista Brasileira, Teixeira Mendes, que parte do argumento da fraternidade universal para não ser contrário à discriminação racial (Lobo, op. cit. :106 a 111). Apresenta um vasto material

escrito e iconográfico ilustrando o não inconveniente da miscigenação, apresentando por exemplo, um estudo de obstetras que mostram que a mulher japonesa possui medidas da pélvis de bom tamanho para garantir um parto seguro, caso o pai não seja japonês (Lobo, 1935:181)²⁰.

A conclusão que se chega com a leitura daqueles que entraram na polêmica contra a presença dos japoneses no Brasil até a Segunda Guerra Mundial, nos pontos críticos da raça e da cultura, é que na realidade não havia nenhum argumento bem fundamentado que pudesse barrar a imigração destes, como ocorreu. Os autores são cautelosos em suas colocações a respeito destes dois temas. Preferem, como Oliveira Vianna, Roquette-Pinto, dizer que o a miscigenação e a assimilação são processos demorados até poderem ser devidamente avaliados. Para os japoneses, cuja imigração era ainda tão recente, são ainda mais cautelosos. Bruno Lobo, ao contrário, é mais explícito nestes aspectos que aqueles que aparentemente eram desfavoráveis à imigração japonesa.

O que ocorreu nos anos 1930 foi mais uma apropriação política dos trabalhos científicos da época, para polemizar. O parecer científico se apresenta como um pilar importante neste diálogo com os interesses políticos de parte da elite. Alfredo Ellis Jr., já em 1925 sintetiza a questão dizendo: *“Para se poder aquilatar as consequências da imigração mongólica, no nosso problema ethnico, não basta um simples golpe de vista rapido, sobre a questão, são necessarios demorados estudos de analyses ethnicas, que não estão ao alcance sinão dos que se teem familiarizado com as normas da anthropologia, da sociologia, da historia e mais sciencias correlatas. Quem não esteja enfrornado nos dominios destas disciplinas, só póde gerar um dominio falho e emitir conceitos inveridicos...”* (Ellis Jr, 1925, Gazeta de Notícias, in apud. Botelho, 1934, op. cit: 50).

Neste diálogo, salta à vista a tensão dos não paulistas e a sua preocupação com o futuro do país e dos seus estados. A rivalidade do ‘resto do Brasil’ com os paulistas, é nítida, não apenas no aspecto econômico, como até por São Paulo estar experimentando o ‘*melting pot*’ adiante dos outros. Novamente, o imigrante e particularmente os japoneses, são interlocutores passivos dentro de um contexto em que o alvo é o desenvolvimento brasileiro, o seu povoamento, a formação da nação. Raça e cultura são temas que chamam a atenção da opinião pública letrada, mas na realidade, são instrumentos para a discussão mais ampla. Nota-se que são concepções cujas definições são fluidas, marcadas por circunstâncias e épocas ²¹. São mais um

²⁰ Haveria ainda outros vários autores para ilustrar as polêmicas em torno do tema. Fica em aberto, para trabalhos futuros, o exame pormenorizado deste material.

²¹ Convém lembrar aquilo que Oliveira Vianna chama a atenção em Raça e Assimilação, dos contornos que a confusão entre o científico e o político estavam provocando na Alemanha na questão da raça (Oliveira Vianna, op. cit : 18). Aquele não era o momento para ser muito explícito em assuntos como este.

modus operandi para encaminhar as reflexões sobre o seu lugar no contexto da sociedade.

5. Raça e cultura no pós-guerra. A discussão sobre assimilação e aculturação dos japoneses no Brasil.

A discussão deste capítulo só tomará mais sentido se forem revistos os desdobramentos da polêmica anterior. O período em questão está fora do âmbito geral deste trabalho, mas parece-me necessário incluir esta parte a fim de procurar dar um fecho ao problema.

A conexão que havia entre raça e cultura mudam completamente de feição com os acontecimentos da guerra. As perseguições nazistas, sobretudo sobre os judeus, mudam o problema para outras frentes. Na ala da guerra que defendia a democracia, a discussão sobre raça se torna insustentável. Mesmo no Brasil do Estado Novo. O problema durante a guerra se desloca para os inimigos do país (também os japoneses, no caso), e ameniza a questão racial. O fim da guerra e a derrota do Eixo traz nova luz para o tema. O foco agora é a cultura e as suas implicações.

A assimilação está ligada, como se viu, à mistura de raças, enquanto que a aculturação se restringe ao processo no qual o imigrante troca com a sociedade abrangente, os seus traços culturais. É quando, mais do que nunca, a etnicidade pensada do ponto-de-vista primordialista mais vem à tona. Por esta noção, parte-se da idéia de que os imigrantes têm uma 'bagagem cultural', assim como a sociedade que os recebe tem a sua, de forma que o contato conduz a um intercâmbio, onde prevalece o peso da sociedade abrangente, desde que o imigrante é parte dela. Ainda prevalece uma noção essencialista de cultura neste tipo de raciocínio. Cultura é um dado com o qual se trabalha como um conjunto.

Os seguidores desta linha teórica entendem a aculturação como um processo que tem os seus momentos de conflito e resistência, para dentro e fora do grupo, quando emergem os traços de sua etnicidade. Emilio Willems, por exemplo, é pródigo em mostrar este processo entre os alemães no sul, apontando a educação, a imprensa em língua alemã, como formas dessas resistências e em suma, da etnicidade do grupo diante da sociedade abrangente (Willems, op. cit.).

Também inimigos do Brasil na guerra, também acusados de inassimiláveis, os japoneses, como os alemães são objeto de estudos sobre aculturação, sobretudo num período em que a marca da guerra, a política racial dos nazistas e dos japoneses, deveriam ser apagadas. Havia um clima de renascimento no pós-guerra que conduziu os acadêmicos da época a se perguntarem como estavam se portando os imigrantes e seus descendentes. Dentro desta nova ordem que ressaltava a cordialidade do

homem brasileiro, a democracia racial, era necessário que o Brasil se convencesse que mesmo refratários, alemães e japoneses estavam se aculturando.

Deve-se notar que a partir deste período, incorpora-se ao discurso sobre o imigrante também a sua descendência. Sendo a aculturação um processo, leva-se em conta não apenas aquele que imigrou, mas sobretudo as gerações que o segue. Há portanto, uma outra forma de encarar a imigração. A descendência não é apenas vista à sombra do fator biológico, mas também cultural. Mais tarde, adicionam-se os elementos políticos e sociais a esta reflexão.

A única referência encontrada sobre a questão biológica em torno dos japoneses e seus descendentes após a guerra, aparece num artigo publicado em 1962 por um biólogo- Bernardo Beiguelman da Universidade de São Paulo, que estuda o município de Marília e seus arredores, numa pesquisa financiada pela Fundação Rockefeller. *“Os japoneses e seus descendentes estão incluídos no grupo dos que, embora não recém-chegados, ainda resistem à miscigenação intensa”* (Beiguelman, 1962: 109- grifo meu). O problema do autor, no entanto, não é a miscigenação, mas a medição dos traços físicos de duas gerações, obtida por uma amostra de 714 indivíduos. Analisa 32 variáveis para concluir que não há diferenças significativas entre os imigrantes e a população japonesa. Apenas os descendentes destes imigrantes têm maior estatura porque as condições ambientais e alimentação são melhores ²².

No âmbito da aculturação, os casamentos mistos são parte de um todo mais amplo que inclui a língua, os costumes, a religião. Egon Schaden, antropólogo da USP, desenvolveu trabalhos sobre alemães, mas possui dois artigos comparando alemães e japoneses no âmbito da discussão sobre aculturação. Em 1956, publica um artigo na Revista de Antropologia, onde diz desconhecer trabalhos sobre o tema referentes aos japoneses (os alemães já contavam com os trabalhos de Willems). O segundo artigo data de 1978, quando participa de um simpósio organizado por Hiroshi Saito para comemorar os 70 anos da imigração japonesa. Os dois artigos se completam, sobretudo porque o último, apesar da distância temporal é mais completo e conclusivo do pensamento do autor.

Schaden parte da idéia de que o Brasil, apesar da intensa miscigenação- chama a população brasileira de ‘híbrida’-, *“desenvolveu forte espírito de unidade...A idéia de uma nação brasileira marcada por um pluralismo cultural e lingüístico continua sendo inconcebível para a quase totalidade da população. E muito menos se admitiria a da existência de minorias étnicas que manifestassem pretensões e prerrogativas políticas de qualquer natureza”* (Schaden, 1980: 135- grifos meus). E

²² A título de curiosidade, Beiguelman mede entre os 32 itens, o estrabismo, a existência de pêlos na falange média, entrelaçamento dos dedos, cruzamento dos braços enrolamento da língua, redemoinho dos cabelos na região occipital, além do tipo sanguíneo, estatura, etc.

conclui o raciocínio dizendo que por isso, os imigrantes são vistos como motivo de preocupação e até de irritação, de ameaças à segurança política do país (idem: 136). O movimento de aculturação, no entanto, ocorre por diversas razões, de modo mais espontâneo do que coercitivo. Isto porque entende aculturação como um processo intimamente ligado à maneira como os imigrantes se relacionam com a ‘sociedade luso-brasileira’.

O que definiria a existência de uma ‘cultura teuto-brasileira’ e a não existência de uma ‘cultura nipo-brasileira’? Para Schaden, é o fator tempo. Se os alemães já estavam no Brasil há mais de um século e meio (os primeiros chegaram em 1824), os japoneses estão no Brasil há muito menos. A cultura teuto-brasileira é o produto de um processo de desintegração cultural que ocorreu em função da urbanização, industrialização e da diferenciação social interna ao grupo e de um movimento em direção à sua recuperação cultural depois da II Guerra. Em outras palavras, os alemães no sul do país manifestavam traços que marcaram a sua etnicidade sem no entanto, deixar de se aculturar. O processo com os japoneses, ainda segundo Schaden, é diferente. Ele é mais voltado para a sociedade abrangente do que para o interior do grupo. Se os alemães criaram uma estratificação interna, segundo Schaden, o mesmo não teria ocorrido para os japoneses. O movimento de ascensão social dos membros do grupo teria uma perspectiva mais individualizada que “*levaram o japonês a decisões muito mais rápidas, mais incisivas e mesmo radicais*” (Schaden, 1956:46). Não se teriam criado condições para que se estabelecesse um patamar intermediário entre a cultura de origem da primeira geração e a reelaboração desta mesma cultura no contato com a ‘luso-brasileira’, o que acarretaria “*uma situação de conflito propriamente cultural...*” (idem: 44) que por sua vez redundaria na dificuldade de se definir uma ‘cultura nipo-brasileira’.

Na mesma direção, Hiroshi Saito desenvolve o seu raciocínio em diversas publicações²³ em que a tônica é a relação entre a mobilidade espacial e o processo de assimilação. A aculturação em Saito é também manifestada na forma de tensão (Saito, 1953: 195) para o caso dos japoneses e seus descendentes. Sendo discípulo de Egon Schaden, dá especial atenção ao processo que prefere entender como de assimilação, mais do que de aculturação. A aculturação seria uma etapa do processo de assimilação, que tem a integração como a sua etapa final²⁴. A tensão ocorreria num primeiro momento, dentro do grupo dos imigrantes propriamente ditos: “*Os primeiros anos que seguem a chegada ao País são consumidos na aquisição de novos conhecimentos tecnológicos, na acomodação aos novos padrões de comporta-*

²³ Vide para este aspecto, Saito 1953, 1956, 1973, 1977.

²⁴ É curioso notar que nos seus diversos trabalhos, Saito não dá definições de aculturação, assimilação ou integração. É preciso retirar a partir do conjunto dos trabalhos as balizas para a explicitação destes conceitos. Por exemplo, sobre a aculturação, apresenta a idéia de tensão social apenas no final do parágrafo inicial do artigo que descreve uma pesquisa realizada com um pesquisador japonês sobre o tema (Saito, 1953).

mento, a fim de fazer face aos problemas que surgem do contato com uma cultura diferente”(Saito, 1956: 34-35- grifo meu); a geração seguinte experimenta a tensão no processo de busca pela ascensão social que é medida, por ele e por outros pesquisadores como Teiichi Suzuki (Suzuki, 1973), pela mobilidade espacial, sobretudo pelo movimento em direção às grandes cidades. Durante este processo, a assimilação iria ocorrendo sem grandes percalços porque, diferente de Schaden, Saito entende que São Paulo é “*uma sociedade aberta por excelência, a megalópolis franqueia múltiplas oportunidades à ambição dos filhos de imigrantes que, assim, conseguem atuar nas esferas mais variadas da sociedade urbana sem que encontrassem resistências nem barreiras organizadas*” (Saito, 1977: 23- grifo meu).

A discussão sobre a aculturação dos japoneses até aqui está assim, ligada ao conflito de gerações, à mobilidade espacial voltada para a ascensão social, tendo a questão racial e sobretudo o aspecto das diferenças de cultura, ficado num plano secundário. No entanto, dois autores chamam a atenção para o aspecto de que se forjam no interior do grupo, as condições para que essa aculturação se concretize.

Verissimo de Melo, da Universidade do Rio Grande do Norte, escreve em 1961 um livro sobre o assunto da assimilação e aculturação, chamando a atenção para o modo como os japoneses se comportam diante da diferença. Ele ressalta por exemplo, como o processo de integração esbarra no preconceito racial do japonês perante os brasileiros, o que dificultaria a miscigenação (biológica). A *uniqueness* racial e cultural japonesa é lembrada pelo autor para reforçar a sua argumentação. Entretanto, verifica que “*os nipônicos já aceitam, em parte, traços da nossa cultura. Estão, portanto, a um passo da integração total na comunidade brasileira*” (Melo, 1961: 25- grifo meu).

As adaptações à língua, religião, os casamentos exogâmicos são interpretados como parte de um processo que leva à integração, passando por um ‘*abrasileiramento consciente*’ pelos membros da segunda geração, segundo Ruth Cardoso (Cardoso, 1963: 59). Dentro deste quadro, a autora chama a atenção para a necessidade de se perceber que é com a convivência dos mais velhos que os jovens se lançam para fora do grupo, quer através do casamento, dos estudos, da prática profissional. “*É preciso se adestrar para participar da sociedade brasileira, porque a ascensão social só é possível dentro dela*” (Cardoso, op. cit.: 58), sem no entanto deixar de ter o grupo como a sua referência (Cardoso, op. cit.:57). Ruth Cardoso dá um passo teórico importante para sugerir um outro caminho de análise que fuja à perspectiva essencialista da cultura, introduzindo uma questão central que é a da interrelação entre os atores, sem deixar de ser japonês e nem deixar de se tornar brasileiro. “*Exige-se um mínimo de participação na cultura japonesa, e a língua é a chave para isto. Admitida essa participação, não há restrições a que se imitem os brasileiros, uma vez que essa é uma condição para o exercício de uma profissão urbana. Estamos, pois, diante de uma geração de ‘nissei’ que deve assegurar sua ‘brasilidade’ já que tem que ascender na escala social, isto é, conviver necessariamente com brasileiros na maioria*

das situações” (Cardoso, op. cit.: 57). Neste curto artigo publicado de 1963, a referida autora analisa a passagem da condição de agricultor para profissional liberal como um passo da ascensão social de muitos japoneses. O artigo se inicia com uma frase que já aponta para uma novidade neste conjunto de trabalhos: “*A colônia japonesa no Brasil não constitui uma unidade*” (Cardoso, op. cit.: 53- grifos meus). Toda a análise da autora advém deste ponto. Ao elaborar este argumento, Ruth Cardoso praticamente encerra uma fase dos trabalhos sobre a imigração japonesa e nos conduz à segunda vertente elaborada por Poutignat e Streiff-Fenart, a visão instrumentalista de etnicidade.

CAPÍTULO 4

A Pátria na sola dos pés Ambigüidades no “ser imigrante”.

1. Introdução.

“Parece que nosso nora aprendeu a arte de chá e sho, e parece japonesa, mas não larga costume horrível de mastigar chicletes como se fosse uma americana à toa. E fuma como chaminé de fábrica” (parte de um diálogo de um velho imigrante. in Suzuki, Ana, 1986: 61).

A fala sem correção do velho imigrante falando sobre sua nora no romance de Ana Suzuki, é bastante elucidativa para mostrar diversos aspectos da vivência de imigrantes em contato permanente em outra sociedade. Por um lado, o aprendizado de artes japonesas que requerem concentração, estudos prolongados visando o aperfeiçoamento pessoal; de outro lado, os chicletes e o cigarro. Na opinião do velho imigrante, o costume de mascar chicletes é horrível e fumar também tem uma conotação negativa. ‘Parece ser japonesa’ e ‘ser japonesa’ para o velho têm significados diferentes. O fato de ter aprendido artes que antes eram restritas à nobreza, não tornam a nora uma japonesa aos olhos do sogro. No oposto, o mesmo fato de mascar chicletes e fumar também não a tornam necessariamente uma brasileira, ou uma ocidental. O japonês para o sogro tem uma conotação positiva, enquanto que os atributos negativos são voltados ao lado ‘brasileiro’ da nora.

O panorama que a citação sugere difere substancialmente daquela do capítulo anterior. Já não são mais ‘os japoneses’ e ‘os brasileiros’ dialogando como totalidades integradas, mas são situações, fragmentos, que nos induzem a indagar sobre como se constroem a identidade étnica de um grupo. O primeiro ponto é de que essa identidade não existe por si, mas ela vem à tona quando é colocada em contraste. Em segundo lugar, etnicidade e cultura não são sinônimos. Estão interligadas, mas a constituição da etnicidade percorre outros caminhos. E por último, as generalizações são o recurso menos recomendado para qualquer análise que tenha como objetivo estudar identidades. A identidade étnica de um grupo é uma construção social que se manifesta por traços, fragmentos, situações, selecionados e transformados em função dos contatos e dos contrastes. Ela está portanto, condicionada a épocas e lugares e a interlocutores.

Da mesma forma que o anterior, este capítulo tem como objetivo retratar os caminhos através dos quais as identidades dos japoneses foram se construindo sob o ponto-de-vista da vertente teórica que entende a identidade como uma construção. Deste modo, tomo apenas o traço que mais chama a atenção sobre os japoneses no Brasil que é o de ser bom agricultor. Durante décadas, japonês e agricultura se confundiam. Por quê? Se os outros grupos imigrantes vieram para o Brasil para se dedicar à agricultura, por que apenas os japoneses ficaram com esta marca, como se fosse seu nicho particular?

A construção desta imagem de agricultor tem uma história onde entram inúmeras variáveis que vão montando um quebra-cabeças que resulta num dos traços identitários do grupo como um todo. Esta grande estampa é uma delimitação, ou uma das fronteiras étnicas dos japoneses no Brasil. Existem outras, cujos contornos são essencialmente culturais como a língua, por exemplo. A reconstituição do aspecto proposto é sobremaneira instigante do ponto-de-vista da reflexão por ser uma construção simbólica, já que 'ser bom agricultor' não é um dado em si, como é a língua.

Na construção deste traço identitário, a periodização é central. Para o caso dos imigrantes japoneses no Brasil, a mesma periodização utilizada na parte anterior deste trabalho é válida para esta parte. Em linhas gerais, há um corte significativo entre todo o período até a Segunda Guerra Mundial e o seu período posterior. O período analisado será o primeiro, isto é, até 1941, quando o Brasil declara guerra ao Japão. A data é também simbólica, mas é um parâmetro, porque a guerra corta um fluxo de relações não apenas material, mas também de significados nas relações que se estabeleceram entre os japoneses e a sociedade receptora.

O segundo elemento que fundamenta esta reconstituição é o espaço. A concentração de japoneses no período até a Segunda Guerra Mundial está praticamente restrita ao estado de São Paulo. Só após a guerra é que a mobilidade espacial por todo o território brasileiro é mais visível. Por isto, os limites espaciais são o estado de São Paulo e os japoneses da área rural, o que é a grande maioria. As famílias radicadas na cidade de São Paulo têm outras formas de se identificar e serem identificadas. Portanto, não há a intenção aqui de se generalizar para todas as situações, mas de abordar um aspecto da vida dos japoneses para se verificar como é construída a sua identidade como grupo.

2- O quadro brasileiro: a questão das terras e a imigração japonesa.

"Dêem-nos os Senhores terras e nós lhes daremos colonos" (Chanceler japonês, 1905 in apud. Leão, op. cit: 24).

A questão da terra está na origem da maior parte dos processos imigratórios mundiais, pelo menos no período da chamada Grande Imigração. A vinda de imigrantes para o Brasil está ligada à corrida dos países capitalistas para a conquista de mercados, gerando assim, fortes mudanças no panorama internacional. A imigração está intimamente inserida dentro de um panorama mundial no qual o capitalismo concorrencial dita as suas regras: a economia monetária, a concorrência entre os países. Camponeses vivendo até então da renda fundiária são empurrados para fora de suas propriedades com a adoção do sistema monetário, a industrialização classifica as nações numa escala de mais ou menos adiantados. Neste ponto, a questão da terra tem um destaque especial porque a ocupação e conquista de territórios é entendida na época, como forma de dominação. Não é preciso lembrar que a Grande Imigração coincide com a chamada partilha da África e Ásia pelos países europeus. A emigração para as Américas tem também o significado de assegurar e conquistar novas fronteiras territoriais, como ocorreu nos Estados Unidos, e Canadá e países da América do Sul.

A relação entre imigração e ocupação de territórios é menos direta para o caso do Brasil. Se nos Estados Unidos e Canadá, os imigrantes estão intimamente ligados ao desbravamento de novos territórios, como o meio-oeste e a costa do Pacífico, o mesmo não ocorre no Brasil, com exceção dos estados do sul, com os alemães e italianos (Seyferth, 1996). Em outros países da América do Sul, a imigração tem também uma estreita ligação com a ocupação de territórios. Países como o Peru, Colômbia, Paraguai, Bolívia, Argentina, tiveram partes de seus atuais territórios povoados por colônias de imigrantes.

No Brasil o problema é complexo. O Brasil, com sua grande extensão é tanto um chamariz para os países emigrantistas que viam a possibilidade de alocar parte de sua população num país com muita terra disponível, mas ao mesmo tempo, é um problema interno, tal como aparece nas discussões da constituinte de 1934. A grande extensão territorial aliada à baixa densidade demográfica é o ponto de partida para esta reflexão. O regime de propriedade de terras que se caracterizava pela sua amplitude, e a existência de terras públicas só ocupadas pelos grupos indígenas, desenhavam um quadro de ocupação do território, mesmo no final do século XIX, onde é válida a descrição de Capistrano de Abreu de que os portugueses eram como caranguejos, arranhando o litoral. No final do século XIX quando se discutiam os estatutos da nacionalidade brasileira, estes três aspectos: a enorme extensão territorial do país, a sua baixa densidade demográfica e o regime de propriedade de terras são pontos colocados em destaque para mais uma vez, se pensar o que seria o Brasil moderno. Povo e território, eram entendidos para as elites, como uma questão de segurança nacional. É preciso lembrar que proteger o território e assegurar a sua posse são aspectos que fazem parte de um problema que é mundial.

A segunda metade do século XIX, marcada por redefinições de fronteiras em todos os continentes, com uma movimentação de fronteiras originadas de conquistas políticas e militares, guerras, acordos diplomáticos. Eles desenham contornos para uma reflexão do quanto o território e o povo que o habita nem sempre tem assegurada a sua soberania, os seus laços de origem. Pelo contrário, percebe-se que fluidez, movimento, mudanças, fazem parte do cenário da época. É a imagem de Marshall Berman, de que “tudo que é sólido se desmancha no ar” (Berman, 1986). Na realidade, trata-se uma profunda revolução nos conceitos de tradição, de apego, que se delineiam como conseqüências da modernização capitalista concorrencial.

A América do Sul não foge à regra. No período que cobre a segunda metade do século XIX até o início do século XX, foram selados importantes acordos de fronteiras territoriais que redundaram na quase conformação atual dos países do continente. O Brasil se envolve na Guerra do Paraguai em 1870, na questão do Acre, que foi anexado ao Brasil em 1903, faz acordos com as Guianas, com o Peru no início da Primeira República¹. É um momento importante da história militar e diplomática do Brasil. Ela atesta que as elites encaravam que assegurar territórios era uma outra face que envolvia a discussão sobre a formação da nação brasileira naquele momento.

Dentro do contexto da fluidez, da instabilidade de fronteiras, encaixa-se também o movimento migratório internacional. A Grande Imigração é um elemento a mais para a redefinição do significado de pertencimento, de tradição, de origem, de cidadania. Quem é o imigrante? Qual a relação deste com o país de origem, e sobretudo, qual o seu estatuto legal e simbólico com o país de acolhimento? Dentro da reflexão sobre território, qual a relação que tem o imigrante com o terra ?

Quando os imigrantes foram trazidos para o Brasil, uma das grandes indagações é por que introduzí-los apenas em São Paulo, se outras partes do território estavam necessitando de pessoas para a sua ocupação. São novamente as clivagens entre os estados que vem à tona para reforçar a idéia de como a imigração para o Brasil teve o sentido de ser um propulsor da discussão sobre a modernização do país e o sucesso da ala voltada aos interesses capitalistas, como os fazendeiros de São Paulo. As reclamações dos constituintes de outras partes do país sobre a hegemonia de São Paulo para atrair o fluxo de estrangeiros está fundamentada basicamente nesta questão.

Dentro deste contexto, os japoneses têm novamente um papel importante. Para o caso dos japoneses, é mais instigante a discussão em torno da questão da terra que a da substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada, exatamente

¹ Vide uma síntese em Burns, 1997.

pelo período em que se desenrola esta imigração. No período em que a grande massa de japoneses vem para o Brasil, o problema da substituição da mão-de-obra já tinha passado por transformações e já estava se diluindo. Nesta fase os protagonistas são basicamente os imigrantes italianos em São Paulo. Os japoneses já vêm numa fase posterior.

Os autores que tratam da imigração como um item dentro da história do Brasil tendem a ressaltar apenas o aspecto da substituição do escravo pelo imigrante, primeiro por sua relevância, depois porque explica, de forma satisfatória, etapas posteriores do desenvolvimento social e político do país ². As explicações destas etapas, -o trabalho assalariado, a agricultura independente, a migração para as cidades, a formação do operariado ou das grandes fortunas industriais, os processos de integração na sociedade brasileira-, se espelham basicamente no exemplo dos italianos em São Paulo. Isto, não apenas porque são os mais numerosos, mas porque são atores ativos dentro deste modelo.

Para aqueles que se dedicam especialmente à imigração, a aceitação destas etapas não é apropriada, já que os processos nos quais cada grupo vai se inserindo na sociedade receptora difere de grupo para grupo. Por isto, o modelo que é apropriado para os italianos, no entanto, não se encaixa aos japoneses.

A frase do chanceler japonês em 1905 é emblemática para se compreender um outro lado da imigração no Brasil. Da mesma forma que as imigrações alemã e italiana para o sul do país o povoamento e a colonização são o seu ponto de apoio. A imigração japonesa para São Paulo tem o mesmo ponto de partida, mas se diferencia substancialmente destas porque se localiza no contexto sócio-econômico de São Paulo do circuito capitalista, o que não ocorria no sul. No mesmo momento em que o Japão está à procura de terras, o Brasil revê as questões de seu território. Se analisada a partir deste ângulo, a compreensão das polêmicas em torno da imigração japonesa adquire uma nova dimensão exatamente porque, uma outra vez, os japoneses se defrontam com problemas que são cruciais ao Brasil: a terra, e o trabalho.

Nestes dois pontos, as tensões com a sociedade local afloram de uma maneira diversa daquela que trata da raça e cultura. Se na questão da raça e dos processos de integração, os japoneses e seus descendentes tiveram um papel pouco ativo, apenas como o de um 'interlocutor mudo', pode-se afirmar que naquilo que se refere à terra e ao trabalho, o quadro é totalmente inverso.

² Vide por exemplo, a excelente síntese de Fernando Henrique Cardoso sobre as condições sociais da industrialização em São Paulo, onde o autor resalta as diversas conseqüências que o trabalho assalariado dos imigrantes acarretou para a industrialização (Cardoso, 1960).

Os dados obtidos em Cotia confirmam uma estampa que marca um dos traços mais particulares aos japoneses que é o seu trabalho na agricultura. No levantamento das ocupações dos noivos e dos pais, apura-se que 84,1% dos noivos e 91,1% dos pais se dedicam ao trabalho na terra (aqui não está diferenciado o regime de exploração da terra). Estes números, no entanto, não condizem com o perfil dos imigrantes chegados ao Brasil: segundo Suzuki (Suzuki, 1964: 384-385), o número de agricultores que vêm como chefes de família até 1962 é de 37,9% do total, sendo que os não agricultores somam 22,8%. Portanto, a soma daqueles que não eram agricultores no Japão é maior do que a dos agricultores, podendo-se deduzir daí, que parte dos imigrantes vem se tornar agricultores no Brasil, apesar da exigência do governo brasileiro de que era necessário ser agricultor para emigrar ³.

Por que a agricultura, se nem todos os que imigraram tinham esta tradição no país de origem? A resposta estaria exatamente no quadro mais amplo que se configura a partir da questão da terra e do interesse do Japão. Quando se atenta para o contexto das emigrações japonesas, verifica-se que o problema da terra é o motor que motiva a saída dos japoneses para ao exterior. Desde o final do século XIX, o Japão empreende diversas guerras visando a sua expansão territorial: a Guerra Sino-Japonesa vencida pelos japoneses em 1894, anexa Taiwan e a Coréia em 1910; a Guerra Russo-Japonesa de 1905 estende o território japonês para Karafuto e se dirige primordialmente para a Mandchúria; após a Primeira Guerra Mundial, estende sua influência para ilhas da Micronésia. Estas guerras, através da conquista militar, incorporam novos territórios para a colonização e a sua exploração econômica.

A emigração japonesa para a América Latina sugere também esta mesma tendência, apesar de não haver nenhuma intenção de conquista militar. Ela é eminentemente econômica. É possível se verificar que no México, o primeiro país a receber imigrantes japoneses em 1892, o objetivo do governo japonês é de plantar café e algodão em Chiapas (Ota, 1985:280); no Peru o fim era de colonizar terras na região amazônica no final da década de 1910, assim como a Colômbia e o Paraguai estão dentro do mesmo esquema. Nestes quatro países, o número de entradas é muito pe-

³ Sobre o trabalho de Suzuki, há críticas quanto à coleta dos dados. Chama-se de censo, mas na realidade, não há um controle de que foi realmente um censo. De acordo com a explicação da metodologia adotada, os questionários foram distribuídos pelo método da bola de neve, ou seja, pelas redes de contato. Por isto, não há segurança de que todos os japoneses e descendentes tenham participado do levantamento. No entanto, por se tratar de um estudo minucioso, que entra em detalhes até exagerados sobre a vida dos japoneses, e também por falta de outras fontes de informação que seguem o esquema do estudo do autor, o trabalho está sendo usado como referência. Os resultados nele apresentados também não diferem daqueles disponíveis em outras fontes. Por isso, mesmo tendo em vista as suas possíveis limitações, Suzuki é um parâmetro para as reflexões que se seguem.

queno, voltado para empreendimentos bem específicos. O Brasil no entanto, é diferente. Ele é o que mais se destaca no quadro dos interesses japoneses.

Em primeiro lugar, é preciso assinalar a diferença entre os imigrantes que vieram ao Brasil com contratos de trabalho previamente estabelecidos para as fazendas de café de São Paulo, daqueles que vieram como colonos. Os primeiros vêm subsidiados pelo governo de São Paulo até 1925, ou pelo governo japonês até a Segunda Guerra Mundial. Os colonos não se encaixam nesta categoria, pois chegam como proprietários de glebas das colônias adquiridas previamente no Japão. Esta classificação no entanto, não é rígida nem permanente, já que os da primeira categoria se movem para a segunda com o decorrer do tempo. Esta é uma característica que convém ressaltar porque está intimamente ligada ao processo de fixação e de integração dos imigrantes japoneses ao meio social brasileiro.

Um dos pontos mais repetidos nas discussões da Constituinte de 1934 foi a questão da terra. Este foi um dos pontos mais debatidos, ora porque se pensava na ocupação do território brasileiro, ora porque se apontava para o 'perigo japonês' que se traduzia como ocupação de terras.

Havia um clima de alarme diante dos contratos firmados entre o governo japonês e os governos estaduais, sobretudo os de São Paulo, Pará e Amazonas que venderam ou doaram terras para a colonização de vastas áreas. Carlos de Souza Moraes, um dos autores que critica a presença japonesa no Brasil, autor de *A Ofensiva Japonesa no Brasil* (Souza Moraes, op. cit.), aponta a enorme quantidade de terras em mãos dos japoneses. Cita as cifras de 214.145 alqueires, no valor de 160.335 contos em São Paulo em 1934, correspondente a uma área de 5.189 km², quase a mesma que abrange os municípios desde Campinas até Santos, incluindo a capital. No norte do Paraná foram vendidos 18.000 alqueires em 1933, no Pará foram concedidos (doados) 1.030.000 hectares em 1928, precedido de um milhão de hectares no Amazonas em 1927 (Moraes Santos, op. cit.: 77,80,81). Havia porções menores em outros estados. Para São Paulo, compara com os outros grupos imigrantes e conclui estarem os japoneses entre os maiores latifundiários do estado, dividindo com os italianos, ingleses, portugueses e alemães, a condição de grandes proprietários de terras.

As restrições para a continuidade da imigração japonesa para o Brasil é sem dúvida, pertinente, vista sob os olhos daqueles que temiam pela segurança nacional. Sobretudo a mudança na condição social dos japoneses na década de 1930 é muito acelerada sob o ponto-de-vista da aquisição de terras. Individualmente, os chefes de família proprietários de terras (são os que se dirigiram diretamente para as colônias, ou para as terras em mãos de empresas ou do go-

verno japonês) ⁴ eram 5,1% do total de japoneses em 1912, enquanto que em 1937 sobem para 35,5% deste total, sem contar aqueles que eram arrendatários (33,3%) ou meeiros (11,9%) (Suzuki, 1969: 241). Ou seja, 80,7% do total já não era assalariado. Tinham algum tipo de vínculo com a agricultura independente. Deve-se lembrar que em 1937 as entradas de novos contingentes estava ainda em curso, apesar de ter caído significativamente com o estabelecimento das cotas em 1934 (média de 5.824 entradas/ano de 1935 a 1937, contra 12.945 entre 1925 e 1934) (IBGE, 1950). Os dados de Cotia apontam a mesma tendência da coorte 2 (1928-41) para a 3 (1942-54): o número de proprietários cresce em 68,1% quando calculado a partir do total de proprietários obtidos na coleta.

As razões para explicar esta mudança de *status* de modo mais abrangente, encontra-se naquilo que os japoneses almejavam com a emigração, ou seja, a aquisição de terras, ou a '*fome de terra*' como diz o Jornal do Commercio em 1942. Novamente, são os opositores aos japoneses as fontes mais ricas em informações sobre a situação dos japoneses em relação à terra. O argumento do perigo japonês é a da escassez de terras e a alta densidade demográfica do Japão, o inverso da situação no Brasil.

Em 1940, o Japão abriga uma população de 70 milhões de habitantes com uma densidade demográfica de 181 habitantes por km², elevando-se a 954 quando se contabilizam apenas as terras aráveis e que 70% dos agricultores cultivam menos de um hectare de terras (Souza Moraes, op. cit.: 24-25). A fome de terra é uma explicação que faz compreender com maior clareza o que os japoneses almejavam, não apenas no Brasil como em outras partes da América Latina.

3- A 'fome da terra' e a estratégia japonesa junto aos imigrantes no Brasil: a imigração tutelada.

Um dos grandes problemas dos estudos imigratórios até recentemente tem sido a de relegar a um segundo plano, ou ignorar as relações dos imigrantes com o seu país de origem. O que se fazia era quando muito, traçar o *background* dos que haviam deixado a sua terra natal para mostrar rupturas ou as continuidades no processo de transmutação. O termo *uprooted*, introduzido por Oscar Handlin (Handlin, 1979) nos Estados Unidos sintetiza este modo como se via o imigrante.

⁴ É preciso ficar atento para a terminologia: a bibliografia indica como 'colono' aquele que trabalha nas fazendas de café sob contrato no estado de São Paulo. Ela vale para qualquer trabalhador nestas condições, não importa a origem. Colono no sul do país, para alemães e italianos, é aquele que possui uma gleba de terra. Aqui, o termo colono será utilizado como aquele que vive e trabalha nas colônias japonesas, tal como será desenvolvido ao longo deste capítulo.

Estudos mais recentes, a partir do final da década de 1980 têm lançado um novo olhar para os estudos migratórios. Nos Estados Unidos, na França, na Argentina, em função das migrações por problemas políticos ou econômicos, contemporâneos a estes estudos, desenvolveu-se uma linha de pesquisas que procura demonstrar a idéia da existência de uma cadeia de relações com o país de origem que a emigração não quebra necessariamente.

Curiosamente, pode-se perceber na bibliografia específica sobre os japoneses no Brasil, de autores de outras linhas teóricas e de tempos passados, uma preocupação de não apenas traçar o *background* japonês, mas assinalar a ligação dos imigrantes com o Japão. Por exemplo, os trabalhos sobre Marília (Schurig Vieira, 1973) e Bastos (Mita, 1986), tratam de dois locais de alta concentração de japoneses no estado de São Paulo, chamando a atenção para o papel preponderante do governo japonês na formação destes 'núcleos étnicos'. Também, Zempati Ando, sociólogo japonês que trabalhou no Centro de Estudos Nipo-Brasileiros em São Paulo publica em 1976 os Estudos Sócio-Históricos da Imigração Japonesa (Ando, 1973), abordando a mesma questão, assim como Arlinda Rocha Nogueira (Nogueira, 1973, 1983). Todos estes quatro autores traçam nas primeiras páginas de seus trabalhos um perfil das emigrações japonesas colocando o Brasil dentro deste contexto maior. No entanto, seguem tratando de suas pesquisas específicas, abandonando este quadro, para ressaltar outros aspectos, sem destacar o peso que a intervenção japonesa tem no destino dos imigrantes.

Na situação de imigrante, os japoneses por seus traços culturais e físicos já têm de antemão, fronteiras intra e extra grupo já bem delimitadas. A fronteira étnica a que Barth se refere (Barth, op. cit.) é um dado pré-estabelecido em qualquer situação para os japoneses como imigrante. O pertencimento ao grupo vem da impossibilidade, mesmo que desejada, de se diluir no seio da sociedade de acolhimento. A 'verificação olhométrica' não permite a nenhum membro do grupo, não importa a geração, de fugir à marca étnica de 'japonês'. Este diferencial muda toda a relação do grupo diante do Brasil branco, do Brasil mestiço, do Brasil negro. Existe uma parcela de um Brasil amarelo que o identifica de imediato. Saber como este traço de diferenciação foi utilizado pelos membros do grupo para marcar a sua identidade diante do 'outro' que é o Brasil, é uma tarefa que sugere uma releitura analítica da história oficial com vistas ao problema de sua identidade.

Para que o processo possa ser exposto, é preciso enfatizar uma vez mais que não há nenhuma intenção de se generalizar, mas sim, o de descrever um caminho através do qual os japoneses no Brasil montam um conjunto de traços significativos para criarem a sua identidade. Isto significa que elejo um ângulo que tem identificado os japoneses no Brasil, e a partir daí, verificar como se chegou a ele, e sobretudo, como sobrevive e se transforma.

É por esta razão que a questão da terra entra como acionador de um sistema que dá os contornos de um processo de formação da identidade de agricultor aos japoneses. A *imigração tutelada*, conceito que propus (Sakurai, 1999), caracterizou a imigração japonesa no Brasil e em outras partes da América Latina como no México, Colômbia, Paraguai, Bolívia até o início da Segunda Guerra Mundial. Ela é definida como aquela que oferece amparo, orientação, ajuda e gerenciamento aos imigrantes, estruturando-se numa “*cadeia de relações montada a partir do topo da estrutura estatal japonesa até chegar aos imigrantes no Brasil. O governo japonês, por intermédio de seus diferentes ramos e agentes, participou explicitamente no processo de fixação desses imigrantes...*” (Sakurai, op. cit.: 202). A tutela do governo japonês, no Brasil, é mais evidente pelo número de imigrantes e pela extensão que tomou.

A tutela do governo japonês no Brasil se define por um conjunto de ações voltadas para dar amparo nos setores básicos da vida dos imigrantes, entre elas, na educação, saúde mas sobretudo na vida econômica. É através dos consulados e de empresas de colonização privadas ou semi estatais que o planejamento e execução são concretizados. Por isso, a afirmação de que se trata de uma política de Estado voltada para a imigração. Comparativamente, os japoneses recebem no Brasil uma ajuda mais eficaz que os outros grupos imigrantes. Não se nega o papel dos outros consulados junto aos italianos e alemães, que sabidamente tiveram peso neste sentido. No entanto, o que difere os japoneses dos outros grupos é a verificação de que a ajuda não era esporádica e nem contingencial, mas se tratava de um conjunto de ações planejadas.

Introduzir a noção de imigração tutelada é o meio para melhor compreender o porquê das polêmicas em torno dos japoneses e a partir daí, o delineamento das marcas étnicas do grupo. É uma questão que contempla a discussão racial e cultural, mas vai adiante, centralizando-se também no nicho da política, aspecto que também foi relegado a um segundo plano pela bibliografia até hoje existente.

A breve reconstituição da história japonesa desde a Restauração Meiji até a Segunda Guerra Mundial nos colocam diante da constatação que o Japão tinha como uma meta nacional alcançar um lugar como potência mundial, mesmo atrasado no tempo, diante das outras potências. O Japão empreende a sua missão com o olhar voltado para os valores do ocidente capitalista, aliado aos seus valores nacionais, sintetizados em torno da hierarquia a partir do Imperador.

Havia interesse explícito do Japão de explorar terras. Antes mesmo de quere-rem trazer imigrantes, os japoneses tinham interesse nas terras que o Brasil possuía em quantidade. Depois é que vêm os imigrantes. “Dêem-nos senhores terras, e nós lhes daremos colonos” é o pensamento-chave para se compreender a equação que trouxe imigrantes japoneses para o Brasil. Se tomarmos esta diretriz como sendo a que aciona a vinda de japoneses, toda a maneira como a sua fixação ocorre no Brasil

muda de feição. É por esta razão que a imigração tutelada dá sentido e explica o modo como, apesar de tantas polêmicas, os japoneses ganham o espaço público revestidos de uma imagem que vai se tornando positiva com o tempo. É um processo de construção cujo interlocutor é o Brasil, que tem também, como meta, se modernizar.

A ‘fome de terra’ é o elemento que motiva, mas é o potencial econômico dessas terras que impulsiona o governo japonês a investir no Brasil de modo racional, se beneficiando da presença de imigrantes, tal como o fazia em terras onde se mantinha pela conquista militar. A necessidade japonesa de se firmar como potência econômica leva o seu governo a investir na compra de terras e a introduzir benfeitorias nelas, a fim de produzir para exportar para o Japão. Este objetivo é alcançado através das colônias que existem desde 1912, portanto já quatro anos depois da introdução dos primeiros japoneses ⁵. São as colônias administradas por companhias de colonização orientadas pelo Ministério do Interior e das Relações Exteriores do Japão que são o alvo das inquietações das elites brasileiras na década de 1930. Isto porque estão localizadas no estado de São Paulo, já na época, o centro econômico do país, e na Amazônia, região desde sempre considerada estratégica no mapa geopolítico do país. Os japoneses se instalam em áreas que chamam a atenção, e mais, adquirem visibilidade também por introduzir novos produtos na pauta de exportações do país.

As companhias de colonização japonesas encarregaram-se também da introdução de imigrantes, denotando-se com isso, uma visão de um conjunto que congregava a imigração com a colonização. A KKKK (*Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha*), empresa estatal japonesa, fundada em 1917, é a fusão de quatro companhias que até então estavam encarregadas de introduzir japoneses no Brasil, no período em que as passagens eram subsidiadas pelo governo paulista. Neste período, percebe-se que o número de colonos subvencionados pelo governo japonês está próximo ao dos que vieram como imigrantes propriamente ditos (para as fazendas de café): segundo dados da KKKK, até 1923 foram introduzidas 7.614 famílias na condição de colonos, e 11.277 trabalhadores assalariados para as fazendas de café (KKKK, 1934: 11) ⁶. Isto mostra a política japonesa de usufruir tanto da subvenção brasileira, como experimentar em São Paulo o modelo das colônias, trazendo tanto trabalhadores assalariados e proprietários.

⁵ Os detalhes sobre o desenvolvimento das colônias encontra-se em Sakurai, 1999, especialmente da página 219 em diante.

⁶ Estes números provavelmente estão superestimados porque o número de famílias na condição de colonos está muito alta em relação ao total de japoneses entrados no período (31.371) pelos dados oficiais brasileiros. Este é um aspecto que se repete em outras situações, ou seja, a incompatibilidade nos números conforme a fonte de consulta. Esta é portanto uma referência retirada de uma fonte japonesa para ilustrar a questão exposta.

Em 1912 foram concedidos provisoriamente para o Sindicato de Tokio 50.000 hectares de terras na região do Vale do Ribeira em São Paulo. A posse definitiva ocorreu em 1931. Para exemplificar o quanto o governo japonês tinha a intenção de investir no Brasil, o documento descritivo da KKKK arrola o empreendimento. A lembrar que ocorreu em 1912, quando este tipo de empresa era quase desconhecida no Brasil. Ali foram instaladas três colônias divididas entre a seção de colonização (divisão das terras), agricultura (sobretudo plantação de café), instrução (escola para os filhos dos colonos), criação (gado), indústria (com um armazém para depósito de cereais no porto de Santos), posto experimental e campo de demonstração (para o desenvolvimento, adaptação e exposição dos produtos agrícolas), sericicultura (criação de casulos de bicho da seda) e uma seção de comércio agrícola instalado nos arredores da capital, numa área de 350 alqueires, para o Instituto de Prática Agrícola de São Paulo (1932), com o objetivo de formar instrutores de atividades agrícolas para as colônias japonesas.

Outras colônias dirigidas nos mesmos moldes foram criadas pelo interior do estado de São Paulo, como as mantidas pela Sociedade Colonizadora do Brasil, a Bratac, fundada em 1929. Ela compra 90.000 alqueires de terras nas regiões Sorocabana e Noroeste de São Paulo e no norte do Paraná. Segundo Mita (Mita, op. cit.: 25-31), esta companhia é a fusão das companhias de províncias japonesas que compraram terras para colonos originários delas. Assim, províncias como as de Nagano (a primeira, em 1924), Tottori, Toyama, Kumamoto formaram colônias, que mais tarde, em 1927, foram aglutinadas em torno da KIRK (Federação das Associações das Províncias Japonesas) com recursos do governo japonês e tendo o ministro do Interior como o seu presidente. A colônia de Bastos, hoje município com o mesmo nome, foi uma das criadas pela Bratac ⁷.

- A política de emigração e colonização japonesa torna-se cada vez mais importante dentro do quadro político daquele país, exatamente porque agrega o interesse econômico ao alívio da pressão demográfica nos anos 1920 e 30. Neste sentido, o Brasil, a Coréia, Taiwan, Sacalinas, Kurilas e a Manchúria estão no mesmo plano, recebendo a tutela do governo japonês, que cria em 1929 um Ministério da Colonização, subordinando a Bratac à sua esfera administrativa e de planejamento (vide mapa 2, capítulo 2).

Este rápido histórico da trajetória institucional das companhias de colonização japonesas já justificariam o epíteto do Jornal do Commercio associado aos japoneses. No entanto, é preciso assinalar um outro bloco de maneiras como os japoneses exploraram a terra em São Paulo, independente das companhias. É o bloco formado pelos trabalhadores assalariados que passam a ser produtores independentes, quer pela compra, ou arrendamento.

⁷ Bastos é considerada no senso comum, como a cidade mais japonesa de São Paulo.

Se um dos sonhos de qualquer imigrante é o enriquecimento, sabe-se que o isto pode ocorrer através da poupança e do trabalho. Não foi diferente com os japoneses. Os japoneses que vieram na condição de imigrantes (não de colonos), tinham um contrato com os fazendeiros de café de São Paulo de no mínimo dois anos de trabalho. Tal como os outros grupos de imigrantes nas fazendas de café, tinham o direito de cultivar outros produtos no meio dos cafezais. É o sistema conhecido em São Paulo como colonato. Os relatos sobre esta etapa são fartos em mostrar o quanto a poupança foi difícil de ser obtida ⁸ tendo em vista a adaptação ao clima, alimentação, mas sobretudo às oscilações do preço do café no mercado internacional. A poupança é então aplicada na compra de terras, ou no arrendamento, o que oferece a possibilidade de uma maior autonomia financeira, condicionados, é claro, à sorte.

Num cenário comparativo, os imigrantes italianos, ao saírem ou fugirem das fazendas de café, procuram as cidades, principalmente São Paulo para se estabelecerem ou como prestadores de serviços, ou como operários nas indústrias. Alguns compram terras ou continuam nas fazendas como capatazes ou administradores (Alvim, 1999). Os japoneses no entanto, continuam na sua grande maioria, no ramo agrícola. Deve-se pesar aqui diversas variáveis como a época histórica que se está comparando, as condições do mercado de trabalho nas cidades, o preenchimento de nichos econômicos já em mãos de outros grupos. Mas há também a variável específica aos japoneses que explica a permanência no setor. É novamente, a tutela do governo japonês voltada para os egressos das fazendas de café que aparece em cena para dar os contornos para esta segunda fase na trajetória dos imigrantes japoneses no Brasil.

A marcha dos imigrantes japoneses em direção à 'boca do sertão' paulista, mostra uma mobilidade que parte do oeste paulista cafeeiro (Ribeirão Preto, Franca) na direção das novas regiões abertas pelas estradas de ferro Noroeste do Brasil e Sorocabana. Em estudo já desenvolvido sobre este tema (Sakurai, 1995), percebe-se que comprar terras a baixo custo ao longo das ferrovias e vendê-las àqueles que tinham poupança, fazia parte de uma estratégia que colocava agrimensores, técnicos agrícolas, corretores de terras à frente da leva de interessados para abrir caminho para novos empreendimentos. O custeio para estas pesquisas preliminares era arcaado pelo consulado japonês, que passa a ter uma sub-sede em Bauru, na região Noroeste do estado. O interesse é de canalizar para as novas frentes as famílias saídas da região cafeeira. São as companhias de vendas de terras que atuam nestas regiões, loteando e vendendo, criando colônias menos sofisticadas que as das companhias de colonização. A primeira delas, a Companhia de Terras, Madeiras e Colonização de São Paulo, foi fundada em 1913 na região da Estrada de Ferro Noroeste.

⁸ Vide por exemplo, o testemunho de mulheres que relatam sobre o período em Sakurai, 1993.

QUADRO 7 Produção de algodão em caroço por lavradores japoneses nas zonas pioneiras do Estado de São Paulo - 1932-1938

área	1932	1938
Sorocabana	764.513	7.288.350
Paulista	304.411	8.899.500
Araraquara	395.405	2.901.000
Douradense	221.158	1.886.400
Noroeste	145.313	3.124.800
Mogiana	15.278	1.966.500
Outras	2.760	204.300
total	1.848.836	26.270.850

* quantidade em arrobas

Fonte: Saito, 1961.

O plantio de algodão, arroz e dos casulos do bicho da seda desenvolvidos nas colônias ou nas áreas orientadas pelo governo japonês, mudam o perfil dessas novas regiões.

O arroz começa a ser produzido nas regiões baixas e alagadas, rejeitadas para o plantio do café e arrendadas para a formação dos arrozais. Os primeiros arrozais surgiram na região do Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, mas a produção mais efetiva se concentrou na Alta Mogiana e no Triângulo Mineiro, especialmente às margens do Rio Grande. Segundo estatísticas de 1925, a produção é de 250.000 toneladas, enquanto que em 1912 era inexistente. Em 1948 a produção total de arroz em São Paulo sobe para 832.650 toneladas (IBGE, 1950). Em 1925, o porto de Santos escoou 83.331 toneladas, equivalentes a 59.893 contos de réis (Niemeyer, op. cit.:16), enquanto que em 1948 a produção equivale a CR\$1.616.637. Como se sabe, o arroz é a base da alimentação do japonês.

A produção do arroz é também interessante para os seus produtores na medida em que, segundo cálculos da época, a lucratividade é alta: a saca de 60 quilos pode ser vendida a 7\$000 em 1913, tendo subido para 20\$000 durante a I Guerra Mundial, enquanto que o custo de produção é de 1\$500 a 2\$500. (Nogueira, op. cit.: 169).

O produto que mais se destaca no contexto da presença de japoneses como trabalhadores agrícolas autônomos é o algodão. Em todas as etapas de aumento das áreas de produção, a participação dos imigrantes fica muito clara. Isto porque havia uma indústria têxtil e de fiação japonesa em desenvolvimento desde o último quartel do século XIX. A partir do final da década de 1920, verifica-se um

crescimento na exportação de tecidos para os mercados asiáticos, antes fornecedores de matéria-prima para essa indústria. Uma medida protecionista do governo britânico em 1932, restringe a importação de algodão bruto da Índia, até então, a maior fornecedora do produto. Havendo a necessidade de se buscar outros fornecedores, o Brasil se apresenta como alternativa.

Uma missão econômica japonesa vem ao Brasil em 1934 a fim de estudar as possibilidades de importação, “*esperando em compensação obter que o Japão aumentasse as suas exportações para o Brasil.*” (OESP, 10/4/35) A Federação Nacional das Câmaras de Comércio do Japão patrocina a vinda de empresários representativos dos maiores conglomerados têxteis do país. Essa visita ganha visibilidade, sendo notícia tanto na imprensa local quanto internacional. O *Manchester Guardian* de abril de 1935 protesta dizendo que “*a conclusão de um acordo, tal como o que o Japão cogita fazer com o Brasil, seria um fato desagradável, para os Estados Unidos, onde os plantadores de algodão já sofrem com a concorrência brasileira e onde*

MAPA 3 Divisão do Estado de São Paulo por zonas



Fonte: Camargo, 1981

as manufaturas de algodão sofrem, por outro lado, com a concorrência japonesa." (Vieira, op. cit.: 19). Esta visita e os seus desdobramentos, portanto, afetam o comércio internacional e abrem importantes vertentes para a economia paulista, e para os imigrantes japoneses em particular.

O algodão traz, assim, alento para as famílias que como proprietários, arrendatários ou meeiros se deslocam para as zonas Sorocabana e Paulista totalizando 32.000 famílias, responsáveis por 50% do volume de algodão produzido em São Paulo. O quadro 7 mostra o incremento da produção em 1932 e em 1938, datas que segundo Saito (Saito, 1963), se revelam significativas: 1932 é anterior aos grandes deslocamentos em função do algodão, e 1938 é o ano auge da produção.

Nas zonas Sorocabana e Paulista, a BRAZCOT instalou equipamentos para o beneficiamento do algodão, próximos aos locais de produção. Essa companhia, a Sociedade Algodoeira Brasil-Japão Ltda., foi fundada em 1936 para cuidar da importação do algodão brasileiro, investindo no cultivo, beneficiamento e escoamento da produção. A BRAZCOT comprava toda a produção para o beneficiamento em suas máquinas. 90% era exportado para o Japão e o restante vendido para as fiações nacionais. Naquele momento, o Brasil e o Japão fizeram um acordo para diminuir o valor do frete entre os dois países, facilitando assim o intercâmbio do produto.

Com isso, as famílias japonesas contavam com auxílio técnico e financeiro para a produção, além da segurança de venda do produto. Esse auxílio englobava todo o processo, inclusive a escolha para o local do cultivo. Para isso, havia intermediários que procuravam as famílias na fazenda de café sugerindo a mudança para as regiões cotonicultoras. Feita a mudança, a companhia se encarrega de dar todo o apoio para o cultivo, através de agrônomos vindos do Japão para esse fim. Numa fase anterior, o desbravamento de terras para o cultivo já tinha se efetuado também nas mãos de japoneses que enfrentam o 'inferno verde', desmatando e demarcando lotes para o futuro estabelecimento de seus conterrâneos. Nessa etapa, participam agrimensores e engenheiros. Há enfim, um esforço planejado e concentrado para que a produção se efetue com sucesso.

A K.K.K.K., a Bratac e a Tozan também se dedicam ao algodão e, ao mesmo tempo, fundam casas bancárias para financiar os agricultores, já que os bancos nacionais não financiavam os agricultores, apenas maquinários. Isto ocorreu em 1936. Os Banco Tozan, o Banco América do Sul e outros menores tiveram a sua origem naquela época.

Os números citados na parte anterior refletem aquilo que incomodava as elites brasileiras e dava visibilidade pública aos imigrantes japoneses, ou seja, a sua rápida ascensão social. Esta rápida mudança na escala social (para produtor rural independente) é um traço que marca os japoneses diante das elites e que reúne as maiores polêmicas, mais do que a questão da raça e da cultura. O modo como a

QUADRO 8 Comércio brasileiro-japonês- 1918-1922 *

ano	importação	exportação
1918	6.156	272
1919	8.848	340
1920	10.687	281
1921	5.562	316
1922	2.691	536

* em contos

Fonte: Estatística Comercial do Ministério da Fazenda in Niemeyer, 1925 : 19

agricultura é desenvolvida pelos japoneses no Brasil segue uma diretriz semelhante à de outras partes onde os japoneses se fixaram, e tem uma estreita relação com o cenário estratégico traçado pela elite econômica daquele país no sentido de tirar o maior proveito possível da presença de seus cidadãos no exterior.

4- Eficiência: a marca da identidade dos imigrantes japoneses no período até 1941.

O perfil agrícola do interior do estado de São Paulo às vésperas da Segunda Guerra Mundial (considerada aqui a partir de 1941, quando o Brasil declara guerra aos países do Eixo) é bastante diferente daquele do início do século em que a cafeicultura predominava. A produção está mais diversificada, as propriedades são menores e estão em mãos de mais pessoas, de forma que no final da década de 1930, São Paulo está se afastando do modelo das grandes propriedades monocultoras, como em outras partes do país.

Neste novo quadro, o peso da presença dos japoneses no meio agrícola é bastante acentuado. As brechas abertas pelo sistema que passa pelas transformações decorrentes das novas conjunturas nacionais e internacionais, dão aos japoneses a oportunidade de se embrenharem por estas brechas e se firmar no campo agrícola. A existência de terras não exploradas e a possibilidade de desenvolver nelas um tipo de agricultura que foge do padrão das grandes propriedades monocultoras é o ponto de partida; a sugestão de cultivo de outros produtos que não apenas o café introduzindo a policultura e a sua execução racional são meios que acabam se traduzindo num modelo diferente daquele existente até então no Brasil.

Não é difícil afirmar que os japoneses implantam um modelo de eficiência e racionalização da produção agrícola que vão marcar de forma profunda a sua identi-

dade perante a sociedade da época. É também uma resposta àqueles que viam com ressalvas a sua vinda. A elite japonesa presente no Brasil, porta-voz do governo daquele país, responde pelo caminho da produção econômica às críticas de ordem racial e cultural. Ou seja, demarcam o seu espaço simbólico pela iniciativa e pela eficiência, refutando os argumentos de inferioridade. Criam assim, a marca étnica profundamente enraizada no Brasil de que os japoneses são excelentes agricultores. Até a guerra este é certamente, o traço da etnicidade mais utilizado como instrumento de diálogo com a sociedade abrangente. É uma forma de reagir às críticas sem entrar na argumentação dos interlocutores, usando a diferença como o motor da reação, criando um cinturão de defesa em torno do grupo. Cria-se uma imagem de que diante dos outros, os japoneses são mais produtivos, são mais inovadores e contribuem para que o Brasil produza e exporte mais.

A contrapartida que o governo japonês obtém é nitidamente econômica. Os negócios entre o Brasil e o Japão crescem em função desta forma de organizar os imigrantes. Desde quando o Japão começa a se voltar para o Brasil como alternativa para a sua política de enviar parte de sua população para o exterior, o potencial brasileiro como mercado já estava analisado: no relatório Suguimura, (Ministro Plenipotenciário do Japão no Brasil) enviado ao Ministério das Relações Exteriores do Japão em 1905, o diplomata refletindo sobre a possibilidade de envio de japoneses como imigrantes, constata a possibilidade de um intercâmbio comercial: *“Quanto ao comércio propriamente dito, basta dizer que é próspero: com 2.500.000 habitantes, a arrecadação em todo o Estado gira em torno de US\$12.500.000, o que evidencia um poder aquisitivo bastante forte e um alto padrão de vida. Apesar da cidade de São Paulo sediar todas as firmas estrangeiras no Brasil, isso não quer dizer que o comércio se restringe apenas a São Paulo. Pelo contrário, é a cidade o centro irradiador do comércio no país. O intercâmbio comercial, à primeira vista, poderia se limitar à exportação de seda e alguns produtos típicos japoneses e à importação de algodão, couro de gado, peles de carneiro e ossos em geral...”* (Rezende, 1991: 19).

Mais tarde, o diretor da Companhia Docas de Santos, Guilherme Guinle, aponta números que atestam que o comércio entre o Brasil e o Japão cresce, passando as importações brasileiras pelo porto de Santos, de 128:876\$000 contos em 1921 à cifra de 3.671:214\$000 em 1929. Segundo a mesma fonte, entre 1930 e 1931, os produtos japoneses entrados por Santos são enumeradas em gomas, resinas e extratos naturais; porcelana e louças (o item com as maiores cifras); ferramentas, lâmpadas elétricas (que cresce cerca de 25% de 1930 para 1931); acessórios para máquinas de fiação e tecelagem; máquinas para a lavoura; livros, impressos, mapas; farinhas e féculas, legumes e verduras secas (que cresce 42% de um ano para outro!).

O Brasil por sua vez, exporta para o Japão, café, arroz, carne em conserva, carne resfriada, xarque, couro salgado, laranjas, num total de 1.256:962\$000 em 1931 (Guinle, 1934: 31-35). A balança comercial é francamente favorável ao Japão.

Outra fonte confirma a mesma tendência (quadro 8).

No ano de 1922, os Estados Unidos, Canadá, México, Peru, Argentina e Chile são mercados que mantinham um comércio mais ativo com o Japão totalizando 758.859.187 yens. O comércio só começa a se mostrar favorável para o Brasil, quando o Japão implementa a sua política de tutela de maneira mais sistemática.

A tutela do governo japonês levanta as polêmicas na época por duas razões básicas. A primeira, por introduzir novos elementos à produção agrícola. As críticas se voltam não à eficácia a este tipo de exploração, mas ao perigo que o Brasil incorre com a presença deste grupo que tem se expandido militarmente em outras partes do mundo. Em 1932, o Japão instala um governo na Mandchúria, o que alarma as elites brasileiras. Os trabalhos já citados de Carlos de Souza Moraes, os artigos do *Jornal do Comercio* vão nesta direção, assim como as participações de Artur Neiva e Miguel Couto na Constituinte de 1934.

Há, ainda, mapas da América do Sul e outro de São Paulo, difundidos na época e escritos em japonês, em que se assinalam os locais onde os japoneses estão instalados. Esses mapas são utilizados nas publicações para provar que havia um plano de conquista da América do Sul que havia sido previamente traçado com a instalação das colônias japonesas ao longo do caminho para facilitar a penetração dos exércitos. Ele partiria do litoral (das colônias do Vale do Ribeira) para o interior, seguindo as linhas das estradas de ferro, indo depois em direção à bacia do Prata pelo rio Paraná. Os japoneses também tinham colônias no Paraguai e na Argentina, o que fazia crescer a idéia de ‘perigo amarelo’ para a região.

Neste período, os imigrantes japoneses já estão firmando a sua identidade como grupo que compete com os trabalhadores nacionais, abrindo assim, uma segunda vertente das polêmicas. Esta segunda vertente trata dos problemas internos do país e se desdobra também em duas correntes: a primeira que apenas aponta a diferença no tratamento da terra entre os japoneses e os trabalhadores nacionais apontando os japoneses como ‘trabalhadores cuidadosos e ordeiros’: *“Não há dúvida de que de todos, o japonês é o melhor, não só porque trabalha mais depressa como também tem o cuidado de não maltratar as árvores, cousa que sem uma rigorosa fiscalização, os demais colonos fazem, constantemente, prejudicando desta forma a safra seguinte”* (Guido Maistrello, 1922 apud Ando & Wakisaka, 1971: 27). Há também pareceres contrários, dizendo que os japoneses são vorazes, que na sua necessidade de cumprir as tarefas com maior rapidez, cortam árvores e devastam as florestas.

A segunda vertente que coloca os japoneses diante dos problemas agrários internos vai mais além, para apontar clivagens regionais, colocando São Paulo em contraste com o restante do Brasil. Nesta argumentação, concluem que os imigrantes não são desejáveis porque tiram do trabalhador nacional a chance de sair da sua

condição de pobreza. São Paulo não precisaria de imigrantes porque o Brasil teria mão-de-obra suficiente para suprir as suas necessidades. Na década de 1930 está se verificando o início dos deslocamentos de nordestinos para o sudeste que concorrem com os imigrantes tanto nas cidades como no campo. Em 1930, o governo provisório de Getúlio Vargas instaura uma lei de proteção ao trabalhador nacional, exigindo que a proporção de trabalhadores nacionais em qualquer empreendimento fosse de 2/3 (Decreto 19.482), justificada pelo Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor: “*Não permitir que, daqui em diante, os desocupados das indústrias e do comércio de outros países venham, dentro de nossas fronteiras, desalojar das suas ocupações os trabalhadores nacionais*” (Lindolfo Collor, 1931 apud Leão, op. cit: 52- grifos meus).

Há dentro do contexto da época, problemas que assumem a mesma feição que tomam conta das polêmicas em torno da raça e da cultura em relação aos japoneses. Ou seja, são temas que não atingem diretamente ao grupo, mas este é tomado como o ponto de partida para a discussão de problemas que afligem as camadas dominantes do país que se percebe, não são unânimes nas suas posições. É uma vez mais, o Brasil se pensando pelo contraste com o elemento diferente. Este aspecto aparece por exemplo, em falas como a de Artur Neiva quando diz: “*o perigo japonês está não na questão da superioridade ou inferioridade da raça – pois não tenho esse preconceito – mas na superioridade de organização. Os nipões são o milagre da organização e nós o prodígio da desorganização*” (Artur Neiva, 1934 apud Leão: 284- grifos meus). Ou dentro de um quadro mais geral que atinge aos imigrantes, a consciência da existência de políticas emigratórias e as vantagens que dela tiram: “*...tanto assim é que as correntes migradoras, muitas vezes, para aqui vêm diretamente orientadas pelos Ministérios das Relações Exteriores, dos seus respectivos países, da Europa ou da Ásia, e o governo brasileiro indiferente a tudo isso, a que essas massas humanas, não raro organizadas até por companhias particulares (algumas delas, porém, oficialmente criadas pelas nações emigradoras!) prefiram este ou aquele ponto do território nacional, de acordo, apenas, com suas conveniências, geralmente, os estados do Sul: São Paulo, Paraná, Santa Catarina, o Rio Grande ou, como se dá agora, a Amazônia também...* (Xavier de Oliveira, 1934 apud Leão, op. cit: 236), e a as necessidades do Brasil: “*Mas, na hora em que tivermos uma política de imigração, que mereça, realmente, este nome; no dia em que dividirmos o Brasil em zonas preferidas, não preferidas e indesejáveis; no dia em que o governo tomar a peito esse serviço, serão criadas dificuldades para aqueles imigrantes que só querem bons climas, como os de São Paulo, e tudo se fará aqui como nos outros países de imigração organizada*” (idem:259).

Dentro deste esquema mais geral, percebe-se que a contribuição dos japoneses no debate sobre a nacionalidade brasileira e os destinos de alguns temas dentro do país teve peso. E novamente, a sua fixação na agricultura lhes dá um crédito adicional para fugir às críticas porque a fixação do imigrante no campo é o que satisfaz aos anseios das elites.

A discussão teórica sobre etnicidade e identidade ganham maior robustez dentro deste contexto porque não se trata mais de abordar o grupo como portador de características gerais como as raciais e culturais, mas de ir esmiuçando como, o próprio grupo, no convívio com a sociedade abrangente, toma os seus rumos e cria as suas identidades ao longo do tempo. O pano de fundo da questão foi este já descrito nos capítulos anteriores. Há a constatação nítida de que houve discriminação no plano do discurso, o que levanta um alerta para os japoneses. Mas ao mesmo tempo ajuda a moldar os limites do grupo de maneira bastante clara. A definição de quem somos o 'nós' e os 'outros' se reforça na direção de um maior acento no aspecto da diferença. A diferença é usada como moeda de troca com os diversos interlocutores, tenha ela cunho cultural ou racial, dependendo da circunstância em que emerge. O terceiro elemento, o do trabalho eficiente e racionalizado, é também acionado para dar ao grupo o ponto de partida positivo e incontestável para o diálogo.

5- O realce da diferença.

O traço da diferença que os imigrantes japoneses chegados ao Brasil antes da Segunda Guerra mais ressaltam, e que os une antes mesmo da emigração, é o do espírito japonês do qual cada japonês se considera portador. A expressão é carregada de sentidos porque simboliza para os japoneses, a síntese do seu pertencimento à sua nação. Ela é recriada no período Meiji tendo como ponto de partida a conduta samurai do tempo do feudalismo. O *bushido* prega, antes da retomada do confucionismo, a lealdade ao senhor, a dignidade e a honra como os preceitos básicos do guerreiro. A conduta samurai, aliada à ideologia criada a partir do período Meiji se exacerba nos períodos posteriores, sobretudo em função das crises internas do Japão. O espírito japonês é uma tradução do mito de origem do Japão em que todos os membros da nação se sentem parte dela, dentro de uma hierarquia que respeita o papel de cada um conforme a posição que ocupa. O Imperador encabeça a estratificação que legitima o respeito à idade, ao sexo e à posição na sociedade. Este esquema, fruto da interpretação japonesa do confucionismo, apropria do xintoísmo o culto aos antepassados e ao Imperador, marcando na sociedade Meiji e posteriores, uma fraternidade baseada em obrigações e deveres ⁹, que criam um espírito de coletividade com a missão última de zelar pela nação japonesa. A idéia em torno de um espírito japonês é utilizada pelos ideólogos Meiji para também criar o mito da *uniqueness* da cultura japonesa, mencionado no capítulo anterior.

O Japão na década de 1920 viu-se diante momentos de definições importantes que se refletiriam nos anos posteriores. Em primeiro lugar, uma crise econômica e um rebaixamento expressivo no nível de vida da população, decorrentes, segun-

⁹ O trabalho mais conhecido que descreve com minúcias a trama de obrigações e deveres dos japoneses uns com os outros é o de Ruth Benedict, *O Crisântemo e a Espada* (Benedict, 1972).

do analistas do período, do crescimento acelerado das décadas anteriores. Ela cria uma atmosfera que é descrita pelo cineasta Akira Kurosawa em sua autobiografia, *“No final da era Taishō, em 1926, as canções populares tornaram-se tristes, exaltando a desesperança. Algumas delas eram ‘Sou apenas um capim seco na beira do rio’, ‘Flutuando rio abaixo’ e ‘Quando o escuro da noite se aproxima’”* (Kurosawa, 1993: 66). Ao mesmo tempo, verifica-se um profundo interesse da população urbana pelo ocidente. O romance Naomi, de Junichiro Tanizaki, descreve um Japão que *“se torna cada vez mais cosmopolita, japoneses e estrangeiros misturam-se ansiosamente”* (Tanizaki, 1986:13). Naquela época, ser comparada à artista norte-americana Mary Pickford é motivo de orgulho para Naomi, por exemplo. Concomitantemente, as crises políticas se sucedem, há uma enorme discussão entre os liberais e os nacionalistas de direita quanto à política externa. O último grupo passa a dominar o cenário político do país, depois de um período de predominância dos liberais. Os nacionalistas procuram recuperar o seu espaço empreendendo uma política de reforçar a idéia de união para que a nação voltasse a se reerguer. A sua instalação na Mandchúria em 1932 é o fato político e simbólico que reforça a posição do grupo e que dá as diretrizes do país até o final da Segunda Guerra, abafando as correntes ocidentalizantes.

A era Showa, que sucedeu à Taishō (1912-1926) se inicia em 1926, coincidindo com o início da etapa da imigração para o Brasil subsidiada pelo governo japonês e o volume seu maior de entradas (quadro 5). As informações recolhidas na pesquisa em Cotia atestam que os imigrantes chegados ao Brasil até a Segunda Guerra nasceram no início da era Taishō. Estes dados foram recolhidos a partir das datas de nascimento contidas nos registros de casamentos. Assim, na média, os noivos nasceram em 1911 e as noivas em 1916, sendo que seus pais nasceram entre 1884 e 1893, isto é, durante a era Meiji. Se considerarmos que estes pais tiveram o filho (a) que registrou o seu casamento em Cotia com a média etária de 27 anos para os pais e 23,5 para as mães, conclui-se que estes viveram a fase do período Meiji em que as suas bases estavam mais consolidadas. Isto é, receberam a educação compulsória (o edito da Educação é de 1891), vivenciaram as transformações econômicas e sociais do período em que o Japão tinha a perspectiva de se tornar uma grande potência.

A euforia que tomava conta do país até meados da década de 1920, dava aos seus cidadãos, o orgulho de ser japonês. O Japão dominava a Coréia, parte da China, havia vencido a guerra contra os russos em 1905, tinha influência no sudeste da Ásia, tinha um profundo intercâmbio econômico na Oceania, desenvolvia negócios com os Estados Unidos, mantinha uma política de enviar estudantes aos países da Europa, o que em suma, oferecia à opinião pública a idéia de que o esforço coletivo dava resultados positivos.

Estas informações nos encaminham para a direção do raciocínio sobre a diferença: os imigrantes que aqui chegaram vivenciaram estes momentos de de-

finição dos rumos do país de origem, estando intimamente familiarizados com a ideologia que vem desde o período Meiji, do lugar que o Japão ocuparia no mundo, da *uniqueness* da cultura japonesa, da sua uniformidade racial, apesar dos trabalhos científicos apontarem ao contrário. Desde crianças, aprenderam que não havia cultura similar à japonesa (sic), que com o esforço coletivo o Japão se tornaria uma grande potência, que os japoneses descendiam de um único tronco biológico. Por isso, eram diferentes. Este é o ingrediente que unia o povo japonês em torno da sua idéia de nação.

Na chegada ao Brasil, e no dia-a-dia com os brasileiros, a diferença toma outra forma, agora por uma relação recíproca com aqueles com quem convive. Agora são realmente diferentes. Nesta relação, a auto-imagem dos japoneses vai desde logo, sendo reinterpretada diante da nova vida. A diferença se manifesta pela primeira vez de modo concreto aos imigrantes, não originado de livros ou de ensinamentos dos pais, mas pela vivência. Nesta vivência, os traços japoneses se realçam, e o espírito japonês se manifesta na maneira como estes imigrantes organizam a sua vida.

A vida no interior paulista, a mata virgem, a rusticidade da moradia que se traduz no poema abaixo,

*A luz do luar entrando pela parede
de juçara da choça feita no mato
refrigera o meu corpo.*

(tanka-poema de 31 sílabas japonesas- Shôfu-ken, 1925 apud Cehijb:108), contrastam com o campo japonês, cultivado durante séculos, numa estrutura que aliava o trabalho, a vida familiar e a organização das aldeias, apesar de que na época da emigração estavam também em mudança. Os imigrantes vindos do campo têm como referência a exploração intensiva da terra, enquanto que para os oriundos do meio urbano, o contraste é ainda mais forte. Os romances e autobiografias de imigrantes japoneses são pródigos em observações que vão neste sentido ¹⁰. Por exemplo, na memória de uma imigrante, na sua cidade natal havia fábricas de tecelagem da seda, quatro escolas primárias, um ginásio masculino, um colegial e uma escola técnica que ofereciam assistência médico-odontológica, refeições para os alunos, enquanto que na sua chegada até as terras que seu pai havia comprado, “*da estação ferroviária até a fazenda Aliança, havia cerca de 40 km (...) Durante essa viagem, só vimos alguns casebres de caboclos com pequenas plantações de milho e mandioca, nada mais, eram 40 km. de mata virgem*” (Mitsuko Kawai, apud Sakurai, 1993: 48), o que

¹⁰ Vide Sakurai, 1993, especialmente as páginas 56/57, 68.

significou na avaliação de outro imigrante, “*nossa vida ficou toda desorganizada, num grau inimaginável aos meros observadores*” (Tomoo Handa, 1971: 223).

As condições materiais contrastam também com as pessoas com quem passam a conviver. Nos primeiros anos, a quase totalidade dos imigrantes teve pouquíssimo contato com os membros das elites brasileiras, com as pessoas mais letradas. O cotidiano desses imigrantes era preenchido pelo trabalho ao lado de imigrantes de outras origens, especialmente os italianos e espanhóis nas fazendas de café, ou ao lado dos ‘caboclos’ brasileiros que se empregavam nas colônias e nas fazendas.

As pessoas e o meio ambiente em que vivem, faz com que se atribua ao país e ao povo deixados para trás, o reforço da idéia de uma *uniqueness* japonesa.

Ainda na questão do espírito japonês, um dos seus aspectos é o de que a nação não está necessariamente vinculada à idéia de território. Isto não é particular aos japoneses, tal como atestam as reflexões mais recentes sobre o tema. A desterritorialização não significa necessariamente quebra de vínculos, rupturas ¹¹. Este aspecto, no entanto, só tem sido tratado a partir dos anos 1990, em face dos chamados processos de globalização, quando se percebe que com os meios de comunicação, transportes facilitados, o território deixa de ser um dos elementos definidores das nações. Até então, no campo dos estudos sobre imigração, a idéia de território esteve vinculada à de que o imigrante rompia com o seu país de origem, tornando-se um *uprooted*, ou desenraizado, tal como já foi assinalado.

A redefinição do conceito de nação que os estudos contemporâneos sugerem, tem implicações importantes para a discussão sobre a imigração, e particularmente sobre a reflexão sobre os japoneses no Brasil. Em 1942, o *Jornal do Commercio* publica um artigo em que diz: “*A sola dos seus pés (dos japoneses) representa um pedaço do Japão. Onde quer que os pouse, considera-se, pelo espírito, pelo sentimento, pelo interesse, pelo dever, enraizado ao Império...leva o Nipon consigo. No coração e na mente*” (*Jornal do Commercio*. op. cit.: 119-120). Se a citação não fosse datada, poderia ser interpretada somente como uma constatação da desterritorialização. Mas, ela vem carregada de significados quando a localizamos no tempo. O ‘perigo japonês’, interpretado a partir deste ângulo específico, poderia hoje, ter cores bem mais amenas do que na época em que surgiu, em função dos desdobramentos conceituais referidos acima.

Deve-se considerar, no entanto, a parte japonesa na questão. Os imigrantes aqui chegados até a guerra, tinham clareza de que, a mudança para outro país não implicaria em se desagregar da família nacional. O espírito japonês previa que o

¹¹ Vide por exemplo, Glick Schiller et al., 1992.

emigrante não apenas continuava sendo cidadão japonês, como sobretudo, que cada um carregava parte desta missão consigo.

Uma implicação visível deste problema é o que aparece com os registros dos eventos vitais coletados em Cotia. O número de casamentos, por exemplo é bastante reduzido (apenas 220 casos) para uma série histórica que cobre 56 anos. Para os primeiros anos (coorte 1 e 2 que abrange os anos até a guerra), o número de casamentos encontrados é de 33 casos, ou 15% dos casos coletados - isto porque os registros possivelmente eram feitos no Consulado japonês. Há uma passagem nos debates da Constituinte de 1934 que utiliza este último aspecto para engrossar as acusações contra os japoneses. É de Arthur Neiva a observação de que, *“Sempre que um japonês morre no Brasil, são extraídas duas certidões de óbito, uma das quais vai para o Japão, dando-se o mesmo com o registro civil, de nascimentos e casamentos, ao qual a princípio se recusavam aqui. Tudo isto mostra como são ‘controlados’ pelo seu governo os japoneses que demandam o Brasil”* (Arthur Neiva, 1934 apud Leão op. cit.: 293 grifos meus).

O adendo que se faria à fala de Neiva é de que, os eventos vitais deveriam ser comunicados oficialmente ao governo japonês para que ficassem fazendo parte do registro familiar, o *koseki-cho*, cuja origem remonta ao início do período Tokugawa (1616). Os registros são uma prática comum entre os japoneses. Além disso, há as implicações religiosas que se reforçam no período Meiji, com o culto aos antepassados, o preenchimento dos registros familiares, a guarda dos túmulos, como parte integrante do culto xintoísta e do ideal confucionista dos deveres ¹².

- Um segundo aspecto da permanência do espírito japonês entre os imigrantes é complexa, na medida em que implica em resgatar traços da maneira japonesa de agir e de se pensar diante do mundo.

No trecho abaixo, há uma relação que emerge desta questão: *“Neste livro (Saga de um Imigrante- livro de memórias), pretendo enfatizar que ‘os japoneses devem preservar as qualidades que lhes são peculiares’. Não se trata de uma afirmação baseada numa tendência à discriminação racial ou na ambição da supremacia do povo japonês. A mensagem que quero transmitir é a de que nós, japoneses, devemos preservar o espírito nipônico e, com a força de vontade que nos é peculiar, trabalhar com competência e honestidade, participando ativamente do progresso do Brasil, em igualdade de condições com os cidadãos de outras raças”* (Yoshiji Saito, s/d apud Sakurai, 1993: 32 -grifado no original). Neste parágrafo inicial das suas me-

¹² Há inclusive registros fotográficos de funerais e da própria pessoa falecida dentro do esquife que eram enviadas ao Japão para provar a morte de um parente no Brasil.

mórias, Saito toca em três pontos fundamentais sobre o espectro de significados que o espírito japonês engloba, a saber: a *uniqueness*, quando fala em qualidades peculiares; a preservação do espírito japonês, dando a entender que a emigração não corta os laços com a pátria de origem, e um terceiro ponto que será melhor desenvolvido abaixo, a participação do imigrante no progresso do Brasil. São colocações aparentemente paradoxais a idéia de que os japoneses tinham o intuito de trabalhar para o progresso do Brasil, e não do Japão. No entanto, ela não é só deste autor.

As citações abaixo, retiradas do livro - *Brasil e Japão- duas civilizações que se completam*- publicada pelos Diários Associados em 1934, caminham nesta mesma direção: “*E poderá haver maior prazer para mim do que ter a certeza de que os meus compatriotas cooperam, de alguma maneira, para o progresso crescente do Brasil?*” (Visconde Saito, Primeiro Ministro do Japão, 1934 apud Diários Associados, op. cit.: 10- grifos meus); “*De longe ainda que seja, concito os meus compatriotas a perseverarem no trabalho honesto e productivo, ordeiro e methodico, moralizador e digno, para que todos os seus ramos tenham largo desenvolvimento, factor esse que se reflectirá no apuro cada vez maior da civilização brasileira, da civilização japoneza, com grande repercussão nas cultas civilizações de outros povos. Para que o concurso dos japonezes, ao progresso do Brasil, tenha mais acentuado caracter productivo...*” (Ryutaro Nagai, Ministro dos Negócios Ultramarinos do Japão, 1934, idem : 19 grifos meus); “... pois sei que elles (os imigrantes) saudam com reverencia e afeição, a bandeira da sua segunda pátria, em que está symbolisada a sua aspiração de vida: ‘Ordem e Progresso’ (Kyujiro Hayashi, Embaixador do Japão no Brasil, 1934, idem: 25- grifos meus) ¹³. “*O Japão, por outro lado, acredito que não deixará de enviar para ao Brasil os seus filhos, robustos e trabalhadores, homens são de corpo e de espírito, que sabem respeitar os costumes de sua segunda pátria, collaborando desta fôrma na expansão da grandeza brasileira e contribuindo dest’arte para o beneficio de ambos os povos...o trabalho de seus filhos , que trabalham pelo bem estar, a felicidade e a prosperidade do Brasil” (Kijiro Hori, presidente da Companhia de Navegação ‘Osaka Shosen Kaisha’, 1934, idem : 28-29- grifos meus).*

É certo que as citações são parte de uma publicação comemorativa. E sabe-se também que na época, o clima em torno dos japoneses estava bastante carregado. No entanto, estas citações não estão fora de contexto. Além destas, há várias outras, como por exemplo, de Bruno Lobo quando diz: “*Bem claro tem deixado o governo Japonez a seus filhos que, aqui aportando, devem dedicar-se ao Brasil, tendo sido mesmo directa e positivamente aconselhados que se naturalizem brasileiros - resposta prompta e cabal aos que ensinuaram que esse paiz tinha propositos de conquista...*” (Bruno Lobo, op. cit.: 141 -grifos meus). A concepção confucionista de

¹³ É este mesmo embaixador que meses depois, pede demissão de seu cargo em virtude das decisões da Constituinte.

obediência e lealdade é uma das chaves para a compreensão deste último aspecto (a naturalização).

No seu conjunto, as citações, apontando para a direção do trabalho voltado para o progresso do Brasil pode ser surpreendente, tendo em vista todo o contexto da época, sobretudo o japonês. A cosmologia japonesa, no entanto, ultrapassando a noção de território e se fixando na relação confuciana do homem com a natureza, pode explicar o porquê da dedicação dos imigrantes japoneses ao Brasil. O ser humano, sendo entendido como uma pequena parte do mundo natural, deve à natureza, obediência e respeito. Aquilo que lhe é próximo é tratado com o máximo cuidado, a fim de proporcionar harmonia (*wa*) ao conjunto, o fim último da existência do homem e da natureza.

Uma de suas implicações é a emergência do sentimento de gratidão, em japonês, *arigatai*. O fato de serem acolhidos no Brasil, de poderem estar sobrevivendo, de estarem criando e educando seus filhos neste país, desenvolve entre os imigrantes o sentimento de gratidão para com a terra que os acolheu. *Arigatai* aparece nos livros de memórias, nos poemas, nos depoimentos com muita frequência, numa alusão manifesta de que o espírito japonês se realiza através de outros componentes além daqueles usados para fins políticos, como ocorreu no período do militarismo.

“Não podemos ignorar a vida real mesmo apesar da forte nostalgia dos imigrantes pela terra natal. Ao sentir amor e responsabilidade pela terra que estamos pisando, sentiremos paz” (Tomoo Handa, 1987: 806).

O mesmo sentimento aparece também em outros lugares, como nos Estados Unidos, onde apesar da discriminação, aparecem trechos em poesia como que se segue:

Asian American arrives

*Asian American arrives
in Humboldt County, California.
No big deal:
this is the land of opportunity.*

*So Asian American proceeds
to settle in for the long haul,
making a contribution to the community:*

*fishing, logging, railroading,
mining, cooking, educating,
whatever else is related to work,
earning, making a living,*

*and looking good
 And being basically decent
with integrity and generosity
 while in the midst of commerce...*

*And, naturally, nostalgia
 would drift in with the current,
 with the fog,
 and the heart would throb,
 and the sobs would rise and fall,*

*but, just as naturally, nostalgia
 would drift out with the tide,
 would be dispersed]
 by the aching brilliance of sky,
 by the veritable warmth of sun
 Asian American would never take for granted,
 and, whatever was missed, was gone,*

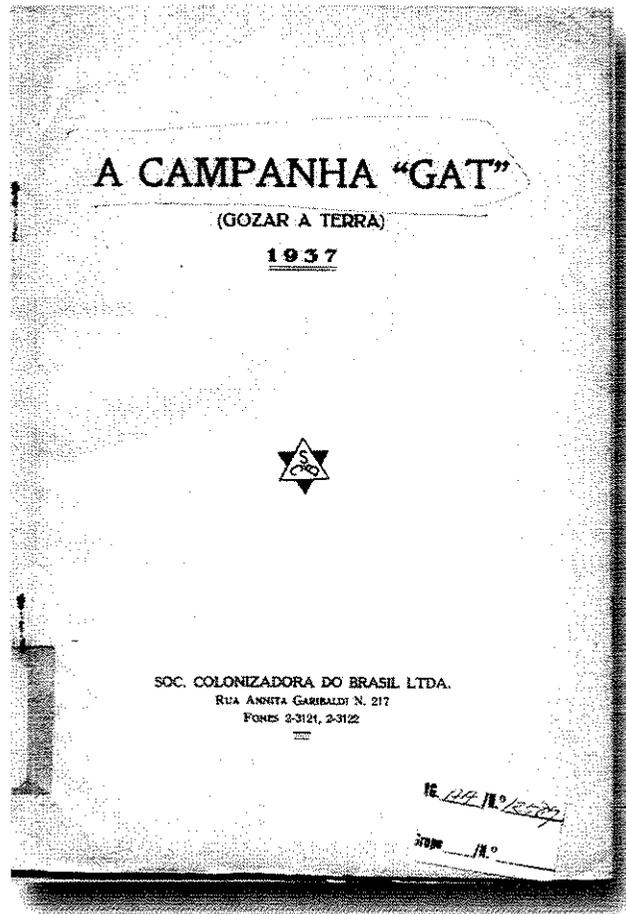
*was inevitably replaced
 by the presence of commerce,
of gratitude, of warmth, of love,
 and all that remained to be done...
 (Lawson Fusao Inada, 1992- grifos meus).*

É o mesmo sentimento, a mesma maneira de se apresentar: o acolhimento na nova terra, o trabalho honesto e digno pelo bem da comunidade, e a gratidão, apesar dos revezes que o grupo sofreu naquele país. Não se trata de coincidência, mas de um reforço ao argumento de que o espírito japonês foi utilizado politicamente até o final da Segunda Guerra, contribuindo para exacerbar as polêmicas sobre o ‘perigo japonês’. Este é um fator da maior relevância para se compreender como a presença deste espírito japonês que acompanha os imigrantes se manifesta, apesar das características negativas com que se envolveu na década de 1930 no Japão. Ao relegar a um plano secundário o aspecto militarista e até fanático que abafou os seus outros aspectos, é possível compreender com maior precisão a maneira como a identidade dos japoneses se forjou em função do fator da ‘diferença’. Este é o ponto de diálogo com os opositores à presença dos japoneses, e ao mesmo tempo, o do exame, com dados do próprio grupo, de como as identidades foram sendo elaboradas.

6 'Nós' : o mito do retorno em discussão.

"Quanto mais se enraize, mais viçosa se torna a árvore" (Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda., 1936: 32-33).

A frase acima foi retirada do folheto da Sociedade Colonizadora do Brasil, a Bratac, responsável pelo desenvolvimento das colônias de Bastos, Tietê, Aliança, dentro do esquema das colônias dirigidas. Nesse folheto, há uma parte dedicada ao GAT (Gozar a Terra), uma campanha no interior dessas colônias com o intuito de fazer com que o colono se fixasse à terra.



Capa do folheto GAT, da Sociedade Colonizadora do Brasil, 1937

A campanha GAT está descrita num folheto escrito em português datado de 1937. Alguns excertos deste folheto estão destacados a seguir. Apesar de longo, o documento é ilustrativo da mensagem transmitida aos imigrantes japoneses através desta companhia de colonização: copiar a capa

Logo na Introdução do folheto de quatro páginas, está escrito: *'A Sociedade Colonizadora do Brasil Limitada, com sede na cidade de São Paulo, é uma sociedade civil constituída segundo a legislação brasileira'* que tem como objetivo a compra, venda, locação e hipoteca de imóveis, introdução de imigrantes, construção de vias de comunicação como estradas de rodagem, estradas de ferro, exploração das terras de sua propriedade, tudo referente à colonização: *"já é de domínio público que a maior parte dos esforços até hoje despendidos pela sociedade*

vem sendo aplicada nos serviços de instalação e desenvolvimento de núcleos colonias cuja organização, aliás sem nenhum favor, é das mais inteligentemente orientadas e executadas na espécie..." (GAT: 1), seguindo-se que haveria também a orientação de como explorar áreas de 10 alqueires ou mais.

“A Sociedade não se limita a vender suas terras, distinguindo-se assim de tantas outras companhias de colonização; ela se ocupa em promover aos interesses e à felicidade de cada um dos seus colonizadores, em harmonia com o bem estar coletivo em prol do engrandecimento econômico do Brasil, mobilizando para tal todos os meios inerentes à inteligência, organização e esforços”.(idem).

A seguir, a explicação minuciosa, segundo o próprio documento, da filosofia do GAT:

1. “Cada um dos colonizadores deve reconhecer, nos devidos termos, a empolgante grandeza natural do Brasil, e procurar tornar-se lavrador legítimo, identificando-se com a política, a economia e o nobre sentir do povo brasileiro, sendo para tal fim recomendável firmar o lema básico de ‘apego à terra onde se fixa residência permanente’, para que dela possa tirar o maior proveito possível;

2. Vivamos a vida tranquila de verdadeiro lavrador brasileiro, deixando de lado qualquer preocupação pelos interesses imediatos que são em via de regra, por demais inconstantes...”

Nestes dois itens vê-se claramente a mensagem de fixação quando se fala em residência permanente e projetos de vida a longo prazo, não imediatistas, de acordo com as regras de procedimento locais - “verdadeiro lavrador brasileiro”. Quando o documento fala em “vida tranqüila” do lavrador brasileiro, há uma valoração e uma alusão à imagem que constróem do trabalhador nacional.

3. Estudemos os meios mais praticos de proceder as culturas racionaes mediante adubação aconselhada pela sciencia agrologica;

4. Racionalizemos a distribuição de braços, sòmente contando, em regra com os braços domesticos segundo os bons principios da economia tornando-se necessaria para isso a elaboração do prospecto anual;

Os itens 3 e 4 são uma referência à implantação planejada da prática agrícola com uma nítida ênfase no trabalho familiar.

5. Consigamos tanto quanto possível o auto-fornecimento de tudo quanto fôr preciso, prestando obediencia à regra da economia domestica que consiste em regular as despesas pelas rendas, devendo estudar o beneficiamento dos produtos agricolas; pois é primordial saber economizar nos gastos culinarios.

Na mesma linha de raciocínio dos itens anteriores, este 5o. dirige-se também à mulher cujo papel é o de economizar usando racionalmente os meios disponíveis para alimentar a família. Da mesma forma que ela participa do trabalho no campo

QUADRO 8 Remessa de dinheiro per capita de imigrantes japoneses -1920-1931

Ano	Quantia * em yens
1920	21.35
1925	28.86
1930	11.50
1931	5.50

Fonte: Saito, 1961.

para poupar em gastos com mão de obra, a mulher tem também a missão de fazer o mesmo dentro de casa. Para tanto, a Sociedade oferece o beneficiamento de produtos como o arroz para que ela possa realizar esta tarefa. Bem alimentada, a família dispõe de saúde, e por conseguinte, tem condições para trabalhar melhor. É um ciclo que prevê um conjunto de ações cujo objetivo último é certamente, o fruto do trabalho das pessoas envolvidas.

6. *Esforcemo-nos pela disseminação de higiene bem como pela observancia ininterrupta das suas boas regras, sabido como é que a saude é a base de todas as actividades*" (idem : 1 e 2- grifos meus).

O GAT divulgado pela Bratac é um caminho que induz a uma discussão que vai contra um dado recorrente em toda a literatura sobre os japoneses no Brasil que é o do retorno ao Japão como uma meta desses imigrantes. Ao ressaltar a importância da fixação como meio de chegar à felicidade individual e do Brasil através de meio racionais que envolvem a família, a saúde dos indivíduos, o trabalho, o GAT responde às críticas da 'fome' (que tem um sentido de avidez). O racional do projeto está na questão do planejamento, explicitado no documento pelo organograma proposto: quem encabeça o sistema é a própria administração central da Sociedade pelos seus órgãos executivos divididos entre a parte técnica e a administrativa "*ambos teem porém um unico escopo*" e mais adiante, "*pois fieis como são aos ditames da campanha, e firmes nos seus propositos, todos eles estão a concorrer comnosco sem vacilação, nem tampouco insinuação alheia, para a realização do ideal comum que é a irmanação com a vida brasileira*" (Idem: 2- grifos meus). É uma mensagem de estímulo que tem como ponto de partida a legalidade, de acordo com as leis brasileiras, mas sob a direção explícita dos dirigentes da Sociedade que em última instância, obedecem às diretrizes do governo japonês.

Num outro lado, estão os imigrantes com o seu sonho de retorno. O *furusato* (saudades da terra natal) é amplamente disseminado em poemas, canções, reproduzindo o estado de espírito dos japoneses que se encontravam fora de sua aldeia natal, quer no exterior, ou nas cidades japonesas.

A estampa que se divulga a respeito desse sonho do retorno é o do imigrante trabalhando arduamente no Brasil para poupar e retornar com um pecúlio para retomar a sua vida no Japão, para junto de sua família extensa. A condição para o retorno é o enriquecimento. Não se concebia o retorno sem dinheiro para retomada da vida no Japão. A saída tem um peso muito forte os japoneses porque é interpretada como insucesso. O fato de se procurar uma vida melhor fora do ambiente da aldeia e da família demonstram que o indivíduo não foi bem sucedido. Para reforçar, existe uma instituição japonesa (*mura hachibu*) semelhante ao ostracismo praticado na Grécia antiga, que é a separação do indivíduo da vida da aldeia rural por algum motivo que denote desonra. Estas formas de separação são revividas entre os imigrantes de forma muito intensa, sendo o enriquecimento, a única forma de se apresentarem com imagem positiva diante dos outros. Caso contrário, aumentava o peso da vergonha, do insucesso. Portanto, dentro desta versão dos fatos, usando uma terminologia contemporânea, os imigrantes chegados antes da guerra seriam *dekasegui*, ou trabalhadores temporários, tal como muitos de seus descendentes o são desde que começaram a ir para o Japão em meados da década de 1980. Neste ponto-de-vista, o conceito de imigrante não se adequaria aos japoneses de antes da Segunda Guerra.

O sonho do retorno só teria se rompido em função da guerra, quando o Japão não ofereceria condições para a volta das pessoas. Por conseguinte, a fixação definitiva no Brasil só ocorreria após esse período. Até lá, a vida no Brasil era considerada apenas provisória. É o que a 'história oficial' relata e a versão é aceita sem maiores discussões. Existe uma 'lógica' plausível para este tipo de explicação. A guerra (que certamente teve um papel nada desprezível neste contexto) é utilizada como o fator decisivo para não ter que acionar o raciocínio do insucesso para o não retorno de quase todos os imigrantes. A fixação definitiva no Brasil que vinha ocorrendo há pelo menos uma década é finalmente introjetada e aceita. É um fator externo que condiciona todo o processo, apesar de termos claramente elementos para afirmar que a guerra é o pretexto simbólico para dar legitimar o processo que era inexorável, ou seja, a permanência definitiva.

O debate em torno do problema do retorno poderia ser facilmente resolvido ao introduzir a questão do imaginário, argumentando que mais do que real, o retorno estaria na esfera do desejado, do sonho de uma coletividade. A guerra é assim, o rompimento do sonho. Mas é possível ir além, procurando entender o porquê da presença tão forte do sonho e da quebra do sonho dentro da história oficial da imigração japonesa.

Refletindo sobre o significado do sonho do retorno, a questão do trabalho adquire um valor que é central para a sua sustentação. Quanto maior o volume de trabalho, maiores as esperanças de retornar, ou, quanto mais trabalho e poupança, mais breve o retorno. São equações que pressupõem esforços e austeridade de todo o grupo familiar, não apenas do chefe de família. O poeta Kikuji Iwanami, imigrante chegado em 1925, ilustra de maneira singela esta atmosfera:

*“Em plena mata
onde, de vez em quando,
surgem macacos,
construo a morada
para mim e minha mulher” (Iwanami, 1993: 27).*

*“Arrependo-me
por ter sempre levado
tenra criança,
sob o sol do meio-dia,
aos campos por desbravar” (Iwanami, op. cit.: 36).*

*Cobri o corpo
com roupas usadas de
cinquenta mil-réis
nos últimos três anos...
E nunca me envergonhei” (Iwanami, op. cit.: 101).*

Seria inócuo se discutir se é o trabalho que impulsiona e marca o japonês como ‘mais trabalhador’ que os nacionais e outros imigrantes, ou se é a sua diferença perante os outros que o impulsiona ao trabalho. O fato evidente é que, de fato, os japoneses conseguiram dar uma visibilidade ao seu trabalho e fazer dele uma marca para se diferenciar dos ‘outros’. A oferta de mais produtos no mercado vindos de suas propriedades, os inúmeros relatórios demonstrando a produtividade de suas terras, a introdução de novas técnicas e maquinários, não passaram despercebidas aos olhos da opinião pública nacional.

- O trabalho é também o elemento fundamental para as companhias de colonização, tal como a Bratac, que têm como meta a produtividade e o lucro. Ao inserir no GAT vários itens relativos ao trabalho, a companhia nada mais faz do que perseguir os seus objetivos se utilizando da marca da diferença através do trabalho e da inovação, mas ao mesmo tempo, alimentando permanentemente o sonho do retorno pela equação trabalho/poupança/retorno. É uma relação perversa que combina interesses de cunho eminentemente capitalistas visando o lucro, que desafia os indivíduos e suas famílias e ainda aciona a ideologia nacional do espírito japonês para regular todo este conjunto ¹⁴.

O quadro 8 mostra o montante de remessas que os japoneses enviaram ao Japão, fruto de sua poupança e de seu trabalho. A existência deste fluxo significa

¹⁴ Esta mesma discussão está evidenciada em Monteiro, 1994, quando trata do problema do retorno para os imigrantes portugueses na atualidade, e do interesse do governo português de manter as ligações com os emigrados a fim de que as suas poupanças retornem ao país de origem.

que havia poupança, mas não suficiente para o retorno. Por outro lado, parte do montante era para honrar compromissos efetuados antes da emigração. Normalmente para quitar dívidas com parentes. Era necessário ter o nome sem manchas para um eventual retorno.

A realidade porém, não é inteiramente esta. A poupança para retornar é mais difícil de ser obtida do que a esperada. A propaganda no Japão sinalizava para uma situação inteiramente diferente daquela que os imigrantes e colonos encontraram no Brasil. Falava-se que bastava esticar os braços para colher frutos, que o Brasil era a terra da abundância, que era muito fácil ficar rico. A frustração veio logo a seguir, quando se percebe que o enriquecimento seria produto de muito trabalho. Houve greves, fugas, sobretudo nas primeiras levas, tal como ocorreu com os italianos. Daí também as queixas dos fazendeiros de que os japoneses não eram melhores que os outros.

*“Mentiu quem disse que o Brasil era bom,
mentiu a companhia de emigração;
no lado oposto da Terra cheguei,
fiado no Paraíso, para ver o inferno”* (Handa, op. cit.: 164).

Quando se analisa o conteúdo da canção que era cantada nas festas, lê-se não apenas o sentimento de frustração e de desânimo diante da realidade, mas também, uma crítica à falta de transparência daqueles que os trouxeram para cá. Houve um descompasso entre as expectativas individuais e os interesses das companhias de emigração e colonização, sendo o retorno, um sonho a ser postergado.

A questão do retorno fica sob a responsabilidade estrita dos indivíduos e de suas famílias, cabendo a eles o esforço e a dedicação ao trabalho. Num outro plano, verifica-se como as autoridades japonesas procuram ampará-los oferecendo condições para diminuir as dificuldades, mas visando sobretudo a ampliação das chances de trabalho. É uma outra vertente da situação cruel que oferece benefícios, dá visibilidade em torno de aspectos que visam o bem-estar do imigrante, mas em troca está claramente a relação de trabalho. Guiados pelo ‘espírito japonês’ que prevê uma solidariedade fraternal, o governo japonês se encarrega de oferecer um aparato de apoio pela educação e saúde para fixar os imigrantes, evitar críticas e também chamar a atenção da sociedade. Pelas estatísticas percebe-se que a política teve sucesso, pois o número de emigrados japoneses (os que retornam ao Japão) não passa de 10% (Souza Moraes op. cit.: 95), verificando-se por conseguinte, uma alta taxa de fixação.

As informações sobre a questão da educação são tão polêmicas quanto à da assimilação racial. Ela acirra as animosidades contra os japoneses porque a educação é um dos eixos que sustentam a manutenção do esquema do governo japonês entre os imigrantes aqui residentes. As escolas japonesas são mantidas

pelos pais, mas sustentadas pelos consulados, ou seja, os investimentos iniciais para a construção dos prédios, o envio dos professores, a distribuição do material didático vindo do Japão são regulados pelo consulado de São Paulo através da Liga dos Amigos da Escola Japonesa- a *Fukeikai*-, criada em 1929, substituindo uma organização anterior, de 1927. A Liga teve o papel de organizar as escolas japonesas que à época já contava com dez sucursais pelo interior do estado de São Paulo. Eram, além da capital, Santos, Ribeirão Preto, Promissão, Presidente Prudente, Registro, Catanduva, Penápolis, Araçatuba e Ourinhos (CEHIJB, 1992:100). O comando estava nas mãos do cônsul de São Paulo, e a sua sede era no próprio prédio do consulado no bairro da Liberdade. Nos seus estatutos, estabelece-se que o seu objetivo principal era o de “*oferecer uma educação às crianças, voltada à formação de bons brasileiros*” (Shibata, 1997: 95 - grifos meus). Para isso, a *Fukkeikai* mantinha o esquema de alimentar as práticas do ensino em japonês por todo o estado de São Paulo, contratando professores, fiscalizando a orientação pedagógica e oferecendo inclusive pensionatos junto às escolas para atrair os estudantes. Na cidade de São Paulo por exemplo, a escola Taisho tornou-se um símbolo da educação japonesa e o seu pensionato abrigou durante muitos anos, os filhos das famílias mais abastadas que tinham condições de manter seus filhos na capital.

A situação da educação japonesa em 1932, de acordo com o jornal *Jihô*, editado em língua japonesa, era a seguinte: 176 escolas, das quais 129 eram registradas, ou seja, regularizadas oficialmente no Brasil como escola de ensino de língua estrangeira; havia 8.895 alunos, 198 professores japoneses e 145 professores brasileiros. Das 176 escolas, apenas 47 não estavam registradas (Shibata, op. cit.: 98), o que demonstra a preocupação da Liga de se legalizar perante as regras do ensino no Brasil. A Liga publica neste mesmo ano de 1932 uma História do Brasil, uma Geografia do Brasil, um livreto chamado “Minha Pátria” (o Brasil) todos em língua japonesa, para serem incorporados ao currículo de seus alunos. O estudo dos livros de moral e cívica japoneses são parte primordial na formação educacional dos jovens. Os contos, lendas, narrativas épicas, na maior parte baseadas no *bushido* dos samurais adaptados para a época, são o meio de transmitir os valores do espírito japonês às crianças.

Além disso, jovens eram recrutados no Japão para vierem para o Brasil cursar o ensino médio a fim de auxiliarem as crianças no aprendizado da língua portuguesa. Ou seja, estes jovens se tornavam professores primários, de acordo com a lei brasileira, para ensinar as crianças imigrantes. Havia ainda professores formados no Japão em língua portuguesa que vinham com o mesmo objetivo. Estes investimentos em educação são mais uma evidência de que havia um sistema que amparava e dava sustentação para as famílias se fixarem. É evidente que o ensino do japonês era mais acentuado, mas não se descuidava do ensino da língua local.

Não há dúvida que o esquema estabelecido para educar as crianças imigrantes japonesas levantou outro ponto de discussões por aqueles que procuravam criticá-los. A idéia de que se reproduzia no Brasil a mesma estrutura educacional japonesa, num período em que o Japão estava se expandindo militarmente oferece espaço para autores como Souza Moraes destacar um capítulo inteiro de seu livro para analisar a questão da educação. Cita por exemplo, o parecer de um ex-subchefe do Estado Maior da 3a. Região Militar: “.. *Um país custeia escolas dentro de outro país. Direta ou indiretamente, por meio de verdadeiras ou supostas associações, entra material japonês para a escola japonesa. São mapas do Japão, coleção de histórias, livros oficialmente adotados no Japão. É esse material que vai formar o japonês nascido no Brasil. E o professor encontra ambiente próprio para a formação do Yamato-damashu (espírito japonês)...ao horizonte limitado e sem civilização, o mato, a população atrasada de caboclos e camaradas contrapõem, aos olhos das crianças aspectos do Japão civilizado de hoje, com cidades, trens, soldados, canhões, navios de guerra, tudo isso impresso em álbuns policrômicos....E com esse aparelhamento, esse modo de proceder dos professores que sentem a nostalgia da pátria distante e a influência patente da maioria dos pais...é o perigo que ameaça o futuro da Pátria*” (Souza Moraes, op. cit.: 130). Aqui mais uma vez, fica patente o significado do conceito de identidade como elemento contrastivo, com a constatação de que o ‘atraso’ brasileiro por um lado, e a organização japonesa por outro, são os fatores mais evidentes para a ênfase na diferenciação dos japoneses.

A saúde também é contemplada pelo esquema do governo japonês. Desde 1924, há uma entidade, a Sociedade de Beneficência Japonesa, criada pela iniciativa do cônsul de São Paulo que visava orientar os japoneses em problemas ligados à saúde, sobretudo às doenças tropicais. A Sociedade imprimia livretos, revistas, livros que descreviam os sintomas das doenças, o seu tratamento, dava noções de higiene, de culinária e ainda enviava os medicamentos para os núcleos coloniais. Havia caravanas de médicos pelos núcleos coloniais para o atendimento local. Também no caso, é importante frisar que muitos desses médicos japoneses ou acabaram revalidando o seu diploma no Brasil, submetendo-se aos exames em português, ou refazendo todo o seu curso de Medicina aqui no Brasil. Tal como os professores, os médicos seguem o mesmo esquema de se adaptar às condições locais para oferecer melhores serviços ao grupo.

Por iniciativa do cônsul e de figuras de destaque do grupo naquele momento, começou-se a pensar na construção de um hospital que se voltasse para os japoneses. Ele inaugurado em 1940 na capital de São Paulo. Para que o projeto se concretizasse, foi acionado uma estrutura que envolveu a todos os japoneses. Foi planejada uma campanha de doações que tinha o consul à frente. Foram confeccionadas caixas de madeira que foram distribuídas por todo o interior de São Paulo, para o Rio de Janeiro, para arrecadar fundos para o hospital. Argumentava-se que se cada um contribuísse com pelo menos um

tijolo, o hospital poderia ser erguido. A campanha de doações teve o seu ponto alto quando o próprio Imperador japonês faz uma doação em 1936 de uma quantia substantiva para a construção. A campanha se estende também pelo Japão através de associações de senhoras. A doação do Imperador dá impulso ao movimento de construção e o que é importante, as doações não se restringiram aos japoneses. Há registro de vários doadores com sobrenomes não japoneses.

O projeto arquitetônico inicial foi de um profissional japonês, mas no final foi assinado por arquitetos brasileiros. A construção do prédio é uma réplica estilizada de um navio, para lembrar a origem imigrante dos construtores. O material de construção e todo o equipamento hospitalar veio do Japão. A idéia era de reproduzir com este hospital o sistema de saúde japonês, prevendo-se ainda a criação de uma escola de enfermagem anexa a ele. Foi concebido como um hospital beneficente, o que significa que era acessível a todos.

A trajetória para a construção do hospital sinaliza para outra característica deste processo de tutela do governo japonês que é o da mobilização coletiva, de forma que todos se sintam parte integrante em torno de um ideal. A doação do Imperador é simbolicamente a acionadora de uma engrenagem em que se cria a obrigatoriedade de contribuir e coloca todos em igualdade, mesmo aquele que contribuiu com o equivalente a um tijolo.

Na Constituinte de 1934 há referências à esta Sociedade, ela também acusada de ser um braço do imperialismo japonês. A sua causa é ardentemente defendida pelo deputado Moraes de Andrade (São Paulo) que diz que a entidade beneficia também aos brasileiros (Leão, op. cit.: 224). Na realidade, a construção de um hospital moderno e bem equipado para os padrões da época em São Paulo, foi um marco simbólico para demarcar mais uma fronteira étnica dos japoneses perante a sociedade abrangente. O prédio em si, é uma demonstração do esforço coletivo, da potencialidade dos japoneses em resposta ao clima de animosidade que os cercava. O hospital japonês contrata médicos de renome de São Paulo para integrarem o seu quadro clínico, de forma a demonstrar que não havia interesse em se enquistar ou manter a instituição apenas aos japoneses.

No contexto mais geral, há uma citação do cônsul geral do Japão em São Paulo que diz: “o Governo Imperial tem apenas o desejo de que os japoneses domiciliados no Brasil sejam individualmente felizes, consigam aqui melhores condições de vida e de desenvolvimento, melhores possibilidades para educação de seus filhos brasileiros; se tornem, em uma palavra, dignos e úteis cidadãos da Nação amiga” (apud Leão, op. cit.: 222- grifado no original).

Fica claro assim, que o governo oferece condições, um aparato de apoio, mas o sucesso fica nas mãos dos indivíduos. Por outro lado, há uma ideologia que cerca o imigrante, que não permite uma fuga para muito além dos limites do grupo, o que se verifica pelos aparatos criados ao seu redor.

CAPÍTULO 5

“Olha os bugres!”

A fixação no Brasil. Dados para refletir.

1. Introdução.

Palavras de um poeta imigrante:

*“Meus velhos pais!
Ficariam contentes...
Consegui comprar
uma terra do tamanho
da aldeia onde nasci”* (Iwanami, op. cit.: 34).

No poema do imigrante citado acima, fica patente o orgulho, e a satisfação de ter adquirido um pedaço de terra inimaginável em tamanho para os padrões japoneses. O poema abre caminho para se refletir sobre o significado da ‘fome da terra’ de que eram acusados os japoneses.

Na análise das possibilidades reais vislumbradas pelos japoneses, a ascensão social no Brasil pela aquisição de terras, é mais palpável que no Japão. Havia não só a possibilidade de se adquirir terras tal como diz o poeta, como também havia todo o entorno de serviços que o governo japonês lhes oferecia. Beneficiar-se disso era a saída para o impasse de não poder retornar. Foi o que a grande maioria fez, utilizando-se dos meios ao seu alcance para viver no Brasil. É por isso que compram terras em colônias, formam associações, organizam-se de forma a estarem próximos para poderem usufruir daquilo que lhes era oferecido. Outros poemas do mesmo autor, assim como outros relatos escritos e falados, descrevem no entanto, como o processo até alcançar a independência econômica exigiu sacrifícios materiais, dificuldades para a adaptação ao novo meio.

De um lado, o governo japonês oferecia educação, saúde, incentivos para a autonomia na exploração de terras, apoio para a comercialização de produtos, jornais editados em língua japonesa.

De outro lado, os indivíduos e suas famílias entram no circuito daquilo que o termo *gambarê* (Sakurai, 1993) sugere. Ele não tem uma tradução direta, mas contém a idéia de reunir ao mesmo tempo, resignação e força para continuar. O *gambarê* expressa o paradoxo da maior parte dos imigrantes japoneses no Brasil: o de que o retorno era um sonho que se tornava longínquo à medida que o tempo passava. Mas

a idéia do retorno permanece, mesmo que em forma de sonho. É este sonho que alimenta a cadeia trabalho/poupança embasada no *gambarê*. Se num primeiro momento, o *gambarê* tinha o retorno como objetivo, este também se modifica. Ele passa a significar a resignação de ter que permanecer na nova terra e vencer nela, continuando a lutar. Nesta luta está embutida a idéia de honra e de lealdade aos valores herdados dos ancestrais, a quem se deve respeito.

O *gambarê* retrata o conflito entre os desejos individuais e a obediência à hierarquia. É exatamente neste ponto que o governo japonês trabalha com a idéia da preservação do ‘espírito japonês’ para garantir o trabalho e a fixação, por canais que ultrapassam a esfera do trabalho através por exemplo, da filosofia do GAT, dos artigos em jornais, das lições nas escolas e até nos folhetos de esclarecimento sobre saúde, higiene. É uma forma integralizada de reunir os interesses individuais, os coletivos, e da própria nação de origem.

A própria organização institucional encontrada para fazer concretizar todo este conjunto, pelo incentivo ao associativismo, é um retrato de como os possíveis conflitos individuais e coletivos foram canalizados. Havia uma frase corrente no interior de São Paulo antes da Segunda Guerra, que dizia que, onde dois japoneses se encontrassem haveria uma escola e uma associação. E, retirado o exagero, de fato, havia.

Aliado a todo o apoio do governo japonês, os imigrantes residentes nas colônias se reúnem em torno das associações para desenvolver a sociabilidade, a defesa a produção, garantir a educação dos filhos. Os laços que os uniam eram os da vizinhança e da origem nacional comum, em contraste com a população local. A marca da diferença aparece novamente aqui: as Associações Japonesas são um pólo de encontro onde a língua é exclusivamente o japonês, as festas, os rituais, a troca de idéias são as práticas correntes, em contraste com os vizinhos de outras origens. Os japoneses dentro das Associações formam um cinturão, um ‘quistó’ naqueles locais procurando recriar a idéia de uma origem com raízes comuns .

É importante notar que diferentemente do Japão, o associativismo no Brasil ressalta o caráter da artificialidade da condição de imigrante. A vizinhança se forma de acordo com as oportunidades. A motivação para se associar advém apenas da relação nós/outros. Associar-se significa estar entre iguais, partilhar de *primordial ties* diante do convívio com os ‘outros’. No Japão era diferente. No Japão até a era Meiji, como nas comunidades camponesas, os laços de origem remontam a gerações no mesmo local, no sentido estrito de origem comum, atestado nos registros de família, no culto aos ancestrais. O movimento de urbanização no Japão ainda é relativamente novo para quebrar com esses laços com a aldeia natal e a importância da ancestralidade.

A imigração quebra com os *primordial ties* e cria novos, dando um novo sentido à ancestralidade do local (ela se restringe ao número de meses e anos naquele lugar), à hierarquia. A própria língua nacional é recheada de dialetos regionais, criando diferenças internas até na forma de comunicação. O associativismo, no entanto, é utilizado no Brasil como forma de incentivar a criação de *primordial ties* sob o manto da condição de imigrante.

O sociólogo japonês, Takashi Maeyama estudando a imigração no Brasil, descreve num artigo de 1979 (Maeyama, 1979) aspectos sobre a vida nas colônias que reforçam o argumento de como as colônias são um sistema integralizado dirigido. O associativismo nas colônias ou nas *shokuminchi* (que significa literalmente, comunidade local japonesa) (Maeyama, op. cit.: 293), aciona o que denomina de *co-migranthood* (idem :593), ou seja laços que unem os imigrantes. De que forma? Pela vizinhança, ou por província de origem (o que significa o uso de dialetos semelhantes), ou por terem sido companheiros de viagem no mesmo navio que os trouxe do Japão.

Embora esses fatores pudessem explicar o associativismo, é o culto ao Imperador do Japão o que realmente promove a união de seus membros. O aniversário do Imperador é, segundo o autor, o único ritual permanente nas colônias. O culto ao Imperador (no caso, na era Taisho-1912-1926), é tão simbólico que o seu aniversário é comemorado em data diferente à do Japão. Segundo Tomoo Handa, o aniversário oficial era em 31 de agosto. No entanto, nesta data no Japão, é época de verão, quando a temperatura e a umidade são acentuadas. Por isso, comemorava-se em 31 de outubro. No Brasil, ao contrário, agosto é um mês com temperaturas mais amenas e de entressafra. Já em outubro, a época é de semeadura. Por isto, a comemoração ocorria mesmo em agosto, sendo esta a festa mais importante do ano (Handa, 1987:244). O importante era a reunião, a confraternização em torno do símbolo da pátria:

Aqueles que fugiam às regras sofriam o mesmo tipo de sanções que no Japão. Nessas colônias é reproduzido o mesmo esquema do *mura-hachibu* (ostracismo), dando condições para interpretar que mais uma vez, a iniciativa pessoal é parte de um todo em que a normatização do convívio social vem ditada de cima para baixo.

Neste esquema, há liberdade para outras formas de associativismo. A Associação Japonesa local se desdobra em associações de senhoras, de jovens (estas estudadas por Ruth Cardoso (Cardoso, 1959), de produtores por cada tipo de produto, de prática de esportes como o beisebol, o sumô (luta japonesa), o judô, etc., dando a entender que dentro dos diferentes segmentos, os seus membros têm como dialogar. Isto não quer dizer que tenham necessariamente representação diante da comunidade como um todo. É o presidente da Associação Japonesa aquele que mantém diálogos para fora da colônia. No entanto, ele é também subordinado às orientações, regras vindas dos representantes consulares, e dos canais do governo japonês que realimentam a engrenagem de sua tutela, direta ou indiretamente.



Fonte: Lobo, Bruno, 1932 : 163-164-165

Os jornais, por exemplo, são o canal de divulgação das idéias, das novidades, da veiculação de negócios que indiretamente filtra a voz oficial, procurando criar laços de afinidade entre as colônias. De acordo com um levantamento efetuado em 1933, havia vinte publicações entre jornais e revistas em língua japonesa. Dentre elas, há quatro jornais semanais de circulação mais abrangente, o primeiro fundado em 1914. Os outros são publicações setorizadas por região, ou assunto. Por exemplo, há revistas para crianças (semanal com 8 páginas), de esportes (mensal), de diversão (duas mensais uma com 100 e a outra, se chama 'Popular', escrita no alfabeto japonês reproduzindo o som da palavra 'popular' do português, com 70 páginas). Há uma revista semanal de 20 páginas, que divulga novos produtos, a *Bussan Shinpou*. A revista de agricultura, - o *Nougyou no Burajiru* (Agricultura no Brasil) - de 100 páginas, mensal, foi fundada em 1923.

Além dessas, há quatro publicações voltadas para a educação, uma das quais é divulgada pela *Fukkeikai* (a Liga dos Amigos da Escola Japonesa, já citada), que elabora um curso de língua portuguesa por correspondência. Há também uma publicação mensal sobre higiene e saúde que responde cartas, dá conselhos.

As informações acima estão numa publicação em língua japonesa comemorativa aos 25 anos da imigração japonesa no Brasil. Ou seja, há uma imensa preocupação de informar, de se divulgar e prestar contas daquilo que estava ocorrendo. São mais laços criados além dos locais, para dar sentido à existência de uma 'comunidade japonesa' fora do Japão. É uma tutela que procura dar um sentido de enraizamento à artificialidade da imigração.

Uma das afirmações de Maeyama no artigo citado assegura a mesma hipótese: "Cada comunidade local era conectada simbolicamente com o Japão através do consulado-geral mais do que com o seu próprio sistema ou através desse sistema (o das colônias) com o Japão. A colônia japonesa nos anos 1920 e 1930 era,

QUADRO 9 População residente no núcleo urbano de Cotia no século XIX

ANO	HABITANTES
1804	2090
1832	3370
1870	5024

in Viotti da Costa, 1958: 141

uma tobichi (um território isolado), uma parte suplementar da nação japonesa. Os imigrantes formaram uma estrutura única por causa do Japão, mas não por causa deles mesmos” (Maeyama, op. cit.: 596- grifado no original).

2. Vendo mais de perto: Cotia. Sua história e a entrada dos japoneses.

A história de Cotia remonta aos tempos coloniais, quando os jesuítas formaram aldeamentos indígenas naquela região. A sua história está ligada também à dos bandeirantes paulistas que por ali passavam em direção ao sertão; mais tarde, foi pouso das tropas de mulas da região de Sorocaba e do sul do país que se dirigiam São Paulo. Distante 35 km. da capital, Cotia esteve sempre ligada à cidade de São Paulo como via de passagem, tanto que o aglomerado urbano, é até os dias atuais, cortado pela rodovia Raposo Tavares. O quadro 9 ilustra a pequena extensão do desenvolvimento do núcleo urbano no século XIX.

Aqueles que se estabeleceram na região formaram fazendas que se dedicavam ao cultivo de produtos de subsistência, e à produção de farinha de mandioca e milho, além de explorarem pequenos engenhos de açúcar.

Em 1723 foi criado o distrito ou freguesia com a denominação de Nossa Senhora do Monte Serrat de Cotia; torna-se município em 2 de abril de 1856, com

QUADRO 10 População do município de Cotia e arredores em 1886

Cotia	7.517
Itapecerica	5.663
M'Boy (Embu)	750
TOTAL	13.930

fonte: Comissão Central de Estatística. 1888. Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo, Tipografia King, São Paulo. in Viotti da Costa, 1958:133

QUADRO 11 Morfologia da população da região de Cotia

Branços	10.913	
Pardos	1.668	
Negros	899	
Caboclos	450	
Estrangeiros	138	
		55 portugueses (Cotia)
		54 italianos (Cotia)
		29 alemães (Itapecerica)
Total	14.068	

fonte: Comissão Central de Estatística. 1888. Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo, in Viotti da Costa, 1958:133-134.

território desmembrado do município de São Paulo, e a vila é elevada à categoria de cidade, pela Lei estadual n. 1038, de 19 de dezembro de 1906.

Era uma região pouco povoada e pouco desenvolvida. Para se ter uma idéia, o Quadro 10 ilustra o quadro da população em 1886.

Há quase uma unanimidade com a respeito à história de Cotia sobre a 'revolução' que provocou a chegada dos imigrantes japoneses. Os primeiros vêm em 1914, para se estabelecer na região do Moinho Velho. Hiroshi Saito (Saito, 1956:68-69), aponta os primeiros japoneses a se estabelecerem em Cotia entre aqueles que tinham vindo da cidade de São Paulo tendo antes passado por fazendas de café, ou aqueles vindos diretamente das fazendas para Cotia. Muitos deles exerciam ocupações urbanas em São Paulo, mudando-se para Cotia a fim de buscar maiores chances de sobreviver.

“Um dia de agosto, êsses três moços, com os rostos queimados do sol, com barba e cabelos crescidos, maltrapilhos, com bagagens nas costas, entraram na Vila de Cotia, depois de passar por São João. Os habitantes da Vila que nunca haviam visto japoneses, confundiram-nos com índios saídos das selvas e gritaram: “Olha os bugres” “ (Ando, 1961: 20). Os maltrapilhos jovens vencem adversidades e transformariam a comunidade de Cotia num centro de referência da prática agrícola em todo o país.

A mudança em Cotia é visível com a introdução de novos meios para a prática agrícola. Segundo Emília Viotti da Costa (Viotti da Costa, 1958), a região de Cotia poderia ser descrita como de solos não férteis, irregularidade do clima. Apesar da rede hidrográfica densa, havia a necessidade de irrigação. *“Nem as condições físicas, nem a proximidade da cidade trilionária explicariam, de maneira satisfatória,*

QUADRO 12 Tamanho das propriedades rurais em Cotia. 1905 e 1940.

área (em alqueires)	1905	1940
até 10	10	459
de 10 a 25	29	50
de 25 a 50	37	23
de 50 a 100	23	4
de 100 a 250	17	3
de 250 a 500	7	1

Viotti da Costa, 1958: 116.

o incremento da agricultura regional; e tanto isso é uma verdade que a região viveu sonolenta e obscuramente durante dois ou três séculos. O fator decisivo foi a presença de imigrantes agricultores (grifo da autora)- italianos, portugueses, poloneses e, acima de tudo, japoneses. Foram eles os artífices da paisagem agrária que hoje se desdobra à vista do observador e do geógrafo” (op. cit.: 115).

A grande novidade na região é o partilhamento das propriedades rurais, fenômeno recente na região (Quadro 12).

A descrição da autora sobre a presença dos japoneses em Cotia se resume aos seguintes aspectos: o sistema de arrendamento é bastante comum na região, mas com frequência, o arrendatário japonês se transforma em proprietário. Só excepcionalmente se dedicam ao comércio; a horticultura e avicultura-. culturas mistas quando “*o agricultor divide racionalmente a terra, de maneira a adaptar cada cultura ao tipo de solo mais aconselhável*” (op. cit.:117). O adubo é orgânico, quando a criação de galinhas para a produção de ovos está associada à horticultura, ou o químico, prática herdada e trazida do Japão. A irrigação e drenagem, a rotação de culturas, o uso de arados ou de discos, o uso de medicamentos para o combate às pragas, o emprego de sementes selecionadas, na avicultura, a produção de ovos em galinheiros cobertos; as culturas anuais de batata, milho à base do trabalho familiar com a colaboração de agregados, em geral caipiras da região que prestam serviços permanentes ou como diaristas. Os permanentes residem na propriedade em habitações à parte. O salário é fixado “a seco” isto é, sem direito às refeições. Nessa convivência, há uma relativa adaptação ao ambiente brasileiro, no linguajar, modismos locais.

“Tudo isso significa além de muito esforço, o resultado de uma racional cooperação. Como alhures, o japonês não conhece horário para o seu trabalho, nem respeita feriados, domingos e dias santificados. Quando há necessidade, a faina se inicia aos primeiros albos da madrugada e se estende até mesmo pela noite. à luz de lanternas. Todos os membros da família, mesmo as crianças, cooperam em tais

tarefas; mas, nem por isso, deixam os filhos de freqüentar a escola, pois a instrução (pelo menos a primária) constitui ponto de honra para o japonês, por mais humilde que seja” (op. cit.:117-118. grifos meus).

3. Voltar? Ficar? As tênues fronteiras da decisão. Apontamentos de Cotia.

Os dados que serão apresentados a seguir, são detalhes da população japonesa de Cotia daqueles que têm seus nomes registrados no Cartório ¹. Mesclando estas informações com a bibliografia disponível e entrevistas com pessoas de Cotia, foi possível montar um quadro que certamente não preenche todo o universo, mas dá margem a diversas reflexões. A opção por este tipo de fonte é justamente o leque de possibilidades que a envolve. Da série histórica com suas muitas variáveis, obtém-se um elevado número de informações, o que permite até algumas conclusões, ou pelo menos o delineamento de tendências. Ao mesmo tempo, aponta também para peculiaridades, aspectos pontuais das famílias que nem sempre se revelam em outros tipos de levantamento de dados. Na realidade, os dados de Cotia são um ponto de partida para as reflexões que estão sendo apresentadas.

São os aspectos da tensão que evidentemente cercou os japoneses diante da questão do retorno ao Japão, do *gambarê*, do processo de tornar a imigração menos artificial.

É um arrolamento de detalhes que dá condições não só para analisar famílias no seu aspecto mais geral e portanto voltado para os indivíduos, como também informações sobre este grupo específico.

O aspecto da legalidade é o que mais chama a atenção quando são analisados os dados de Cotia. No consulado, ou no Cartório, era necessário registrar os eventos vitais. Estes dados por si só apontam para o problema dos dilemas sobre a decisão de permanecer ou retornar ao Japão.

Um dos aspectos que mais chama a atenção nos dados recolhidos em Cotia são as observações contidas nos registros de nascimento. A partir delas é possível se detectar indícios para uma reflexão se realmente o retorno era a perspectiva para as famílias. No exame dos registros, nas observações há informações que apontam para a preocupação de legalizar situações, como a emancipação de menores, o registro tardio do nascimento de filhos e a retificação de nomes. Do levantamento geral, 14,6% correspondem a estes itens. Não é um número elevado, mas significativo, sobretudo quando se trata de aspectos muito particulares.

¹ As considerações sobre o modo de trabalhar esses dados estão no Apêndice deste trabalho. Nele são descritos os passos para se chegar aos dados aqui apresentados.

TABELA 1 Idade média dos registros tardios da população japonesa nascida em Cotia por coortes- 1916-1970 *

coorte	casos	idade média de registros tardios
1 (até 1927)	33	11,6
2 (1927-1941)	122	7,1
3 (1941-1954)	44	8,5
4 (1955-1970)	16	2,8
total	215	
média geral		7,5

* dos registros onde há observações a respeito.
 Fonte: Banco de dados Célia Sakurai.

Ao mesmo tempo, indicam aquela preocupação dos representantes do governo japonês de transformar os imigrantes e seus descendentes em bons brasileiros. Para tanto, a legalização de sua condição de cidadão brasileiro era imprescindível. Isto não quer dizer, no entanto que esta era uma prática corriqueira. Já foram citados os números de pessoas que registram os seus casamentos no consulado. Em todos esses momentos em que os eventos vitais, marcantes na vida das famílias são vivenciados (nascimentos, casamentos, óbitos), há certamente momentos de tensão, de discussão sobre os procedimentos corretos. São nesses momentos em que os projetos de vida são colocados tanto no plano individual como no familiar para avaliar o estatuto do presente e do futuro. Destas observações, aquele que contém mais casos é o registro tardio dos nascimentos, correspondendo a 73,7% deste total.

A. Momentos de tensão, avaliação e escolha.

Sabe-se que no Brasil a prática do registro tardio é comum por razões diversas, desde o desconhecimento da necessidade de registro, a dificuldade de acesso aos cartórios e no passado, à necessidade de pagamento para efetivar o registro. No entanto, a necessidade de ser reconhecido legalmente perante as leis brasileiras como cidadão brasileiro, leva os pais ou a própria pessoa a providenciar o documento de acordo com as necessidades.

A Tabela 1 esclarece melhor porque se percebe que na coorte 1² (até 1927), a idade média para registrar os filhos tardiamente é de mais de 11 anos e meio.

² Vide apêndice sobre a elaboração das coortes

Isto significa que nem sempre a matrícula na escola é um ponto de referência para ter a documentação em dia. Este período, que é o inicial, é o que certamente está coberto por mais inseguranças sobre um possível retorno ao Japão. Os filhos nascidos neste período são irmãos de outros que nasceram no Japão, e os primeiros de outros que viriam a nascer no Brasil, tal como se pode constatar pela genealogia de algumas famílias. Os pais preferiam ou registrar seus filhos no consulado, ou deixar mesmo de registrar no Brasil pensando em seu retorno. De todos os casos arrolados esta é a coorte que apresenta adultos regularizando a sua situação. Em pelo menos quatro casos, é o próprio registrado que vai ao cartório para fazer o registro de seu nascimento. Aqueles com mais de 18 anos somam 18,2% da coorte 1 (estão entre 18 e 37 anos).

Enquanto isso, para as coortes 2 e 3 (de 1927 até 1954) o registro regula com o início da idade escolar. Isto significa que a matrícula na escola tem peso para a vida da família. Ela significa o início de uma trajetória que tem o futuro como horizonte, e a idéia de uma permanência mais longa. Os registros daqueles com mais de 18 anos cai para 8,2% na coorte 2 (entre 18 e 39 anos), enquanto que na coorte 3 a idade máxima de registro tardio é de 17 anos.

Mais tarde, na coorte 4 percebe-se nitidamente a tendência de registrar os filhos logo após o nascimento. Na coorte 4 a idade máxima para o registro tardio é de 7 anos.

É interessante notar como na coorte 3 que cobre o período da Segunda Guerra Mundial, há um aumento na idade dos registros tardios, justificado pelos problemas decorrentes das restrições legais que os japoneses sofreram durante o período ³ e em consequência, alguma insegurança em relação à fixação definitiva no Brasil.

Esta variação é bastante significativa para justificar a questão que estamos desenvolvendo. A incerteza quanto à residência definitiva no Brasil, a ignorância quanto aos trâmites legais brasileiros, a preferência pela cidadania japonesa explicam os registros tardios, mas a sua prática demonstra que as necessidades de inserção no circuito brasileiro acabam por fazer prevalecer a realidade sobre o sonho do retorno. A inscrição na escola brasileira, o casamento, os ne-

³ O período da Segunda Guerra Mundial foi particularmente restritivo aos membros das comunidades imigrantes dos países do Eixo (Itália, Alemanha e Japão). Havia uma série de medidas legais que restringiam os direitos desses imigrantes e até de seus descendentes. Os que mais penalizaram foram a proibição do uso, a circulação de impressos em línguas estrangeiras, mas sobretudo a livre circulação das pessoas sem um salvo-conduto. Este período ainda não foi pesquisado com profundidade merecendo estudos sobre o impacto dessas medidas restritivas do Estado Novo sobre os grupos imigrantes citados.

TABELA 2 Quadro das retificações contidas nos registros de nascimento dos descendentes de japoneses nascidos em Cotia 1916-1970

retificação	coorte			
	1	2	3	4
sobrenome		11	3	
prenome	2	17	13	1
nome dos pais	3	12	4	1
nome dos avós	1	8	2	2
sexo	1	4	1	
cor		1		
data		1		
total	7	54	23	4
total geral				88

Fonte: Banco de dados- Célia Sakurai

gócios forçam na direção da legalização, embora se saiba pelas entrevistas que o sentimento de continuar sendo japonês se perpetua através dos anos.

Uma outra variável que vai na mesma direção sobre incertezas e a fixação definitiva no Brasil é a questão da retificação de nomes. Apesar do número limitado de casos encontrados (88, ou 4,7%) o fato em si é significativo. Retificação de nomes significa a correção da grafia dos nomes de família, dos prenomes, encontrando-se até três casos de retificação de sexo, e um caso de retificação da cor da pele. Todos eles passaram por um exame judicial que legalizou as retificações. Ou seja, os interessados tinham realmente o objetivo de passar por todos os trâmites legais, esperar pela sentença dos juízes, a fim de corrigir os erros que os documentos iniciais continham.

A Tabela 2 aponta o quadro geral das retificações.

A idade média para o uso deste recurso é de 21 anos, variando de um extremo de 4 anos até o outro extremo de 61 anos. O arco é bastante largo, demonstrando como a questão da correção dos dados é preocupante. Aparecem sete casos de pessoas com mais de 40 anos fazendo as retificações. A média de idade mais alta, 29,6 anos, aparece na coorte 1 (até 1927) sugerindo que a prática ainda não era muito conhecida, ou talvez a não necessidade dessas retificações para o dia-a-dia dessas pessoas, sobretudo por se tratar de apenas quatro casos.

TABELA 3 Quadro das retificações contidas nos registros de nascimento dos descendentes de japoneses nascidos em Cotia por faixa de idade - 1916-1970.

coorte	faixa de idade						nc	total
	0-9	10-17	18-21	22-40	40-50-	+50		
1 (7)				3	1		3	7
2 (54)		23	11	15	1	4		54
3 (23)	6	10	1	5	1			23
4 (4)	1		3	1				4
total								88

Fonte: Banco de Dados Célia Sakurai.

A análise destes mesmos 88 casos fatiados em coortes dá uma dimensão do problema. Por exemplo, num dos sete casos da coorte 1 há uma retificação de sexo para a filha de um casal misto, com o pai japonês e a mãe não descendente de japoneses. Esta mesma pessoa retifica os nomes do pai e dos avós paternos (os nomes japoneses). No caso da coorte 2 aparecem casos de retificação de sexo, um caso de retificação de cor da pele- de amarelo para branco- (aos 20 anos de idade), três casos de correção da grafia de todos os nomes e um caso ainda de refiticação do mês de nascimento, regulamentado quando o registrado contava com 25 anos de idade. Os casos das idades mais altas para efetuar as retificações encontram-se nos nascidos nesta coorte: o requerente tem 61 anos de idade. O requerimento para a mudança de sexo constante no registro e da correção do nome da mãe é obtido; há mais dois casos de pessoas com idade superior a 50 anos em que o mesmo procedimento é obtido: um aos 54 e o outro aos 51 anos, referem-se a casos de retificação da grafia de nomes.

Nas coortes 3 e 4 a idade média para o requerimento de retificações é obtido numa idade inferior (18 e 19 anos) e em número também menor tratando-se correções na grafia dos nomes. É preciso ressaltar que estas correções de nomes na maior parte das vezes significa apenas a troca de uma das letras (por exemplo o c pelo s) o que não altera a pronúncia do nome.

Em suma, apesar de parecer pouco significativa numericamente, a retificação abrange aspectos que afetam a vida da pessoa como a troca de sexo no registro, como também mostra o cuidado com detalhes, como a troca do mês de nascimento, ou a troca de letras do nome. As idades em que estas retificações foram efetuadas é um elemento que chama a atenção: a média indica que o ingresso na vida adulta denota a necessidade de regularizar as questões que até aquele momento poderiam ter passado despercebidas ou sem maior importância. No entanto, o alistamento

militar, o casamento, ou outros eventos ligados a esse ingresso no mundo têm maior peso que a matrícula na escola, por exemplo. O número de retificações em volta dos 7 anos é muito baixo, ao contrário do que ocorreu com os registros tardios, quando a certidão de nascimento é obrigatória para o início da vida escolar.

A Tabela 3 sintetiza a questão exposta acima.

Para explicar a retificação de sexo, ocorre que na língua japonesa, o sufixo *ko* ou *co* é atribuído às mulheres. Significa filha. Na língua portuguesa, no entanto, os nomes terminados com a letra *o* determinam o sexo masculino, o que deve ter causado mal entendidos no Cartório. No levantamento do banco de dados entretanto, verifica-se a permanência de sexo trocado no registro ainda em muitos casos.

Apesar do número muito reduzido de observações a respeito da emancipação de menores, isto é, os menores de 21 anos passam a ter as responsabilidades legais de um adulto com a autorização dos pais e regulamentada por um juiz, vale uma reflexão a respeito. São apenas 20 casos. Na coorte 2 (1927 a 1941) são dois casos de homens emancipados aos 19 anos. Na coorte 3 (1942-1954), são cinco homens e três mulheres e na última coorte, são cinco homens e cinco mulheres. A idade média é de 20 anos não havendo necessariamente a escolha do primogênito para a emancipação. Há a peculiaridade nos registros de que o seu conteúdo não é uniforme no decorrer do tempo. Por isto, a ordem de nascimento da pessoa registrada aparece em alguns dos registros e somente a partir da coorte 4. Por estas informações foi possível detectar que dentre os 10 casos do período, só dois são os primeiros filhos do casal, um de cada sexo. Há o caso de um sétimo filho sendo emancipado.

O pequeno número de emancipações restringe as análises e torna temerária qualquer generalização. Muitas outras pesquisas teriam que ser desenvolvidas em outros locais para confrontar com os de Cotia. No entanto, estes dados sinalizariam para alguma tendência? A emancipação de mulheres e de não primogênitos do sexo masculino vão numa direção contrária àquilo que se escreve e se sabe sobre a família japonesa. A emancipação significa certamente, ou a direção de negócios, ou a propriedade de algum bem imóvel, ou o casamento. Com exceção do casamento, os outros aspectos estão associados a tarefas masculinas, pelo menos no universo japonês. Teria a imigração mudado os parâmetros?

Naquilo que toca à composição das famílias, há ainda nas observações, itens que mostram os aspectos da tensão e da escolha na direção de uma identidade étnica. Por exemplo, a formalização legal das separações (desquites e divórcios). São vinte e cinco casos dos quais a incidência maior ocorre nos nascidos na coorte 3, na mesma proporção encontrada nos registros de casamentos. A média de anos desde o casamento até a separação formal é de 12 anos. Há um caso em que a separação ocorre após trinta e dois anos a realização do casamento quando o marido tem 65

anos e a esposa, 54. Da mesma forma, a idade é alta para as separações que aparecem nos registros de nascimento: a média é de 45,7 anos, ou seja, é bem provável que a legalização ocorra mais tarde que a separação dos corpos.

B. Permanências e continuidades.

Se por um lado existe a preocupação das famílias em legalizarem algumas situações como as que aparecem nas observações dos registros de Cotia, por outro lado, nestes mesmos registros há pontos que chamam a atenção sobre aspectos das famílias japonesas no Brasil.

Um dos pontos é a existência de sobrenomes dos pais das crianças que coincidem com o nome da família de sua esposa. Por exemplo, o pai tem um sobrenome X e a família de sua esposa também é X. Por outro lado, os seus pais têm o sobrenome J. Isto pode vir a significar que se trata de um caso de adoção de marido. No Japão, é prática comum a adoção de um marido para a filha mais velha de uma prole que só tenha filhas. Há um acordo com a família do futuro marido dele abdicar ao seu sobrenome e passar a usar o sobrenome da esposa e passar a ser mais que um genro, mas um membro efetivo da família da esposa. Em outras condições, é a mulher que se incorpora à família do marido. A explicação para este procedimento de adoção é a continuidade da linhagem familiar. A adoção do sobrenome da família da esposa significa a manutenção dessa linhagem. Em Cotia, foram encontrados vinte e nove casos. Pode ser que nem todos se encaixem porque pode haver algum erro no registro, mas há fortes indícios de que se trata de adoção de marido. Em todos esses vinte e nove registros ocorre o que foi descrito.

Ao mesmo tempo em que se verifica a permanência de um aspecto da forma como se estruturam as famílias no Japão, chama também a atenção o fato de algumas mulheres não trocarem o seu sobrenome ao se casarem, ou manterem o seu sobrenome de família e o do marido (dezoito casos no total). São poucos nos de nascimento, mas aparecem trinta casos semelhantes nos registros de casamento. Esta não é uma prática usual no Japão pelas razões expostas para os casos dos maridos adotados. Em Cotia, aparecem quando um dos cônjuges é nascido no Brasil (em 74% dos casos), ficando o restante quando ambos os cônjuges são nascidos no Japão. A concentração ocorre na coorte 3 (1942 a 1953).

Há um ponto que é crucial no exame daquilo que é a permanência ou a transformação do grupo imigrante. Trata-se da escolha dos noivos. No caso estudado, assinala-se que o número de casamentos exogâmicos, isto é, com não-japoneses ocorrem em pequeno número. São trinta e quatro para todos os 1862 casos dos nascimentos e apenas oito nos casamentos. Isto significa que até 1970, o número um dos pais cuja origem não é japonesa era relativamente baixo, se comparado aos casamentos desses filhos registrados. Aí a

QUADRO 13 Distribuição por sexo dos imigrantes japoneses no Brasil -1908-1962.

sexo	%
masculino	56,3 (136.823)
feminino	43,7 (106.038)
total	100,0 (242.861)

fonte: Suzuki, 1964: 398-400.

QUADRO 14 Distribuição por sexo dos imigrantes japoneses nos Estados Unidos-1900-1926

sexo	%
masculino	59,2 (150.702)
feminino	40,8 (103.691)
total	100,0 (254.393)

fonte: IPR: 428.

proporção sobe para 29,7% onde há informações com quem a pessoa registrada se casou. Nas coortes 1 e 2 o número de casamentos fora do grupo é pequeno, mas nas coortes 3 e 4 o número atinge a 33,7% e 45,8% respectivamente. A interpretação destes dados coincide com os dados mais gerais sobre a tendência cada vez maior de casamentos exogâmicos entre os descendentes de japoneses. Com o passar do tempo e das gerações, quebra-se a barreira do casamento endogâmico, mostrando como as primeiras gerações têm nítida preferência aos cônjuges do mesmo grupo.

4- Mais dados para reflexão.

O Quadro 13 mostra a distribuição geral por sexo dos imigrantes japoneses-1908-1962 no Brasil. Nos Estados Unidos, a distribuição por sexo -1900-1926 é mostrada no Quadro 14.

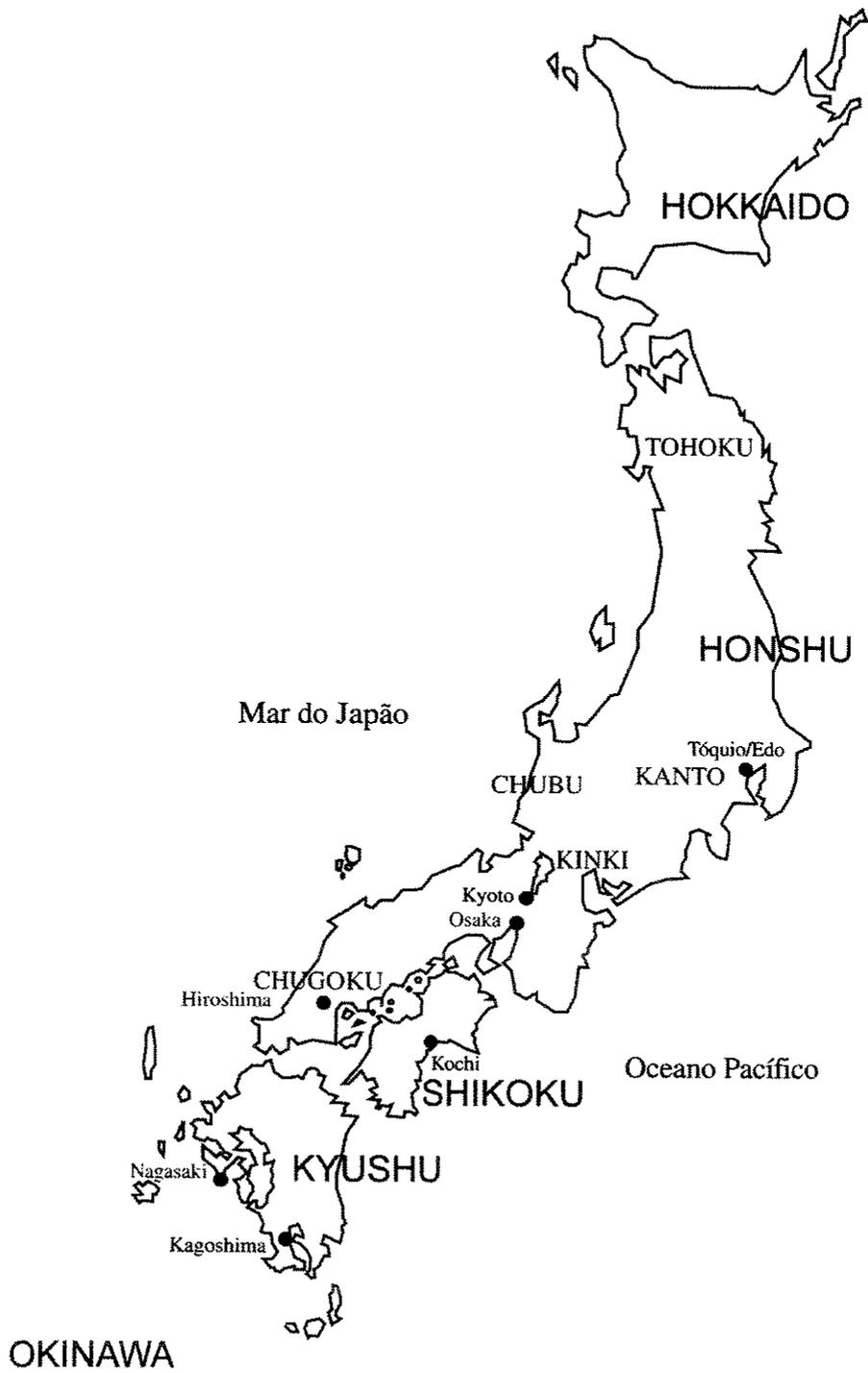
Na Argentina em 1914:

QUADRO 15 Distribuição por sexo dos imigrantes japoneses na Argentina -1914.

sexo	%
masculino	85,4 (860)
feminino	15,6 (147)
total	100,0 (1.007)

fonte: Maletta & Lepore: 428

Mapa 5 O Japão moderno - Regiões



No México-1895-1970:

QUADRO 16 Distribuição por sexo dos imigrantes japoneses no México - 1895-1970.

sexo	%
masculino	77,6 (11.192)
feminino	22,4 (3.213)
total	100,0 (14.404)

fonte: Mishima: 30.

No Peru, entre 1899 e 1923:

QUADRO 17 Distribuição por sexo dos imigrantes japoneses no Peru -1899-1923

sexo	%
masculino	88,1 (15.887)
feminino	11,9 (2.145)
total	100,0 (18.032)

fonte: Morimoto: 117.

É certo que os períodos são diferentes e os números absolutos bastante desbalanceados. No entanto, estes números revelam a tendência bastante clara de que os homens imigram em números muito maiores que as mulheres. Apenas os primeiros quadros mostram equilíbrio na distribuição por sexo. Um dos casos é do Brasil para os imigrantes japoneses. Salta à vista, apenas por esta variável, a diferença da imigração japonesa para o Brasil, se comparada aos outros casos expostos. Ela traz portanto, alguns pontos que a destacam tanto em relação às outras imigrações no Brasil, como também se diferencia em relação à emigração de japoneses pelo mundo.

Este aspecto tem certamente um peso na avaliação sobre a maneira como os japoneses se fixaram no Brasil. Para tanto, é preciso examinar mais detalhes sobre isto.

O perfil da população de Cotia aponta para uma questão que induz a uma reflexão sobre o problema do retorno e da fixação definitiva no Brasil. Pelos dados, tem-se uma população que é comprovadamente jovem. Em todo o período estudado, mais de metade são nascidos e casados no Japão. 51,8% dos pais vieram casados no Japão.

TABELA 4 País de nascimento dos noivos por coorte- Cotia 1916-1960 %

nascimento	coorte		
	1-2 (até 1941)	3 (1942-1954)	4 (1955-1960)
Brasil	15,2 (5)	36,3 (41)	63,6 (35)
Japão	84,8 (28)	63,7 (72)	36,4 (20)
total	100,0 (33)	100,0 (113)	100,0 (55)

Fonte: Banco de dados Célia Sakurai.

TABELA 5 País de nascimento das noivas por coorte Cotia 1916-1960 %

nascimento	coorte		
	1-2 (até 1941)	3 (1942-1954)	4 (1955-1960)
Brasil	30,3 (10)	39,8 (45)	74,5 (41)
Japão	69,7 (23)	60,2 (68)	25,5 (14)
total	100,0 (33)	100,0 (113)	100,0 (55)

Fonte: Banco de dados Célia Sakurai

Trata-se de uma população que vai movimentar a engrenagem do trabalho e da poupança, formada por uma mão-de-obra cuja capacidade de trabalho, mas também de adaptação ao novo meio é significativa. Dos 84,8% dos noivos até 1941, e 69,7% das noivas do mesmo período que nasceram no Japão, a média de idade é de 27,8 anos para os noivos e de 34,2 anos para os pais das crianças registradas; para as noivas, a média é de 21,8 anos e de 29,1 anos para as mães.

É importante verificar nas tabelas acima, o número maior de noivos nascidos no Japão que de noivas. O mesmo ocorre com o local de nascimento dos pais das crianças que foram registradas. Isto se explica pela necessidade das famílias disporem de pelo menos três pessoas aptas para trabalhar

QUADRO 18 Origem dos dez grupos mais numerosos de imigrantes japoneses no Brasil segundo a região do Japão até a Segunda Guerra Mundial %.

Região do Japão	%
Hokkaido	12,2
Tohoku	9,3
Chugoku	22,5
Kyushu	38,4
Shikoku	4,4
Okinawa	13,2
total	100,0 (107.331) ⁶

Fonte: Suzuki, 1969:172- tabela 173.

nas lavouras de café, conforme prescreviam as regras para a imigração. É evidente que havia preferência pelos homens. Para preencher as regras, as famílias usavam do artifício das famílias compostas, incorporando pessoas não ligadas por sangue como membros da família. Normalmente vêm na condição de parentes laterais como cunhados, primos, a fim de justificar sobrenomes diferentes.

No levantamento de Cotia, verifica-se uma vertente destes casos que é o número alto de órfãos vindos do Japão, ou de ambos os pais, mas sobretudo os de pai⁴. A média de idade em que ficaram órfãos ocorreu aos 16,2 anos, o que justifica a emigração como opção para filhos cuja mãe é viúva. Estes órfãos de pai vêm acompanhados da mãe, ou como membros das famílias compostas.

Um outro referencial para se refletir sobre a fixação no Brasil é a origem dos imigrantes. Houve, ao longo de toda a história da imigração para o Brasil japoneses de todas as partes do Japão, se levantadas as províncias de origem. No entanto, há uma maior incidência de famílias vindas de algumas regiões. Os números vêm do Censo da Colônia Japonesa realizada em 1958, por ocasião dos festejos dos 50 anos da imigração. Este censo foi publicado no Japão, e até hoje não há uma tradução para o português, apenas a edição em língua inglesa⁵. As tabelas contidas neste trabalho, assim como o levantamento de Arlinda Rocha Nogueira para o primeiro

⁴ Estes dados são verificáveis no preenchimento do local de residência dos pais. Quando se é órfão, está registrado que o pai ou a mãe, ou ambos morreram, o local da morte. Por aí, é possível se detectar e calcular a incidência dos órfãos no universo estudado.

⁵ O trabalho foi compilado e apresentado por Teiichi Suzuki em duas versões: a completa em 1964, que apresenta todas as tabelas, e uma segunda que comenta os resultados, publicada em 1969.

⁶ O total de imigrantes japoneses introduzidos no Brasil no mesmo período é de 186.266, ou, 57,6% estão incluídos dentro do quadro apresentado, segundo a mesma fonte.

QUADRO 19 Idade dos japoneses morando no exterior como imigrantes ou colonos - 1932

faixa etária	América Latina	Mandchuko	China Ocupada
- 15	37,0	9,7	22,9
15-19	11,0	12,1	7,7
20-29	7,6	25,1	32,1
30-39	14,1	17,1	23,2
40-59	18,1	13,3	12,7
60 +	2,2	2,7	1,1
total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Taeuber, 1958: 202. Tabela 73.

período da imigração (até 1922) (Nogueira, 1973:154) apontam para a maior incidência de imigrantes vindos da região de Kyushu ⁷, a ilha mais meridional, das quatro ilhas principais, seguida de Chugoku, Okinawa e Hokkaido. O quadro 18 discrimina as regiões que mais imigrantes enviaram para o Brasil até a guerra.

Kyushu, que compreende as províncias de Fukuoka, Saga, Nagasaki, Kumamoto, Oita, Miyazaki e Kagoshima, tem particularidades na história japonesa: Nagasaki foi o único porto aberto ao ocidente durante o período Tokugawa; na restauração Meiji teve um lugar particular, com o feudo de Satsuma como um dos líderes no processo contra o feudalismo. Pela localização geográfica, é a mais tropical das ilhas japonesas, junto com Okinawa. Caracteriza-se por um relevo acidentado, com uma presença significativa de vulcões e poucas terras cultiváveis (Derruau, 1970:264 e ss). Teve papel importante no processo de modernização do país pela presença do carvão, apesar de sua baixa qualidade.

As outras regiões, Okinawa e Chugoku, são lugares onde a tradição camponesa era ainda muito acentuada. Ou seja, para os imigrantes, a quantidade de terras tem um valor simbólico muito grande. As três regiões citadas, Kyushu, Chugoku e Okinawa são consideradas pouco desenvolvidas perante o conjunto do país desde ao início do processo de modernização porque conservam uma estrutura agrícola pouco modificada pelas reformas, e uma baixa taxa de urbanização. As indústrias não alcançam essas regiões, pelo menos até o início da Segunda Guerra. Em particular, as províncias de onde vieram a maior parte dos imigrantes estão dentro deste padrão. É o caso de Kumamoto, Kagoshima, Fukuoka, em Kyushu, Okayama, Yamaguchi, em Chugoku. Segundo o estudo

⁷ O Japão é dividido em 9 regiões, a saber: Hokkaido, Tohoku, Chubu, Kanto, Kinki, Chugoku, Shikoku, Kyushu, Okinawa.

TABELA 6 Origem dos noivos, noivas, pais, mães das pessoas registradas em Cotia segundo região de origem no Japão- Cotia -1916-1970 %

região	noivo	noiva	pai	mãe
Hokkaido	2,1	5,7	6,3	2,2
Tohoku	5,4	4,6	1,6	3,3
Chubu	3,2	2,3	1,6	1,1
Kanto	-	-	3,1	-
Kinki	4,3	7,9	4,7	4,3
Chugoku	12,9	7,9	23,4	21,7
Shikoku	1,1	-	-	-
Kyushu ⁹	17,2	13,6	-	20,6
Kochi ⁹	53,8	58,0	59,3	46,8
Okinawa	-	-	-	-
total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: banco de dados Célia Sakurai

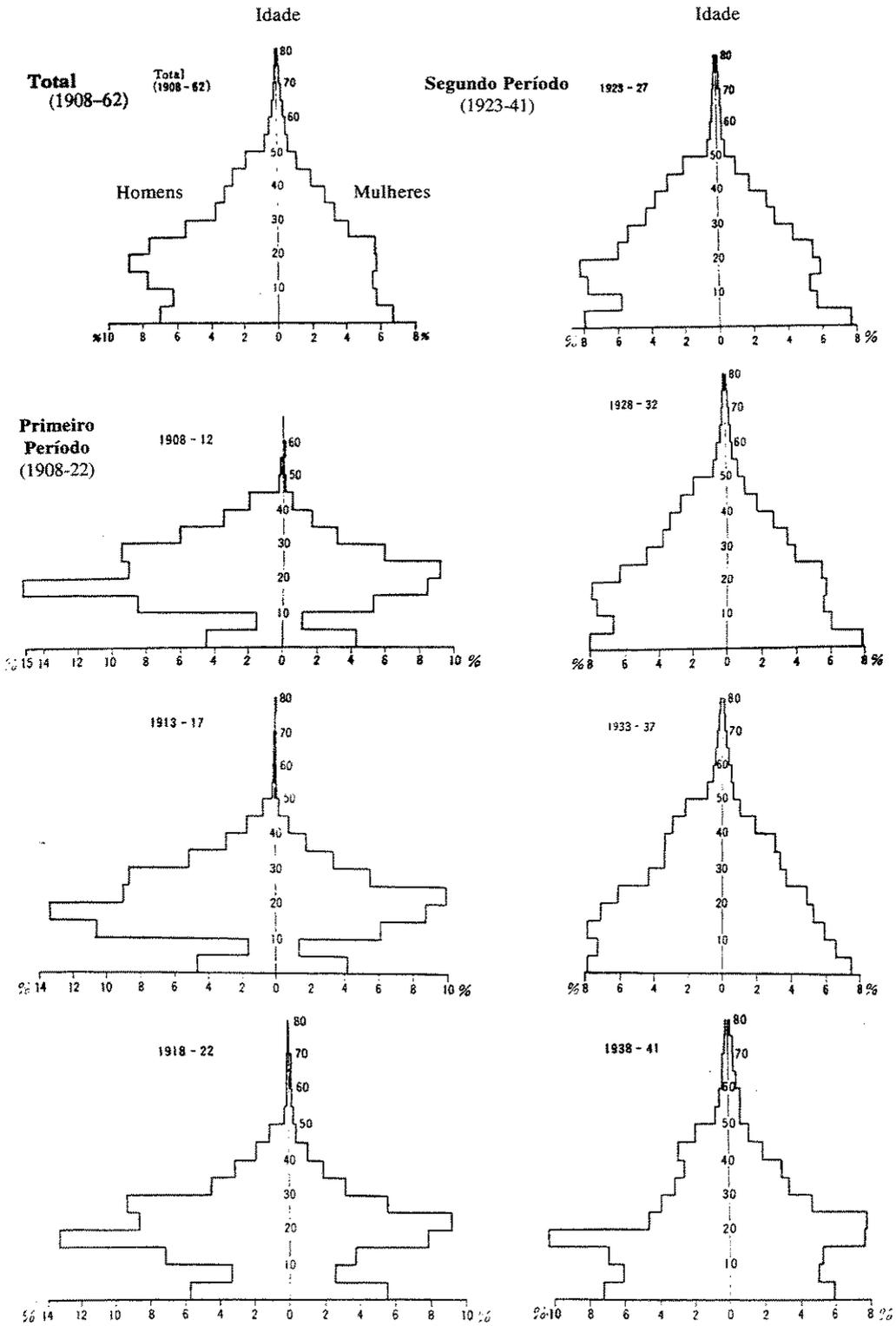
de Irene Taeuber, o índice de pessoas na agricultura é o mais adequado para se medir o perfil da população japonesa até a Segunda Guerra Mundial. De acordo com o seu levantamento em fontes japonesas, estas são regiões cujo índice de pessoas na agricultura fica entre 50 e 60% da população residente em 1930, com exceção de Fukuoka, que fica na categoria das províncias industrializadas. Estas reúnem 31% de toda a população do país (Taeuber, 1958: 88).

Okinawa e Hokkaido têm histórias peculiares. A primeira, foi incorporada ao Japão em 1879 tendo sido antes um reino independente. A meio caminho entre o Japão e o continente asiático, estas ilhas receberam forte influência chinesa na sua formação tanto histórica quanto cultural. A sua língua difere do japonês das quatro ilhas principais, não são *naitijin*, ou 'japoneses autênticos'. São discriminados dentro da esfera japonesa pelos próprios japoneses. Vão em grande número como imigrantes para os Estados Unidos, assim como vêm para o Brasil. A agricultura local, sobretudo da cana de açúcar sofre a concorrência do produto de Taiwan, desde o final do século XIX até a década de 1920, cuja base de produção de açúcar é mais desenvolvida⁸.

⁸ Para maiores detalhes sobre as peculiaridades de Okinawa, há bibliografia disponível em português. Vide especialmente, Yamashiro, 1993.

⁹ Kochi está discriminado de Shikoku, a região geográfica de que faz parte por apresentar um número elevado de casos.

GRÁFICO 2 Pirâmides etárias dos imigrantes japoneses por período - 1908-1962



Fonte: Suzuki, 1969

Hokkaido, por sua vez, é a ilha mais setentrional do arquipélago japonês, tendo sido ocupada somente a partir do período Meiji. Os seus habitantes, são os ainus, povo de pele branca, que teriam sido os habitantes autóctones do Japão até a chegada dos asiáticos vindos do continente. Os ainus vão sendo empurrados pelos recém chegados até ficarem confinados às ilhas do norte. Com a Restauração Meiji, há o movimento migratório interno em direção a Hokkaido, num esquema de colonização, tal como ocorreu para fora do país. Nem uma geração chega a se fixar na região, e uma parte dos recém chegados emigra, inclusive para o Brasil.

A outra região que 'exporta' imigrantes para o Brasil, é Shikoku, em particular, a província de Kochi, que tem particular interesse para a população de Cotia. A tabela a discrimina as mesmas regiões do quadro anterior voltadas para Cotia. Kochi está entre as províncias japonesas que tem entre 50 e 59% da população na agricultura em 1930, segundo Taeuber, 1958. A partir dos anos 1930 começa a perder população não apenas pela menor taxa de fertilidade (seguindo a mesma tendência do país), como também pelas migrações (quer internas em direção aos centros industrializados, como para o exterior) (idem: 69).

Estes números foram obtidos nos registros onde se declara o local de nascimento de cada grupo assinalado na tabela. A forma de registrar os dados apresentam duas peculiaridades: ou, como sobretudo para Kochi, estão registrados até o nome da cidade, e em alguns casos, até o da vila de origem. Nesta tabela foram todos agrupados apenas pelo nome da província. No outro extremo, apenas 16% apresentam nos registros o nome da província de origem. Em outros, está apenas assinalado 'Japão' como o local de nascimento. Isto assinala o quanto é importante ser de Kochi para o morador de Cotia. Ser da mesma província, da mesma aldeia, tem o conteúdo simbólico de ser parte de um grupo que na região é numericamente majoritário e socialmente reconhecido como da elite local, como se verá adiante. No geral, verifica-se em Cotia, a mesma origem por província encontrada na tabela das regiões exportadoras de imigrantes para o Brasil.

QUADRO 20 Tamanho da família no Japão

ano	tamanho
1920	4,89
1925	4,88
1930	4,98
1935	5,03
1940	5,00

TABELA 7 Número de filhos por família e por período da população registrada no cartório de Cotia - Cotia 1916-1970.

Período	número de filhos por família							total
	1	2	3	4	5	6	7 ou +	
1912-1929-(122)	44,3	26,2	22,1	7,4				100,0
1930-1945-(856)	24,2	23,6	16,1	10,3	9,4	9,1	7,14	100,0
1946-1954-(378)	34,4	21,7	17,5	18,0	5,3	3,1		100,0
1955-1964-(338)	37,9	26,1	18,6	11,8	5,6			100,0
1965-1970 (157)	49,1	35,7	7,6	7,6				100,0

Fonte: Banco de dados Célia Sakurai

As razões para isto poderiam vir apenas para a explicação das redes de contato, a *chain migration*, assim como a propaganda emigrantista, mais incisiva nessas regiões. Outra explicação, ligada à primeira, seria a tradição emigrantista destas regiões. Sabe-se que as migrações internas eram praticadas no Japão desde a era Tokugawa, quando sobretudo os jovens, saíam de suas aldeias para trabalhar em outras regiões por períodos determinados. São os *dekassegui*, que hoje, denominam quase como um substantivo, os trabalhadores brasileiros no Japão. Este termo, no entanto, já denominava esses trabalhadores temporários que se dedicavam às atividades sazonais fora de suas aldeias. Além disso, vale lembrar a saída dos japoneses para outras partes do mundo, ou como colonizadores, ou como *dekassegui*, ou como imigrantes. Para um país, que até meados do século XIX havia se fechado ao exterior, esta é uma experiência diferente. Essas duas faces do problema, aliada às condições econômicas e ao crescimento demográfico do país, estimulam ou até forçam a saída de jovens, sobretudo aqueles das regiões agrícolas, como as que enviaram imigrantes para o Brasil.

Estas informações ajudam a engrossar o argumento do retorno como um mito, porque elas apresentam um quadro em que a terra e as condições para uma ascensão social se apresentam de forma mais límpida no Brasil, que no Japão, especialmente para contingentes vindos de regiões agrícolas. No Japão, as condições para uma ascensão social sobretudo no campo, mas mesmo nos centros urbanos eram bastante restritas. A presença dos grupos econômicos fortemente organizados de forma hierárquica davam pouco espaço para a massa de jovens camponeses atingirem objetivos de galgar postos de direção. Estes já estavam tomados pelos representantes das famílias que antes do período Meiji faziam parte da aristocracia japonesa. Esta aristocracia, que deixa de ser nobiliárquica para ser econômica, se mantém por mecanismos de casamentos e um elevado número de adoções de crianças do sexo masculino (Lebra, 1989), criando um cinturão que dificulta a ascensão de membros *heimin*, ou os 'comuns' na hierarquia social japonesa.

QUADRO 21 População de origem japonesa municípios de Marília, Tupã, Lins e Presidente Prudente. 1940

município	estrada de ferro	ano de criação do município	população presente	população de origem japonesa %
Marília	Alta Paulista	1928	81.065	19,4
Tupã	Alta Paulista	1938	35.583	28,9
Lins	Noroeste	1919	65.486	15,2
Pres. Prudente	Sorocabana	1921	75.806	10,4
Total do Estado			3.012.345	5,9

Fonte: IBGE, 1951, in Sakurai, 1995: 40.

O Brasil, por outro lado, tem o grande atrativo de oferecer oportunidades, especialmente terras, até para fazer deslocar grupos familiares inteiros. A presença dos muito jovens e de idosos atestam que, lado a lado com os jovens, famílias inteiras também são atraídas para o Brasil.

Para uma dimensão comparativa, os dados do Quadro 19, (apenas disponíveis para a América Latina), mostram um equilíbrio na distribuição etária da população japonesa presente na América Latina, enquanto que a tendência para as regiões do Mandchuko (formada em 1932) e da China ocupada é o privilégio das faixas etárias produtivas, ou seja, entre os 20 e 39 anos.

Os dados específicos do Brasil mostram a mesma tendência: Suzuki (Suzuki, 1969), ao apresentar as tabelas sobre a idade e relações familiares dos imigrantes japoneses até a guerra, mostra uma nítida diferença entre os do primeiro período (subsidiado pelos fazendeiros paulistas), e os do segundo (quando o governo japonês implanta a sua política de tutela no Brasil). As pirâmides são ilustrativas: as primeiras levas (1908-12) são constituídas de jovens entre 20 e 30 anos, enquanto que em 1918 a 1922, o movimento é o mesmo. Comparado ao gráfico de 1923 em diante, percebe-se que já há uma distribuição mais equitativa nas diferentes faixas etárias. Quando se verifica o pós guerra, pode-se afirmar que a tendência do primeiro período se repete entre os anos 1952-1962.

A presença de um maior número de filhos e pais dos chefes de família no segundo período, explica as pirâmides, assim como a consolidação da corrente imigratória para o Brasil. Ou seja, a partir de 1924, o Brasil se torna um destino seguro para as famílias. Até lá, era uma opção para os mais jovens se fixarem fora do Japão, tanto que, segundo a mesma fonte, a porcentagem de retornos até 1922 é igual a zero. No período posterior, os retornos são também muito baixos (0,4 e 0,6

QUADRO 22 População masculina de origem japonesa: agricultores e autônomos. municípios de Marília, Tupã Lins e Presidente Prudente, 1940

município	agricultores %	autônomos %
Marília	78	85
Tupã	74,1	73,3
Lins	72,5	66,3
Pres. Prudente	75	71,7

Fonte: IBGE, 1951 in Sakurai, 1995: 40.

entre 1923 e 1932), vindo a crescer apenas entre 1938 e 1941 (11%), quando a política do Estado Novo se torna mais rígida e quando o Japão está em guerra no Pacífico. Como os números de Suzuki se referem às entradas e saídas do mesmo período, a cifra de 11% é perfeitamente compreensível, desde que para aqueles que vieram, o apelo da política nacionalista japonesa certamente foi forte para retornarem para aderir à guerra.

Segundo uma outra fonte, o índice de fixação dos japoneses em 1939 é de 91%, alto se comparado aos 13% (!) dos italianos e 42% dos portugueses, o que faz o autor concluir mais uma vez, sobre o 'perigo amarelo' (Jornal do Commercio, 1942: 127).

Ao mesmo tempo, verifica-se também que o número de imigrantes chamados por parentes neste mesmo intervalo é bastante significativo: nos períodos anteriores, ficava entre 3 e 7%, enquanto que de 1938 a 1941, sobe para 20,4% (Suzuki, op. cit.: 182, tabela 188), o que denota ascensão social dos parentes aqui fixados e a certeza de que os parentes do Japão teriam também condições de ascender. Retornar ao Japão certamente não estava no horizonte daqueles que pagaram para a vinda de seus familiares para o Brasil. Ao mesmo tempo, a guerra explica o aumento de saídas a partir de 1938, o que por outro lado, atesta o quanto a ideologia do 'espírito japonês' estava presente.

TABELA 8 Número de nascidos no Japão - Cotia por coorte- 1916-1970

	Pai	Mãe	Noivo	Noiva
C1	98,6	97,2	82,4	75,9
C2	99,2	97,5		
C3	88,1	89,3	64,6	60,2
C4	60,1	41,0	36,4	25,5

Fonte: banco de dados Célia Sakurai

O tamanho da família também é um outro indicativo de que a fixação no Brasil estava no projeto dos imigrantes. Em comparação com o Japão, a família de imigrantes japoneses no Brasil é maior. O Quadro 20 e dados de Cotia confirmam esta tendência.

Os dados de Cotia (Tabela 7) permitem uma leitura mais detalhada:

Neste processo rumo à independência econômica, já foi descrito como ocorreram as aquisições de terra. Um dos seus pontos mais marcantes, também já referido, é a intensa mobilidade geográfica dos imigrantes japoneses sobretudo pelo estado de São Paulo. Da mesma forma que para a educação, a mobilidade geográfica se fixa em torno de um paradoxo: é necessário se mudar para buscar melhores condições de vida para poder poupar e retornar. No entanto, a própria mobilidade atesta que a fixação marca cada vez mais o futuro das famílias. Ao se mudar, as condições, apesar de difíceis no início, se mostram favoráveis à permanência mais demorada.

Há várias possibilidades de interpretação dos dados sobre a mobilidade dos japoneses. A mais corriqueira é a de que a educação dos filhos é a motivação mais evidente. Buscar locais onde os estudos dos filhos ficassem asseguradas é o argumento que justificaria as constantes mudanças. Para isto, a presença de outras famílias de origem japonesa garantiria a organização de uma escola, que como se viu, tinha a retaguarda dos consulados. Neste sentido, portanto, estaria a explicação para a concentração de famílias japonesas em regiões específicas de São Paulo, e o movimento em direção à capital a partir dos anos 1940 de forma mais sistemática.

A educação é certamente um dos motivos, mas não explicaria todo o processo. Neste caso, se for tomada a década de 1930 como parâmetro, verifica-se que a mobilidade geográfica é o elemento que sistematiza a teia de relações que até agora foram apontadas neste trabalho, tanto do ponto-de-vista da sociedade receptora, quanto internamente ao grupo. Se a questão é entender como foi moldada a identidade do grupo japonês como agricultor, as variáveis até agora expostas se reúnem no sentido de se perceber como e porquê se dissemina o rótulo de agricultor, a imagem pública de grupo inassimilável e as suas ramificações políticas, da mesma forma que a afirmação das marcas da inovação e eficiência. E por conseguinte, a negação da tese do retorno.

Gráfico 3
Porcentagem de Imigrantes Residentes
Borda do Planalto
1915-1957

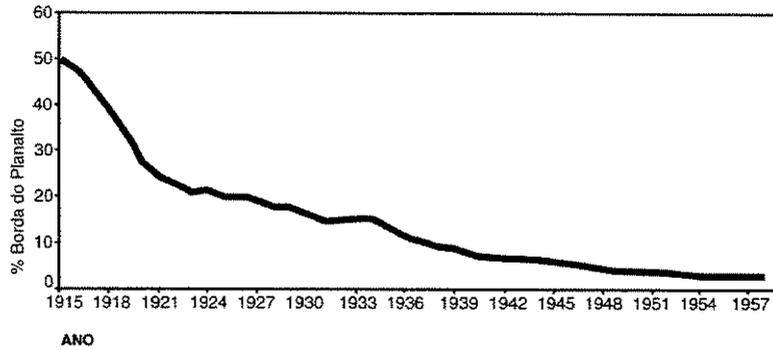


Gráfico 4
Porcentagem de Imigrantes Residentes
Litoral
1915-1957

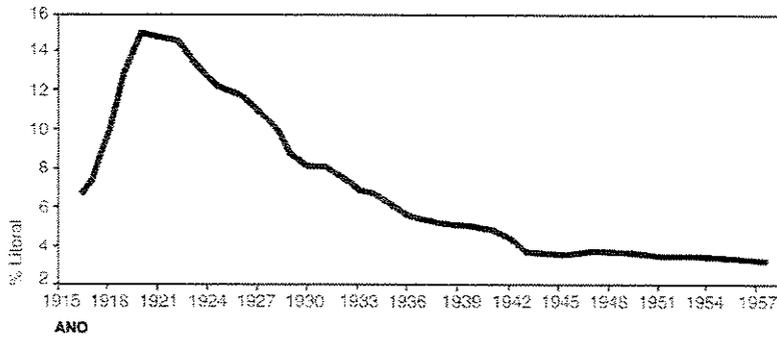


Gráfico 5
Porcentagem de Imigrantes Residentes
Noroeste
1915-1957

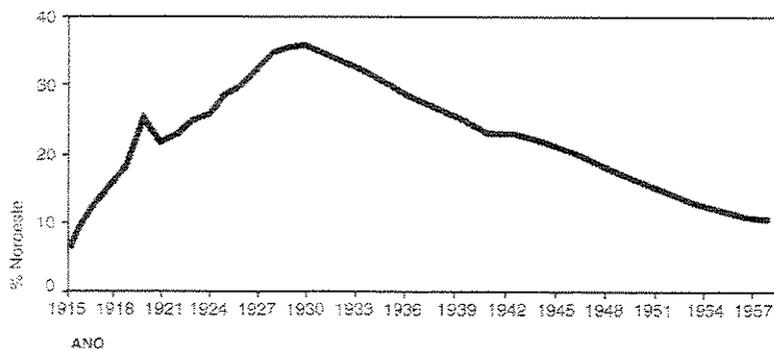


Gráfico 6
Porcentagem de Imigrantes Residentes
Sorocabana
1915-1957

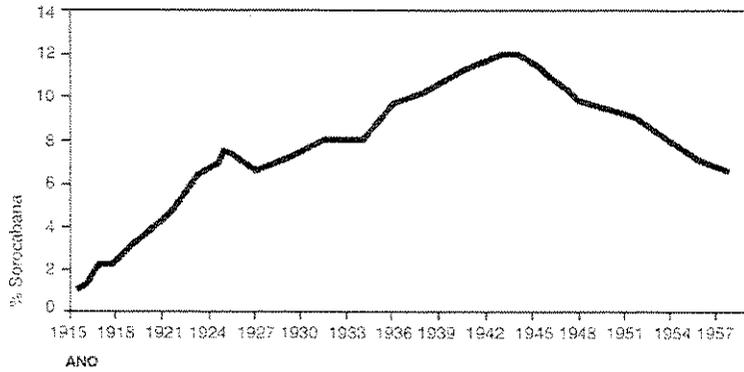


Gráfico 7
Porcentagem de Imigrantes Residentes
Alta Paulista
1915-1957

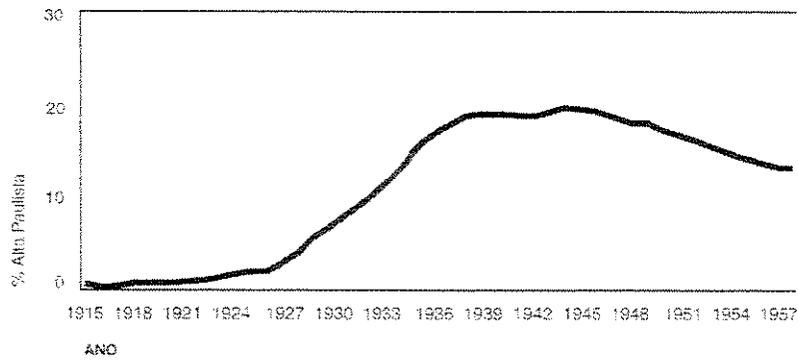


Gráfico 8
Porcentagem de Imigrantes Residentes
no Município e nas Cercanias de São
Paulo
1915-1958

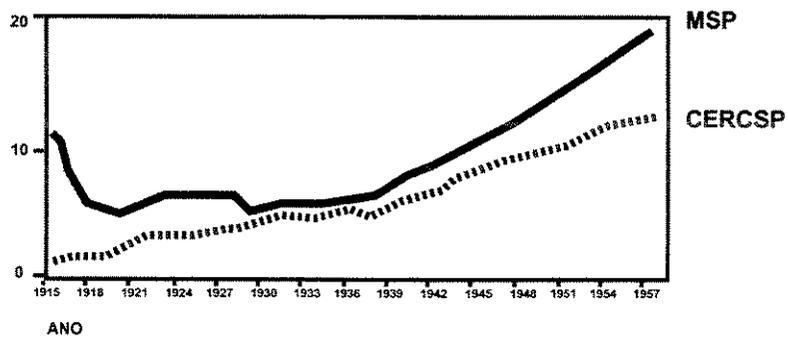


TABELA 9 Locais onde os registrados se casaram - Cotia - 1916-1970

região	número	%
Cotia	200	32,6
Japão	1	0,1
Estado de São Paulo	179	29,2
São Paulo -capital	220	35,8
Brasil	14	2,3
total	614	100,0

Fonte: Banco de Dados Célia Sakurai.

5. Mobilidade geográfica dos imigrantes japoneses: descrição do processo.

As zonas pioneiras do estado de São Paulo e as cercanias da capital são o destino dos contingentes de famílias que saem do colonato para a agricultura independente ¹⁰. A frequência dessas mudanças é em média de três por família, sobretudo aquelas que chegaram na condição de assalariados, sendo os proprietários os que menos mudam (Suzuki, 1971:92), concluindo-se daí a óbvia busca de ascensão social. No mesmo estudo, Suzuki aponta uma maior mobilidade espacial entre aqueles que estão no campo, enquanto que os estabelecidos nas cidades, saem pouco.

Verifica-se nestes movimentos migratórios do grupo japonês ondas em direção a determinadas regiões (vide gráficos 3 a 8), como o nítido crescimento desta população da região velha do café, (região de Ribeirão Preto) para a região da estrada de ferro Noroeste, a partir dos anos 1930. A superposição dos gráficos de mobilidade apontam que quando os números da região Noroeste começam a decrescer a partir de 1939, crescem os das regiões Alta Paulista e Sorocabana. No quadro 21, discriminando o ano de criação dos municípios das regiões citadas mostra a busca por regiões novas e presença marcante de famílias japonesas. Veja-se o caso de Tupã na Alta Paulista: o município é criado em 1938 e em 1940, conta com 28,9% de residentes de origem japonesa.

O quadro 22 é significativo no sentido de apontar a condição ocupacional das famílias nos mesmos municípios. O índice de agricultores autônomos é significativo para comprovar a asserção colocada acima de que a busca das regiões pioneiras está intimamente ligada à busca de ascensão social. A 'fome da terra' fica uma vez mais em evidência. Note-se

¹⁰ A participação dos japoneses para o desbravamento das regiões pioneiras se encontram em Monbeig (1984) e Camargo (1981)

que o período em questão coincide com as discussões contra os japoneses, e o período em que a presença da imigração tutelada é mais forte.

Especificamente, pode-se retirar dos dados levantados em Cotia o movimento empreendido pelas famílias que se fixam na região para melhor compreender como estes fluxos concretamente ocorreram.

Os maiores números referentes aos adultos nascidos no Brasil que se registram seus filhos, ou se casam em Cotia é de pessoas vindas de fora. Já foi assinalado que a o universo da população é japonesa em quase a sua totalidade, com a tendência a ir diminuindo conforme a coorte, apesar da entrada de novos imigrantes logo após a Segunda Guerra Mundial.

Dos nascidos no Brasil, pode-se traçar o perfil da mobilidade geográfica, se tomarmos como parâmetro os dados relativos aos pais e às mães das crianças registradas em Cotia. É preciso lembrar que todos os registros contém o local de nascimento dos pais, o que permite a discriminação por região destes locais, tal como foi feito em relação aos nascidos no Japão. Os dados sobre os nascidos no Brasil são mais precisos porque apontam os nomes dos municípios, ou até mesmo dos nomes das fazendas ou da estação de trem, o que explica um número alto do código 'outros' na elaboração das tabelas.

O primeiro dado que salta à vista na análise das informações contidas nos locais de nascimento dos pais é a diferença entre os homens e as mulheres. Há também diferença entre os períodos a que os dados se referem, exatamente porque se trata do processo contínuo das idas e vindas. Neste caso, fica claro que a divisão por coortes é um instrumento analítico que permite 'fatiar' os dados a fim de evitar distorções que a análise dos dados globais aponta. Desde que o nosso objetivo é o de ir acompanhando os processos através dos quais as identidades vão se moldando, a questão temporal passa a ter um peso relevante na reflexão. O período após a guerra (coorte 4) torna-se assim, uma referência, aliás bastante elucidativa para apontar para as continuidades de um processo que vinha se formando já desde antes da guerra e um indicador.

De posse dos parâmetros com os quais está se trabalhando nesta parte, percebe-se que há dois grupos entre os nissei: a dos nascidos em Cotia, e o que vem de fora, isto já desde a coorte 2 (1928 a 1941). São os pais e noivos, ou seja adultos, que estão formando as suas famílias na região. Há praticamente um equilíbrio entre os nascidos dentro e fora de Cotia. Os que vêm de fora, nasceram no interior do estado de São Paulo, poucos na capital. Isto significa que a agricultura é tanto o atrativo quanto o *background* destas pessoas. Reitera-se o argumento da população jovem que está se mudando para buscar meios para a sua ascensão econômica.

Uma análise dos resultados obtidos sobre a origem da população nascida fora de Cotia, percebe-se que se originam de três regiões do estado de São Paulo: os arredores da capital e portanto das regiões próximas a Cotia, da região Noroeste e Alta Paulista, e da Alta Sorocabana. De acordo com dados estatísticos comparativos do estado de São Paulo entre a década de 1940 e 1950 (IBGE, 1952), a população do estado também é bastante móvel. Ao listar e comparar o número de habitantes de cada um dos municípios de onde vêm japoneses para Cotia, verificou-se que havia a mesma tendência de mobilidade geográfica dentro do estado de São Paulo. Os municípios ganham e perdem habitantes, sendo que dos municípios listados, Cotia tem o segundo maior índice de crescimento populacional na década citada, usando-se para isto o critério do índice 1,0 para medir este crescimento. Dos municípios de onde saíram japoneses para Cotia, a região que apresenta índices negativos é a citada mais acima: a região velha do café (Ribeirão Preto e arredores), enquanto que as regiões mais novas do estado, como Pereira Barreto alcança o maior índice de atração de população na década: 2,6, enquanto que para Cotia o índice é de 1,5.

A mobilidade no entanto, não cessa. É também um processo que indica mudanças no seu trajeto. Basta atentar para o que ocorre com a geração nascida e registrada em Cotia, conforme os dados sobre o local onde as crianças registradas se casaram. No item 'observações' que aparece no final dos registros de nascimento, são anotadas informações sobre a pessoa. A partir daí, é possível seguir a trajetória de algumas das pessoas, inclusive o registro do casamento delas, onde consta o local onde se casaram. As anotações para este item cobrem apenas 30% dos registros, mas provavelmente devem apontar uma tendência. Por estes dados, é possível se verificar que na geração seguinte à descrita acima, ocorreu o fenômeno que a tabela deixa clara: a de que a mobilidade continua a ocorrer e não apenas para a capital, como se tende a generalizar, mas ocorre também um retorno ao interior do estado.

Dos 29,2% que se casam dentro do estado de São Paulo, verifica-se um número semelhante entre aqueles que se casam na capital e na região de Campinas e Sorocaba, que inclui cidades pequenas como Itapetininga, Piedade, Pilar do Sul, cujas histórias estão intimamente ligadas à de Cotia, como se verá adiante. A geração anterior vinda destas mesmas regiões é muito reduzida (2,7%), o que significa que outras regiões do estado atraem os nissei e sansei (terceira geração) de Cotia. Estes números não significam que necessariamente tenha havido fixação naquele lugar exato em que o casamento foi registrado. No entanto, é um caminho para se refletir sobre tendências que se confirmam pelo exame de outras fontes.

Uma parte da explicação para a mobilidade em direção a Cotia, levando-se em conta as premissas da busca de ascensão social e as redes de relações entre as famílias, está na presença da Cooperativa Agrícola de Cotia., ou a CAC, como ficou conhecida.

CAPÍTULO 6

“Profusão de variedades, cores, qualidade...”

A CAC criando identidades.

1. Os mitos de criação na história da CAC.

A história dos japoneses em Cotia não pode em momento algum ser desligada da história da cooperativa que reuniu os agricultores da região em 1927. Não foi a primeira a surgir no Brasil, mas é certamente a mais importante não apenas pelo seu lado econômico, mas sobretudo pelo simbólico. Apesar de nascer em Cotia, a Cooperativa Agrícola de Cotia ultrapassa os limites do município associando-se à própria presença dos japoneses no Brasil. É possível se afirmar que algumas facetas da identidade pública dos japoneses no Brasil se deve à Cooperativa Agrícola de Cotia porque se cria a imagem de do trabalho coletivo, da ajuda mútua como as marcas étnicas do sucesso daquela instituição e do grupo.

Não é nosso objetivo aqui nem descrever a trajetória da cooperativa, nem discutir a sua eficácia do ponto-de-vista econômico. Para tanto, há disponível uma bibliografia para consulta. O objetivo aqui é o de utilizar a Cooperativa Agrícola de Cotia como um referencial para se refletir como a instituição que nasce das famílias descritas, passa a ter um papel público na formação da identidade coletiva dos imigrantes japoneses e de seus descendentes ao longo de pelo menos meio século.

A Cooperativa Agrícola de Cotia, ou a CAC, como ficou conhecida, nasceu da iniciativa dos imigrantes japoneses da região de Cotia do bairro do Moinho Velho. A chegada dos jovens confundidos com os ‘bugres’ é o ponto de partida da trajetória dos japoneses em Cotia e da CAC.

A importância deste fato é marcada pela ‘história do padre’. Pode-se afirmar que foi criado um mito, repetido oralmente como marca de uma saga que tem um mito criador, tem heróis. O primeiro deles, é o padre. Foi ele quem deu o condições para a permanência dos jovens no Moinho Velho. A ‘história do padre’ é que o vigário de Cotia tomou a iniciativa de arrendar terras da Igreja Católica para os jovens ‘bugres’. A epopéia tem seguimento com a história de uma série de fracassos no cultivo da batata, a marca registrada do núcleo. O sucesso vem com outra ajuda do mesmo vigário. A adubação do solo é sugerida pelo padre que indica até o local onde resíduos de um matadouro poderiam ser adquiridos como matéria prima, a baixo preço. Os resultados foram então, muito positivos. É a partir daí, que a comunidade que pouco a pouco ia aumentando, se revigora e atrai novos moradores para a região. É o início da saga da batata.

Há ainda uma outra figura emblemática, agora de dentro da comunidade, para diferenciar Cotia dos outros locais onde também estava se plantando batatas. Trata-se de Kenkiti Shimomoto, um jovem solteiro que chega logo após o grupo inicial. Este fazia parte de um pequeno grupo de *'moços ávidos de leitura'* (Ando, 1961: 31). Numa revista japonesa sobre agricultura, Shimomoto toma conhecimento de um fungicida para batatas. A história do fungicida, a calda bordaleza, é recontada de forma a enfatizar que graças à iniciativa e a persistência do jovem Shimomoto, o cultivo de batatas em Cotia torna-se viável.

A trajetória até a produção da calda bordaleza é parte da epopéia do jovem herói. Em primeiro lugar, era preciso traduzir os termos dos ingredientes (sulfato de cobre e cal) para o fungicida. Para isto, o jovem recorre a um médico japonês que vivia em São Paulo para a tradução. A etapa seguinte é a compra dos ingredientes. O próprio Shimomoto relembra: *"Procurei na cidade inteira e finalmente consegui comprar 2 quilos de sulfato de cobre numa farmácia perto da Estação da Luz. Não havia cal virgem e o que consegui foi cal para construção. Mesmo assim, trouxe para casa o material"* (Ando, 1951: 32). Sem a persistência de Shimomoto, o cultivo da batata teria tido outros destinos... Vale ressaltar que Shimomoto foi o primeiro presidente da CAC e continuou no cargo até o início da guerra. Além disso, a sua história pessoal é recortada de particularidades. Desde o início, é diferenciado dos outros por fazer parte de um grupo mais intelectualizado, a dos *'moços ávidos de leitura'*. Para melhor estudar a calda bordaleza, ele vai para o Japão (o que na época não era uma prática nada comum), e lá se casa com uma jovem de sua aldeia natal. Foge mais uma vez à tendência mais usual dos outros moradores de Cotia. Dois filhos e dois sobrinhos constam dos registros de nascimento de Cotia. Ou seja, esta figura que é sempre associada à CAC como o seu mentor intelectual, tem uma trajetória que difere do agricultor comum, mesmo se tratando de uma cooperativa, onde a igualdade é o ponto de referência.

A criação dos dois mitos -do padre e do jovem intelectual-, foram necessários para balizar o empreendimento que necessitava dessas figuras para a consolidação de sua imagem de pioneirismo e espírito de inovação.

A história da CAC é também parte de uma história que se mantém sobre outros dois pilares, a saber, a conjuntura sócio-econômica de São Paulo nos anos 1930 e 1940, e a própria evolução do empreendimento.

Quando a cooperativa foi institucionalizada em 1927, a produção de batatas já estava relativamente consolidada, haja vista a existência de um caminhão para cada duas famílias para a comercialização do produto (Leme Padilha, 1989:347). Tão logo a cooperativa se constituiu, é construído um armazém na cidade de São Paulo para que a venda e distribuição do produto fossem diretas, extinguindo o comerciante intermediário no processo. Para a construção, houve ajuda financeira do consulado japonês que apoiava a idéia de independência da cooperativa.

QUADRO 23 Consumo diário de tomates na cidade de São Paulo. (1926-1940)

Ano	Quantidade (caixas)
1926	100
1928	230
1930	365
1932	500
1934	800
1936	1800
1938	3400
1940	5000

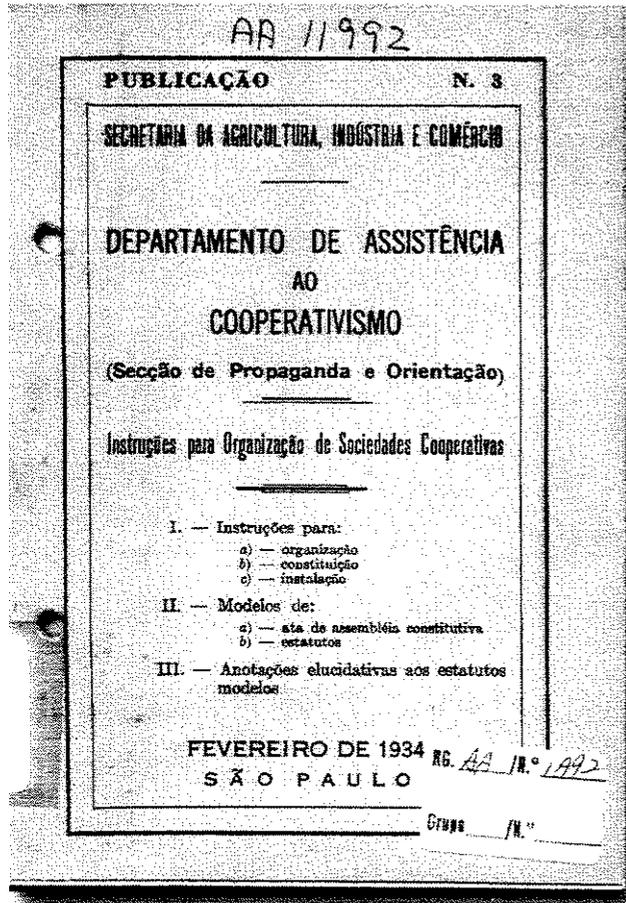
Fonte: Saito, 1961

A cooperativa foi inicialmente dirigida por jovens com menos de 30 anos de idade, sem experiência anterior em negócios, o que vem comprovar os dados apontados para a população estudada. A consolidação da CAC no sentido de dar segurança econômica aos cooperados ocorre lentamente, não apenas pela falta de experiência da diretoria e de seus membros, mas pelas dificuldades decorrentes da crise de 1929 e pelas intempéries. A história relatada na publicação oficial da CAC (Leme Padilha, 1989) revela que no cotidiano, as dificuldades para as famílias eram enormes, tanto que há até idéia de abandonar o projeto no início da década de 1930. No entanto, o projeto continua e começa a ganhar visibilidade pública no cenário primeiro no setor do abastecimento de batatas, depois de produtos hortícolas e mais tarde, de ovos e aves, sobretudo para a capital de São Paulo. Por exemplo, o quadro 23 mostra o aumento no consumo diário de tomates na cidade de São Paulo.

Quando se analisa o papel da Cooperativa Agrícola de Cotia na conjuntura histórica em que se estabeleceu, é necessário frisar o seu significado na conformação de um sistema de abastecimento de produtos perecíveis em larga escala a começar pela cidade de São Paulo. A imagem pública do sistema de cooperativa encabeçada por imigrantes japoneses que produzem e distribuem produtos até então confinados aos quintais das residências, acompanha o crescimento populacional e a diversificação de atividades de uma cidade que necessita destes produtos em escalas proporcionais ao seu crescimento. Houve sim, a confluência entre a necessidade e a oferta, o que a CAC soube preencher de forma eficaz. Há uma diversificação e melhoria da qualidade de produtos além da batata. No setor hortícola, o tomate é produzido não apenas para consumo doméstico, mas também para a indústria de molhos que começa a se desenvolver. Outros produtos de consumo diário como o repolho, couve flor, pimentão, pepino, etc., são fruto de pesquisas que ou os próprios produtores de Cotia empreendem em grupos de estudo para a troca de experiências, ou pela assistência externa de técnicos especializados. O mesmo ocorre com a avicultura: a criação extensiva de aves para abate e a oferta de ovos brancos encontra a resistência do mer-

cado consumidor nos primeiros tempos. Até então, aves como a galinha branca e os ovos brancos, eram desconhecidos no Brasil.

2. A cooperação ganha espaço público.



A cooperação, a união e o arrojado são traços que são trabalhados resultando na demarcação um território simbólico que atraía os cooperados e disputava um espaço no mercado econômico. A CAC começa a preencher um nicho do mercado até então pouco ocupado, sugerindo fórmulas alternativas às já existentes, buscando apoios oficiais, sobretudo entre a população consumidora.

Em 1932 é promulgada a primeira lei reguladora para o funcionamento das sociedades cooperativas, e no ano seguinte, o estado de São Paulo cria o Departamento de Assistência ao Cooperativismo. Note-se com isto, o embrião de uma tendência que mais tarde se consolida, da associação entre o Estado e as cooperativas, sobretudo a partir do Estado Novo¹.

Nos seus primeiros anos de existência, há dois momentos que se destacam para se compreender o peso que teve a CAC para a conformação da etnicidade dos japoneses no Brasil. São os acontecimentos de 1932 e de 1934 que serão descritos abaixo.

O ano de 1932 tem um significado especial para a compreensão de como a identidade da CAC enquanto cooperativa se afirma, mas vai muito além disto. Naquele ano ocorre o seu evento inaugurador com uma exposição realizada num parque

¹ Para estes aspectos, vide Loureiro, 1981. Numa série de artigos, há uma crítica do sistema das cooperativas em que os autores procuram mostrar o outro lado do trabalho coletivo e as suas qualidades positivas. Descrevem um sistema em que as formas de comando são autoritárias e o atrelamento das cooperativas ao Estado.

de exposições em São Paulo, para comemorar os cinco anos de existência da cooperativa. Não foi uma festa restrita, mas uma grande exposição "*atraindo verdadeiras multidões com os produtos expostos. Batata, hortaliças, aves, flores, uma profusão de variedades, cores, qualidade, de encher os olhos dos visitantes...*" (Leme Padilha, op. cit.: 50- grifos meus). Esta exposição é certamente um marco dentro da teia de significações que daí decorrem, e que daí vêm a decorrer. Ela é a exposição pública do resultado de um trabalho que estava sendo desenvolvido num núcleo até então praticamente desconhecido como pólo produtor. Este núcleo se diferencia dos demais por diversas razões: a primeira delas é porque está fora do circuito da produção extensiva, de rentabilidade também expressiva de produtos como o café e o algodão; em segundo lugar, porque vem da região que circunda a grande cidade e que até então não tinha nenhuma projeção econômica.

Uma terceira razão para se ressaltar a expressividade desta exposição é a de que ela é certamente a primeira manifestação pública coletiva dos japoneses no Brasil. E em que sentido? Exatamente naquele que ressalta a faceta agricultora dos japoneses, a sua disposição de inovar diante daquilo que já parecia consolidado, apresentando alternativas 'viçosas, coloridas e variadas' para o público. Vale lembrar que esta estratégia de apresentar produtos em feiras e exposições agrícolas é repetida e disseminada à exaustão, até a atualidade. Mesmo as feiras livres, os boxes dos mercados, os 'sacolões' atuais são vitrines de cor, variedade, que seguem o mesmo padrão de décadas atrás, demonstrando continuidade num processo que parece ser bem sucedido publicamente.

As dificuldades para a consolidação da cooperativa são grandes diante da falta de experiência dos seus diretores, todos eles muito jovens, pela necessidade de abrir caminhos perante o mercado consumidor, além dos problemas operacionais relativos ao manuseio e distribuição de produtos perecíveis. Isto fica patente no episódio que pode ser tomado como o segundo passo para a visibilidade da CAC enquanto instituição concorrente nos mercados distribuidores. A fórmula da autonomia diante dos intermediários é seguida à risca, ou seja, os meios de transporte, armazenamento de mercadorias e a própria distribuição são efetuadas pela própria cooperativa. Isto alerta os concorrentes.

Em novembro de 1934, quando a CAC iria iniciar negócios no Rio de Janeiro, grandes comerciantes tentam barrar a iniciativa, não comercializando o produto, e estendendo o boicote até entre os vendedores ambulantes. A resposta da CAC é a suspensão das vendas de batatas durante uma semana, o que vem a desabastecer parte do mercado, que naquele ano, era a responsável pela metade da produção do estado de São Paulo (de 300 a 400 mil sacas) (Leme Padilha, op. cit.: 53). As vendas passam a ser efetuadas diretamente nos empórios. Ao fim de uma semana sem abastecer o Mercado, os comerciantes entram num acordo para a CAC entrar no Rio de Janeiro conforme estava previsto. Ou seja, a cooperativa vence a batalha.

Os primeiros anos da CAC são marcados por eventos significativos que não só realçam uma imagem pública de inovação, quanto alicerça a base de um 'cooperativismo' entre seus membros. Esta idéia de cooperativismo significa fazer parte de uma ideologia em que o membro é parte de um todo em que não há donos, cada um contribuindo para o bem coletivo. Para exemplificar, há o depoimento de um cooperado que ao ver a sede construída no bairro de Pinheiros em São Paulo (o mais próximo de Cotia) diz: "*Naquela época, quando vínhamos a Pinheiros, era motivo de contentamento ver a nossa sede. Sentíamos algo forte dentro de nós*" (apud. Ando, 1961: 69- grifos meus).

A idéia-mestra para esta forma de tornar alguém membro de um grupo vem do Japão, onde no período Tokugawa (capítulo 2) se pode notar que a idéia do cooperativismo que se desenvolveu depois, já está presente desde aquela época. Da reunião dos trabalhos familiares resulta a produção da aldeia que depois, se volta para fora dela ². Ao longo de 25 páginas, Hiroshi Saito reconta a história do cooperativismo no Japão, reiterando a idéia acima de que as suas raízes já se encontravam no período anterior à Restauração Meiji, que existiam 5690 cooperativas em 1909, período em que chegam os primeiros imigrantes no Brasil (Saito, 1956: 35). No Brasil, permanece a idéia-mestra, mas evidentemente ela é adaptada ao tempo e a outros objetivos. Saito, ao ressaltar o argumento da 'transplantação cultural', que é o subtítulo de seu trabalho, deixa entrever a idéia de que o cooperativismo de Cotia está calcado sobre a base da tradição do país de origem dos seus membros, assim como da iniciativa de seus mentores intelectuais e executivos da instituição.

A leitura dos eventos descritos nos parágrafos acima induz a um tipo de reflexão que iria mais além da proposta por Saito. Ela é mais ampla e complexa. A cooperativa é uma forma de defesa e ajuda coletiva. No Japão ela é facilmente aceita porque não se choca com as instituições já existentes. A política iniciada no período Meiji, prevendo a expansão de produtos japoneses no mercado internacional, e necessitando por conseguinte, da expansão do próprio mercado interno, adota um modelo inspirado nos europeus. Naquela época, -segunda metade do século XIX-, a simpatia ao marxismo e a sua crescente influência, dá forças à idéia do cooperativismo. O Japão o introduz oficialmente em 1891, calcada na cooperação individual para o bem da coletividade. A idéia que fica latente é de que estes indivíduos são parte de uma 'família' cujas regras são ditadas, como em outras esferas, pelo próprio Estado. Não estaria aqui uma das gêneses do modo de gerenciamento do 'modelo japonês' que nas décadas de 1970 e 80 fascinaram o ocidente pela sua eficácia?

No Brasil, o cooperativismo é um dos elementos mais importantes para dar um rosto para a imigração japonesa porque é uma instituição que ganha o espaço

² Hiroshi Saito descreve o processo em seu livro *O Cooperativismo na região de Cotia (1956)*.

público e por conseguinte, associa as suas características a todo o grupo imigrante. A motivação inicial é transplantada do modelo japonês, mas é utilizada com um forte acento político a favor da criação de uma identidade de cunho étnico para se lançar num nicho de mercado que crescia rapidamente. É a maneira como os japoneses criam a sua etnicidade. Para isto, desenvolve-se um sistema que abrange todo o processo de produção, desde a plantação até a distribuição, prevendo a compra coletiva e crédito para os insumos agrícolas, transporte das mercadorias e a sua comercialização. Ela é mais ampla que no Japão, onde estas etapas são compartimentadas em diferentes cooperativas. A compra ou arrendamento das terras ficam por conta dos cooperados, daí a necessidade do trabalho familiar, do empenho de cada um. Fica criada uma associação entre o individual e o coletivo que incentiva o trabalho e a concorrência, a iniciativa e a segurança.

A CAC pode ser tomada como exemplo de como é forjada a identidade de um grupo étnico, sobretudo quando se leva em consideração os diversos cenários até agora descritos. As antipatias e os elogios dos interlocutores da sociedade maior dirigida aos japoneses é respondida pela iniciativa, pela inovação, conforme já foi especificado mais atrás. Estes contornos são os que dão a marca étnica. Isto para demonstrar aos interlocutores brasileiros que a 'fome de terra' tinha efeitos positivos, de que os japoneses, apesar de diferentes, eram inovadores, sabiam aproveitar as oportunidades. Existe portanto um sistema permanente de questionamentos e de respostas.

Em paralelo, há uma retaguarda que garante a educação e a saúde, amparadas pelo consulado e legitimada pela Associação Japonesa de Cotia.. A escola japonesa foi criada em 1916 com a ajuda do consulado, e o ambulatório médico da CAC, em 1935.

A CAC não deixa também de contribuir para o chamado 'enquistamento' dos japoneses .O movimento em direção a Cotia segue a mesma tendência de aglutinação em torno das colônias como em outras regiões do estado de São Paulo que tanto alarmava os segmentos das elites, inclusive paulistas, que naquele momento estavam perdendo terras e sobretudo, prestígio. A visibilidade da cooperativa de japone-

TABELA 10 Levantamento dos casamentos ocorridos em Cotia entre imigrantes e descendentes de japoneses residentes no mesmo bairro - 1916-1960 por coortes

coorte	não coincide	coincide	total
1/2	12,1	87,9	100,0
3	31,0	69,0	100,0
4	26,4	73,6	100,0

ses é parte de um conjunto em que novos segmentos da sociedade paulista começam a galgar posições na escala social, sem necessariamente substituir as antigas, mas preenchendo espaços que até então eram inexistentes. Isto é de uma importância vital na leitura sobre a imigração no Brasil: a de que o imigrante cria novos espaços sociais, tal como a avicultura substituindo a criação de galinhas de quintal. O medo do enquistamento é mais uma vez explicada por razões que fogem da discussão racista, mas pode-se afirmar que neste contexto ela é voltada para os interesses do mercado.

A organização interna da cooperativa no seu início, compreendia uma gama de relações que tem origens no período anterior à sua formação. Ela segue o padrão japonês de um rígido esquema hierárquico que segue à risca os preceitos confucionistas de obediência e respeito aos mais velhos, aos mais experientes, àqueles que possuem mais conhecimentos. Por isto, havia a 'Escola de plantação de batata' no bairro do Moinho Velho, onde se iniciaram as atividades da CAC (Saito, 1956: 87). Esta 'escola' cria uma nítida relação de dependência entre os 'velhos' e os 'novatos', entre os 'mestres' e os 'aprendizes'. Esta relação é conhecida como *oyabun-kobun*, num esquema que se assemelha às corporações de ofício medievais da Europa Ocidental. No Japão ela é levada a outras esferas da vida cotidiana, seguindo sempre os preceitos citados do confucionismo. Em Cotia, a 'escola' passa a se difundir a partir do Moinho Velho para atingir regiões circunvizinhas, de forma que todos os bataticultores possuem a mesma matriz de aprendizado.

Ao mesmo tempo, verifica-se também uma preocupação em preparar e dar continuidade à 'vocação' agrícola do grupo de Cotia, quando se examina, por exemplo, o currículo da escola do Moinho Velho. As crianças da escola têm uma disciplina de Noções de Agricultura, em cuja definição está o termo 'criar os alicerces para o seu (da agricultura) progresso e melhoria'. A mesma tendência à valorização daquilo que é restrito ao grupo de plantadores de batatas que vai se difundindo com o decorrer do tempo se verifica também nos dados levantados no cartório de Cotia. O exame dos registros aponta a tendência aos casamentos ocorridos dentro do próprio bairro (60,5% do total), pelo menos a partir do que declaram no registro. Verifica-se uma certa regularidade neste caso, conforme a tabela 10.

A cooperativa que associa a visão de lucro ao trabalho familiar; que associa o trabalho individual ao coletivo, é apontada na leitura da história oficial contida no livro de Padilha uma forte ênfase na cooperação, no trabalho conjunto como fonte para o desenvolvimento da CAC. As dificuldades são para mostrar que a sua superação apenas fortaleceu o espírito de união do grupo que tendia a crescer cada vez mais, até se tornar um forte grupo econômico no período após a guerra. A história da Cooperativa Agrícola de Cotia tem um componente da maior importância para aquilo que está se desenvolvendo ao longo deste trabalho. A sua trajetória é um indicativo de como a identidade dos japoneses foi sendo criada e consolidada ao longo do tempo.

QUADRO 24 Índice de crescimento da população do Brasil, do Estado de São Paulo e da cidade de São Paulo - 1900-1920-1940-1950 *.

	ÍNDICE		
	1900-1920	1920-1940	1940-1950
Brasil	1,7	2,3	3,0
Est. de São Paulo	2,0	3,1	4,0
São Paulo (capital)	2,4	5,5	9,2

* refere-se ao crescimento de cada uma das regiões a partir da população de 1900.

Fonte: Sinopse Estatística do Estado de São Paulo -IBGE, 1952: 4

Além disso, a CAC abre Depósitos Regionais nas seguintes datas e locais:

QUADRO 25 CAC -Ano de criação e localização dos Depósitos Regionais até o final da década de 1940.

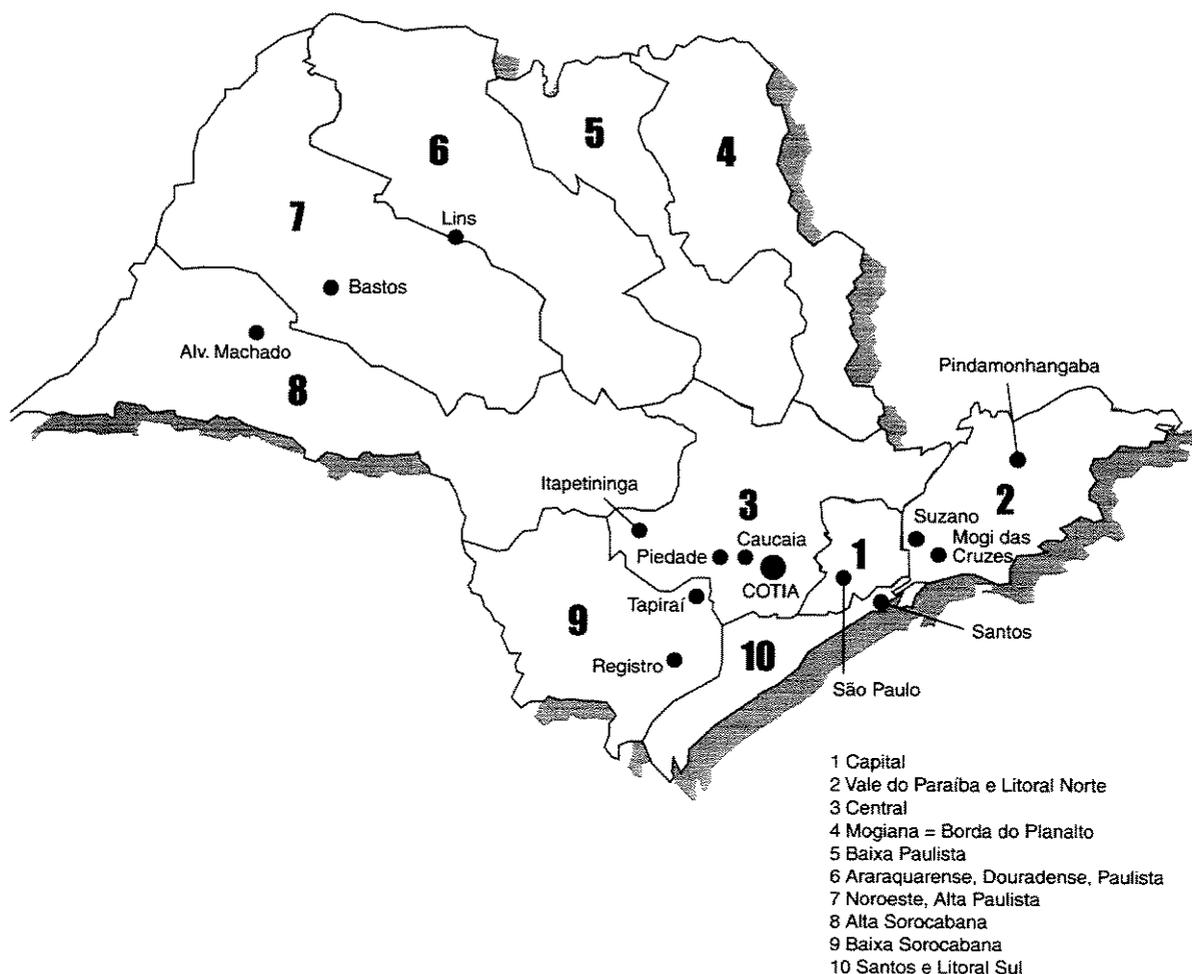
data	cidade
1936	Mogi das Cruzes (zona 1)
1938	Suzano (zona 1)
1938	Colônia Santa Cruz (DF)
1940	Santos (zona 10)
1940	Pindamonhangaba (zona 2)
1941	Ibiúna (zona 1)
1942	Tapiraí (zona 10)
1943	Registro (zona 10)
1943	Itapetininga (zona 3)
1943	Piedade (zona 3)
1944	Álvares Machado (zona 8)
1946	Lins (zona 7)
1948	Bastos (zona 7)

Fonte: Padilha, 1986 e Camargo, 1981.

3. A CAC *“introduzindo características que não lhe são próprias”*³ em São Paulo.

Quando a CAC inicia as suas atividades em 1927, a imigração japonesa para o Brasil estava no seu período de maiores entradas, contando com o forte apoio do governo japonês, ao mesmo tempo em que as críticas sobre a sua continuidade estava em discussão. O governo Vargas estava prestes a

³ Simmel, 1908. Trecho da citação da página 1.

Mapa 6 Localização dos depósitos regionais da CAC

Fonte: Camargo, 1981, Padilha, 1986

subir ao poder e àquela época, a política do café com leite estava se dissolvendo. Nesse meio tempo, o Japão está empreendendo de maneira mais explícita a sua política de expansão militar, enquanto que países do bloco ocidental tentam fixar a democracia como o parâmetro ideológico a ser seguido.

É neste momento que as discussões sobre raça e eugenia voltam à tona, agora para defender idéias que estavam em jogo, ou seja, a necessidade de se formar um cinturão em torno das nacionalidades contra ataques reais ou ideológicos que pudessem ameaçar os países em processo de modernização. Para enfrentar a situação de instabilidades na década de 1930, o Brasil empreende a sua política de nacionalização, fechando o cerco contra as diferentes facções políticas de direita e esquerda, procurando manter a sua política de modernização.

A imigração entra neste cenário nacional como um contraponto importante na pauta das discussões sobre os destinos do Brasil, como já foi salientado. Dentro deste contexto, o exemplo de Cotia, e da CAC em particular, pode ser tomada como um ponto para se refletir como os imigrantes em geral, e os japoneses em particular, conseguem consolidar a sua posição diante de um país cujas estruturas sociais e políticas estão se redesenhando. É um empreendimento com moldes capitalistas, com uma racionalização do processo produtivo até então não experimentado em larga escala no Brasil. Ela redimensiona o valor do trabalho na terra sob outros moldes visando abertamente o lucro, pesquisando novos produtos voltados para o mercado consumidor. Aponta que a exploração da terra não é necessariamente restrita aos grandes proprietários, mas que as médias e pequenas extensões de terra podem servir ao sustento das famílias.

Neste novo cenário, a trajetória dos moradores de ascendência japonesa de Cotia pode explicitar alguns desses novos contornos. Se levarmos em consideração que a população da cidade de São Paulo cresce acima da média do estado de São Paulo e do Brasil, segundo dados do Censo Demográfico de 1940, percebe-se que a CAC tinha um mercado potencial bastante promissor à sua disposição.

Num momento em que, segundo os dados do Censo Demográfico de 1940 a zona 1 que compreende a capital e seus arredores tem o maior crescimento do estado, a CAC implanta três depósitos em municípios próximos à capital (Mogi das Cruzes, Suzano e Ibiúna). A região central, a zona 3 que tem um crescimento significativo na década de 1940 recebe dois depósitos em 1943 (Itapetininga e Piedade). A zona 7 que segue a mesma tendência de crescimento populacional, assim como na zona 8 é montado um depósito nesta última (Álvares Machado) e duas na zona 7 (Bastos e Lins). A não abertura nas zonas 4, 5 e 6 se explicam por serem as zonas velhas do café, e portanto, menos atrativas. A maior incidência na região 10 (litoral sul) de depósitos em Santos (pela existência do porto) e em Registro e Tapiraí, regiões onde a presença dos japoneses é bem acentuada (Registro é se da colonização da KKKK da década de 1910 e centro da plantação de chá).

Destas cidades listadas acima, o Censo Demográfico de 1940 (IBGE, 1940: 98-103- tabela 56) indica que os japoneses (os nascidos no Japão- estrangeiros segundo a denominação no Censo) são maioria entre os estrangeiros recenseados em Cotia (64,1%), em Mogi das Cruzes (41,3%), Itapetininga (26,1%) Piedade (42,1%), Lins (65,2%). Por estas cifras é possível se deduzir que a presença dos japoneses é visível e certamente ligada às atividades da CAC.

O mapeamento dos Depósitos Regionais da CAC sugerem a conclusão de que o alargamento das atividades da cooperativa está ligado a dois fatores: o interesse de se implantar nas regiões novas do estado e com a presença de japoneses nas localidades ou nas vizinhanças. Pode-se afirmar que para a zona 1 (capital e arredores) há uma tendência a um movimento de expansão a partir de Cotia em direção para oeste, indo gradativamente a partir de seus arredores: Ibiúna, São Roque, Piedade, Itapetininga para o interior.

Mais tarde, a CAC se expande em direção a outros Estados até a sua dissolução nos anos 1990.

4. “...*nunca* a idéia de patriotismo pela terra dos crisântemos”⁴ *. Os germes de um novo processo.

Se por um lado, a CAC foi inovadora diante da sociedade paulista, o mesmo se pode refletir a respeito de seu papel para dentro do grupo japonês. Não é um caso isolado, mas a história da CAC acompanha um momento em que a comunidade japonesa passa a controlar o seu próprio destino.

Por se voltar para o mercado, a CAC tem uma visibilidade pública maior que as instituições de educação, saúde, ou as associações japonesas das colônias: os seus interlocutores não são os membros do grupo, mas é a sociedade como um todo. Ela se volta para fora do grupo e enfrenta o desafio de interagir com o ‘mundo dos outros’.

No seu intercâmbio com a sociedade abrangente, o traço da união, da força da coletividade são marcas positivas da etnicidade dos japoneses. É a força da coletividade dos japoneses que explicariam o sucesso que a CAC estava obtendo. “Os japoneses”, “os cooperados”, são vistos como grupos homogêneos na sua interlocução com a sociedade abrangente. Ao retornar para o próprio grupo, o discurso da força coletiva se reforça de uma maneira tão forte, que gera conflitos que começam a vir à tona, nos mesmos momentos em cooperativa está se consolidando. É uma mudança de mentalidade que começa a aflorar a partir do contato do imigrante com a sociedade maior.

No final dos anos 1930, um conflito se esboça contra os padrões até então vigentes. Percebem que a força vem do próprio grupo, e não de fora. A tutela do governo japonês, com a sua presença tão acentuada, encontra vozes que se erguem

⁴ Cassio Kenro Shimomoto, no artigo ‘Nossa Mentalidade’, *Gakusei* n.1, ano 1, 1935- grifo meu in CEHJJB, 1992: 171

repensando o porquê da necessidade de ser fiel ao seu país de origem. Esta corrente não é nem hegemônica, e nem é imune a críticas.

Na CAC por exemplo, de acordo com o registro das comemorações dos 10 anos de sua fundação, portanto em 1937, as críticas sobre os procedimentos do consulado vêm à tona. O tom das críticas recai exatamente sobre a interferência do consulado. A transcrição de duas interpelações ocorridas na Assembléia Extraordinária de junho de 1937 são por si reveladoras daquilo que estava se pensando na época.

A primeira interpelação é de um cooperado que se coloca contra a opinião do consulado de que a CAC deveria se voltar apenas para a produção, devendo o setor de educação ficar sob a responsabilidade do *Fukkeikai*, e a saúde sob a responsabilidade do *Dojinkai*, que estava terminando a construção do hospital japonês. Diz ele: *“Entendemos que a nossa Cooperativa tem por função não somente promover a produção agrícola como também a cultura rural, no seu mais amplo sentido. Discordamos da opinião do Consulado. Desejamos saber qual o pensamento da Diretoria a respeito do assunto”*. A Diretoria se manifesta da seguinte forma: *“A produção, a saúde e a educação constituem as três bases fundamentais da nossa vida. Nossa obra cooperativista abrange todos os aspectos da vida agrícola. Felizmente, com dez anos de vida, a CAC, pode viver sem a ajuda de terceiros. Nossa orientação está firmada. Não nos afastaremos dela, digam o que disserem”* (Ando, 1961:79- grifos meus). *Aclamação da Assembléia.*

Um outro cooperado se manifesta na Assembléia: “Desejo agradecer aqui à Diretoria pelo fato de haver orientado a nossa Cooperativa no sentido preconizado por nós. Há anos quando houve uma exposição agrícola, solicitamos a presença de elementos do Consulado para formar a comissão de júri. Fiquei revoltado. Não éramos nós, que vivemos 20 anos lidando com milho e batata, capazes de fazer o julgamento de qualidade dos produtos expostos? Teríamos que recorrer ao Consulado? Necessitamos recorrer ao Consulado para interpretação das leis, apesar de contarmos com um quadro social tão numeroso? Era lamentável. Acabamos, porém, de ouvir as afirmações do sr. presidente e do sr. diretor-gerente de que a nossa Cooperativa marchará seguindo a sua própria orientação, adrede traçada. Agradeço pelo fato de a Cooperativa já poder marchar sua própria trilha sem dar importância a insignificantes ajudas financeiras...” (Ando, 1961: 79-80- grifos meus).

Estas falas atestam uma autonomia que começava a se esboçar no seio do grupo, tanto no sentido econômico, mas principalmente, uma autonomia com relação a procedimentos. O Japão, os padrões de conduta japoneses ditados pelo consulado, começam a se distanciar para aqueles que “por 20 anos estiveram lidando com milho e batata”. O milho, a batata, as aves e ovos são os meios que o grupo entrevê para a sua independência tanto econômica, como de conduta perante a sociedade abrangente. Não é só o ‘espírito japonês’ que constrói o discurso da união, mas esta união é concebida de dentro do próprio grupo, com cada família contribu-

indo para a construção da cooperativa, que é de todos. Com essas armas, interagem e obtêm sucesso junto à sociedade que os acolheu. *Arigatai*, neste caso, é com o Brasil, e não com o Japão.

O amadurecimento produzido na convivência com os novos interlocutores no Brasil começam a dar formato a uma comunidade que aos poucos se percebe como fazendo parte da sociedade de adoção. Também fatores externos à comunidade, criam brechas para uma avaliação profunda do lugar dos japoneses no país. Quanto mais a política oficial se volta contra os japoneses, mais o grupo procura definir as suas identidades interna e externa.

No final dos anos 1930 são promulgadas novas leis restritivas aos imigrantes. Em 1938 é proibido o ensino de línguas estrangeiras, dentro do movimento de nacionalização do ensino no país. Mais tarde, é proibida a circulação de jornais em japonês, o que provoca sérios problemas. Elementos como a educação, a circulação de notícias, que ajudavam a criar e recriar identidades no grupo, são cortadas abruptamente. Sabe-se que as leis não foram cumpridas com rigor, no entanto, elas eram de conhecimento de todos e sobretudo, uma ameaça persistente.

Real ou não, havia empecilhos para a política até então desenvolvida pelo consulado. Este é o momento simbólico em que se poderia dizer que a identidade do imigrante japonês se consolida como uma identidade de nipo-brasileiro, quando o ‘cordão umbilical’ com o Japão começa a se romper. Era preciso optar, fazer uma escolha. Um elemento externo (as leis restritivas) nada mais fazem do que acirrar o problema latente no interior do grupo.

Não era apenas dentro da CAC que se refletia sobre a posição dos japoneses. Alguns jornais em língua japonesa que tinham uma linha editorial mais distante da oficial, como o *Nippon Shimbun*, ilustravam em seus artigos críticas diretas à tutela japonesa. No editorial em português de 29 de novembro de 1939 deste jornal, quando o hospital construído pelos japoneses em São Paulo estava para ser inaugurado, o tom da crítica é de que, apesar de aparentemente os “*residentes nipponicos*” terem participado do processo de construção, “*na realidade foi o consulado que fez... Nunca entregou qualquer empreendimento nas mãos da colônia*” (*Nippon Shimbun*, 29/11/39).

Dentre os jornais que criticavam também a postura do consulado, o *Nippak Shimbun*, fundado em 1916 e o seu editor, Sack Miura, se destacam. Miura foi expulso duas vezes do Brasil, por manter uma linha editorial de afronta aberta à postu-

⁵O número de católicos entre os imigrantes e descendentes de japoneses no Brasil ultrapassa o número dos que se declaram budistas e xintoístas.

ra do governo japonês no Brasil. Miura passou toda a Segunda Guerra Mundial preso no Japão, vindo a falecer logo em seguida.

Em relação ao setor da saúde, há um conflito entre os profissionais de saúde, japoneses ou descendentes, formados no Brasil, e os que vieram do Japão para compor o quadro clínico do hospital japonês. Os primeiros defendiam a tese de que era necessário contratar médicos brasileiros de renome, que era necessário dirigir o hospital segundo os padrões nacionais. Os japoneses enviados pelo governo japonês pensavam ao contrário. Há uma crise interna latente que só termina porque o processo de nacionalização das instituições estrangeiras de Vargas acaba de vez com os anseios dos japoneses.

Uma outra corrente que surgiu nesta mesma época é a dos jovens secundaristas em São Paulo. No processo de fixação, já existe no final dos anos 1930, uma geração nascida no Brasil. São os que têm os seus registros de nascimento nos cartórios. Alguns adotam prenomes ocidentais; começa a ficar cada vez mais recorrente o batismo na Igreja Católica, uma prática que aos poucos se transforma em conduta comum dentro das famílias dos imigrantes japoneses⁵.

Dentro deste contexto, a educação tem um papel significativo. Ela sempre foi um elemento primordial na vida das famílias japonesas, mas também esteve sempre cercada de tensões. Qual deveria prevalecer: a educação japonesa preconizada pelo consulado, ou brasileira? A manutenção da língua é um dos elementos para catalizar qualquer grupo imigrante. Para os japoneses é ainda mais essencial. A língua comum organiza o grupo e mantém uma fronteira muito clara na interlocução com os de fora. Sobretudo porque a língua japonesa é, mais que a dos outros imigrantes no Brasil, outra vez, a 'mais diferente'. O japonês é usado dentro de casa na grande maioria das famílias. No entanto, para a educação formal, a opção recai sobre o aspecto mais pragmático do problema: os pais optam por aquilo que lhes estava à mão. Se havia escola japonesa por perto, obviamente os seus filhos a freqüentam, mas junto com o Grupo Escolar. Ou seja, os filhos desta geração nascida no Brasil têm uma educação mista.

As conseqüências desta educação ficam bastante patentes quando parte da geração dos nascidos no Brasil, ou os nisei, ultrapassa a educação básica. São poucos. A grande maioria não vai além do ensino básico, tanto na escola japonesa como na brasileira. Aqueles que continuam os seus estudos na escola brasileira e chegam às portas das faculdades, têm presente a tensão da ambigüidade.

O movimento dos secundaristas no final dos anos 1930 é o reflexo deste problema. Eram jovens que se reuniam para discutir a sua identidade. Era uma confraria

⁵ O perfil de alguns destes estudantes já foi por mim analisado. Vide Sakurai, 1995: 148-156.

de estudantes do secundário e alguns universitários oriundos do interior de São Paulo e alguns, da própria capital. Os de fora de São Paulo, viviam nas pensões já citadas anteriormente, no bairro da Liberdade. Lá freqüentavam as mesmas escolas, vivendo às expensas da família que vivia da agricultura no interior. São filhos de famílias mais abastadas que tinham condições de manter um filho fora de casa. É bem visível que naquele momento, já existe uma estratificação econômica dentro do grupo. Os ‘filhos dos mais ricos’ podiam estudar na capital. Eram poucos ⁶.

Formam a Liga Estudantina Nipo-Brasileira que reúne estudantes com condições de pensar, quem são, afinal. Concluem que são brasileiros. No processo de discussão, publicam a revista *Gakusei* (significa estudante) em 1935, e em 1939, a revista *Transição*, ambas inteiramente em português. Nestas publicações reiteram que apesar da origem, são brasileiros: “*Como poderemos amar a terra de nossos antepassados? Se nem a conhecemos? Podemos ter quando muito um sentimento de respeito pela pátria de nossos pais, mas nunca a idéia de patriotismo pela terra dos crisântemos*” (Cassio Kenro Shimomoto, no artigo ‘Nossa Mentalidade’, *Gakusei* n.1, ano 1, 1935- grifo meu in CEHIJB, 1992: 171). Shimomoto, irmão do fundador da CAC, chegou ao Brasil ainda criança e por isto, foi chamado pelo consulado japonês para prestar contas daquilo que havia escrito, desde que era cidadão japonês. As revistas continuam a publicar artigos com o mesmo tom, o que desgosta uma parcela razoável das lideranças da comunidade.

Mais tarde tornam-se advogados (entre eles, Shimomoto, o primeiro descendente de japoneses bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo), médicos (um deles foi soldado da FEB- Força Expedicionária Brasileira), jornalistas (um deles é filho do editor do *Nippon Shimbun* citado acima, e mais tarde editor de importantes publicações brasileiras, como a revista *Realidade*; outro, tinha sido voluntário na Revolução Constitucionalista de 1932), políticos (João Sussumu Hirata), que exerceram funções fora da comunidade japonesa. Muitos deles, mesmo nascidos e criados no interior de famílias japonesas nas décadas de 1920 e 1930, desconheciam o idioma japonês, sobretudo aqueles que tinham nascido e vivido na capital ⁷.

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados interrompeu definitivamente com todo o processo que vinha em curso. Os anos da guerra foram cruciais neste sentido, porque os inimigos estavam *vis à vis*, a sua estampa era clara. Agora, não apenas os imigrantes propriamente ditos, mas também os que já eram cidadãos brasileiros sofreram sanções. Este é também um capítulo ainda a ser estudado com maior profundidade.

⁷ Artigo sobre este grupo e o clima de rebelião à tutela japonesa está preparado. Relatório FAPESP, 2000.

CONCLUSÃO

No início do capítulo 4 foi transcrito o poema de um autor imigrante. Acompanhando as suas memórias poéticas, acompanhamos também a trajetória dos imigrantes japoneses no Brasil. Elas são a mistura de acontecimentos vistos pelos olhos daqueles que viveram o dia-a-dia do processo de 'ser imigrante'. É uma mescla de sentimentos e ao mesmo tempo, do processo de mudanças vivido pelos japoneses no Brasil. O poeta testemunha as diversas etapas pelas quais a grande parte daqueles que se dedicaram à agricultura vivenciaram:

1. Para o Brasil:

*Desde que cruzou
a linha do Equador,
o Cruzeiro do Sul,
foi, noite após noite, ganhando mais altura. (:21)*

*Da terra natal
não digo ter saudade,
dor no coração...
Fico sim, triste em não ter
uma montanha à vista. (:29)*

2. A vida nas fazendas de café:

*Vejo o verde
dos cafeeiros plantados
em longas filas
na seara onde seca
o arroz sequeiro. (:31)*

*O que obtive,
ao antecipar minha
venda de café,
não levou muito tempo,
foi totalmente gasto. (:57)*

3. A agricultura independente. A vida em terras próprias.

a. A preparação da nova terra:

*Tão logo chega
o final das queimadas
o céu, aos poucos, vai se modificando
e ganha transparência. (:30)*

*Em plena mata
onde, de vez em quando,
surgem macacos,
construo a morada
para mim e minha mulher. (:27)*

b. A diversificação de produtos:

*Se for possível
vendendo os tomates
juntar dinheiro,
tratarei, com a mulher,
dos dentes estragados. (:75)*

*Bem na encosta
dos morros pedregosos,
plantei o milho
E, mesmo pequeno,
já está todo florido. (:93)*

*Se lucrarmos
com a criação de galinhas
e pessegueiros,
reformaremos a casa
e faremos um 'hanare' *. (:123)*
* 'hanare' - sala em estilo japonês, separada da casa.

*Fazendo saquinhos,
despachando pêssegos...
Após trabalhar
por noites seguidas,
eu me sinto cansado. (:137)*

c. Poupança:

*Shooyu e missô
feitos com minhas mãos...
E deste país
fiz, já três anos,
a minha morada. (:35)*

*Tomar sakê,
beliscando sashimi
de peixe do mar...
Luxo assim tão grande
faz tempo, eu não tenho. (:77)*

d. Trabalho familiar e poupança:

*Usando calças
confeccionadas com
sacos de ração,
minha mulher e filhas
cuidando das galinhas. (:184)*

4. As marcas do Japão no Brasil:

*Mastro principal...
Bandeira sol-nascente
tremulando alto...
Olho e as lágrimas
escorrem pelo rosto. (:170)*

*Dia de júbilo...
No aniversário
do Imperador
ligaram luz elétrica
na minha velha casa. (:171)*

5. Sacrifícios recompensados:

*Dormiu abraçada
à nota de dez mil yens
que lhe enviei...
Minha mãe, com idade
de oitenta e sete. (:209)*

6. Cerimônia do chá e chicletes, como diz Ana Suzuki (cap. 4)

*De que maneira-
pergunta o meu mestre-
é que se come?
Ele tinha em suas mãos
um espeto de churrasco. (:197)*

7. Retorno ?

*À terra natal
retornaria quando?...
Meu velho pai,
sua idade, aos poucos, chegando aos oitenta. (:63)*

*Não acho possível
retornar para morar
na terra natal
No entanto, sua falta
eu sinto tanto, tanto... (:64)*

8. Recompensa. A participação em feiras agrícolas.

*Paro em frente
à minha beringela,
que foi premiada...
Mas, todo acanhado,
logo vou embora. (:216)*

9. Arigataí (sentimento de gratidão)

*Mesmo não tendo
nenhum fertilizante,
as hortaliças
frutificam todas
Abençoado este país. (:40)*

10. ‘Ser imigrante’ é sentir sempre o furusato (saúde da terra natal):

*No meu coração
estão bem guardados
os montes e rios
da terra natal, Shinano...*

*Rememorarei sempre *.* (:53)

*este tanka esta gravado na lápide do Pavilhão Japonês do Parque do Ibirapuera em São Paulo.

Da parte do imigrante, as percepções se mesclam entre o novo, o desconhecido, o que está à sua frente e o que foi deixado para trás.

A citação de Simmel (cap. 1) sobre o estrangeiro se adapta muito bem a essa identidade criada no Brasil entre os imigrantes japoneses. Está ligado a um grupo cujos limites espaciais são bem definidos (vêm de um arquipélago do outro lado do planeta), e não pertencendo ao grupo de recepção (ele é sempre ‘diferente’). São portadores de uma história e uma cultura, cujos referenciais estão distantes do grupo com o qual vêm se relacionar; a sua própria história e cultura por sua vez, assinalam com muita ênfase o orgulho de pertencer à nação japonesa. As fronteiras étnicas, para os japoneses, estão sempre muito bem demarcadas no seu relacionamento com a sociedade de recepção. As suas identidades se criam basicamente a partir desses pré-requisitos.

“A pátria na sola dos pés” pode ser interpretada a partir de pelo menos dois ângulos, ou com a conotação de crítica, tal como aparece no contexto do capítulo 3, como também pode ser interpretada pelo lado do próprio imigrante que traz consigo raízes que são reforçadas pelo trabalho dos representantes japoneses.

Refletir sobre o processo da criação da estampa de agricultor requereu assim, uma jornada que teve que percorrer caminhos e atalhos para se perceber que as identidades se criam e são criadas. É um jogo em forma de diálogo que nunca pára. É um jogo em que entram peças de tamanhos e cores diferentes, em que os jogadores se ora se unem, ora estão em disputa. É importante ressaltar, no entanto, que neste jogo não há vencedores nem perdedores, e nem o resultado está pré-definido. Tudo depende de como o diálogo evolui. O processo é marcado tanto no desenrolar do dia-a-dia, como também por acontecimentos externos ao grupo que podem mudar a direção do jogo. Neles, os interlocutores precisam saber usar os seus recursos para tirar proveito da ocasião.

A trajetória dos imigrantes japoneses no Brasil tem semelhanças com a metáfora do jogo. Se por um lado, o Cruzeiro do Sul, e não as montanhas da terra natal agora faz parte de sua paisagem, o poeta percebe como são vistos por aqueles que os têm como *distantes da concepção helênica de beleza* (Fidélis Reis- cap. 3), *ameaça perigosa para o futuro* (idem):

*Não gostaria
que questões da imigração
fossem tratadas
de maneira leviana
por políticos fanfarrões (:213).*

Se têm 'fome de terra', o poeta refuta com o argumento da sobrevivência e com a satisfação pessoal de enviar dinheiro, que é fruto do seu trabalho e da poupança familiar, para a mãe idosa no Japão.

Quando a produção ultrapassa o limite da sobrevivência e alcança visibilidade pública, então surgem episódios como o boicote à comercialização de batatas (cap. 6), ou uma ação política contundente como a lei das cotas de 1934 (cap.3), pelo lado do imigrante e sua família, os tomates, pêssegos, galinhas, beringelas dão a eles, condições que possibilitam um presente menos conturbado, mesmo que à custa de muito trabalho.

Se por um lado, segmentos do governo brasileiro se põem contra a presença de japoneses na primeira metade dos anos 1930, por outro também, aprova e incentiva a normatização das cooperativas em 1932, dando espaço legal para a expansão das atividades da CAC, por exemplo. O desenrolar dessas atividades dá uma *status* à cooperativa que chama a atenção pelo método inovador que introduz. Num momento político em que a polemização entre a direita e a esquerda estão em plena efervescência no mundo todo, o trabalho em coletividade, tal como é proposto pelas cooperativas, ganha simpatizantes. Os da esquerda vêem nele, um exemplo concreto de possibilidade de se implantar um modelo que se aproxima ao modelo soviético. Os outros, não necessariamente os militantes da direita da época, percebem no modelo cooperativista dos japoneses do Brasil um instrumento eficiente de produção que democratiza, que abre mercados, que direciona o país para a sua modernização. Outros ainda, desdobrando a discussão racial, interpretam como enquistamento, como recusa à integração à sociedade abrangente, como parte do projeto de conquista do império japonês.

Nesse mesma época, o governo japonês apóia as iniciativas particulares e de colonização procurando garantir a lealdade dos aqui residentes dando ênfase ao espírito japonês, este reativado através da educação e de projetos como o GAT (cap. 4). São as lágrimas do poeta ao ver hasteada a bandeira japonesa, a data do aniversário do imperador marcando acontecimentos. Estes elementos reunidos vão dando

formato à imagem pública dos japoneses (caps 3,4,5). Essa imagem também não é homogênea porque difere conforme o interlocutor. O japonês pode ser considerado inassimilável, assim como empreendedor; pode ser velhaco nos negócios, como respeitoso, obediente. O momento do diálogo, os interesses em pauta, os interlocutores dão o direcionamento para o jogo. Por isto mesmo, as etnicidades do grupo se manifestam de diferentes modos, não sendo também únicas.

O processo para 'tornar-se parte' do Brasil foi trabalhado em cima da diferença, sendo ele o que principia o diálogo dos japoneses com todos os segmentos e interlocutores da sociedade brasileira. O exame da trajetória da imigração japonesa no Brasil é um bom exemplo de como o contraste e a receptividade nem sempre positiva dos interlocutores abrem espaços para a criação de uma identidade permanente de contraste. Ao longo dos anos, essa característica não se perde, ela tende a se esmaecer, mas não desaparece.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ALENCASTRO, Luiz Felipe & RENAUX, Maria Luiza. 1997. *Caras e Modos dos Migrantes e Imigrantes*. in **História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras: 291-335.

ALVIM, Zuleika. 1999. *O Brasil Italiano (1880-1920)*. in FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América. A Imigração em Massa para a América Latina**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 383-417.

ANDO, Zempati. 1961. **Pioneirismo e Cooperativismo. História da Cooperativa Agrícola de Cotia**. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Editora Sociologia e Política.

ANDO, Zempati, & WAKISAKA, Katsunori. 1971. *Sinopse Histórica da Imigração Japonesa no Brasil*. in **O Japonês em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros : 4-34.

ANDO, Zempati. 1976. **Estudos Sócio-Históricos da Imigração Japonesa**. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros.

ASAHI SHIMBUM.1993. **Japan Almanac**.Tokyo: Asahi Shimbun.

BAMBA, Nobuya. 1978. **Japanese Diplomacy in a Dilemma. New Light on Japan's China Policy- 1924-1929**. Kyoto: Minerva Press.

BARTH, Fredrik. 1998. *Grupos Étnicos e suas Fronteiras* in POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. (Biblioteca Básica): 185-226.

BEASLEY, W.G.. 1986. **The Modern History of Japan**. Tokyo: Charles E. Tuttle Company.

BEASLEY, W.G. 1995. **The Rise of Modern Japan. Political, Economic and Social Change since 1850**. New York: St. Martin's Press.

BEFU, Harumi. 1971. **Japan. An Anthropological Introduction**. Tokyo: Charles E. Tuttle Company.

BEIGUELMAN, Bernardo. 1962. *Estudo Genético e Antropológico de Imigrantes Japoneses e seus Descendentes Não Miscigenados*. In **Revista de Antropologia**, vol. 10: 109-142.

BENEDICT, Ruth. 1972. **O Crisântemo e a Espada**. São Paulo: Editora Perspectiva.

BERMAN, Marshall. 1986. **Tudo que é sólido se desmancha no ar. A aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras.

BOTELHO, Oliveira. 1934. **A Imigração Japonesa**. Rio de Janeiro.

BRASIL- IBGE, 1951. **Pesquisa Sobre os Diversos Grupos de Côr nas Populações do Estado de São Paulo e do Distrito Federal**. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

BRASIL- IBGE, 1952. **Sinopse Estatística do Estado de São Paulo**. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

BRESSER Pereira, Luiz Carlos. 1964. *Origens Étnicas e Sociais do Empresário Paulista* in **Revista de Administração de Empresas**, 4 (11) : 83-106.

BURGUIÈRE, André. KLAPISCH-ZUBER, Christiane. SEGALIN, Martine. ZONABEND, Françoise. 1986. **Histoire de la Famille**. 3 vols. Paris: Armand Colin.

BURNS, E. Bradford. 1997. *As Relações Internacionais do Brasil na Primeira República*. in PINHEIRO, Paulo Sérgio et all. *O Brasil Republicano*, vol. 2: Sociedade e Instituições (1889-1930). **História Geral da Civilização Brasileira**, vol. 9. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil : 377-400. 5a. Ed.

CAMARGO, José Francisco de. 1981. **Crescimento da População no Estado de São Paulo e Seus Aspectos Econômicos**. Vol. 1. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas.

CANABRAVA, Alice P. 1971. *A Grande Lavoura*. in **História Geral da Civilização Brasileira**, São Paulo: Difusão Européia do Livro, Tomo II, vol. 4 : 85-137.

CARDOSO, Fernando Henrique. 1960. *Condições Sociais da Industrialização em São Paulo* in **Revista Brasiliense**, no. 28: 31-46.

CARDOSO, Ruth. 1959. *O Papel das Associações Juvenis na Aculturação dos Japoneses* in **Revista de Antropologia**. Separata do volume VII n 1 e 2 : 101-122.

CARDOSO, Ruth. 1963. *O Agricultor e o Profissional Liberal entre os Japoneses no Brasil*. in **Revista de Antropologia**, vol. XI : 53-60.

CARNEIRO da CUNHA, Manuela. 1986. **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense.

CASTRO, Marco Luiz. 1994. *Entre o Japão e o Brasil : a Construção da Nacionalidade na Trajetória de Vida de Hiroshi Saito*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia, IFCH/UNICAMP.

CEHIB-Comissão de Elaboração da História dos 80 Anos da Imigração Japonesa no Brasil. 1992. **Uma Epopéia Moderna. 80 Anos da Imigração Japonesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa.

CINTRA, Jose Thiago. 1971. **La Migración Japonesa en Brasil. 1908-1958**. México: Colegio de Mexico, Centro de Estudios Orientales.

CONRAD, Robert. (1975) *The Planter Class and the Debate over Chinese Immigration to Brazil, 1850-1893*. in **International Migration Review**, vol. IX (1) : 41-55.

CORRÊA, Mariza. 1998. **As Ilusões da Liberdade. A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil**. Bragança Paulista: BP: EDUSF.

COSTA, Emilia Viotti, 1958. "*Cotia e Itapeverica da Serra, subúrbios agrícolas*" in AZEVEDO, Aroldo. 1958. **A Cidade de São Paulo- Estudos de Geografia Urbana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, vol. IV "Os Subúrbios Paulistanos" : 109-152.

DALE, Peter. 1986. **The Myth of Japanese Uniqueness**. London, Sydney: Croom Helm. The Nissan Institute for Japanese Studies- University of Oxford/Croom Helm Studies Series.

DEMORO, Luís. 1960. **Coordenação de Leis de Imigração e Colonização do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

DERRUAU, Max. 1970. **O Japão**. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

ELLIS JR, Alfredo. 1937. **A Evolução da Economia Paulista e suas causas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

FAUSTO, Boris. 1991. **Historiografia da Imigração para São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré/FAPESP.

GLICK SCHILLER, Nina et all..1992. **Towards a Transnational Perspective on Migration. Race, Class, Ethnicity and Nationalism Reconsidered.** New York: The New York Academy of Sciences.

GRUN, Bernard. 1982. **The Timetables of History. A Horizontal Linkage of People and Events.** New York: Touchstone Book.

GRÜN, Roberto. *Construindo um Lugar ao Sol: os Judeus no Brasil* in FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América. A Imigração em Massa para a América Latina.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo:353-381.

GUINLE, Guilherme. 1934. *Comercio de Importação e Exportação Paulista para o Japão pelo Porto de Santos.* in **Brasil e Japão. Duas civilizações que se Completam.** São Paulo: Empresa Graphica da 'Revista dos Tribunaes': 30-36.

HALL, Michael. 1989. *Trabalhadores Imigrantes.* Série Trabalhadores. Campinas: Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo de Campinas: 2-15.

HANDA, Tomoo. 1971. *O Senso Estético na Vida dos Imigrantes Japoneses.* In Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. **O Japonês em São Paulo e no Brasil .** São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros: 220-236.

HANDA, Tomoo. 1987. **O Imigrante Japonês. História de sua Vida no Brasil.** São Paulo: T.A. Queiroz/ Centro de Estudos Nipo-Brasileiros.

HANDLIN, Oscar. 1979. **The Uprooted. The Epic Story of the Great Migrations that made the American People.** Boston: Little, Brown and Company. 2nd. Edition.

HUNGTINGTON, Samuel P. 1996. **O Soldado e o Estado. Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.

HUTCHINSON, John & D.SMITH, Anthony (ed.). 1996. **Ethnicity.** Oxford: Oxford University Press.

INADA, Lawson Fusao. 1992. *Asian American Arrives.* in **Asian American Journal of Culture and the Arts**, (1) Santa Barbara: University of California- Santa Barbara: 77- 80.

INSTITUTE OF PACIFIC RELATIONS. 1927. **Resident Orientals on the Pacific Coast. Their Legal and Economic Status.** New York: Institute of Pacific Relations.

IWANAMI, Kikuji. 1993. **Terratempo. Tankas.** São Paulo, Aliança Cultural Brasil-Japão. Tradução de Masuo Yamaki e Raimundo Gadelha.

JORNAL DO COMMERCIO. 1942. **O Perigo Japonês**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio.

KAIGAI KOGYO KABUSHIKI KAISHA. 1934. **Introdução dos Imigrantes Japonezes no Brasil e seu Órgão Instrutivo**. Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha em São Paulo. Rio de Janeiro: s/e.

KUROSAWA, Akira,. 1993. **Relato Autobiográfico**. São Paulo: Estação Liberdade.

LEÃO, Valdemar Carneiro. 1990. **A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930-1934) Contornos Diplomáticos**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais-IPRI.

LEBRA, Takie Sugiyama. 1989. *Adoption among the Hereditary Elite of Japan: Status Preservation Through Mobility*. in **Ethnology**, vol. XXVIII (3): 185-218.

LEME PADILHA, Dráuzio. 1989. **CAC, cooperativismo que deu certo**. São Paulo: Cooperativa Agrícola de Cotia, Cooperativa Central.

LESSER, Jeffrey. 1995. **O Brasil e a Questão Judaica. Imigração, Diplomacia e Preconceito**. Rio de Janeiro: Imago Editora.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1988. **L'Anthropologie Face Aux Problèmes du Monde Moderne**. Tokyo: The Simul Press, Inc.

LOBO, Bruno.1932. **De Japonez a Brasileiro. Adaptação e Nacionalização do Imigrante**. Rio de Janeiro: Typ. do Dep. Nacional de Estatística.

LOBO, Bruno. 1935. **Esquecendo os Antepassados e Combatendo os Estrangeiros**. Rio de Janeiro: Editorial Alba Limitada.

LOUREIRO, Maria Rita (org,). 1981. **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados.

MAEYAMA, Takashi. 1979. *Ethnicity, Secret Societies, and Associations: the Japanese in Brazil*. In **Comparative Studies in Society and History**. Vol. 21. (4) : 589-610.

MAGNANI, Silvia Lang. 1982. **O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917)**. São Paulo: Brasiliense.

MALETTA, Héctor & LEPORE, Silvia. 1990. *La Colectividad Japonesa en la Argentina*. in **Estudios Migratorios Latinoamericanos**. no. 15-16: 425-521.

MARAN, Stephen 1979. **Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro- 1890/1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MARINHO DE AZEVEDO, Célia Maria. 1987. **Onda negra, Medo Branco. O negro no imaginário das elites- século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MARSHALL, Gordon ed. 1994. **The Concise Oxford Dictionary of Sociology**. Oxford: Oxford University Press.

MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. 1996. *O Culturalismo dos Anos 30 no Brasil e na América Latina: Deslocamento Retórico ou Mudança Conceitual?* In Chor Maio Marcos, e Ventura Santos Ricardo (orgs.) **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB: 107-124.

MARTINS. José de Souza. 1973. **Conde Matarazzo. O empresário e a empresa. Estudo de Sociologia do Desenvolvimento**. São Paulo: Huucitec.

MEDEIROS DE MENEZES, Lená. 1996. **Os Indesejáveis: desclassificados da Modernidade. Protesto, crime e expulsão da Capital Federal (1890-1930)**. Rio de Janeiro: EdUERJ.

MELO, Verissimo. 1961. *Assimilação e Aculturação de Japonêses no Brasil*. in **Boletim de Antropologia**, 3 (1): 17-38, Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará.

MISHIMA, María Elena Ota. 1985. **Siete Migraciones Japonesas en México- 1890-1978**. México D F.: El Colegio de México.

MITA, Chiyoko. 1986. *Bastos: uma Comunidade Étnica no Brasil*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais (Antropologia Social). FFLCH/USP.

MONBEIG, Pierre. 1984. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec-Polis.

MONTEIRO, Paulo Filipe. 1994. **Emigração. O Eterno Mito do Retorno**. Oeiras: Celta Editora.

MOORE, Barrington Jr. 1967. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia. Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno**. Lisboa: Edições Cosmos/ Santos, Livraria Martins Fontes Ed.

MORIMOTO, Amelia. 1987. *Poblacion de Origen Japonês en el Peru: Investigaciones y Bibliografía* in **Primer Seminario Sobre Poblaciones Inmigrantes**. Lima: Consejo Nacional de Ciencia y Tecnologia. : 105-140. Tomo I.

MOULDER, Frances. 1979. **Japan, China and the Modern World Economy. Toward a Reinterpretation of East Asian Development. ca. 1600 to ca. 1918.** Cambridge: Cambridge University Press.

NIEMEYER, Waldyr. 1925. **O Japonez no Brasil. Uma face do nosso problema imigratório.** Rio de Janeiro: Editora Brasileira "Lux".

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. 1973. **A Imigração Japonesa para a Lavoura Cafeeira Paulista (1908-1922).** São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. 1983. **Imigração Japonesa na História Contemporânea do Brasil.** São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros/Massao Ohno Editor.

OHNUKI-TIERNEY, Emiko. 1991. *The Emperor of Japan as Deity.* in **Ethnology**, vol. XXX (3): 199-215.

OLIVEIRA, Xavier. 1942. **O Problema Imigratório na América Latina: o sentido político-militar da colonização japonesa nos países do Novo Mundo..** Rio de Janeiro: A. Coelho Botelho Branco Filho.

OLIVEIRA, Xavier. 1945. *Três Heróis da Campanha Anti-Nipônica no Brasil: Félix Pacheco, Arthur Neiva e Miguel Couto.* in **Revista Brasileira de Imigração e Colonização.** Rio de Janeiro: 6 (1): 235-63.

OSHIMA, Hitoshi. 1991. **O Pensamento Japonês.** São Paulo: Editora Escuta Ltda.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. 1972. *Imigração Assalariada* in **História Geral da Civilização Brasileira**, São Paulo: Difusão Européia do Livro, Tomo II, vol. 3 : 274.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. 1997. *Imigração.* In **História Geral da Civilização Brasileira.** O Brasil Republicano. Tomo III, vol. 2, Sociedade e Instituições (1889-1930). 5a. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil : 95-133.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. 1997. *O Proletariado Industrial na Primeira República.* in **História Geral da Civilização Brasileira.** O Brasil Republicano. Tomo III, 2o. Volume- Sociedade e Instituições (1889-1930). 5a. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil :137-178.

POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. 1998. **Teorias da Etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP. (Biblioteca Básica).

- RAMOS, Arthur. 1947. **Introdução à Antropologia Brasileira. Ilo. Volume As Culturas Européias e os Contactos Raciais e Culturais.** Coleção Estudos Brasileiros da C.E.B. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil.
- REISCHAUER, Edwin O.. 1973. **Histoire du Japon et des Japonais.** Paris: Éditions du Seuil.
- REIS, Fidélis & FARIA, João de. 1924. **O Problema Imigratório e seus Aspectos Étnicos; na Câmara e fora da Câmara.** Rio de Janeiro: Ed. Revista dos Tribunais.
- REWORÊDO, Julio de. 1934. **Immigração.** São Paulo: Editorial Paulista.
- REZENDE, Tereza Hatue de. (1991) **Ryu Mizuno. Saga Japonesa em Terras Brasileiras.** Curitiba: SEEC; Brasília: INL.
- ROQUETTE-PINTO, E. 1938. **Ensaio de Anthropologia Brasiliana.** São Paulo: Companhia Editora Nacional. Coleção Brasiliana, vol. XXII, série V.
- SAITO, Hiroshi. 1953. *Pesquisa sobre a Aculturação dos Japoneses no Brasil* com IZUMI, Seiichi. in **Sociologia**, vol. XV (3) : 195-209.
- SAITO, Hiroshi. 1956. *Mobilidade e Assimilação de Imigrantes Japoneses.* in MULLER, Antonio Rubbo & SAITO, Hiroshi (orgs.). **Memórias do I Painel Nipo-Brasileiro.** São Paulo: Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2o. tomo : 28-49
- SAITO, Hiroshi. 1956. **O Cooperativismo na Região de Cotia. Estudo de transplantação cultural.** São Paulo: Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Estudos de Antropologia Teórica e Aplicada. N. 4.
- SAITO, Hiroshi. 1961. **O Japonês no Brasil. Estudo de Mobilidade e Fixação.** São Paulo: Editora 'Sociologia e Política'.
- SAITO, Hiroshi. 1973. *Mobilidade e Assimilação de Imigrantes Japoneses.* in SAITO Hiroshi & MAEYAMA, Takashi (orgs.). **Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes e São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 467-486.
- SAITO, Hiroshi. 1977. **A Integração e Participação de Japoneses e Descendentes na Sociedade Brasileira.** São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros.
- SAITO, Osamu. 1983. *Population and the Peasant Family Economy in Proto-Industrial Japan.* in **Journal of Family History**, 8 (1) : 30-54.

SAKURAI, Célia. 1993. **Romanceiro da Imigração Japonesa**. São Paulo: Editora Sumaré/FAPESP.

SAKURAI, Célia. 1995. *A Fase Romântica da Política: os primeiros deputados nikkeis no Brasil* in **Imigração e Política em São Paulo**. São Paulo: FAPESP/ Editora Sumaré/ Editora da UFSCar/ Naippe : 127-177.

SAKURAI, Celia. 1995. *Primeiros Pólos da Imigração Japonesa no Brasil* in **Revista da Universidade de São Paulo** n. 27 - Dossiê Brasil- Japão : 32-45.

SAKURAI, Célia. 1999. *Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada*. In FAUSTO, B. (org.) **Fazer a América. A Imigração em Massa para a América Latina**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 201-238.

SAKURAI, Célia. 2000. *Apontamentos sobre um grupo de Imigrantes Japoneses em São Paulo: o seu papel de intelectuais*. Relatório FAPESP.

SAYAD, Abdelmalek. 1998. **A Imigração ou Os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: EDUSP.

SCHADEN, Egon. 1956. *Aculturação de Alemães e Japoneses no Brasil*. in **Revista de Antropologia**, vol. 4: 41-46.

SCHADEN, Egon. 1980. *Imigrantes Alemães e Japoneses: uma Visão Comparativa*. in SAITO, Hiroshi (org.). **A Presença Japonesa no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz/ Editora da Universidade de São Paulo : 135-151.

SEYFERTH, Giralda. 1996. *Concessão de Terras, Dívida Colonial e Mobilidade*. in **Estudos- Sociedade e Agricultura**, n. 7 : 29-58.

SEYFERTH, Giralda. 1998. *Algunas consideraciones sobre identidades étnicas y racismo en Brasil. Algunas considerações sobre identidades étnicas e racismo no Brasil*. In **Revista de Cultura Brasileira**, n. 1. Madrid: Embajada de Brasil en España : 69-84/223-237.

SHIBATA, Hiromi. 1997. *As Escolas Japonesas Paulistas (1915-1945) : a afirmação de uma identidade étnica*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

SIMMEL, Georg. 1908. *Digressions sur l'Étranger*. in GRAFMAYER, Y., JOSEPH, I. 1979. **L' École de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine**. Paris: Editions Aubier Montaigne : 53-59.

- SKIDMORE, Thomas E. 1979. **Preto no Branco. Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SMITH, Warren W. Jr., 1973. **Confucianism in Modern Japan**. Tokyo: The Hokuseido Press.
- SOUZA MORAES, Carlos. 1942. **A Ofensiva Japonesa no Brasil. Aspecto Social, Econômico e Político da Colonização Nipônica**. Porto Alegre: Edição da Livraria Globo. 2a. edição atualizada e aumentada.
- SOUZA RAMOS, Jair. 1996. *Dos Males que Vêm com o Sangue: as Representações Raciais e a Categoria do Imigrante Indesejável nas Concepções sobre Imigração na Década de 20*. In CHOR MAIO, Marcos & VENTURA SANTOS, Ricardo (orgs.) **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB : 59-82.
- STOLCKE, Verena. 1998. *Brasil: una nación vista a través del cristal de la 'raza'. Brasil: uma nação vista a través da vidraça da 'raça'*. In **Revista de Cultura Brasileira**, n. 1. Madrid: Embajada de Brasil en España :51-66/207-220.
- STORRY, Richard. 1982. **A History of Modern Japan**. London: Penguin Books.
- SUZUKI, Ana. 1986. **O Jardim Japonês**. Rio de Janeiro: Editora Record.
- SUZUKI, Teiichi. 1964. **The Japanese Immigrant in Brazil**. Tokyo: Tokyo University Press.
- SUZUKI, Teiichi. 1969. **The Japanese Immigrant in Brazil. Narrative Part**. Tokyo: Tokyo University Press.
- SUZUKI, Teiichi. 1971. *Mobilidade Geográfica de Imigrantes Japoneses*. In **O Japônês em São Paulo e no Brasil** . São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros: 92-103.
- TAEUBER, Irene B. 1958. **The Population of Japan**. Princeton: Princeton University Press.
- TANIZAKI, Junichiro. 1986. **Naomi**. São Paulo: Editora Brasiliense.
- TERUHISA, Horio. **Educational Thought and Ideology in Modern Japan. State Authority and Intellectual Freedom**. Tokyo: Tokyo University Press.
- TOBATA, Seiichi. 1966. **The Modernization of Japan**. Tokyo: Institute of Asian Economic Affairs.

TRUZZI, Oswaldo M.S.. 1991. **De Mascates a Doutores: sírios e libaneses em São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré; FAPESP; Brasília: CNPq. (Série Imigração; v.2)

TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza. 1995. **O Anti-Semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração: 1930-1945**. São Paulo: Brasiliense.

VIANNA, Oliveira. 1959. **Raça e Assimilação**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra. 4a. edição.

VIANNA, Oliveira. 1987. **Populações Meridionais do Brasil: história, organização, psicologia**. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense. 2. vol. 7a. edição.

VIEIRA SCHURIG, Francisca Isabel. 1973. **O Japonês na Frente de Expansão Paulista. O Processo de Absorção do Japonês em Marília**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

WILLEMS, Emilio. 1940. **Assimilação e Populações Marginais no Brasil. Estudo Sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes**. São Paulo: Companhia Editora Nacional - Série Brasileira, vol. 186.

YAMASHIRO, José. 1993. **Okinawa. Uma Ponte para o Mundo**. São Paulo: Cultura Editores Associados.

APÊNDICE

Considerações sobre a metodologia de trabalho no Cartório de Cotia

Este apêndice apresenta a montagem do banco de dados sobre Cotia. O objetivo era a reconstrução de uma série histórica com informações que pudessem retratar a população de origem japonesa naquele município. Foram coletados no total, 202 registros de casamentos para o período entre 1916 e 1960, e 1942 registros de nascimentos entre 1916 e 1970.

Nos registros constam informações de data (do casamento ou nascimento), local (do casamento ou do nascimento), nome (dos cônjuges ou da criança), data do nascimento (dos cônjuges), cor (dos cônjuges ou da criança) nomes dos pais, avós maternos e paternos, local de residência (dos cônjuges ou dos pais da criança), local de residência dos pais dos cônjuges, ocupação (dos cônjuges ou dos pais da criança), e observações.

Registros de casamento
Número- livro/folha
família (nome da nova família)
data do casamento
local do casamento
MARIDO- (sobrenome, nome) - / ESPOSA*
ano do nascimento
local do nascimento
cor
profissão
residência
residência dos pais
ano de nascimento do pai
ano de nascimento da mãe
Observações
* as informações se repetem para o marido e a esposa.

Para os registro de nascimento as informações são as seguintes:

Registros de nascimento
Número- livro/folha nome ano do nascimento local do nascimento nome do pai
nome da mãe ocupação do pai ocupação da mãe idade do pai idade da mãe local de residência dos pais local de casamento dos pais nome dos avós paternos nome dos avós maternos observações

É preciso ressaltar que para todo esse período, os dados não são uniformes, no sentido de conterem todas as mesmas informações. Os registros até meados da década de 1930 são mais ricos por apresentarem dados adicionais, como por exemplo, o ano de nascimento dos pais dos cônjuges, ou a idade dos pais da criança registrada.

No item 'observações', há o registro das separações judiciais, para os casamentos, e para os nascimentos, o registro do óbito, ou casamento do registrado. Foram portanto, adicionados posteriormente, sendo por isso incompletos, na medida em que dependem de informação vinda de outros cartórios, ou das averbações do Poder Judiciário, estas mais precisas.

Mesmo contando com estas limitações, o material coletado fornece elementos para se analisar a trajetória de famílias, não apenas do ponto-de-vista demográfico, mas também sócio-econômicos dos imigrantes e descendentes de japoneses em Cotia.

As informações obtidas no levantamento foram arquivadas num banco de dados informatizado, e numa segunda etapa, a planilha eletrônica para a uniformização dos nomes. É importante esclarecer que para poder trabalhar com os números finais que aparecem nos capítulos 4, 5 e 6, houve a necessidade de uniformizar a grafia dos sobrenomes e prenomes. As contagens só puderam ser efetuadas com a lista completa e a grafia homogênea dos membros das famílias. Sabe-se que os sobrenomes e nomes japoneses podem ser lidos e escritos de maneiras diferentes, porque a pro-

núncia pode confundir a grafia. Por exemplo, o sobrenome Hachizumi aparecia como Hachizume, Hashizumi, Hashizume. Houve a necessidade então de eleger uma única grafia para estas variações, já que quando se fazia o cruzamento com o nome do pai e às vezes foi necessário recorrer ao nome até dos avós para saber se faziam parte da mesma família. Deste modo, houve incontáveis correções a serem feitas até se chegar aos grupos familiares. Para isto o Excel se mostrou bastante útil por dar a oportunidade de visualizar os nomes. A análise minuciosa destas famílias dá condições para um estudo, pouco desenvolvido no Brasil, sobre a estrutura das famílias de imigrantes, o que certamente deverá ser feito.

Feitas as correções, passou-se para a etapa seguinte que foi a codificação dos dados. Com exceção dos nomes, todas as outras informações receberam códigos, como nos exemplos abaixo:

OCUPAÇÃO- CÓDIGOS

ocupação	código
LAVRADOR	10
AGRICULTOR	20
PROPRIETÁRIO	21
AVICULTOR	22
INDUSTRIAL	23
COMERCIÁRIO	24
PROFESSOR	25
AGROTÉCNICO	26
PILOTO AVIÃO	27
EMPREITEIRO	28
COMERCIANTE	31
MOTORISTA	32
COZINHEIRO	33
TINTUREIRO	34
QUALIFICADO	35
MECÂNICO	36
ESCRITURÁRIO	37
OPERÁRIO	38
NEGOCIANTE	39
PD (prendas domésticas)	40
COSTUREIRA	51
SERV. DOMÉSTICOS.	52
NT	98
NC	99

COR - CÓDIGOS

AMARELA	10
BRANCA	20
NC	99

Para os locais de residência foi feito um código para Cotia (no caso, 100) e para cada um dos bairros do município. Por exemplo, Moinho Velho recebeu o código 141, ou seja, o número 1 indica que é de Cotia, e 41 é o específico do bairro. E assim por diante.

Para o Japão o procedimento foi o mesmo, com a discriminação também da região em que a província se localiza. Assim, Kochi, por exemplo, recebeu o código 271 que corresponde a 2=Japão, 7= Shikoku (região) e 1=Kochi, sendo 272 correspondente a Ehime na mesma região 7. E assim por diante.

Para as cidades do estado de São Paulo foi utilizado o mesmo critério, utilizando a divisão feita por Camargo, 1981. Houve bastante dificuldade para localizar todas as referências, já que há o registro de nomes de fazenda, de estações de trem, a lugarejos que nem sempre aparecem nos mapas. Para chegar à localização correta foram consultadas pessoas que me ajudaram a encontrar os locais nos mapas. Apesar disso, alguns deles ficaram codificados como 'outros'. Para fora de São Paulo foram criados códigos de acordo com o estado.

LISTA DOS LOCAIS DE NASCIMENTO, RESIDÊNCIA- ARQUIVOS CASAMENTOS E
NASCIMENTOS - CARTÓRIO DE COTIA.

1 Bairros de Cotia

ACRPB-Aldeia de Carapicuíba	MOGRA Morro Grande
AGAS- Aguassai	MS Monte Santo
BB Barro Branco	PDRS Pedreiras
BRRG Barragem	PER Pernambuco
CAP JER Capitão Jerônimo	RC Rio Cotia
CAPT Caputera	RCRPB Ribeirão de Carapicuíba
CAPV Capivari	RIB Ribeirão
CRPB Carapicuíba	RNC Rincão
Cotia Cotia	RTRaposo Tavares
CT C Cotia Centro	S JOAO
ECT Estação Cotia	S JOSE
FAZ Fazendinha	SFA São Francisco
GV Granja Viana	TP Tijuco Preto
JGRE Jaguaré	VSA Vila S. Antônio
LAG Lageado	VSFCO Vila São. Francisco
LVP Lavapés	VTRTM VotorantimMV Moinho Velho

2. Japão

JP	JP KAGAWA	JP NAGOYA
JP AOMORI	JP KAGOSHIMA	JP NIIGATA
JP AYKO	JP KAMEKAWA	JP NOKEMURA
JP BIEMURA	JP KIKICHIGUMI	JP OITA
JP CHIBA	JP KOCHCI C	JP OKAYAMA
JP EHIME	JP KOCHI	JP OKAYAMAMACHI
JP FUKUI	JP KOCHI TAKAOKA	JP OSAKA
JP FUKUOKA	JP KOSIWA	JP SAGA
JP FUKUSHIMA	JP KUMAMOTO	JP SHIZUOKA
JP GIFU	JP KYOTO	JP TOKIO
JP HIROSHIMA	JP MAMOTO	JP TOKIO -TO
JP HIROSHIMA	JP MIE	JP TOYAMA
JP HOKKAIDO	JP MIYAGI	JP WAKAYAMA
JP HYOGO	JP MIYAZAKI	JP YAMAGATA
JP ISHIKAWA	JP NAGANO	JP YAMAGUCHI
JP IWATE	JP NAGASAKI	JP YAMAMOTO
JP KAGAWA		

3. O SÃO PAULO ESTADO

O A MACHADO	O GUATAPARA	O POMPEIA
O AGUDOS	O GUIMBE	O POUSO ALEGRE
O AGUDOS	O IBIUNA	O PPDTE
O AJUTICILEA	O IGUAPE	O PROMISSAO
O ALAMBARAI	O IGUARAI	O QUATA
O ALAMBARI	O INDAIATUBA	O QUIRIRIM
O ALVARO DE CARVALHO	O IPAUSSU	O R PRETO
O ALVORADA DO SUL	O IPIGUA	O REGISTRO
O AMADEU AMARAL	O ITABERA	O RIO CLARO
O ARACARIGUAMA	O ITAP DA SERRA	O RIO PRETO
O ARACATUBA	O ITAPETININGA	O S AMARO
O ARAGUAÇU	O ITAPEVI	O S ANASTACIO
O ARUJA	O ITAPORANGA	O S ANDRE
O ATIBAIA	O ITUVERAVA	O S ANT DO PINHAL
O AVARE	O JARINU	O S B DO CAMPO
O BANDEIRANTES	O JUNDIAI	O S B PIRAPORINHA
O BARUERI	O JUQUITIBA	O S BARB
O BASTOS	O JURUCE	O S BARB R. PARDO
O BAURU	O LAGEADO	O S CRUZ RIO PARDO
O BIRIGUI	O LINS	O S EUDOXIA
O BRODOSQUI	O LUCELIA	O S JOSE R. PARDO
O CABREUVA	O M'BOI	O S MIGUEL P
O CAFELANDIA	O MAIRINQUE	O S P TURVO
O CAIAPIA	O MARACAI	O S ROQUE
O CAMPINAS	O MARILIA	O S SIMÃO
O CANINDE	O MATAO	O SANTANA PARNAIBA
O CAPAO BONITO	O MATUCA	O SANTOS
O CATANDUVA	O MIGUELOPOLIS	O SERRA AZUL
O CC	O MIRASSOL	O SERRANA
O COLINA	O MOGI DAS CRUZES	O SERRINHA
O COM ARBUES	O MONTE ALTO	O SERTAOZINHO
O CRAVINHOS	O ORLANDIA	O SETE BARRAS
O DF C STA CRUZ	O OSASCO	O SETE BARRAS
O E STO DO TURVO	O OURINHOS	O STA BARB R. PARDO
O EMBU	O P BARRETO	O STA CRUZ
O EMBU GUACU	O P BERNARDES	O STA EUDOXIA
O Estado de São Paulo	O P NOBREGA	O SUZANO
O EST. IGNACIO UCHOA	O P TIBIRIÇA	O TABATINGA
O FAZ PIEDADE	O P WENCESLAU	O TAPIRAI
O FAZ STA LUZIA	O PACAEMBU	O TAPIRATIBA
O FAZ TAMBORE	O PALMEIRAS	O TAPUAI
O FAZEND BELA VISTA	O PENAPOLIS	O TUPÁ
O FLORIDA PAULISTA	O PERUS	O UNA
O GUAIMBE	O PIEDADE	O VALPARAISO
O GUARARAPES	O PILAR DO SUL	O VERA CRUZ
O GUARATAN	O PINDA	O VILA BOM JESUS
O GUARITA	O PINDORAMA	O XIRIRICA
O GUARULHOS	O PIRAJUI	

4. SÃO PAULO CIDADE

O SP Capital	O SP C SANTANA
O SP C BUTANTÃ	O SP C TUCURUVI
O SP C MOOCA	O SP PERUS
O SP C PINHEIROS	O SP S MIGUEL
O SP C S CECILIA	O SP TUCURUVI

5. OUTROS LOCAIS

AM PARATINS	PR CARLOPOLIS
MG JACUI	PR LONDRINA
MG JACUI	PR PINHAL
MG NEPOMUCENO	PR ROLANDIA
MG S CRUZ DOS ANÃS	RJ FRIBURGO
O CONSULADO	SOLTEIRO(A) (arquivo casamento + solteira)
PA TOME AÇU	SOLTEIRO(A) (arquivo nascimentos = não são casados)
PR	U AM DO NORTE
PR ASSAI	U MONTEVIDEU
PR CAMABARA	

Sobre o local de residência dos pais dos noivos (para os registros de casamento), foram elaborados códigos para verificar se ambos os pais moravam no Japão, se no Brasil junto aos filhos, se um dos pais morava no Japão. No mesmo conjunto foram levantados aqueles que tinham um dos pais mortos (aparecem geralmente a data e o local) e a residência do outro. Estas informações dão caminho para inúmeras variações, cada qual recebendo um código diferente.

As observações também sofreram um minucioso exame e para tanto tiveram que ser elaboradas mais de uma coluna já que alguns registros contêm mais de uma observação.

Residência dos pais dos noivos

CT	100
Japão	200
O	300
F	400

Nome bairro CT	110
DP M +	112
DP M + JP	113
DP M + (data)	114
DP M + D	115
DP M + O	121

DM P +	116
DM P + JP	117
DM P + (data)	118
DM P + D	119
DM P + O	120

Japão P M +	220
Japão P M + JP	222
Japão P M + (data)	223
Japão P M + D	224
Japão P M + O	225
Japão M P + JP	226
Japão M P + (data)	227
Japão M P + JP	228
Japão M P + D	229
Japão M P + O	230

OP M +	331
OP M + JP	332
OP M + (data)	333
OP M + D	334
OP M + O	335

OM P +	336
OM P + JP	337
OM P + (data)	338
OM P + D	339
OM P + O	340
OM P NC	341

F D	441
F JP	442
F O	443
F datas	444
F P+O M+ JP	445
NC P M + data	944
NC P M +	945

Códigos
 CT Cotia
 JP Japão
 O outro (local)
 F falecidos (pai e mãe)
 D distrito
 P pai
 M mãe
 + morto (ou pai ou mãe)

OBSERVAÇÕES- CÓDIGOS

FILHO ILEGITIMO	11
RECONHEC. PATERNIDADE	12
FM (feto morto)	13
EMANCIPAÇÃO	14
RETIFICAÇÃO	15
MORREU	20
MORREU MÃE	22
MORREU ESPOSA	23
MORREU PAI	24
MAE SOBRENOME SOLTEIRA	40
SOBR SOLT + CASADA	41
PAIS PRIMOS	42
IRMÃO OUTRO NOIVO	43
CÔNJUGES PRIMOS	44
FAMÍLIA COMPOSTA	45
MARIDO ADOTADO	46
CASAM. EXOGÂMICO	60
MESTIÇO	61
CASAM EXOG + INFORM.	62
PROFISSÃO	70
REGISTRO TARDIO	71
DIVÓRCIO/DESQUITE	80
MARIDO ERA VIÚVO	81
ESPOSA ERA VIÚVA	82
CRUZAMENTO NASCIMENTOS	92
GÊMEOS	93
OUTROS	95
PAIS SEPARADOS	97
CATÓLICOS	98
NC	99

Das mesmas observações, foram retirados as informações de casamento das pessoas nascidas em Cotia. Em alguns registros de nascimento (não todos) há o registro do casamento deles, data, local e nome do cônjuge. Por isto, foram criados códigos das datas, locais (segundo o mesmo critério dos locais de nascimento e residência) e da origem do cônjuge, se de origem japonesa ou não. Assim, J-J (100) significa casamento endogâmico, J-B (200) japonês com brasileira, B-J (300) brasileiro com japonesa e mais a adição no mesmo código das diferentes variações dos locais onde os casamentos foram realizados.

CASAMENTOS DOS REGISTRADOS (nascimentos)**CÓDIGOS**

J-J CT - japonês com japonesa em Cotia
 J-J O - japonês com japonesa fora de Cotia
 J- B s/l - japonês com brasileira - sem local
 J- B CT - japonês com brasileira em Cotia
 J-B O japonês com brasileira fora de Cotia
 B - J s/l brasileiro com japonesa sem local
 B - J CT brasileiro com japonesa em Cotia
 B- J O brasileiro com japonesa fora de Cotia
 NC

J - J CT	11
J - J O	12
J - B s/l	20
J - B CT	21
J - B O	22
B - J s/l	30
B - J CT	31
B - J O	32
NC	99

De posse de todos os códigos, foram efetuadas as contagens finais, desta vez utilizando o programa SPSS.

É importante salientar que por estar diante de um banco de dados bastante extenso, de uma série histórica longa foi necessário repartir os dados em coortes a fim de poder comparar os dados internamente. Por isto foram estabelecidos 4 divisões seguindo o critério temporal. As datas para estabelecer as coortes foram aquelas que respeitam a trajetória dos imigrantes japoneses e seus descendentes em Cotia. Desta forma, a **coorte 1** engloba todos os casamentos e nascimentos registrados até o estabelecimento oficial da CAC em 1927. A **coorte 2** abrange desde a fundação da CAC até a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo em 1941. A **coorte 3** percorre a guerra e vai até 1953 quando é retomada a imigração japonesa para o Brasil, que neste período esteve fechada. A última coorte, a **coorte 4**, compreende o período desde a retomada da corrente imigratória até o final do levantamento dos dados, ou 1960 para os casamentos, e 1970 para os nascimentos.

INTERVALOS CORRESPONDENTES ÀS COORTES - COTIA- 1916-1970.

Coorte	Intervalo
1	até 1927
2	1928-1941
3	1942-1553
4	1955-1970

No decorrer do texto são utilizados os termos 'pai', 'mãe', 'noivo', 'noiva' seguindo o critério de que 'pai e mãe' se referem aos adultos nos registros de nascimento e 'noivo e noiva' para diferenciar os cônjuges nos registros de casamento. Para a geração anterior, seguem-se as denominações 'avós' (maternos ou paternos) e 'pais dos noivos' respectivamente para os dois blocos.

Na realidade, os dados expostos neste trabalho não foram utilizados em sua totalidade por não caberem na linha de argumentação que foi desenvolvida. Para a exposição foi feita uma seleção das informações que viessem a enriquecer o argumento para não dispersá-lo. No entanto, o conjunto dos dados trabalhados serviu de base para reflexões contidas no seu corpo. O restante das informações contidas no banco de dados servirá de subsídio para trabalhos futuros.